

Dezembro de 2012

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**Dw CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1 Economia angolana cresceu”	1
1.2 O desconcerto do país	1
1.3 Petróleo representa 39% do Produto Interno Bruto	3
1.4 Aumenta emprego na cidade capital	3
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>4</b>
2.1 Aumenta emprego na cidade capital	4
2.2 Kixicrédito ajuda centenas	4
2.3 Lei vai resolver o problema do crédito habitacional	4
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>5</b>
3.1 Mercado informal	5
3.2 Artesãos clamam por apoio	5
3.3 Venda de medicamentos na rua preocupa as autoridades	6
3.4 Vendedores no Hoji-Ya-Henda desafiam administração	7
3.5 Zungueiras voltam às ruas da capital	8
3.6 Em véspera do natal. Preços de produtos disparam no mercado informal	9
3.7 Área de Luanda quer normalizar venda ambulante	10
3.8 Zungueiros do Oriente	10
3.9 Feirantes São obrigados a abandonar o espaço	11
3.10 Kupapatas são alvos preferenciais de marginais no Kikolo	12
3.11 Zungueiras regressam às ruas enfrentando tudo e todos	13
3.12 Fim da feira popular de Luanda. Feirantes não sabem para onde vão	14
3.13 Venda nas ruas foi proibida	16
3.14 Especuladores de gás e táxis condenados á pesadas multas	17
3.15 Iniciativa de Impacto Económico e Social-Benefícios já são palpáveis	17
3.16 Quando o Ministério do Comércio não controla	18
3.17 Com o natal às portas. Chegou a era do lixo.	19
3.18 “Quino”: o arrasta senhoras	21
3.19 Lixo no Cazenga pode levar ao encerramento de armazéns	22
3.20 Administração ameaça encerrar alguns armazéns	22
3.21 Vendedoras ambulantes enviadas para mercado	22
3.22 GPL tira ganha-pão das Zungueiras	22
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>24</b>
4.1 Executivo projecta futuro sistema tributário	24
4.2 Comissão Económica reunida na Cidade Alta	25
4.3 CASA-CE defende transparência na gestão do Fundo Soberano	25
4.4 CASA-CE pede extinção do Fundo Soberano	26
4.5 Executivo estuda alterações estruturantes do novo sistema tributário	27
4.6 Um Achado Arqueológico na CASA de Abel?	27
4.7 Avanço da reforma fiscal	28
4.8 Política e Fundo Soberano	29
4.9 Sistema tributário. Recomendada redução de impostos para promover pequenos negócios	30

4.10	CASA-CE e Abel exigem. Tribunal Constitucional Deve Ilegalizar Fundo Soberano dos Petróleos	30
4.11	Conselho de Ministros prepara-se para aprovar OGE de 2013 e PIP	32
4.12	Elaboração do OGE. Recomendada a participação dos cidadãos	32
4.13	OGE 2013 privilegia sector social	33
4.14	Executivo aprova proposta do OGE	33
4.15	OGE para 2013 aponta para crescimento de 7,1% e ligeiro aumento da produção petrolífera	34
4.16	Sector social tem um terço as verbas do OGE	35
4.17	Consolidação orçamental de 2011 permite algum relaxamento em 2012	36
4.18	OGE para 2,013 cresce 50%	37
4.19	O OGE da prova dos nove	37
4.20	Executivo fez chegar a proposta de OGE e aguarda convocatória do órgão legislativo	38
4.21	OGE 2013 avaliado em 6,6triliões de Kwanzas	39
4.22	Prevê aumento de gastos públicos	39
4.23	Executivo entrega proposta de OGE ao Parlamento	40
4.24	Fundo soberano anuncia investimentos	41
4.25	Dos Santos não teve “autorização” da Assembleia Nacional	42
4.26	OGE 2013 dá primazia ao sector social	43
4.27	Sector da Energia e Aguas terá orçamento de 334 biliões de Kz	43
4.28	Te admite que PR não tem competência para criar Fundo Soberano	44
4.29	Deputados discutem finanças públicas nas jornadas parlamentares em Janeiro	44
4.30	Executivo aprova Plano de Caixa para Janeiro	45
4.31	UNITA defende OGE equilibrado no sector social	46

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 47

5.1	Angola melhora posição na lista da Transparência Internacional	47
-----	----------------------------------------------------------------	----

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 48

6.1	Chuvas reprovam mediocridade das obras habitacionais do Governo	48
6.2	Centralidades. Primeiras casas da Lunda-Sul quase prontas	49
6.3	Centenas de casas estão construídas na nova centralidade de Quilemba	49
6.4	Vila Chinesa de “patas para o ar”	50
6.5	Funcionários do Ministério aos Petróleos agastados com a Sonip	50
6.6	Secretário de Estado faz avaliação positiva	51
6.7	Requalificação do Sambizanga e Cazenga em curso	51
6.8	Secretário de Estado insatisfeito com obras	52
6.9	Governo realoja famílias	52
6.10	Habitações sociais construídas no país com o recurso a soluções inovadoras	53
6.11	Requalificação das cidades vai começar	53
6.12	Desalojados que viviam nos centros receberam casas no bairro Onahuma	53
6.13	Preços agradam ao sector do Urbanismo e Habitação	54
6.14	Peleja pelas casas no Bié	55
6.15	Novas habitações sociais	55
6.16	Arrendamento de habitações com novas regras aprovadas	55
6.17	Habitação	56
6.18	Casas na cidade do Kilamba a 30.000 Usd	56
6.19	Apenas 45 pessoas vivem na Cidade do Kilamba	56
6.20	Lei vai resolver o problema do crédito habitacional	57
6.21	Agora é a vez da renda resolúvel...	57
6.22	Novos bairros com falta de espaços verde	58
6.23	Benguela e Lobito transformadas em metrópoles	59

## 7. TERRA 60

7.1	Manifestação contra venda de terra a tugas	60
7.2	UGP USURPA Terreno de "SEU" Efectivo	60
7.3	Projecto terra do futuro entrega mais 17 fazenda	61
7.4	Cidadão questiona decisão do Tribunal Provincial de Luanda	61
7.5	Projecto Baía inicia comercialização de primeiros lotes	62
7.6	Governo criou novo método de registo para realojamento	63
7.7	Moradores dos prédios sul-africanos exigem exoneração da administradora	63
7.8	Requalificação da Baía em fase de edificação imobiliária	64
7.9	Efeitos da estiagem e a disputa de terras	65
7.10	Governo realoja famílias	65
7.11	Novo processo de cadastramento trava intentos de oportunistas	66
7.12	Desalojados que viviam nos centros receberam casas no bairro Onahuma	66
7.13	Invasores ocupam e espancam proprietários de terrenos em Viana	66
7.14	Pobres e desalojados manifestam-se diante do GPL	67
7.15	Reservas fundiárias desminadas	68
7.16	Empresário e invasores “lutam” por um terreno em Cacuaco	69

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 70

8.1	Operadora Vista Provoca Lixeira No Rangel	70
8.2	Melhoria passa pela consciencialização dos munícipes	70
8.3	Ministério do Ambiente multa empresas por terem violado as normas ambientais	70
8.4	Toma lá lixo e dá cá o dinheiro	71
8.5	Carta aberta ao governador de Luanda	72
8.6	Cortes de energia diminuem em Luanda	73
8.7	Operadoras de lixo com contas em	73
8.8	Recolha de lixo com mais turnos	74
8.9	Ministério do Ambiente	74
8.10	GPL só paga metade da dívida do lixo	74
8.11	Lixo no Cazenga pode levar ao encerramento de armazéns	75
8.12	Nunca se falou tanto em energia	75
8.13	Bento Bento considera positivo trabalho das operadoras do lixo	75
8.14	Operadoras de Luanda garantem saneamento básico condigno	76
8.15	Prestação de serviços de operadoras de lixo falha no período de Natal	77
8.16	Qualidade do serviço de recolha de lixo diminuiu durante a celebração do Natal	77
8.17	Ministério do Ambiente multa empresas por terem violado as normas ambientais	78

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 79

9.1	Deputada pede maior divulgação da lei contra violência doméstica	79
9.2	Campanha de desarmamento encerra este ano	79
9.3	Aniversário da declaração dos direitos humanos. Parlamento lança campanha contra violência sexual	80
9.4	Polícia admite prorrogação devido a aumento da criminalidade	81
9.5	Cidadãos queixam-se de excessos da Polícia Nacional	81
9.6	Desarmamento da população civil está longe de garantir tranquilidade	82
9.7	Violência no lar com menos casos	83
9.8	Oposição alarmada com aumento de crimes	83
9.9	Polícia prende 29 criminosos e 46.089 gramas de drogas	84
9.10	Oposição alarmada com o aumento de crimes	85
9.11	Polícia prende marginais	85
9.12	Número de crimes i diminuiu este ano	86
9.13	Criminalidade em Luanda em alta	86
9.14	Polícia detém mais de 150 indivíduos em 48 horas	86
9.15	Violência física sobre menores origina queixas no Kwanza-Sul	87

10.1	Fome aperta em três municípios do Cunene	88
10.2	Chuvas intensas na Huíla põem em risco populações	88
10.3	Ministra do Ambiente está preocupada com o impacto das emissões de carbono	88
10.4	Benguela. Vítimas da seca recebem apoios	89
10.5	Protecção Civil aposta nas tecnologias	89
10.6	Huíla. Governo local apela famílias desalojadas pelas chuvas	90
10.7	Angola eleita presidente do fórum	90
10.8	Ambiente. Ministério faz consulta à sociedade	91
10.9	Chuvas destroem casas no Bengo e desalojam centenas de famílias	91
10.10	Chuvas provocam danos na via do Cuito ao Andulo	92
10.11	Onde anda a “comissão da chuva”?	92
10.12	Seca no Huambo e Bié. UE mantém apoio à população afectada	92
10.13	Falta de esgotos contribui para a deterioração das estradas	93
10.14	Ainda a chuva em Luanda	93
10.15	As costas largas da chuva	94
10.16	Dombe Grande. Todos furiosos	94
10.17	A quem interessa o trabalho paliativo	94
10.18	Controlo das mudanças climáticas mais eficaz com apoio internacional	95
10.19	Fortes chuvas anunciam boas colheitas	95
10.20	Chuvas fazem estragos na Huíla	96
10.21	Fornecimento de energia vai melhorar mas desafio mesmo só depois de 2017	96
10.22	Ainda falta muita água	98
10.23	Polícias angolana e namibiana vão efectuar patrulhamento conjunto	98
10.24	Efectivos reforçam acções contra desastres naturais	100
10.25	Chuva seca depósito de água	100
10.26	Controlo das mudanças climáticas mais eficaz com apoio internacional	100
10.27	Luanda trava ameaças de inundação	101

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Economia angolana cresceu”

*Angolense*

*21 De Dezembro 2012*

O Presidente afirmou na altura que o executivo vai dedicar mais recursos a melhoria das condições sociais das pessoas, famílias, especialmente daquelas que têm pouco, ou quase nada para sobreviverem; "manter a paz, aprofundar a democracia; Cooperar com todos os países e pugnar por um mundo mais justo e em paz", bem como irá dedicar uma maior atenção aos antigos combatentes, aos ex- militares e veteranos da Pátria. Quanto as crianças, os idosos e os deficientes físicos o Executivo vai incrementar a assistência social e o apoio solidário a estes cidadãos com medidas concretas de atendimento à criança em idade pré-escolar, de reintegração social e formação profissional para portadores de deficiência e de alargamento para todas as províncias de estabelecimentos de acolhimento de idosos necessitados e amparo social. De acordo com o Chefe de Estado, serão mais valorizados os quadros nacionais e os recursos naturais que o país tem para aumentar a riqueza nacional e fazer Angola, "crescer mais e distribuir melhor". "Com a finalidade de elevar a competitividade, continuaremos a dar prioridade ao processo de desburocratização e simplificação administrativa do ambiente de negócios, procurando capitalizar os recursos internos que permitam ao sector privado criar riqueza", garantiu. Afirmou que o propósito é expandir o mercado interno, integrá-lo e diversificar a base produtiva nacional, dotando-a de um suporte logístico com circuitos de distribuição e sistemas de transporte eficazes e operacionais. Esta estratégia vai ser orientada no sentido de superarmos as assimetrias de natureza territorial, permitindo interligar e elevar o nível de cobertura das cadeias de valor nas regiões norte, sul e leste. O programa de transferência de recursos fiscais provenientes de recursos naturais não renováveis para os sectores de geração de renda baseados em recursos renováveis será continuo, disse, acrescentando que, "será implementado um programa de projectos estruturantes para a energia e água, um programa estratégico de segurança alimentar e outro de industrialização do país". Referiu, igualmente, que as prioridades neste domínio vão centrar-se na economia não petrolífera, conferindo um papel mais

relevante aos sectores mineiro, imobiliário, à agricultura, à indústria transformadora, às redes de distribuição, à circulação mercantil, à prestação de serviços de qualidade e à concorrência empresarial susceptível de conduzir à redução dos preços no consumidor. Também será adaptado um Plano Sanitário Nacional, logo no início do mandato para o período 2012 a 2025. O programa de combate à fome e à pobreza não vai ser extinto. Por outro lado, referiu que a campanha de recenseamento geral da população e habitação feito pela primeira vez em 2013. "É uma operação importante para sabermos quantos somos e como vivemos", frisou, sublinhando que, este processo permitirá um conhecimento rigoroso e completo do nosso país e vai colocar a nossa disposição informações e dados credíveis para a elaboração de políticas mais realistas. Outro assunto que mereceu atenção ao discurso do Presidente da República é o diálogo com a juventude. "A nossa juventude precisa de canais eficientes para se envolver na solução dos problemas que afectam toda a sociedade, contribuindo com o seu dinamismo, entusiasmo e a sua criatividade. Para a realização desta prioridade serão reforçados os mecanismos de diálogo com sindicatos, as organizações sociais e profissionais, as igrejas, os empresários e outros parceiros sociais, a fim de se obter a sua colaboração na definição das políticas de desenvolvimento e das estratégias para a sua aplicação".

## I.2 O desconcerto do país

*Angolense*

*21 De Dezembro de 2012*

Mas a grande pergunta que emerge é: já houve tantas fomes neste país, desde a famosa fome de 1915, Ondyala Yehululu, Ondyala v' onomphuku, Ondyala y'Ovimphunya, Ondyala y'Omutunda, Ondyala ya Natumwa, Ondyala Y'Epalela, Ondyala Y'Omungalingali, etc. fomes que são antigas e cíclicas, numa periodicidade de 7/7 anos de acordo com a memória colectiva do povo. Não há nesse país quem pense meu Deus? De acordo com um relatório da OCHA, datado de 24 de Maio de 2012, citando o Ministério da Agricultura, estimava que 1.833.900 pessoas (367,780 famílias), num total de 10 das 18 províncias, estariam seriamente afectadas pela fome, em resultado das magras colheitas provocadas pela escassez das chuvas. Outro estudo preliminar da UNICEF realizado entre Março e Abril deste ano, estima-se que 533 mil crianças menores de cinco anos estejam afectadas pela mal nutrição em função da estiagem, sendo que cerca de 105 mil sofrem de mal nutrição severa. De acordo com o mesmo estudo, perto de meio milhão de angolanos encontra-se em situação de vulnerabilidade alimentar por causa da

falta de chuva que se registou em quase todo o território nacional este ano. Foi no final de ano das eleições, em 2008, que a ACC, ouvindo o grito lancinante das comunidades, ajudou seus líderes a ter um encontro com o recém nomeado Governador provincial, o Eng.º Isaac dos Anjos. A ajuda foi prometida. Mas as questões burocráticas e as de vontade política, não deixaram espaço para planos de contingência. Em 2010, as águas se abateram sobre os campos com tanta força, que muitas das culturas foram arrastadas, piorando a vulnerabilidade alimentar acumulada desde 2008. Em 2011, desde cedo notou-se que havia prolongada estiagem, mas não houve nenhum plano de contingência. Fico pasmado, o Governo pagar tantos funcionários, sustentar com nossos impostos a máquina burocrática do Estado, quando esses quadros não são capazes de pensar em soluções alternativas? Porque não se demitem de suas funções por incompetência, com consequências letais para o povo? De facto, de acordo com a experiência mundial, a fome é em grande parte resultante de profundas desigualdades na distribuição da riqueza. Calcula-se que 815 milhões, em todo o mundo sejam vítimas crônicas ou grave subnutrição, a maior parte das quais são mulheres e crianças dos países em vias de desenvolvimento. O flagelo da fome atinge 777 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, 27 milhões nos países em transição (na ex-União Soviética) e 11 milhões nos países desenvolvidos. Curioso, em 2012, ano das eleições, é também o ano da fome generalizada em Angola. Os que votaram na continuidade, acho que votaram na fome ... Quanto ao meu amado município dos Gambos, em cada 20 minutos, passa em média, um camião carregando uma enorme pedra de granito, de 23 a 25 toneladas, do tamanho daqueles blocos que ajudaram a erguer as três pirâmides do Egito. Uma fonte informal disse-me que cada uma daquelas pedras custa em média 2mil euros. É o meu município, tal como a maior parte do território angolano, riquíssimo em rochas ornamentais, gado bovino, fazendas, pedreiras, e outros tesouros que não menciono para não espervitar a cupidez alheia. É um município, apesar de ser zona semiárida, repleto de fontes de água, onde se destaca o rio Caculuar, as fontes do Vale to Tchimbolelo, as águas do Key, Nambumbula, do Fimo e do Tyitongotongo, etc.. Mas ao mesmo tempo, local de uma miserável e absurda fome, contra todos os que negam o óbvio. É assim é em toda a Angola: tantos recursos de água, tantas possibilidades de realização, mas tanta é a fome, que deve resultar de alguma coisa a mais, acima da falta de chuvas. Acho que o cérebro de alguns deixou de ser irrigado, não pela chuva, mas pelo sangue e pelo Espírito Santo. Porque não se entende, haver tanto dinheiro, tantas comissões e grupos de

trabalho, mas ao mesmo tempo, tantas privações. Este absurdo se acresce o despalante do exibicionismo da nossa elite política endinheirada. Notícias de compras de bancos, companhias aéreas, cinemas, sistemas de telecomunicações ... são semanais senão diárias. Não ficam de fora as exuberantes e caríssimas celebrações no rescaldo da vitória eleitoral do M, com tantos milhões dedicados à glotonaria, quando a maior parte passa à fome. Sempre digo aos jovens: o vosso MPLA é dos piqueniques do topo à base, está de crédito, enquanto o nosso MPLA antigo e militante e com ideários morreu. É claro, que os jovens, mesmo os da minha Paróquia não me entendem, porque não se pode cortar o piquenique e as festas regadas com vinho ou com aguardante barato e letal: o Samarino ou Katopola convém! É como se existissem dois países, um a sofrer de fome e outro a esbanjar. É como vivêssemos duas realidades justapostas e contraditórias, coexistindo de forma tão frágil e absurda e surrealista. Desci à serra e lá descobri realidades dolorosas: a comunidade dos Ovakuvale do Tyipeyu e Tyitongotongo fazem parte de um dos subgrupos degradados, chamados de Vatua. No entanto, os Vatua, os desprezados do sistema, somos todos nós, sem eira e nem beira. Por isso, apelo aos meus amigos de tertúlias sobre o social, o Fernando Pacheco que se dedica a estas temáticas, que a dado passo afirmou, num artigo que considero interessante, do Africa 21, que a pequena agricultura recebe menos assistência do que nos últimos anos do período colonial. Peço aos meus amigos que voltemos a repensar Angola. Nalgumas zonas que visitei, a pessoas estão a alimentar-se de uma raiz da árvore Mutunda, que depois de pisada no pilão, dá uma espécie de fúba. No entanto, há tantos esfomeados que nem todos têm acesso a esta preciosa árvore. Então, sobretudo alguns estão a ferver figos silvestres (Omakuyu), querendo salvar a vida através da ingestão desta pasta doce. Pelo contrário, a disenteria de que tal resulta, está a provocar efeitos colaterais, com mortes à mistura. Não falta quem lhes debite o epíteto desprezivo de "serem preguiçosos, por isso morrem à fome!". Meu Jesus, me diz onde está o papel subsidiário do Estado? Quem lhes irá ajudar a levantar, para se tornarem de pobres, dependentes a criativos e detentores da soberania alimentar? Alguém, experimentou ajudá-los a sair do marasmo ao que eles se negaram? Tal argumento de as pessoas serem preguiçosas foi por água abaixo, quando nas zonas por onde passamos, inquirindo as pessoas, se gostariam elas mesmas de cultivar mandioca, batata-doce e outras espécies alternativas, elas afirmaram que o fariam imediatamente. E indicaram terrenos para iniciar já o amanhã da terra! Que vontade de sair do labirinto! O quadro de vulnerabilidades comunitárias, poderia ser traduzido numa equação



que os pensadores sociais podem corrigir, mas com as seguintes variáveis eventualmente: fome + distancias + difícil acesso + ausência de serviços sociais como educação e saúde + falta de água + fraqueza organizacional comunitária (acho que a lista das variáveis não termina por cá) igual à morte lenta. Nesse enorme desconcerto, quando alguém engendra uma iniciativa, é como se estivesse de ir a contracorrente, toda a preguiça burocrática, a torrente de invejas, o medo de ser ultrapassado, a paranoia de perder a cadeira, tudo vem ao de cima como fúria do Vesúvio. Caem o Carmo e a Trindade. Pedi ao Governo um tractor, uma viatura a todo-o-terreno e se este desiderato for atendido, antes que os populares do Fimo Tyitongotongo morram, garantivos que darei a algumas famílias, para experimentação, estacas de mandioca e pés de batata-doce de ciclo curto, algumas canecas de feijão e ginguba. Aliás, esta ideia não é minha, mas de membros do Conselho Paroquial da minha freguesia. E no próximo ano, a Paróquia de N.Sra.de Fátima terá salvo vidas. Espero que o Governo, a despeito de eu ser polémico, não me negue esses meios, para depois no fim morrerem as pessoas e eu, tal como escrevi ao meu Arcebispo, levar-me à demissão por assistir tanta crueldade.

Jesus Menino, quando surgir o anúncio do teu nascimento em 2012, ilumina o rosto das crianças do Fimo, Tyitongotongo e Uye W'Ongambwe, e de todo o país da fome, e dá mais solidariedade às crianças de São José do Lubango e aos corações generosos de Angola, para que ponham sua mão na mão daquelas que nos Gambos estão esfomeadas, à beira da desnutrição. Faz descansar em paz as vítimas da fome, a quem nós negamos o pão de cada dia, perdoai-nos as nossas ofensas contra os esfomeados Vatua. Amen!

### **I.3 Petróleo representa 39% do Produto Interno Bruto**

*Agora*

*22 De Dezembro de 2012*

De acordo com os dados do Ministério do Planeamento, "desde 2002 que o peso do sector petrolífero na economia tem estado a cair, situando-se este ano em cerca de 39%, o que sinaliza a diversificação da economia". A diversificação da economia coincidiu com um período de forte crescimento que atingiu uma taxa de 10,6% em média anual entre 2000 e 2011, o 5.º mais elevado do mundo numa lista liderada pela Guiné Equatorial, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional. Num estudo recente sobre o sector bancário do país, a KPMG destacou Angola como a

economia "que apresenta um dos mais significativos ritmos de crescimento do PIB", integrando o grupo de nações de referência em África, mas alertou que "o PIB permanece ainda muito dependente das receitas com origem no petróleo". Segundo o Ministério da Economia, o sector não petrolífero representou, em 2009, ano do pico da crise, 58% do PIB. Esta nova realidade, na época, representou "uma mudança estrutural importantíssima para a economia", porque é a forma mais apropriada para que o emprego aumente no país. Há seis anos, que a agricultura, indústria transformadora, construção civil, serviços mercantis e a agro-indústria suportaram o crescimento do sector não petrolífero. Já em 2007, o crescimento do sector petrolífero foi de 20,4% e do não-petrolífero 25,7%, em 2008, 12,3% e de 15%, em 2009, 3,6% negativos e 5,2% e para 2010 foi de 3,4% e de 10,5%. No cômputo geral da riqueza do país, a indústria petrolífera não emprega mais do que 30 mil pessoas em todo o país, embora tenha um contributo bastante importante na criação da riqueza.

### **I.4 Aumenta emprego na cidade capital**

*Jornal de Angola*

*28 De Dezembro de 2012*

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social criou, durante o ano de 2012, mais de 221 mil postos de trabalho, anunciou ontem em Luanda, Manuel Mbangui, técnico da Direcção Nacional de Emprego e Formação Profissional. Manuel Mbangui falava à imprensa no final do encontro sobre dados numéricos do mercado de emprego, que visa a análise do processo de geração de emprego nos sectores de economia. Os sectores dos transportes, do comércio e da agricultura foram os que garantiram, este ano, maior número de empregos. Manuel Mbangui revelou que, para o próximo ano, a perspectiva é aumentar o número de empregos, de acordo com a realidade económica do país. "Conseguimos observar, em 2009, a criação de 370 mil postos de trabalho, mas a crise internacional, afectou também a nossa economia, e houve uma redução para 221.600 posto de trabalho", disse o técnico da direcção de Emprego.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Aumenta emprego na cidade capital

*Jornal de Angola*  
28 De Dezembro de 2012

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social criou, durante o ano de 2012, mais de 221 mil postos de trabalho, anunciou ontem em Luanda, Manuel Mbangui, técnico da Direcção Nacional de Emprego e Formação Profissional. Manuel Mbangui falava à imprensa no final do encontro sobre dados numéricos do mercado de emprego, que visa a análise do processo de geração de emprego nos sectores de economia. Os sectores dos transportes, do comércio e da agricultura foram os que garantiram, este ano, maior número de empregos. Manuel Mbangui revelou que, para o próximo ano, a perspectiva é aumentar o número de empregos, de acordo com a realidade económica do país. "Conseguimos observar, em 2009, a criação de 370 mil postos de trabalho, mas a crise internacional, afectou também a nossa economia, e houve uma redução para 221.600 posto de trabalho", disse o técnico da direcção de Emprego.

### 2.2 Kixicrédito ajuda centenas

*Jornal de Angola*  
20 De Dezembro de 2012

o kixicrédito, um instrumento de financiamento da actividade comercial, teve desde Fevereiro de 2011 a adesão de 800 clientes, anunciou o supervisor da agência do projecto no Uíge. Paulino Cudila disse que desde abertura no Uíge da Agência de Kixicrédito foram disponibilizados, no total, créditos superiores 50 milhões de kwanzas. Os beneficiários, afirmou, são pessoas que já têm empreendimentos e tiveram formação relacionada com educação financeira. "Temos dois grupos que se podem habilitar ao kixicrédito: o solidário, constituído, no mínimo, por dez elementos e no máximo por 15, e o solidário reforçado, formado, pelo menos, por três pessoas e nunca mais do que cinco", declarou. Na primeira fase, disse, os beneficiários do crédito solidário obtiveram empréstimos até dez mil kwanzas e os outros até 50 mil. Os beneficiários, declarou, são na maioria jovens e o financiador é o Banco de Fomento de Angola (BFA). O kixicrédito está, para já, confinado ao município do Uíge, mas vai estender-se a outras localidades da província.

### 2.3 Lei vai resolver o problema do crédito habitacional

*Continente*  
28 De Dezembro de 2012

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse em Dezembro último, que é intenção do Executivo aprovar a Lei da Alienação Fiduciária para resolver a problemática do crédito à habitação. Enfatizou na ocasião que a medida gizada, a princípio, enquadra-se no Programa Nacional de Habitação, além de garantir que a Lei da Alienação Fiduciária facilita a entrada de capitais externos para financiar a compra de habitação, bem como subvenções aos financiamentos. Por outro lado, quando implementada, a referida lei vai permitir a arrecadação de mais impostos, fortalecer o crédito imobiliário e incentivar o aumento da indústria nacional ligada ao sector imobiliário. O ministro acredita que a lei irá conferir mais garantias nas operações imobiliárias, diminuir de forma drástica o incumprimento e aumentar a concorrência entre os bancos e a consequente redução dos juros. Localizada há 20 quilómetros do centro de Luanda, a cidade do Kilamba está a ser desenvolvida em três fases e prevê a construção num total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza. O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Mercado informal

*Agora*

*01 De Dezembro de 2012*

A Ministra do Comércio reiterou recentemente no Huambo, que o Executivo vai construir 11 mil lojas, visando impulsionar a comercialização no campo. Vistas as coisas neste prisma, pode-se aferir que as autoridades estão preocupadas com a melhoria das trocas comerciais no meio rural o que, "de per si", influencia também positivamente a qualidade de vida dos camponeses que muitas vezes produzem mas não conseguem vender as colheitas. Porém, esta iniciativa do Executivo, só poderá ter êxito se for agregada a um vasto programa de reparação de estradas, picadas e pontes que muita falta fazem para conferir maior velocidade na permuta dos produtos agrícolas. Fora deste quadro, a iniciativa cairá em saco roto e os cereais, hortícolas e tubérculos, continuarão a apodrecer por falta de escoamento e de pequenas fábricas de transformação.

### 3.2 Artesãos clamam por apoio

*Semanário factual*

*01 à 08 de Dezembro de 2012*

Os artesãos ouvidos pelo Factual dizem não existir apoio da Associação dos Artesãos de Luanda (Aproarte) e da Cooperativa de Artesãos (Coart), por desconhecimento, do Ministério da Cultura, os reais objectivos do actual espaço que alberga os artistas no mercado artesanal e do futuro de mais de 20 mil famílias alimentadas por artesãos, tecelãs, escultores e artistas plásticos. A carência de material usado em adornos das obras, como o torno, os formões, as grosas, as pedras de fiar e, finalmente, as lixas para os escultores, artistas plásticas e tecelãs, bem como a falta de canais legais para a internacionalização das peças feitas em Angola, constam, igualmente, das dificuldades sentidas pelos artistas. A madeira usada para o fabrico das peças provém das cidades do Uíge, de Caxito, de Catete, de Cabinda e de Tomboco, na província do Zaire, onde é adquirida a preços exorbitantes. A madeira branca é obtida com mais facilidade na província de Cabinda. Embora em pouca quantidade, usam o marfim da R D Congo, o que tem sido um risco para os artistas, por falta de correspondência sobre a legalização das peças entre os Ministérios da Cultura de Angola e da R D Congo. Na área da tecelagem, a realidade é inversa, pois a

facilidade dos materiais tem aliviado a manufactura dos seus trabalhos, mas a venda tem baixado nos últimos dias. Adriano Mpele, de 40 anos de idade, fez saber que o Pau Preto do Tomboco é o mais caro e difícil de se trabalhar, devido à escassez das árvores na região do Norte de Angola e à sua fiscalização pelos agentes do Ministério do Urbanismo e Ambiente, assim como as pedras compradas na Província da Huíla. "As pedras de mármore, granitos, onyx's, calcários travertinos e outras variadíssimas existentes na cidade do Lubango e do Kuito (Bié) são caras, para que o custo das peças manufacturadas com estes materiais estivessem ao alcance de todos", afirmou Adriano Mpele. Os preços das obras variam consoante o tamanho da peça. Assim, um elefante médio pode custar entre mil e 500 Kwanzas a 80 mil Kwanzas ou mais. Um elefante pequeno, feito de Pau-Rosa, custa sete a oito mil Kwanzas, enquanto um leão de 70 por 80 centímetros pode atingir 80 mil Kwanzas, valor de um rinoceronte, com as mesmas dimensões. "Mas, mesmo assim, ficamos com as peças entre três a quatro anos sem as vender". Esta realidade está a colocar aqueles artistas entre a indecisão sobre a continuidade e desistência definitiva na manufactura de obras artísticas definitivas. Caso se venha a confirmar, nos próximos meses, Angola perderá o maior mercado artesanal, tido como postal cultural de quem deixa a provincial de Luanda e entra na sua capital. o mercado artístico do Benfica, que abre ao público de terça-feira a domingo, a diversidade é grande, assim como a criatividade, pois as obras feitas chamam atenção e reflectem sobre a cultura tradicional e etnolinguística dos povos de Angola. Entre as peças mais frequentes na feira, consom o Tchibinda Ilunda( peça Tchokwe que retrata a história de um forasteira que atravessou a fronteira Leste e noivou a filha do rei, a Luege. Reza a história que foi ele quem ensinou o povo a caçar, usando a arma de fogo). O embondeiro, como símbolo de resistência nacional, os sobas são líderes tradicionais, a Palanca Negra Gigante, como símbolo nacional, o pensador( escultura de origem Tchocwe, representa a figura de um anciã, que pode ser uma mulher ou homem que resulta num objetivismo intencional). A Aproarte e a Coart adiantaram que o mercado, que tem 300 metros de comprimento e 40 de largura, pode ver-se reduzido, pelas obras de ampliação da estrada onde se localiza, nos últimos dias. E os artesãos questionam sobre a indemnização do espaço, caso venha a ser diminuído nalgumas dimensões. Em contrapartida, até ao momento, o Gabinete do Urbanismo e Construção Civil ainda não se pronunciou sobre o caso. Recorde-se de que os primeiros momentos da criação da praça de Artesanato, em finais dos anos 80, se sucederam através de um grupo de três escultores, alguns já

falecidos. Na altura, a zona era desabitada, sendo o Museu da Escravatura o principal ponto turístico. E, em 1993, é lançada a primeira pedra pelo então Governador de Luanda, Jusino Fernandes, dando início à construção do mercado e à criação da Feira do Artesanato. Na próxima edição, o Factual trará esclarecimentos do Ministério da Cultura sobre a legalidade da Praça de Artesanato e o futuro dos fazedores de arte.

### 3.3 Venda de medicamentos na rua preocupa as autoridades

*Jornal de Angola*

*04 de Dezembro de 2012*

A venda ilegal de medicamentos tem os dias contados. Com a construção da central para armazenar medicamentos, que começa a ser erguida a partir desde mês no Cacucaco. Mas, apesar da iniciativa do Executivo, é preocupante a situação que ainda se regista por todo o país no que diz respeito à má conservação dos medicamentos.

O Governo Provincial de Luanda (GPL) proibiu, em 14 de Maio de 2009, a comercialização de medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos hospitalares em locais impróprios e inadequados. Mas o comércio ilegal de medicamentos na cidade de Luanda é uma prática constante. Apesar de existir algum controlo por parte das autoridades sanitárias, muitos vendedores, à vista de todos, oferecem medicamentos nas ruas. Muitos exercem a sua actividade à porta das farmácias e a preços de desconfiar. Além do perigo para a saúde, esta actividade é uma autêntica concorrência desleal.

Os vendedores de medicamentos estão nos pontos estratégicos da capital e das grandes cidades, onde a circulação de pessoas é mais intensa. Muitas vezes passam despercebidos às autoridades. Pequenos frascos de medicamentos nas mãos escondem o perigoso negócio. Os agentes da fiscalização nem se apercebem da venda. Muitos vendedores preferem os mercados informais, alguns até os formais e os restantes deambulam por Luanda.

Os comprimidos vendidos na rua vão desde o Paracetamol, ao Brufen, passando pelos comprimidos para a hipertensão ou diarreias. Não há controlo médico. A reportagem do Jornal de Angola presenciou a compra de medicamentos por parte de vários cidadãos e ninguém lhes pediu a receita médica. A compra é fácil e os preços são mais acessíveis do que nas farmácias.

No Kilamba Kiaki a equipa de reportagem do Jornal de Angola visitou "farmácias de rua" e confirmou, através de alguns "farmacêuticos", que adquirem os medicamentos no Mercado dos Kwanzas e noutras distribuidoras ilegais. "Eu não tenho acompanhado a compra de medicamentos, mas sei que o meu patrão tem comprado em vários armazéns localizados na Cimangola, Vidrul e Hoji ya Renda", disse um vendedor de rua.

Na Cimangola, a reportagem do Jornal de Angola testemunhou a compra de medicamentos a grosso. As transacções são rápidas. Levam os medicamentos e pagam. Não existem facturas nem receitas. Depois esses medicamentos são vendidos nas ruas. Na Cimangola os "grossistas" têm listas completas dos medicamentos que fornecem e os preços. E só escolher e pagar. Ninguém se preocupa com prazos de validade nem com a origem. Muito menos com os laboratórios que fabricam os fármacos. Só não vê estes negócios perigosos quem não quer.

Vendas sem receita

A administração comunal do Hoji ya Henda, município do Cazenga, está desde Outubro a intensificar o combate à venda ilegal de medicamentos com a ajuda dos agentes da Polícia Económica. O objectivo é acabar com os depósitos ilegais de medicamentos na comuna, disse a administradora Branca Nunes. Para os farmacêuticos que têm farmácias legais e cumprem as regras, o acesso livre a remédios aumenta o risco de auto medicação e de intoxicações, pois a maioria das pessoas desconhece os efeitos colaterais e reacções adversas causadas pelos fármacos. E por isso que muitos medicamentos só podem ser vendidos com prescrição médica.

Ana Esteves, farmacêutica, diz que as farmácias e drogeries só podem vender certos medicamentos com receita médica: "mas isso não é o que se vê em muitas farmácias que existem em Luanda, principalmente na periferia, onde o cidadão compra qualquer tipo de medicamento sem receita médica e em mau estado de conservação".

A farmacêutica refere que a central de conservação de medicamentos em construção no Cacucaco pelo Executivo é importante para o bem-estar das populações: "vamos ter mais controlo e mais cuidado com qualidade dos produtos que entram no país, protegendo a saúde dos angolanos". O farmacêutico Pedro Luís é de opinião que a má conservação dos medicamentos é fruto da venda ilegal, das farmácias anárquicas e depósitos clandestinos de medicamentos existentes em Luanda: "esta actividade é normal nos principais mercados informais da cidade de Luanda.

E um crime que as autoridades sanitárias teimam em consentir".

#### Conservação e qualidade

O ministro da Saúde, José Van- Dúnem, disse que não pode garantir que com a criação de uma central de conservação de medicamentos, acabe a venda ilegal nas ruas, nos mercados formais e informais: "a venda ilegal tem de ser combatida com a participação de todos, sensibilizando as pessoas a pararem de vender na rua, porque esses medicamentos não são conservados. E quanto as condições de conservação são más, perdem qualidade". O medicamento, disse o ministro José Van-Dúnem é um produto que pode melhorar a vida das pessoas, mas para isso "é importante que tenhamos em mente que o negócio não se pode sobrepor ao bem geral. Temos todos de fazer um esforço de oferecer às pessoas medicamentos com qualidade e em boas condições. Os cidadãos, para seu bem, devem recusar-se a comprar na rua".

José Van-Dúnem acrescentou que "os medicamentos vendidos nas ruas estão sujeitos a longos períodos de exposição ao sol, o que reduz a qualidade e eficácia dos produtos. A maior parte das pessoas têm conhecimento dos males causados por esses medicamentos comprados na rua, mas mesmo assim compram. Nos circuitos ilegais, os medicamentos não estão conservados de acordo com o que está estabelecido legalmente, pelo que há riscos de degradação e maiores riscos para a saúde", disse o ministro.

#### Reconhecimento

Vendedores de medicamentos nas ruas reconheceram à reportagem do Jornal de Angola que estão a praticar um acto ilícito. "mas a única forma que tenho de ganhar o meu pão é zungar com medicamentos",justifica Augusto Ferreira. O vendedor afirma que nunca fez nenhum curso de farmacêutico, tão pouco de enfermagem mas sabe de cor e salteado, os tipos de fármacos que podem aliviar a dor ou mesmo curar várias doenças.

"Se alguém me disser que está com dores de cabeça eu vendo-lhe Paracetamol. Se uma mulher tiver dor de dentes ou de bexiga dou-lhe Dolaren ou Clonix, ficam logo bons", disse o jovem. Campos da Conceição, vendedor de rua, afirma que os seus fornecedores lhe explicam como se aplicam os medicamentos.

"Nós já sabemos o nome dos medicamentos certos para as doenças mais comuns. Os nossos fornecedores ensinam-nos como proceder para

ajudar os clientes que aparecem com doenças complicadas. E só dizer a doença que tem e nós vendemos o medicamento que vai curar essa doença". A farmacêutica Ana Esteves diz que esta situação tem que acabar porque "os vendedores ambulantes de medicamentos e os seus clientes desconhecem os efeitos colaterais de cada medicamento e até podem pôr a vida em risco".

### 3.4 Vendedores no Hoji-Ya-Henda desafiam administração

*Novo Jornal*

*07 De Dezembro de 2012*

A CADA DIA que passa, a presença de vendedores ambulantes na comuna do Hoji-ya-Henda, no município do Cazenga, tem aumentado consideravelmente e a população pede ao administrador municipal mais acção. Os moradores da comuna ouvidos pelo Novo Jornal manifestam-se preocupados com o número elevado de vendedores ambulantes nas ruas, com o engarrafamento e o lixo ao longo da via pública. Mostram-se ainda insatisfeitos com os estragos que as vendedoras causam na via pública e alegam que muitas das vezes não têm caminho por onde passar, porque elas ocupam os passeios, ao mesmo tempo que lamentam a falta de acção por parte do administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso. De acordo com os residentes, a maior parte dos vendedores ambulantes na comuna provém do estrangeiro. "Não sei como é que o Estado deixa entrar estrangeiros no país para zungar. Nos outros países estrangeiros quem entra é para gerar emprego, não é mais um indivíduo que não tem dinheiro" ; dizem os moradores. Dulce da Piedade, moradora da zona há 20 anos, diz mesmo que é "muito triste" o cenário que todos os dias se vive e junta-se ao coro dos que criticam a administração do Cazenga de nada fazer para melhorar a situação. "Estas senhoras vendem aqui mesmo no meio da estrada, os fiscais nada fazem, a única coisa que sabem fazer é pedir dinheiro aos vendedores.

Com este tipo de comportamento não sei como é que este país vai para a frente", insurge-se Dulce, acrescentando que é necessário que cada um faça a sua parte para poder melhorar a imagem da cidade capital.

#### FALTA DE EMPREGO

Maria Domingos, moradora na zona da Nocal, esclarece que a situação se tornou complicada após o desaparecimento do mercado do Roque Santeiro. "Muitos vendedores foram transferidos para outros mercados, mas não foram para lá. Todos querem

ficar na rua, muitas das vezes a prejudicar os outros, o que não é justo, porque temos tido dificuldades todos os dias e muito engarrafamento. Elas dizem que vendem na estrada, porque muitos clientes não aceitam se deslocar aos mercados, principalmente, no Panguila porque é muito distante". A fonte disse também que já recorreram, muitas vezes, à administração local, mas não surtiu êxito, e que o administrador não está interessado em melhorar a situação do município. "É muito triste o que enfrentamos aqui no Cazenga, senhor jornalista. Já há muito tempo que não consigo estacionar o carro no meu portão, porque elas vendem aqui mesmo na porta. Por mais que você fale, elas não saem da porta", queixa-se. Maria Domingos denuncia ainda que a venda é feita mesmo diante dos fiscais da Administração do Cazenga, o que é muito triste. "Eles é que são os homens da lei, mas o que fazem aqui não é certo. Cobram dinheiro às senhoras para não correrem com elas e o negócio é feito em conjunto com alguns agentes da 14ª esquadra da polícia do Cazenga". Questionada sobre as razões do aumento da venda ambulante na zona, a jovem estudante respondeu que é a falta de emprego que faz com que maior parte dos jovens venda na rua. "Aproveito a oportunidade para fazer um apelo ao Governo para que olhe mais para os jovens. Muitos querem trabalhar, mas não há empregos. Tenho muitos colegas na faculdade que têm vontade de trabalhar, só não o fazem porque não há trabalho. Ou, o que ainda é mais ridículo, as empresas pedem experiência. Não é possível, eu, que terminei agora os estudos, ter experiência de trabalho", nota.

#### ASSALTOS CONSTANTES

Maria Domingos disse ainda que a criminalidade no bairro aumentou desde que o mercado do Roque saiu do Sambizanga. "Quero também fazer um apelo à nossa polícia, que olhe para a nossa situação, porque estamos a passar dias difíceis. Os assaltos são constantes, já solicitámos ao comandante da 14ª esquadra, mas não resolve o problema. Não sabemos porque é que tiraram o antigo comandante. Este que está aqui só Deus sabe, não faz nada para melhorar a situação da criminalidade. A partir das 20h00, ninguém consegue circular com tranquilidade". A jovem vendedora Edmize João, de 25 anos, justifica que entrou na venda ambulante em 2011, depois de ser despedida da empresa de segurança, onde trabalhou três anos. "Fui parar ao mercado do Hoj-Ya-Henda, depois de perder o emprego. Estava a passar muitas dificuldades, tenho dois filhos, sou a mãe e o pai deles. Tenho que fazer alguma coisa, não encontro outro emprego e a única solução foi mesmo ir para o mercado paralelo". Edmize João acredita que na sua situação existem outros jovens que há

muito procuram emprego e não encontram. "Eu peço aos nossos dirigentes para darem mais apoio aos jovens, nós é que somos o futuro deste país. Se não se apostar agora, são os estrangeiros que vão mandar no nosso país, como já está a acontecer em alguns sectores", frisa, acrescentando que as pessoas não podem se formar para depois venderem na rua. É de lembrar que o governador de Luanda, Bento Bento, disse que um dos objectivos do seu mandato é acabar com a venda ambulante, o que está a ser cumprido em algumas zonas de Luanda.

### 3.5 Zungueiras voltam às ruas da capital

*Agora*

*08 De Dezembro 2012*

Vendiam os seus produtos na Avenida Ngola Kiluanje, em Luanda, formando praças que criavam transtornos ao trânsito e risco de vida para as próprias. Enquadradas no projecto Africampos, fizeram do mercado com o mesmo nome o seu novo local de trabalho, desde Maio de 2012. Contudo, apesar de se sentirem mais seguras, as zungueiras, que trocaram a venda na rua por uma banca no mercado, criticam a pouca vigilância do espaço junto à zona do embondeiro do Kikolo, havendo comentários a da conta do seu regresso às ruas. O mercado da Africampos conta com a protecção de alguns agentes da Polícia Nacional e o reforço de uma empresa de segurança, mas as comerciantes dizem não ser suficiente, sendo que algumas já sofreram tentativas de assalto à saída do mercado. As vendedoras são provenientes dos mais diversos municípios da cidade e poucas vivem ao redor do posto de trabalho. O director do projecto, Ezequiel Seba, afirma ter pedido reforço à unidade mais próxima: "Temos o apoio da Polícia e de uma empresa de segurança, mas devo reconhecer que precisamos de mais algum reforço. Já solicitámos à Divisão do Cazenga e estamos à espera que satisfaçam o nosso pedido". Actualmente o mercado acolhe cerca de sete mil vendedoras, mas tem capacidade para receber mais três mil comerciantes, cumprindo assim com a real capacidade do espaço. Apesar de alguns conflitos internos entre as próprias e a direcção do espaço, a classe das zungueiras diz estar satisfeita com as condições que o mercado oferece.

### 3.6 Em véspera do natal. Preços de produtos disparam no mercado informal

*Jornal de Angola*  
08 De Dezembro 2012

Há muita procura dos bens e os aproveitadores estão a triplicar os preços, de forma a terem mais lucro. Alimento, vestuário, brinquedos e adornos de natal são os produtos mais caros e, igualmente, reais procurados nesta fase da quadra festiva, onde cada um quer ter o melhor que pode, para satisfazer quer a si, quer aos familiares ou amigos. O relógio marcava nove horas da manhã quando a nossa equipe de reportagem escalou o mercado do São Paulo e Hoji-a-Henda e constatar in loco a realidade dos preços no mês de Dezembro. O cenário agitado, lojas cheias, pessoas aos empurrões, deixando margem para roubos, que nesta fase se intensificam. Dá impressão que há pessoas em todo canto. Num lado, os agentes da polícia corriam atrás das vendedoras; noutra as pessoas estavam à procura da melhor roupa ou para os melhores calçados, brinquedos, para troca de presente. O bacalhau foi um dos produtos com o qual tivemos contacto, e que regista aumento do preço, através da ceia de natal.

Do outro lado do Mercado do São Paulo, encontramos várias senhoras, sentadas a venderem vários enfeites de natal, como árvores e seus efeitos, brinquedos e vários adornos usados na quadra festiva. Maria de Carvalho, 35 anos, foi a nossa primeira entrevistada, que falou da subida dos preços durante a quadra festiva. Segundo ela, tem tido muito lucro nesta fase porque os trabalhadores recebem muito dinheiro. "Na quadra festiva temos tido muitos lucros, porque os trabalhadores recebem muito dinheiro e os preços disparam", conta, acrescentando que é nesta fase que aproveitamos também ter muitos lucros porque os pais aproveitam a gastar um pouco do seu dinheiro para compra de brinquedos, roupas, presente para os seus parentes. Entretanto, nesta fase, a par dos preços que aumentam, a concorrência, por sua vez, também aumenta, já que todos querem comercializar o mesmo negócio, próprio desta fase, como roupa e os calçados de crianças, produtos que disparam no mercado porque têm muita saída. Maria de Carvalho explica que os preços aumentam porque muita gente fica preocupada com a quadra festiva, "gostamos deste mês porque aproveitamos também a aumentar as nossas vendas para termos dinheiro, e continuar a vender no ano que vem.

Para Cecília de Almeida, de 40 anos, igualmente vendedora, nesta fase os produtos de primeira necessidade tendem a aumentar de preço porque há

muita procura. "Nesta fase há muita procura, daí que os produtos de primeira necessidade aumentam de preços, principalmente as roupa, calçados, alguns condimentos como a farinha de trigo, o bacalhau, fermento, a manteiga, porque nesta fase todos querem festejar em família, até os paupérrimos procuram se unir para poderem festejar esta data tão especial", justificou. Segundo conta, o peixe bacalhau é o artigo mais caro, porque compram a caixa a 30 mil kwanzas, ao contrário de antes que compravam a 18 mil. Às vezes, segundo as vendedoras, fica difícil tirar o dinheiro investido, por isso é que o preço elevam-no.

Entretanto, a procura é tanta que até os delinquentes também ficam à espreita a todos os movimentos, principalmente o das zungueiras, porque muitas vezes chegam ao ponto de receber todo dinheiro delas. Para Madela José, 30 anos, os preços disparam porque os angolanos são muito distraídos, só fazem compras na fase do natal, se comprassem antes não haveria tanta procura e os preços não iriam subir tanto. Todavia, no caso da árvore de natal, jogo de luzes, efeitos natalícios, nesta fase os preços disparam imediatamente porque há muita procura, uma árvore de natal nesta fase custa 5 mil kwanzas, duas vezes mais do preço o praticado anteriormente. "Anteriormente, vendíamos os enfeites a 500 kwanzas, mas nos últimos dias, estamos a vender a 2 mil kwanzas, porque no armazém também os preços aumentam. Acresce o preço do táxi, que também tem aumentado o preço da corrida, valores imputados no negócio, e que, por isso, carecem de retorno. Por outro lado, os fiscais também querem a chamada "gasosa", para nos deixar vender à vontade, por isso é que os preços disparam muito nesta fase", revela. Entretanto, os ambulantes que vendem ao longo das estradas também não ficam de fora, estes aproveitam a fase de natal para poderem facturar, muitos deles sobem os preços dos produtos como azeitonas, batata rena, conservas, azeite doce e Maionese.

Economista adverte

"Elevação dos preços decorre de factores especulativos". De acordo com o Economista Jaime Fortuna, a subida dos preços decorre de factores especulativos, de um lado, associados a um nível de demanda por bens acima do normal e, por outro lado, associado ao elevado nível de liquidez. O especialista acrescentou que os gastos que ocorrem na quadra festiva são decorrentes de uma combinação de factores como o factor cultural QU o chamado efeito final do ano, através do qual as famílias realizam gastos quer para ornamentação das casas, quer para compras de bens de consumo corrente, fundamentalmente alimentação e vestuário,

para a comemoração de mais um ano passado, em convívio familiar.

"Numa abordagem dos fundamentos macroeconómicos, enquadraria esta questão nos pressupostos que sustentam as hipóteses da renda permanente e no modelo do ciclo de vida; portanto o que ou corre é que as famílias são racionais, e dentro da sua racional idade têm a certeza de que todo ano existe o mês de Dezembro e, como tal, por factores históricos, deve ser comemorado da melhor forma possível", lembra, acrescentando que os períodos que antecedem o mês de Dezembro são relativamente de contenção de despesas, ou, vista de outra forma, é um período em que ocorre um elevado nível de poupança. As estatísticas do Banco Central, segundo Jaime Fortuna, confirmam este cenário, ao passo que o mês de Dezembro ocorre uma "despoupança", ou seja, ocorre um volume de saques ou levantamento de recursos para transacções correntes acima das médias de períodos anteriores. Todavia, continua o economista, "enquadraria esse fenómeno não como um mal, mas acho que podemos ver este comportamento noutra perspectiva que não sejam necessariamente um mal interpretados, a poupança é feita em função da renda das famílias".

Os agentes económicos, insite o nosso interlocutor, poupam em função dos seus rendimentos correntes e esperados, associados a uma taxa de juros atractiva, os argumentos que devem ser usados para estimular a poupança: Segundo a fonte que temos vindo a citar, pode se reunir a família num natal e transitar de ano é algo sublime; é um motivo de orgulho e alegria que, seguramente, os sociólogos dariam uma explicação mais adequada, embora todos saibamos o quanto representa. Jaime Fortuna apelou às famílias para que façam compras mas sem comprometer o orçamento para os períodos pós-natal (ou pós-quadra festiva). Dada a escassez de liquidez e conseqüentemente de demanda que ocorre no mês de Janeiro, os preços dos bens geralmente têm algum declínio, por isso algumas compras podem ser feitas neste período.

### 3.7 Área de Luanda quer normalizar venda ambulante

*Jornal de Angola*  
12 De Dezembro de 2012

O Governo Provincial de Luanda determinou ontem, numa reunião ordinária com todos administradores municipais e presidentes de centralidades, um período de oito meses, a partir de Janeiro, para a normalização da venda ambulante na área metropolitana da cidade. A informação foi transmitida à imprensa pelo director provincial da

comunicação social no final da reunião presidida pelo governador Bento Bento, durante a qual foi avaliada a execução do programa de impacto social. No encontro foram também avaliadas as estratégias para a execução do programa de normalização do comércio informal e "medidas pontuais a tomar para o fortalecimento e acção da fiscalização". O porta-voz do encontro referiu que durante os oito meses são feitas várias campanhas de sensibilização que antecedem a fase coerciva em que são extintos os pequenos mercados que funcionam na via pública. Carlos Gonçalves anunciou a inauguração de três Balcões Únicos do Empreendedor, que se juntam aos nove já em funcionamento na província. Disse, em menos de três meses foi possível recolher mais de duas toneladas.

### 3.8 Zungueiros do Oriente

*O país*  
14 De Dezembro de 2012

O comunicado divulgado pelo secretariado para a informação do Partido da Renovação Social (PRS), na semana passada, sobre a situação dos zungueiros e cantineiros na situação de imigrantes ilegais suscitou alguns debates, como não podia deixar de ser. Uma declaração do género, mesmo vindo de uma força política que já ocupou a terceira posição no Parlamento, não deixa de levantar alguns questionamentos, seja da parte de quem o fez (no caso o PRS), como daqueles que se vêm ultrapassados por estes cidadãos provenientes do Oriente e do resto de África, Europa e América do Sul. Há muito que o poeta maior "profetizou" que a África era um corpo inerte onde cada abutre viria debicar o seu pedaço, mas não se esperava que em algumas nações isso acontecesse, sobretudo naqueles períodos em que os seus povos, depois de longos anos de guerra, precisavam de aproveitar o tempo perdido. É como se o Estado não se preocupasse com a sua segurança ou que partes de alguns negócios devessem estar nas mãos dos nacionais. Angola é um país com oportunidades para todos, porque se tivermos em conta o número actual da população acreditaremos que existe espaço para muitos daqueles que vêm de outras paragens. Mas esperava-se que estes fossem aqueles que na verdade podiam dar o seu contributo para o engrandecimento desta Nação em sectores específicos onde não existem técnicos nacionais. A quantidade de zungueiros provenientes da China ou Vietname começa a ser assustadora, Mas a prática não é nova tendo em conta que nos bairros Hoji Ya Henda, Mártires de Kifangondo, Kassenda e outros há muito que este fenómeno cresce aos olhos até dos próprios efectivos dos Serviço de Migração e Estrangeiros



(SME) e da Polícia Nacional. Afastados das zonas urbanas, os nossos irmãos do Oriente, que inicialmente aportavam para a construção civil, circulam pelos becos vendendo calçados, medicamentos, telemóveis, aparelhos electrónicos e outros artigos de fabrico duvidoso. Assim como fazem as forças políticas, também me indago se eles chegam em catadupa devido às falhas nas nossas fronteiras ou facilidades dadas por indivíduos ligados ao próprio SME? É difícil acreditar que depois de se ter dado alguns segmentos da economia nacional, como o comércio a retalho aos cidadãos oeste-africanos, agora até mesmo a zunga que anteriormente pertencia às nossas mães, que circulavam com as suas kindas à cabeça, também esteja a ser transferido para indivíduos que nem sequer conhecem o mínimo da história deste país. Qualquer dia destes não restará nada mais para os angolanos (será que ainda resta alguma coisa?). A assessoria de imprensa está nas mãos das firmas portuguesas e brasileiras, a construção civil (brasileiros; portugueses, vietnamitas e chineses), restaurantes (brasileiros, portugueses e libaneses), a venda de areia e burgal (chineses e cubanos), água (os chineses também estão presente) e blocos (domínio total dos chineses). Até parece mentira, mas a maior loja de comercialização de bebidas nacionais e estrangeiras no município de Viana também pertence a cidadãos vietnamitas. Não nos assustemos se um dia as suas esposas vietnamitas tomarem conta das roullotes ou barracas onde muitos angolanos procuram afogar as suas mágoas. E assim acabava-se de vez até com aquelas mulheres que sustentam os seus filhos com o pequeno lucro proveniente da venda de pequenas grades de refrigerantes, cerveja, vinhos ou bebidas spirit

### 3.9 Feirantes São obrigados a abandonar o espaço

*Jornal de Angola*  
14 De Dezembro de 2012

O carrossel tem apenas algumas cadeiras que balançam vazias. Quem passa pouco mais vê do que decadência. Ou recorda o tempo das brincadeiras, os concursos, as rifas, as histórias de amor, mais ou menos passageiras. A Feira Popular de Luanda já teve a casa das bruxas, assustadoras, que metiam medo a adultos e crianças. Os escorregas estão abandonados. O palco dos concursos de dança e dos espetáculos populares tem umas tábuas desconjuntadas, onde ainda se agarram alguns sonhos de artistas que nunca chegaram a estrelas. Tudo o vento levou. Resta apenas o velho carrossel desconjuntado que se move lentamente, levado pela ventania.

O carrossel desconjuntado tem uma companheira: a mafumeira esguia, plantada por Agostinho Mendes de Carvalho em 1977, quando era comissário provincial de Luanda. A sua sombra ainda se podem sentar as crianças para ou- virem histórias fantásticas sobre a Feira Popular de Luanda. Fomos à feira, vencendo o engarrafamento da Avenida Deolinda Rodrigues. No portão principal ainda resiste a palavra "Feira". A palavra "Popular" desapareceu e "Luanda" está incompleta. O tempo arrasou um espaço de fantasias e sonhos, um dos poucos centros de lazer da capital, nas últimas décadas. No interior o cenário é estranho. Os arruamentos da feira estão "invadidos" por tendas de vendedores de roupas. Nas laterais, botequins, "restaurantes" e cantinhos de comes e bebes atraem uma clientela fiel que gosta de comer e beber por pouco dinheiro. Aluna parque foi desmantelado até à última tábua. Os carrosséis desapareceram. Ficaram os feirantes. Os lavadores de carros também têm o seu espaço na Feira Popular de Luanda arruinada. O espaço de diversão é uma tristeza. No próximo dia 20 de Dezembro os comerciantes da Feira Popular de Luanda vão ter de abandonar o espaço. Augusto Manuel tem o seu emprego naquele espaço há quase 18 anos. A reportagem do Jornal de Angola garantiu que no local estão mais de mil pessoas a trabalhar. De mãos enrugadas e jeito envergonhado, faltam palavras a Augusto Manuel para descrever o actual cenário da Feira Popular de Luanda. Até ontem, Augusto Manuel, de 58 anos, era chefe comercial da Angodiver, empresa gestora da Feira de Luanda. Ele também não sabe o que vai fazer quando todos tiverem que abandonar o espaço, no próximo dia 20: "até ao momento não temos informações sobre o local onde vamos ficar".

#### Trabalhadores sem patrões

Há quatro anos atrás, os funcionários da Angodiver foram informados sobre o encerramento do espaço. A comunicação foi feita de forma verbal, disse Domingos Cristóvão Neto, funcionário da Angodiver. "Não sabemos quem são os reais proprietários da Angodiver até porque estamos sem salários há mais de dez meses", disse Domingos Cristóvão Neto. E embora demasiado tarde, ele exige que os responsáveis da Angodiver dêem a cara e assumam responsabilidades: "temos famílias para sustentar, crianças na escola e não se admite que um funcionário depois de 17 anos de serviço seja posto na rua sem uma explicação plausível". Domingos Neto só se preocupou em saber quem são os patrões, ao fim de 17 anos de serviço. E ele é o "financeiro" da empresa! Domingos Cristóvão Neto disse mais: "fazem-nos descontos nos salários regularmente, mas não sabemos qual é o destino dos valores descontados. Gostávamos que antes de encerrarem a

feira vissem esta questão e outras". Os feirantes que ocupam o espaço têm em José Luís Bravo, um activo membro da "comissão sindical". Disse à nossa reportagem que foram feitas diligências mas não sortiram o efeito desejado: "não sabemos quem são os donos da empresa para a qual prestamos serviços, nem onde estão localizados. Por isso esperamos uma intervenção urgente do Governo Provincial de Luanda para a solução da situação". José Luís Bravo acabou por levantar uma ponta do véu do mistério do luna parque: "a direcção da Angodiver reuniu connosco e disse que o conselho da administração da empresa, depois do encerramento do espaço não se responsabiliza pelos trabalhadores. Isto é grave e não é conversa de pessoa urbanizada. Todos andamos frustrados e também furiosos. É bom que a situação seja resolvida em harmonia e com espírito de paz". Pelo menos o sindicalista sabe que a empresa tem uma direcção e um conselho de administração. O clube Petro Atlético de Luanda, apontado pelos feirantes como proprietário do espaço, "nunca teve encontro com os feirantes nem mesmo com os funcionários da Angodiver na sua maioria homens de mais de 50 anos", disse José Luís Bravo.

#### Investimento perdido

Ana Paula de Almeida é proprietária de um restaurante na Feira Popular de Luanda há mais de nove anos. Dá trabalho a 15 empregados, todos chefes de família. Participou em reuniões, nos últimos quatro anos: "várias vezes fui informada que íamos sair da feira, mas nunca disseram quando e como ficavam os investimentos que eu fiz". Nos últimos seis meses, dado que aumentaram os clientes, resolveu ampliar o restaurante: "autorizaram-me a fazer obras e agora dizem que temos de abandonar o local a troco de nada. Não sei que pode acontecer se o Governo Provincial de Luanda não meter uma mão nisto. É uma situação triste", referiu Ana Paula de Almeida. Pelo espaço, paga 15 mil kwanzas por mês e nas reuniões que teve, nunca foi informada se vai ser indemnizada: "só dizem que temos de sair no dia 20 de Dezembro. Mas não querem saber dos meus investimentos nem me dizem quem vai pagar o empréstimo que fiz". A empresária sabia que tinha de abandonar o espaço e fez obras de ampliação e modernização do seu restaurante. Agora quer ser indemnizada. Esperança Raimundo trabalha na feira há cinco anos. Está grávida e é mãe de cinco filhos. A reportagem do Jornal de Angola disse que não sabe o que vai ser a sua vida com o encerramento da feira.

#### Feirantes informados

O director-geral da Angodiver, Moreno de Sousa, disse à nossa reportagem que os feirantes da Feira Popular de Luanda sempre souberam que um dia

tinham de abandonar o espaço que ocupam e que o arrendamento era temporário. Ao Jornal de Angola, Moreno de Sousa disse que o espaço foi entregue ao Petro Atlético de Luanda há quatro anos, por decisão de um acórdão do Tribunal por ser o herdeiro do antigo Clube Atlético de Luanda legítimo proprietário dos terrenos. Moreno de Sousa explicou que, a Angodiver cessa até finais de Dezembro os contratos com todos os feirantes e não se responsabiliza por qualquer acto a posterior. Relativamente a indemnizações, disse que esse é um assunto que está a ser tratado entre as duas partes: o conselho de administração da Angodiver e a direcção do Petro Atlético de Luanda. Moreno de Sousa disse ainda que informou todos os feirantes que a partir do dia 20 de Dezembro começa o despejo de todos os feirantes: "eles pediram três a seis meses para retirar e querem uma compensação de pelo menos um ano do valor do arrendamento que cada um paga pelo espaço. Mas a Angodiver não tem competências para aceitar essa proposta ou mesmo para negociar".

### 3.10 Kupapatas são alvos preferenciais de marginais no Kikolo

*Continente*

*14 De Dezembro de 2012*

Os elementos que exercem a actividade de moto-táxi, vulgarmente conhecidos por "Kupapatas", estão preocupados devido a onda de assaltos de que são vítimas nos últimos dias Segundo apurou este jornal, os delinquentes, geralmente, fazem-se passar por passageiros e quando chegam ao destino, entram em contacto com os outros que já se encontram em prontidão para o assalto. Para além dos valores, os assaltantes levam, também, consigo, as motorizadas que são vendidas depois das respectivas alterações da cor e quadro do motor. "É por isso que há, agora, muitas motorizadas à venda, sem documentos. Geralmente os vendedores, ladrões, desculpam-se dizendo que os documentos estragaram-se com água", contou Songo Samuel, um dos motoqueiros. Armando Uango, também um dos motoqueiros que recentemente sua mota de marca Lingken-125 foi roubada, disse que tudo aconteceu quando um jovem lhe pediu para o levar até às imediações do Cemitério da Mulemba, vulgo Catorze, a busca de uma caixa de negócio da sua mãe para levar ao mercado do Kikolo. "Quando chegamos no local havia os seus companheiros armados que me receberam a chave e a mota metendo-se em fuga e quando na companhia de outros motoqueiros tentei seguir os marginais fizeram disparos com armas de fogo", contou. Em declarações ao CONTINENTE, Bento Rafael, presidente Nacional da Amotrang, referiu que

realmente tem sido muito preocupantes os ataques aos motoqueiros. Segundo explicou, face a situação, a associação que dirige tem passado a mensagem à polícia tanto a nível das localidades como a nível das próprias províncias, no sentido de se reverter o quadro. "Também temos orientado os fiscais em determinados locais a colaborarem nos movimentos dos motoqueiros no sentido de orientá-los a não circularem depois das 18h00, altura em que ocorrem os assaltos", disse Bento Rafael, tendo aproveitado a ocasião para apelar as pessoas que têm atacado aos motoqueiros, convidando-as a se dirigirem à associação para adquirirem uma motorizada, legalmente, para exercerem também a actividade de moto-táxi do que levar a vida de delinquência. Disse ainda que todos os motoqueiros que não tenham ainda matrícula e livrete devem adquiri-las junto da associação, já que a polícia está ao seu dispor.

### 3.11 Zungueiras regressam às ruas enfrentando tudo e todos

*Novo Jornal*

*14 De Dezembro de 2012*

O COMBATE À VENDA anárquica em Luanda não está a ser nada fácil. Dois meses depois de o governador Bento Bento tomar medidas para acabar com a venda ambulante, a fim de melhorar a imagem da cidade, os vendedores continuam a resistir, enfrentando polícias e fiscais para fazer negócio e proporcionar um Natal mais próspero aos seus. O Novo Jornal fez uma ronda por algumas zonas onde este tipo de comércio é praticado e notou que o fenómeno da Zunga e a venda anárquica em locais proibidos voltou a ganhar vida. À nossa reportagem alguns vendedores afirmaram que não têm como garantir um cabaz para o dia de família e que a única saída que encontraram foi enfrentar os fiscais e a polícia. Por outro lado, garantem que não vão para o novo mercado do Panguila por ser distante, o que faz com que os clientes não cheguem lá. "Vamos nos aguentar, mesmo com a polícia e a fiscalização. Vamos vender mesmo assim com as corridas. Quando eles vêm nós fugimos e, quando estão distraídos, aproveitamos para vender", desafiou Joana António, que comercializava carne congelada na Avenida Ngola Mbandi. A mulher afirmou que já perdeu o medo dos fiscais e da polícia por não ter outros meios para sustentar os filhos. "Sou mãe solteira. Quem vai sustentar os meus filhos? Não tenho outra profissão, os meus filhos precisam de comer e vestir. Sou a mãe e o pai deles", evidenciou com ar destemido, salientando que na véspera das festas a coragem aumenta, porque os filhos também merecem ter um Natal feliz. Segundo a nossa

interlocutora, desde que começou o corre-corre com os fiscais, já desperdiçou muito dinheiro. Mas, como não têm outra alternativa, prefere enfrentar as autoridades. "Já me receberam caixas de frango, entrecosto e peixe, perdi muito, mas não tenho para onde ir. O Panguila é longe e os clientes não vão até lá. Prefiro lutar com eles", insistiu. Na rotunda da Cuca, o Novo Jornal notou que, desde as primeiras horas da manhã às 17h00, por causa da presença da polícia e da fiscalização, os comerciantes aproximam-se timidamente do local. Espalhados a poucos metros da tenda dos fiscais, que foi montada na curva, e da esquadra móvel, lá vão eles atentamente exibindo nas mãos os seus produtos. Quando chegam as 18h00, o bulício aumenta. Os vendedores invadem o local e, com aparente normalidade, vendem de tudo. Mariana, que comercializa hortaliças, diz que àquela hora todos aproveitam para vender porque não há ninguém para os impedir. Já na rua Cónego Manuel das Neves, no S. Paulo, os comerciantes, para além de venderem no quintal do mercado, local provisório onde foram colocados em plena luz do dia, voltaram a praticar as suas actividades. Ainda neste mercado, confrontámos

Ana Marta, que também pratica a venda ambulante. A mulher foi unânime em afirmar que está preparada para enfrentar os fiscais porque não tem nada para dar aos filhos no Natal. "Voltámos porque, quando eu zungo no fim do dia, consigo comprar pelo menos o jantar para as minhas crianças. Vou parar de zungar? O Natal está a chegar e ainda não comprei nem grau de bico nem bacalhau. Festa é para todos, não é só para os ricos", frisou. Na avenida Deolinda Rodrigues, vulgarmente conhecida como estrada de Catete, os ambulantes vendem mesmo na passagem aérea sob o olhar atento da polícia. A esquadra móvel está logo em baixo da ponte e nem isso dissuade os comerciantes informais. O vendedor de óculos Armando João, quando interpelado pelo jornal, disse que para não ser corrido pela polícia paga uma gasosa e, assim, fica descansado. Imaculada Inácio, que vendia roupa e outros acessórios femininos, questionada sobre se não tinha medo da acção da polícia e da fiscalização respondeu: "Nós pagamos um valor a eles, por isso, eles permitem que vendamos aqui". A mulher salientou que o Natal está a chegar e dói a uma mãe ou a um pai não poder festejar com os filhos, com pelo menos alguma coisa.

### 3.12 Fim da feira popular de Luanda. Feirantes não sabem para onde vão

*Jornal A Capital*  
15 de Dezembro de 2012

A notícia caiu como um balde de água fria sobre os vendedores. É que, a Feira Popular de Luanda (FPL) fecha as portas, até prova em contrário, no próximo dia 20 de Dezembro. Félix Alfredo Manuel, 36 anos, vende na feira há quatro anos. Disse que o encerramento da FPL constitui para ele e companheiros, uma grande preocupação, sobretudo, porque nem sequer os autores da decisão, indicam um sítio alternativo. Por isso, em vez de sensibilizados, estão desmoralizados. "É a preocupação de toda a malta jovem que trabalha aqui. Para além de retroceder os nossos negócios, deu-se pouco tempo para deixarmos o local", reagiu Manuel, queixando-se do volume de produtos e artigos que muitos ainda possuem, adquiridos, mesmo, a contar com a presente quadra festiva. "Estamos com muitas mercadorias. Com o tempo dado para o encerramento da Feira, estamos preocupados. É o caso mais sério que nós temos", lastimou.

Sem sombras para dúvidas, para além de movimentarem grandes somas em dinheiro, é, unicamente desse negócio que conseguem o seu sustento. Por isso e por muito mais, os feirantes rogam que, mesmo precisando do espaço, os proponentes da decisão, confirmem-lhes mais algum tempo que, pelo menos, lhes permita finalizarem com a venda das suas mercadorias. Na óptica dos populares, caso isso não funcione, o mais sensato seria, no mínimo, indicar-se um espaço aos feirantes para continuarem a sua vida comercial. "Queremos que os homens da Administração da Feira nos dessem mais tempo e que pensassem, um pouco mais, nas pessoas que já cá estão há três, quatro e sete anos", frisou o vendedor, sugerindo que a determinação de uma data, a sensibilização do povo, contribuiriam para que todos compreendessem.

Na FPL, estão instalados quase todo tipo de negócio. Os que mais predominam, porém, são o da restauração e o da comercialização de sapatos e vestuário. Os que vendem em tendas, segundo um dos nossos interlocutores, pagam uma mensalidade de dois mil Kwanzas, à Administração, acusada, entretanto, de impotência. "Pagamos uma quota de dois mil Kwanzas por mês, mas não sabemos onde se tem aplicado esse dinheiro. Temos motivos para reclamar, porque não estamos aqui de favor. Nós pagamos impostos", agudizou.

Gerente de um restaurante na Feira, há sete anos, Manuel Lussuca Dias, considerou, "uma atitude surpreendente", a decisão do encerramento da FPL. Segundo ele, os feirantes estão mais preocupados por não saberem qual será o destino de cada um. "Estamos, de facto, preocupados. Não sabemos ainda para onde vamos", abriu-se Dias cujo restaurante que gere paga uma quota de 30 mil Kwanzas ao fim de cada mês. Desolada está também a dona Sofia Ebo, 54 anos. Possui o seu restaurante, na FPL, há 15 anos. "É muito complicada a situação em que nos encontramos", esboçou ela que tem feito daquele local a sua única fonte de rendimento para o sustento da família.

"Daqui sai o sustento para os meus filhos, netos e, o pagamento dos estudos delas", observou, ao manifestar-se consciente de que haverá alguma indemnização só que, entende, "o valor pretendido é muito abaixo, se comparado aquilo que muitos investiram na construção dos seus locais de trabalho". Para dona Sofia Ebo, em vez da indemnização, um espaço seria melhor, uma vez que, será muito complicado para pessoas da idade dela, que, já não conseguem no mercado de trabalho uma empresa que as possa empregar. "Se querem indemnizar tem que ser de acordo com o que as pessoas gastaram. Não como se está a ouvir, 100 mil ou 150 mil Kwanzas. Seria melhor se nos dessem um espaço", exclamou. Por sua vez, Eduardo André, 31 anos, vendedor em tendas há seis anos, avançou que a informação chegou-lhe como uma bomba, e considerou-a mesmo como sendo o protótipo da "destruição de um lar", pois, o seu negócio, para ele e colegas, é a fonte do ganho do pão de cada dia. "É o fim da fonte de rendimento para centenas de pessoas", reagiu. Informou que devido o enfraquecimento da Comissão de feirantes, o colectivo ainda não tem uma posição definida, estando, por isso, dependentes, unicamente da direcção da Feira. "Não temos uma posição definida, isso porque aos poucos a comissão de feirantes se desfez", notou, ao defender que, antes do encerramento do espaço tinha que se ter um outro espaço para no qual os comerciantes continuariam sua actividade. "Sendo a Feira um espaço criado para o benefício da população, antes de fechá-la, tinham que ter um outro local onde poderíamos continuar o nosso trabalho", continuou.

"Tínhamos que saber quem é esse. Estes jovens saíram dos mercados e agora para onde vão? A feira foi..se suposto, dono", atirou desadaptado, Eduardo André, que mais degradando, adiante apela há quem e a de direito no sentido de a Administração olhar para eles, "porque, nada fez até quando se fecha um lugar hoje. como este, aonde as pessoas tinham a sua fonte

de rendimento, as consequências são as que muitos já sabem". "Aumenta o nível de desemprego e, também, aumenta o nível de criminalidade no país, porque as pessoas ficam sem ter aonde recorrer", enfatizou. Estêvão Bravo da Costa é, também, um comerciante agonizado. "O sentimento que tenho é de frustração", começou por dizer, referindo-se aos investimentos que aplicou.

"Agora, de um momento para o outro a gente só tem que sair, sem saber tal para onde vai, nem quem vai retribuir o investimento feito? Não é justo", lamentou o mais velho que alega ter aplicado um capital de cerca de 50 mil dólares norte-americanos. "Aqui, como podes ver, são cerca de 40 ou 50 mil USD", apontou, ele que paga uma quota mensal de 350 USD." "O que é feito desse dinheiro, para quê? A gente não sabe", constatou. Ainda assim, Estêvão da Costa reconhece que o recinto da FPL, há muito ficou só com o nome. Por esse facto, aceita-se sair de lá, aliás, considerou, é justo que se explore melhor o sítio. "Reconhecemos a situação e, até, aceitamos sair daqui, uma vez que, se calhar, vai servir para uma outra coisa que vai mudar completamente o aspecto do espaço", mas, o que é importante, continuou, é que as pessoas saíam mais ou menos satisfeitas. "Seria melhor mais dois ou três meses, para que a retirada seja pacífica, para que as pessoas encontrem alternativas. É o que pretendemos", suplicou.

A nossa reportagem apurou o quanto se paga em quotas mensais. Assim, os feirantes instalados em tendas pagam uma mensalidade de 2000 mil Kwanzas, as barracas, consoante o tamanho, vão de cinco mil Kwanzas aos 10.000 mil Kwanzas e os restaurantes chegam aos 30 mil Kwanzas.

Vai deixar saudade

Depois do encerramento do mercado do Kinaxixe, da praça Beato Salú, ao bairro Operário, do desmantelamento das barracas da Ilha de Luanda, a Feira Popular tomou-se destino de muita gente, quase todos os dias, mas, sobretudo aos fins-de-semana, para degustar quitutes da terra. Durante a nossa reportagem, encontramos Alberto Dulo, 26 anos. Freqüentador do local, considerou que o encerramento da Feira deixará muita gente na condição de desempregado, pelo que acha reprovável o modo como se quer proceder ao encerramento da mesma, isto é, sem se olhar para o lado humano da medida. "Não é bom o que se vai fazer, porque muita gente vai ficar sem emprego", ressaltou. Quem alinha pelo mesmo diapasão é Jorge Júnior, para quem a decisão de encerrar a Feira nos modos anunciados, é incoerente.

"Reprovo esse comunicado. Fizemos disto um lar e, sempre que queremos comer viemos aqui. As pessoas investiram muito aqui. Não podem sair, assim, de repente", desabafou, júnior que mais adiante sugere à direcção da FPL que ao contrário do que quer fazer, devia é melhorar as condições da Feira, organizá-la bem a fim de acomodar bem as pessoas. "Se assim não for, pode trazer muitas consequências negativas", apelou, convidando a direcção do espaço, a encontrar um meio-termo com os comerciantes.

Vamos para a rua

A nossa reportagem procurou a Comissão de feirantes e encontrou o vice-presidente da mesma, Francisco Silva. Avançou que a Comissão só ouvia rumores a respeito do que hoje será, aparentemente, realidade. O encerramento da Feira. "Só ouvíamos «mujimbos de que um dia a Feira havia de sair, mas oficialmente nunca nos reuniram conforme aconteceu quinta-feira passada", reunião que, no entanto, continuou, nada serviu, porque, eles vieram, simplesmente, nos esclarecer que a gente deve abandonar o espaço por ordem superior, sem adiantarem quem é o tal superior que baixou a ordem.

O que é verdade é que, "vamos para sítio incerto". "Determinaram que a gente tem que sair até dia 20 de Dezembro, e que vão abrir uma conta bancária para fazerem uma possível indemnização", e, para onde vão? Resposta simples: "vamos para a rua", porque, "eles não designaram um lugar para a gente ir".

Francisco Silva adiantou, por outro lado, que, oficialmente, também não são conhecidos os critérios de indemnização, contudo "pelas bocas das pessoas, sabe-se que, quem paga 20 mil Kwanzas mensais, terá uma indemnização igual a dois anos multiplicado por 20 mil Kwanzas".

O responsável corrobora com a ideia dos seus parceiros, reiterando o apelo às "instâncias superiores que dêem mais tempo". "Em 30 dias, tirar um inquilino é inadmissível. Que dessem mais tempo, um espaço para a gente ficar e uma indemnização aceitável para que a pessoa possa investir noutra espaço", acentuou. A palavra de ordem do Executivo não está a valer!, exclama Francisco Silva, numa alusão ao lema: (trabalhar mais e distribuir melhor), pois, em seu entender, ao partirem para lugar incerto, "praticamente vamos trabalhar na rua, com a polícia a correr atrás de nós". "É isso que vai acontecer. Se, por acaso, o Governo da província está, mesmo, a construir mercados, eles tinham que vir aqui, fazer o levantamento do pessoal e, depois de terminados os mesmos, viessem para aqui e nos repartissem pelos vários mercados de que se ouve falar, ainda que fosse

em Catete", Aos feirantes, o vice-presidente da Comissão convidou e encorajou a contribuírem com dinheiro. Não avançou nem o nome do pretense advogado, nem o valor individual, mas disse que cada um com pouco ou com muito, contribua, "para a gente poder pagar", os honorários.

Para o constrangimento dos feirantes, a Administração persiste em não revelar a suposta instância superior que baixou a ordem, tão pouco o que se pretende com o espaço. Entretanto, como a FPL é contígua ao campo do Catetão, afecto ao clube futebolístico Petro de Luanda, ventila-se informação, segundo a qual, é a direcção desta agremiação desportiva que estaria por detrás de tudo. "O Petro diz que o espaço é deles, mas não temos confirmação alguma dessa titularidade", concluiu. A nossa reportagem procurou contactar a direcção da feira para saber das eventuais causas que levarão o encerramento da mesma, mas, sem sucesso, pois, alegadamente, a voz autorizada, (director) estaria ausente .

#### Trabalhadores à deriva

Domingos Cristóvão Neto trabalha na FPL desde a sua génese, isto é, desde 1995, quando foi inaugurada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O também financeiro da Administração da Feira, adiantou que o comunicado que orienta a medida vem em nome da empresa GEFI, através, do gestor da Feira, o director da referida empresa, Moreno de Sousa.

Domingos Neto, apesar de tudo, está, igualmente, descontente. E diz, porquê: "estou aborrecido com quem quer que seja que determinou o encerramento da Feira. É que, nós somos trabalhadores e não somos tidos nem achados. Não querem saber de nós". A neura deste homem que há 17 anos se dedicou a servir a FPL reside no facto de a comunicação lhes ter sido dada de forma ruim. Tanto é que, de acordo com ele, foi o próprio director-geral da FPL a informar que a GEFI, não quer saber dos trabalhadores da Feira.

"Quer dizer que, se tiverem que encerrar no dia 20, os trabalhadores vão para a rua pura e simplesmente", atirou, para referir depois que o mesmo director alega ter tentado reivindicar junto do indivíduo que dá a ordem do encerramento, mas que, "o mesmo diz que não quer saber de nada". "O que será dos trabalhadores que estão desde 1995 aqui neste recinto e que atingiram a velhice?", eis a grande questão que Domingos Cristóvão Neto levanta, sem saber se terá resposta, ele próprio um grande desconhecedor dos motivos que motivaram o encerramento. "Ninguém diz nada. Só querem encerrar, porque alegam ser

propriedade do Petro", mas, reterá, "não temos nada, nem em momento algum, um documento que nos prova que este é um espaço do Petro". Conhecedor da história do lugar, informou que lá sempre, isto é, desde 1978.

"Então desde 1978 é que é propriedade do Petro?", interroga-se o mais velho. "Gostaríamos saber como?", rebate, observando que, se o Petro quer obter o recinto, então, cabe-lhe indemnizar as pessoas que estão lá há muito tempo.

Defende que, independentemente da indemnização, tem que haver uma conversa com o Governo da província para se saber onde colocar as pessoas. "Não vejo razões. Por mais que se pense que os que estão aqui são bichos, que podem ser atirados, da cá, toma lá aquela palha, teriam que ser postos num determinado sítio", desabafou. "Isto foi inaugurado corno feira pelo Presidente da República, e se foi, de repente já não é Feira? Já tem proprietário? Já podem vir derrubar e não dizem? Onde vão colocar as pessoas? Nem dizem qual o destino dos trabalhadores que sempre funcionaram no recinto", ralhou o velho Cristóvão, visivelmente zangado.

O que ele e os demais afectados defendem, mesmo, é que, seja ele quem for o interessado pelo recinto, dê a cara, e diga os quês e porquês da atitude. "Não sair sem primeiro terem uma atitude em relação aos indivíduos que mandaram encerrar", eis o apelo do ancião aos vendedores da FPL, porque, sustenta, pelo tempo que muitos têm aqui, pelos investimentos que fizeram, é complicado sair sem indemnização. "E, se vai sair com indemnização, tem que se negociar para ver se está de acordo ou não e, porque é que não está de acordo. Infelizmente na nossa República essas coisas são feitas de ânimo leve, porque ninguém é tido nem achado", murmurou ao terminar.

### 3.13 Venda nas ruas foi proibida

*Jornal de Angola*

*15 de Dezembro de 2012*

O administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, proibiu na sexta-feira a venda de produtos fora dos locais autorizados, sob pena de os transgressores serem levados a julgamento sumário no tribunal local. A medida, emanada pelo Código de Postura Municipal e a Lei das Transgressões Administrativas, visa "proporcionar sossego, ordem e tranquilidade pública", através da organização dos vendedores ambulantes e a melhoria da oferta de produtos essenciais à população, afirma uma nota da Administração de Municipal Benguela. O documento indica que a Administração teve vários encontros

com vendedores ambulantes na cidade de Benguela, na tentativa de os sensibilizar a exercerem a actividade no Mercado Municipal Heróis de Moncada, junto ao estádio São Filipe e no novo Mercado da Pecuária, que "oferecem condições de conforto, segurança e higiene". "Anão observância do preceituado no Código de Postura Municipal e na Lei das Transgressões Administrativas perturba a ordem e a tranquilidade pública", acrescenta comunicado. O documento acrescenta estarem abertas, desde terça-feira passada, na Repartição Municipal de Zeladoria e Fiscalização da Administração de Benguela, inscrições para o licenciamento de vendedores informais e para a consequente obtenção de locais e bancas de venda naqueles mercados. o novo mercado do bairro da Pecuária, nos arredores da cidade de Benguela, para onde vão ser transferidos mais de 1.500 feirantes de vários espaços de venda informal, foi inaugurado a 20 de Agosto. A edificação da infraestrutura de média superfície foi financiada pelo Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD), numa iniciativa do Executivo angolano, destinada a organizar e modernizar a actividade comercial no país. O mercado é constituído por 1.008 bancas com armários, duas câmaras de frio com capacidade para produzir 200 metros cúbicos gelo, armazéns arrendáveis, duas agências bancárias, padarias, pastelarias, lojas, creche, posto médico e da polícia, para garantir a segurança do local. No centro da cidade está o Mercado Municipal Heróis de Moncada, reaberto a 4 de Fevereiro de 2009 pelo ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Kundi Paihama, e cujas bancas estão desocupadas porque as vendedoras ambulantes preferem comercializar nas ruas, apesar dos constantes apelos das autoridades para a alteração desta prática. As administrações municipais em várias províncias de Angola estão preocupadas com a situação dos vendedores ambulantes, procurando promover, pela via de incentivos, a sua passagem do mercado informal para o formal.

### 3.14 Especuladores de gás e táxis condenados á pesadas multas

*Agora*

*15 de Dezembro de 2012*

O Tribunal de Polícia julgou e condenou na segunda-feira 12 pessoas, indiciadas nos crimes de especulação do gás de cozinha, exercício ilegal de farmácia, encurtamento de rotas e especulação nos preços dos taxi. Os réus, foram condenados a penas de multa que vão desde os 100 à 128 mil Kwanzas. De acordo com dados chegados a redacção do AGORA, os

infractores foram presos durante as operações realizadas pelo Comando Provincial da Polícia, através da Direcção Provincial de Actividades Económicas, visando a fiscalização dos actos de especulação e encurtamento de rotas por parte de alguns taxistas, sobretudo nos municípios de Cacucaco, Viana e no Distrito da Samba. Recentemente, o Chefe do Departamento Central da Polícia Económica em Luanda, superintendente Manuel Edmundo, disse à comunicação social que, além dos especuladores já julgados, haviam outros sete revendedores oficiais, que também foram detidos e acusados por prática de especulação do gás. Refira-se que o AGORA denunciou na sua edição passada a existência de especuladores do gás a preços altíssimos, tendo inclusive apresentado o quadro demonstrativo, bem como as respectivas diferenças, custando o de cozinha o valor especulativo de 2.000 à 4000.00Kz.

### 3.15 Iniciativa de Impacto Económico e Social-Benefícios já são palpáveis

*Semanário Factual*

*15 De Dezembro*

Vários foram os programas desenvolvidos pelo pelouro administrativo da de Luanda, no sentido de incentivar o empreende do risco e o bem-estar social.

Hoje, oito meses após o lançamento das bases para a efectivação do projecto, os benefícios já são palpáveis e contam com o envolvimento pleno das comunidades.

Com um orçamento de 131 milhões de dólares, foram desenvolvidos quatro projectos, partindo do programa "Luanda limpa", que contou com a criação, a nível da província, de postos de transferência de lixo, face à insatisfação dos munícipes quanto ao saneamento básico. Actualmente, a venda de resíduos sólidos tem servido de fonte de renda para muitas famílias. A secção de recepção de resíduos sólidos é reservada ao registo dos vendedores e à facturação. No posto de recepção Kalawenda, os vendedores apresentam-se com o recebido da quantidade dos sacos comercializados e lhes é passada a factura, para depois o pagamento no BPC.

Mercados populares  
Durante o ano 2012, Luanda registou a construção de mercados a nível dos municípios, com o objectivo de acabar com a venda ambulantes na via pública. Com um orçamento de 43,6 milhões de dólares, o programa pretendeu criar cerca de 11 mercados populares nos municípios, 80 mercados populares de

bairro, 14 mercados de peixes e uma rede de 100 quiosques. Ainda não concluídos na sua totalidade, mercados já foram finalizados, faltando apenas a sua ocupação por parte das vendedeiras, facto que tem acarretado problemas, visto que as mesmas insistem em continuar a vender na via pública, o que tem causado inúmeros transtornos. No que toca ao programa "Praça dos Campeões", hoje é visível a massificação, quanto à prática desportiva, com o surgimento de quadras polidesportivas a nível dos municípios. Para os jovens, o projecto veio fazer que muitas pessoas não praticantes pudessem interessar-se na prática do desporto.

BUE é uma realidade

Quanto ao programa de apoio à criação de microcrédito e formalização de pequenos negócios à criação de pequenas cooperativas, hoje, os municípios de Luanda contam já com o Balcão Único do Empreendedor (BUE). Actualmente, o programa conta com o apoio dos bancos privados que aderiram ao projecto. Mais de uma centena de empresas foram constituídas e financiadas pelo BUE. Os BUE agrupam, no mesmo espaço, uma série de serviços públicos (Direcção Nacional de Impostos, Registo Civil, Identificação Civil, Registo Comercial, Segurança Social, Estatística e Direcção Provincial do Comércio) que visam desburocratizar o processo de constituição de empresas. Outro dado curioso é o tipo de profissões mais procuradas. Segundo as primeiras estatísticas apuradas, as ligadas ao pequeno comércio vão das zungueiras às quitandeiras, roboteiros e engraxadores. Seguem-se, posteriormente, as pastelarias, mototáxis, cibercafés, Djs, serralheiros, canalizadores e electricistas.

### 3.16 Quando o Ministério do Comércio não controla

*Jornal A Capital*

*15 de Dezembro de 2012*

O quadro de casas de comércio precário, cantinas ou ditos armazéns, montado à beira de qualquer estrada hoje reabilitada em Luanda, representa muito mais do que se vê olho nu. É, sim, uma evidência clara do fracasso de um plano de modernização do Comércio, desenvolvido pelo Ministério de tutela, bem como pelas autoridades provinciais, cujo principal objectivo era organizar a sua vertente precária, mantendo-a, justamente, apenas em locais autorizados.

Houve, inclusive, um processo de encerramento de estabelecimentos. Ainda no passado, em 2000, as autoridades tinham registadas 62 cantinas. Esse número, mais de dez anos depois, multiplicou-se em

grande medida, tal como se pode constatar. As cantinas, os armazéns não saíram do centro da cidade. Continuam a instalar-se, dia após dia, ameaçando criar um cenário idêntico ao já instalado noutras zonas de Luanda.

Com efeito, ali onde as autoridades angolanas reabilitam uma estrada, estão a nascer, um pouco por toda Luanda, construções desordenadas que albergam farmácias, armazéns, estúdios fotográficos e ainda cantinas com o denominador comum de não respeitarem a estética urbanística ou as normas comerciais em vigor na República de Angola.

As autoridades provinciais fazem, entretanto, silêncio face a esse fenómeno que, lado a lado com a venda ambulante, ou com a colocação de uma bancada em cada canto da cidade, vão roubando à Luanda o pouco de organização e de encanto que ainda lhe restavam. Populares, como Cláudio Levi, 28 anos, abominam desse realidade que se está a fixar entre nós, e consideram que se não forem tomadas as necessárias medidas a transfiguração do município do Cazenga, em que zonas habitacionais foram simplesmente transformadas em ilhas de armazéns desordenados, pode assumir uma dimensão provincial.

Como automobilista, Cláudio disse conhecer bem a realidade. Louvou o esforço do executivo na requalificação de muitas vias da cidade, mas entende, por outro lado, que é necessário que o trabalho se estenda à estética das mesmas vias então reabilitadas. Afinal, tal como enfatizou, essas construções estão, simplesmente, a contrastar com a beleza das estradas. Em várias partes de Luanda pode-se ver a razão da crítica de Cláudio. Armazéns de venda de material de construção civil estão construídos lado a lado com cantinas ou farmácias, todos a ostentar uma pintura artesanal e uma arquitectura em nada condicente com a modernização que se quer implantar em Luanda.

"Essas cantinas, esses armazéns, estão a roubar a própria estética e a beleza das estradas, e isso tem que ser modificado". A mesma opinião tem o estudante Zaia Miguel, de 24 anos. Ele queixa-se, por exemplo, do facto desta degradação estética registar-se, inclusive, naquelas estradas que conduzem a pontos turisticamente mais apelativos da cidade. Quem vai para o Aeroporto Internacional, ou ao Belas Shopping, por exemplo, não deixa de se confrontar com tão triste visão. "Essas construções, com realce para as cantinas, umas à frente das outras, dão urna péssima imagem", constatou.

"Não estão organizadas. À beira da estrada, tal como estão, não dão um bom aspecto, muitas delas têm mais saliências que as outras". O estudante diz, no



entanto, reconhecer a importância do comércio precário, como são tecnicamente designadas tais estruturas comerciais. Porém, insiste, há que haver organização, afinal não se pode instalar uma casa comercial em qualquer ponto, defendeu. "Há vias que têm que estar muito organizadas, devido aos turistas que visitam a cidade capital e que passam por elas".

Tem de deixar de imperar o vale tudo, segundo o estudante. "Apesar de estarmos numa fase de sobrevivência, de dificuldades, as coisas têm de estar bem organizadas, devidamente estruturadas". Para ele, a realidade mais incómoda é, mesma, a da rua 21 de Janeiro, aquela que, desde o aeroporto internacional, conduz o cidadão até ao sul de Luanda. "Nas imediações do Rocha Pinto", disse, "os empreendimentos estão mal construídos, porque dão um péssimo aspecto à via". Casimiro Zau, 22 anos, município, disse mesmo que muitos estabelecimentos à beira da estrada ofuscam as mudanças no paisagismo da cidade e dão, à cidade, esse aspecto de sapato velho. "As construções próximas as vias continuam a ser feitas anarquicamente, mancham a beleza das vias e acabam por prejudicar o visual, a imagem da própria cidade".

Tal como os demais municípios, ele disse reprovar as construções de cantinas e armazéns à beira da estrada. "Eu as reprovoo Por onde tenho passado, não noto um bom aspecto, há sempre construções em curso de um armazém ou de um outro estabelecimento" precário.

Domingos Bento, funcionário público, sugere que as autoridades têm de elaborar um plano, se quiserem, com efeito, acabar com esse cenário. "É preciso disciplinar os comerciantes, e não só, que meia volta estão a construir à beira da estrada, deixando a via sem estética. Tem que se indicar uma área onde os vendedores possam continuar as suas actividades normalmente". Outra questão levantada pelo município se prende com as implicações desse comércio, à beira das estradas, para a circulação automóvel. O trânsito, tal como se vê, tem estado complicado com estes empreendimentos à beira da estrada. "Não é só a estrada que fica feia, tem que também ver os casos motoristas que são impedidos de circular normalmente. Mas, é de ressaltar que as construções desorientadas não aumentam em nada a beleza das vias, muito pelo contrário, só a estragam", notou.

"As construções desordenadas que aparecem à beira da estrada acontecem por cumplicidade do próprio executivo", disse Cristóvão Manuel Bento, 36 anos, município. "Deve haver, sim, um plano ou fazer-se um estudo de viabilidade no sentido de controlar melhor as coisas, para termos construções à beira da

estrada de forma guiada". Benildo Domingos, 18 anos, estudante, disse que não é contra os armazéns a beira estrada, desde que os sigam um modelo de construção, para conferir um aspecto mais digno à cidade. "As cantinas e afins dão mau aspecto às vias".

### 3.17 Com o natal às portas. Chegou a era do lixo.

*Jornal A Capital*

*15 de Dezembro de 2012*

Luanda/Natal um binómio nada abonatório para a capital do país. É que, por causa da corrida consumista que caracteriza a quadra festiva que vai desde o Dia da Família à passagem de ano a produção de lixo multiplica-se, o que, pressupõe um redobrar de capacidades das empresas vocacionadas para a recolha e tratamento de resíduos sólidos. Entretanto, a semana que termina foi marcada por uma descida considerável de actividades de um grande número de operadoras de limpeza, umas, até, paralisaram, por alegada falta de verbas que lhes eram devidas pelo Governo da província. A dívida, porém, acabou por ser liquidada ao cair da semana, pelo que, espera-se da parte destas operadoras um bom desempenho ao longo da quadra festiva que, já começa a mexer com a população.

Por estas ou por outras razões, há cerca de dois meses, os moradores da urbanização Nova Vida vêem-se a braços com grandes quantidades de lixo às portas de suas residências assim como nas ruas, tudo, porque, contam os moradores, a Elisal deixou de fazer o trabalho que antes era feito pela Imogestim. De facto, durante urna constatação feita pelo A Capital, deu para comprovar que a situação não está nada boa. Quem conheceu aquela urbanização nos seus momentos áureos, com certeza ficaria de "queixos caídos" ante o estado actual que o condomínio apresenta. Os residentes, queixam-se. O primeiro foi o mais velho António Felismino, 70 anos. Ele considera lastimável o quadro vigente. "O problema do lixo aqui é grave. Está-se já a tornar hábito de quem recolhe o lixo passar só às vezes", chegando, mesmo, de acordo com o mais velho, a ficar semanas em que só passa urna vez.

Aos ouvidos dos moradores, segundo António Felismino, chegou a informação, segundo a qual, os trabalhadores da empresa encarregue da recolha dos resíduos ao Nova Vida, encontram-se em greve, alegando incumprimento dos seus direitos por parte da entidade patronal. "Ouvi dizer que estão em greve, por falta do pagamento de salários", ventilou. "Por isso é que, não fazem o serviço completo. Fazem-no às prestações", atestou António Felismino, que

lamenta o facto de a situação perdurar há dois meses. "Estamos nessa situação, mais ou menos há dois meses, mas é natural que outras pessoas tenham observado mais tempo", enfatizou o ancião, acrescentando que quando as quantidades de lixo suplantam o tolerável, "nós pegamos no lixo e levamos para um outro sítio".

"Passamos mal. Às vezes, quando o lixo passa aqui três dias ou mais, exala mau cheiro. Realmente passa-se mal", queixou-se e recorda que antigamente não era assim, pois, a recolha do lixo era feita com regularidade e condomínio estava limpo. Por via disso, sugere à empresa que, se a questão dos vencimentos dos trabalhadores está, de facto, na base do problema, "que paguem os salários". Testemunha da situação é outro morador. O jovem Esmínio Ramos Bunga, 20 anos. Disse que o pessoal da limpeza, aparece por volta das 21h00, só que não recolher todo lixo. "Passam por alguns prédios e deixam outros", contou. "Vivo no prédio 73. Ainda há muito lixo frente ao edifício, os baldes estão todos estragados", queixou-se, ao clamar por substituição dos contentores para a deposição de resíduos sólidos.

"O que vemos na urbanização Nova Vida, é que há muita desorganização por parte da empresa que recolhe o lixo", criticou e continuou, dizendo que a situação vem se registando desde que a empresa Imogestim deixou de prestar serviço do género ao condomínio. Quem também lamenta o estado crítico do Nova Vida é a senhora Antónia Miranda, 38 anos, para quem a situação é antiga. A nossa reportagem contactou a empresa, citada pelos moradores, corno sendo a que se responsabilizava pelo saneamento básico da urbanização, a Imogestim. O seu director, Ricardo Baptista, adiantou que a empresa tinha um consórcio com a Africom que se responsabiliza pela recolha do lixo no condomínio e não só. Contudo o mesmo contrato ia só até ao mês de Junho do corrente ano. "A Imogestim e Africom tinham um consórcio que já terminou em Junho", frisou, lembrando que, neste momento, avançou, as empresas estatais, designadamente, EDEL, EPAL e ELISAL, é que assumiram o trabalho no condomínio em causa. "Agora estão a EDEL e a EPAL com 10% e a ELISAL", enfatizou o director.

#### Vender lixo

o que a população, ou parte dela ainda não sabe é que, está em marcha o processo de compra de lixo, pelo Governo provincial aos cidadãos. Iniciado há alguns meses, já vai crescendo, tanto é que, de acordo com o director do gabinete de Comunicação e Imagem do Governo da província de Luanda, Carlos Gonçalves, com o programa de compra de lixo, já foi possível recolher mais de duas toneladas de resíduos

sólidos, com um volume financeiro na ordem dos sete milhões de Kwanzas.

#### Serão castigadas

O que é facto é que muitas empresas de recolha de lixo entraram para o negócio sem terem capital inicial, quer financeiro, material ou humano promissores. E, aparentemente, a reparar nesta realidade, as autoridades competentes estão de olho nelas. Pela primeira vez, umas acabaram multadas. Foi o caso das empresas de saneamento Recolix, Kiaxi Wast, Rangol e Vista Waste que receberam, nesta quarta-feira, 12, em Luanda, multas fixadas entre os cinco milhões de Kwanzas 1 e os 10 milhões de Kwanzas. As penas foram aplicadas pelo Ministério do Ambiente, por verificar que as mesmas desrespeitaram o Decreto Presidencial, em vigor sobre a gestão de resíduos e as normas ambientais, mesmo depois das várias advertências e sensibilizações feitas.

Técnicos de fiscalização do Ministério do Ambiente visitaram as empresas, uma a uma, tendo constatado contínuos desvios, previamente registados, alguns, até, perigosos à saúde pública, contaminação das águas e do solo. Assim, a Recolix apanhou uma multa de 10 milhões de Kwanzas, enquanto a Rangol, a Vista Waste e a Kiaxi Wast terão que pagar cinco milhões de Kwanzas, cada. As multas aplicadas, de acordo com o inspector, Kayosso Cunha, deverão ser pagas num período de 15 dias, e em caso de incumprimento, far-se-á recurso aos tribunais, órgãos competentes, que além de lhes acrescer a multa, caso falharem com o veredicto do tribunal, serão obrigadas a suspender a sua actividade até estabelecerem a legalidade.

"Essas empresas têm estado a contaminar o solo, não possuem locais próprios para o depósito do lixo, muitas nem se quer trataram a licença ambiental, outras, para além de contaminarem o solo e a água, não apresentam condições adequadas de trabalho nas suas infra-estruturas", justificou o inspector. A equipa de trabalho vai continuar com as averiguações há outras empresas similares que operam em Luanda, num total de 20, de direito angolano, mas na sua maioria dirigidas por cidadãos estrangeiros. Estas foram as primeiras multas aplicadas pelo Ministério do Ambiente, cujo montante se vai converter para os cofres do Estado.

Mesmo não estando isenta de alguns reparos, entre as empresas de saneamento visitadas, a Envirobac foi a que mostrou bom exemplo em termo de saneamento. Promete, contudo, corrigir-se até Janeiro de 2013.

### 3.18 “Quino”: o arrasta senhoras

*Angolense*

*21 De Dezembro de 2012*

É um dos jogos mais recentes, os seus promotores dizem que existe há mais de dez anos. O "Quino" parece "resistir" ou "cilindrar" os jogos da sorte ou de azar, o Luanda da Sorte, a Ráspadinha da Sorte e, sobretudo, as Lotarias de Angola, que nunca mais se ouviu falar - uma empresa diga-se que detinha os serviços de Totoloto, Totobola e outros. Enquanto a empresa "mãe" de lotarias em Angola deixa "brechas", o jogo "Quino ilegal ou não vai ganhando terreno em quase todos os mercados informais e os seus aderentes aumentam em grande escala. Na Estalagem, nas imediações do antigo mercado com o mesmo nome, no município de Viana, por detrás da bomba de combustível abandonada pela Sonangol depois de um incêndio há já algum tempo, se situa o mercado informal do "Salale", onde o jogo é uma realidade indiscutível. O jogo é praticado, principalmente, por mulheres que naquele mercado comercializam os mais diversos produtos. Maria Manuel é vendedora de hortaliças e é uma das apostadoras. Ela diz ter já ganho em pouco menos de um mês um colchão, uma máquina de lavar e um fogão. A vendedora que descreveu detalhadamente os prémios que ganhou daquela "lotaria de ocasião", afirmou que o fogão a facilita a vida ao confeccionar os alimentos porque chega tarde à casa devido a actividade que desenvolve. Falando da sua experiência, dona Maria disse ter apostado cerca de dez mil Kwanzas mas conseguiu alcançar os objectivos - arrebatar os três prémios. "Gastei quase dez mil Kwanzas mas não me arrependo. Tive fé e consegui concretizar o meu sonho", testemunhou. Joana Barrote, outra apostadora não teve a mesma sorte de Maria Manuel. Ela dedica parte do tempo e dos seus poucos Kwanzas no jogo "Quino". Tia Joaninha como é conhecida carregar a esperança de um dia vir a ganhar. "Jogo há mais de um ano mas como já comecei não vou desistir. Vendedora de roupa usada (fardo), Joana Barrote deseja ganhar dois prémios: um fogão e uma máquina de lavar.

Realizador de sonhos?

Para muitos apostadores o jogo "Quino" permite realizar alguns sonhos, como por exemplo, ganhar uma arca, um fogão ou dinheiro, de acordo com os seus aderentes. A lotaria "Quino" se assim se pode considerar, na Estalagem, por exemplo, no mercado do "Salale", funciona numa barraca feita de paus e chapas de zinco, para os seus promotores se protegerem do sol ou da chuva. O prémio varia entre cinco a dez mil Kwanzas para além dos eletrodomésticos. Para habilitar-se a um "prémio

Quino" o apostador começa por adquirir cartilhas, cujos valores variam desde cinquenta a duzentos Kwanzas. A cartilha de cinquenta Kwanzas, por exemplo, pode habilitar o apostador aos prémios considerados mais baixos, designadamente, um ferro de engomar, cafeteira eléctrica ou dez mil Kwanzas. A cartilha de duzentos Kwanzas dá direito a Um colchão, fogão, arca, geleira, botija de gás butano ou dez mil Kz. Cada cartilha contém cerca de dez a vinte números, sendo que destes números se existirem cinco números anunciados pelo promotor de jogo, o apostador é considerado vencedor. Nessa altura o jogo é mandado parar e de seguida analisasse o prémio a receber. Depois de anunciado o primeiro vencedor o jogo termina e começa um novo com compra de outras cartilhas. O jogo é processado de maneira que quem estiver distante da lotaria seja capaz de saber se é ou não vencedor. Um aparelho de som ligado a um gerador permite projectar o som e os apostadores mesmo distante conseguem ouvir os possíveis vencedores.

De ex-militar das FAA, a promotor de jogos

De ex-militar das FAA, hoje que se "despiu" da farda e do gatilho, natural de Malanje, Diamantino, como é conhecido disse que a ideia surgiu para dar algum sentido a vida, ou seja, estava difícil viver do salário. De regresso a Luanda vindo de Malanje, Diamantino, não teve outra saída. Em 2002 o ex-militar decidiu dar outro rumo a vida experimentar-se no mundo da lotaria. Com o último salário que recebera nas Forças Armadas, Diamantino, começou a fazer o seu próprio negócio. "Foi melhor fazer algo do que se envolver em negócio ilícito, fazer algo para não ser chamado de marginal", contou. Disse que quando um único apostador ganha duas vezes cria embaraços na sua actividade, porque no fim da jornada podem ser premiados muitos apostadores e não é muito bom para a casa. Durante a nossa presença deu para perceber que o jogo tem aceitação, tendo em conta o número de apostadores perto de cem e, como se não bastasse, alegadamente para percebermos como é feito o referido jogo, fomos convidados por Diamantino para participarmos do mesmo mas o tempo não nos foi favorável. No entanto, contactamos a Empresa Comercial de Lotarias de Angola para obtenção de mais esclarecimentos sobre este jogo e dos seus serviços que ao que se diz deixaram de existir, mas fomos mal sucedidos. Uma funcionária em serviço naquela empresa pediu que solicitássemos por escrito a entrevista, depois de endereçada a carta, nada nos foi dito até ao momento.

### 3.19 Lixo no Cazenga pode levar ao encerramento de armazéns

*Agora*

*22 De Dezembro de 2012*

O Administrador Municipal do Cazenga, Victor Narciso, disse esta quinta-feira, que a falta de colaboração dos comerciantes nas acções de limpeza e saneamento básico pode levar ao encerramento dos armazéns no Hoji ya Henda nos próximos dias. Falando à imprensa no final da visita aos estabelecimentos comerciais da comuna do Hoji ya Henda, o responsável mostrou-se descontente pela falta de cooperação dos comerciantes na limpeza do saneamento básico e proibição dos vendedores ambulantes na zona onde funcionam. Tany Narciso disse que na rua do Funchal e arredores existe água e lixo, porque os comerciantes continuam a facilitar os vendedores ambulantes na comercialização dos produtos defronte aos armazéns. De acordo com o edil do Sambizanga, em função disso, os comerciantes que não colaborarem na limpeza nem na preservação da boa imagem da zona serão penalizados, incluindo mesmo o encerramento do seu negócio. "Vamos encerrar os armazéns e só serão abertas quando entenderem participar e acabar com o lixo e tornar a área limpa", alertou "Tany" Narciso. A venda ambulante nos passeios e ruas prejudica a livre circulação de viaturas e peões.

### 3.20 Administração ameaça encerrar alguns armazéns

*Jornal de Angola*

*23 De Dezembro de 2012*

O administrador municipal do Cazenga advertiu que a falta de colaboração dos comerciantes na limpeza e saneamento básico pode levar ao encerramento nos próximos dias de estabelecimentos comerciais no Hoji ya Henda. Nataniel Narciso, que fez a advertência numa visita ao Hoji ya Henda, disse ter ficado descontente com o lixo que viu proveniente da venda feita nos armazéns e pelos vendedores ambulantes. Na rua do Funchal e arredores, afirmou, há água e lixo por os donos de lojas continuarem a permitir a presença de vendedores ambulantes em frente aos estabelecimentos. Os comerciantes que não colaborarem na limpeza e na conservação da imagem da zona, referiu, são penalizados com o encerramento dos armazéns.

### 3.21 Vendedoras ambulantes enviadas para mercado

*Jornal de Angola*

*24 de Dezembro de 2012*

A Liga das Mulheres de Negócio de Viana (LIMNEV) encaminhou este ano, para dez mercados do município, 3.092 mulheres que se dedicavam à venda ambulante. Um relatório da associação, chegado ontem à Angop, indica que a transferência iniciou-se no dia 26 de Junho e foi realizada em parceria com a repartição local do Comércio. Deste grupo, 1.084 mulheres foram transferidas para o mercado Mãe Africa, no Zango, 839 para as Mangueirinhas, arredores da vila, 538 para o Quilómetro 30, 285 para o Quilómetro 20, 151 para Luanda-Sul e 93 para a Sanzala. Locais de venda, como os Mulenvos, o Kimbote Muenho, o Mendinho e o Zango 1, acolheram 40, 37, 13 e 12 quitandeiras, respectivamente. Nanga Clarice Ambrósio, presidente da Liga, afirmou que já não existe espaço para as vendedoras nos mercados do bairro da Estalagem e do Quilómetro 30. A Liga das Mulheres de Negócio de Viana tem 7.426 associadas. Viana é um dos maiores municípios da província de Luanda e conta com um renovado parque industrial, com a instalação da Zona Económica Especial (ZEE).

### 3.22 GPL tira ganha-pão das Zungueiras

*Folha 8*

*29 De Dezembro de 2012*

Na reportagem feita, o folha 8 deparou-se com situações anómalas. O programa contra a venda ambulante, visa eliminar uma vez por toda, a oportunidade das mulheres sofridas em alimentar os filhos e maridos desempregado. Por um lado, o GPL encabeçado pelo suposto defensor da família, Bento Bento, pretende acabar com os produtos pirateados comercializados em vários pontos da "Quianda" e oferecer aos cidadãos qualidade e segurança dos produtos que consomem. Por outro lado, estão as mulheres, mães, jovens solteiras e desempregada em buscas de meios e formas para manter a subsistência das famílias, mesmo que para isso, sejam constantemente roubadas, sofrendo agressões físicas e morais pelos Agentes da Policia Nacional e da Fiscalização. O teatro que assistimos todos os dias nas paragens de táxi do São Paulo e outros cantos de Luanda, são os mesmos. A concorrência entre os Policiais e os Fiscais em cima das zungueiras tem sido cerrado. Uns procuram aconselhar as vendedoras e

outro prefere surripiar os bens das comerciantes, para que no fim do dia, saírem com os bolsos a pingar o suor e os esforços das ambulantes, segundo contam as vitimas. Madalena Cassule, de 34 anos de idade, ambulante a mais de 8 anos, mãe solteira de 3 filho, com idades escolar lamenta a atitude musculada do Governador Provincial de Luanda, em tentar de todas as formas lança - las a miséria. A mesma acredita que está é uma actividade regulamentada por lei e aproveita da mesma para ajudar o sustento e o bem-estar da família, face ao elevado índice de desemprego que a província atravessa. De todas as zungueiras entrevistadas pelo nosso repórter, os discursos foram copiosos e unanimes em dizer que o Governo "quer nos matar a fome e incentivar os nossos filhos a delinquência" alertam as comerciantes. Por sua vez, o analista económico, Paulo Mendembo sugere que o governo antes de traçar estratégias que visam melhorar as condições da sociedade e dos cidadãos, deve porém analisar todos os pontos discutíveis do projecto. No entanto, o estudioso vai mais longe em afirmar que o governo quando aprova um projecto não pensa nas beneficias do povo mais sim na conclusão dos programas de governo, que por sinal são na sua maioria inacabados. Zungueira, máquina funcional da economia informal. O Produto Interno Bruto, não reflete somente do sector petrolífero e diamantífero, mais sim também, na produtividade de produtos não renováveis e na recolha de impostos, bem como na facilidade da comercialização dos produtos de primeira necessidade. Para isto, o sector conta com agilidade das zungueiras que muito cedo acordam e deambulam pela periferia das cidades revendendo os produtos locais e de proveniência estrangeira. Esta máquina, tornou-se necessário para a movimentação do capital informal, tanto para os poderes administrativos como para as próprias comerciantes. Desta forma, as zungueiras em uníssonos clamam tréguas com GPL e aconselham o Governo a rever a situação delas, quanto ao desemprego, a actividade que exercem ajudam os maridos na participação do bem-estar da família. Benefícios da prática A técnica da venda ambulante, trás consigo muitos benefícios as famílias e ao próprio comerciante, muitos destes conseguem educar academicamente os filhos e a si, custear a construção da própria casa, ter um fundo de saúde, roupa e entre outras necessidades. Como nos fala Tia Maria de 38 anos de idade vendedora de carne a mais de 9 anos.

## 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Executivo projecta futuro sistema tributário

*Jornal de Angola*  
05 de Dezembro de 2012

A secretária de Estado das Finanças e coordenadora do Projecto do Executivo para a Reforma Tributária (PERT), Valentina Filipe, anunciou ontem, em Luanda, que estão a ser estudadas as alterações estruturantes para o futuro sistema tributário. Valentina Filipe falava na abertura da Conferência Internacional sobre Tributação e declarou que a configuração do sistema tributário angolano está de acordo com as determinações existentes em matéria tributária na Constituição da República. "O futuro sistema tributário deve corresponder aos objectivos estabelecidos nas linhas gerais do Executivo para a reforma tributária, que também reflectem os princípios constitucionais", disse.

O novo sistema tributário, prosseguiu, vai impulsionar a diversificação das fontes de receita do Estado, reduzindo a dependência ao sector petrolífero, com vista ao desenvolvimento harmonioso e sustentado: "o novo sistema tributário deve garantir maior justiça tributária, social e a redistribuição equitativa da riqueza". Valentina Filipe afirmou que a tributação do rendimento representa 45 por cento da receita não petrolífera e sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero.

A secretária de Estado das Finanças disse que a configuração do Imposto do Rendimento no futuro sistema tributário contempla uma carga fiscal adaptada à capacidade contributiva, separando-se da tributação dos rendimentos das pessoas singulares e colectivas. "O sistema tributário deve acautelar algumas insuficiências já conhecidas, designadamente a coexistência de vários impostos sobre o rendimento", referiu. A informalidade significativa na economia angolana é também um desafio substancial que afecta particularmente os pequenos negócios e que compromete a aplicação dos normativos tributários, disse a secretária de Estado das Finanças. Valentina Filipe considera que a redução da economia informal garante segurança laboral aos empreendedores, maior justiça na distribuição da carga fiscal e o aumento da produtividade: "a futura

arquitectura para tributação do rendimento deve obedecer às orientações estabelecidas na Constituição, beneficiando as melhores práticas dos sistemas tributários em vigor nos outros países, adequada à realidade da actual administração angolana".

A secretária de Estado das Finanças informou que a participação da África do Sul, Cabo Verde, Portugal e Brasil na Conferência Internacional sobre Tributação vai ajudar a recolher contributos das abordagens e resultados dos seus países, nas reformas fiscais. A tributação do rendimento e de pequenos negócios são os temas dos dois painéis da Conferência internacional sobre Tributação, que encerra hoje, no auditório da Escola Nacional de Administração (ENAD).

Organizada pelo Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e a Escola Nacional de Administração, a conferência avalia experiências internacionais, recolhendo subsídios para o estudo da Reforma do Sistema Tributário, na vertente do rendimento. Na conferência também é debatido o tema "Modelos e Tendências da Tributação do Rendimento" e "O Futuro da Tributação do Rendimento em Angola". O ministro das Finanças sublinhou a importância dos impostos sobre o rendimento como meio de financiamento do Estado e as suas políticas. Carlos Alberto Lopes alertou que não se deve incorrer no risco de transformar a "imposição tributária num factor de confisco de património privado", mas sim num meio de promoção da justiça social e de desenvolvimento económico.

O regime dos títulos da dívida em Angola é um dos assuntos agendados pela organização. A reunião encerra hoje com o debate do "Regime Simples Nacional do Brasil", um sistema que permitiu desburocratizar a relação entre o fisco e as pequenas e médias empresas brasileiras. "É uma experiência interessante e que tem muitos aspectos, que podem ser aplicados em Angola", avalia Cristóvão Pedro, professor universitário de Auditoria e Fiscalidade da Universidade Metodista de Angola.

Cristóvão Pedro diz que o estudo da solução brasileira impõe-se, tendo em conta a estratégia de formalização da economia angolana no quadro do Programa Angola Investe, do Ministério da Economia, que também vai ser alvo de apresentação e debate na conferência que encerra hoje.

## 4.2 Comissão Económica reunida na Cidade Alta

*Semanário Económico*  
06 Dezembro 2012

Os membros da Comissão Económica do Governo angolano reúnem esta quinta-feira no Palácio Presidencial, à Cidade Alta, em Luanda. Uma reunião que tem como objectivo reapreciar o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, e a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, soube o *Semanário Económico*. Recorde-se que a última sessão do Conselho de Ministros, na passada semana, introduziu algumas alterações aos diplomas que regem a organização e funcionamento da Comissão Económica. Esta passa integrar o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil e o secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República. A estes deverão juntar-se ainda os titulares da pata do Planeamento, Finanças, Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, e o governador do Banco Nacional de Angola, que doravante vão reunir mensalmente. O Plano Nacional de Desenvolvimento é um instrumento de planeamento de curto e médio prazo que preconiza o crescimento e a diversificação da economia angolana, com base no desenvolvimento sustentado do sector empresarial nacional, tendo merecido uma primeira apreciação do Conselho de Ministros na sua sessão do dia 28 de Novembro, idem o OGE. A Equipa Económica é um órgão técnico de apoio ao Chefe do Executivo e de assistência directa ao funcionamento da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, que tem como objectivo assegurar a condução da gestão macroeconómica, em harmonia com os objectivos e as prioridades económicas definidas no programa de governação. De realçar que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 terá como lema "Estabilidade, crescimento e emprego", tendo como objectivo principal o combate à fome e à pobreza, bem como o aumento da qualidade de vida dos angolanos. Aliás, discursando no acto central alusivo ao 37.º aniversário da Independência Nacional, o vice-presidente de Angola Manuel Vicente disse que nesta perspectiva, o Orçamento Geral do Estado de 2013 vai dedicar uma atenção especial aos sectores da Saúde, Educação, Ensino Superior, Habitação e Assistência Social, conforme orientação do Chefe do Executivo. Para maior rigor e transparência na execução do OGE, foram definidos mecanismos e regras que permitam avaliar a eficácia e a qualidade da despesa relativa a estes sectores. Outra prioridade; avançou Manuel Vicente, será o sector de energia e águas, por ser uma das áreas que tem reflexos no quotidiano das populações.

## 4.3 CASA-CE defende transparência na gestão do Fundo Soberano

*Jornal O País*  
07 De Dezembro 2012

O líder da Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), Abel Chivukubvuku, insurgiu-se contra a criação do Fundo Soberano pelo Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, alegando não ter competência para o fazer, cabendo exclusivamente à Assembleia Nacional a legitimidade para a criação deste, com base no n.º 1 do artigo 108 da Constituição da República de Angola (CRA).

Falando em conferência de imprensa, nesta terça-feira, 4, o líder da CASA-CE disse que embora a instituição que dirige considere nobre e positivo o propósito que norteou a sua fundação, o Presidente da República de Angola, enquanto titular do Poder Executivo, deve requerer e obter a devida autorização do Parlamento, "onde por sinal o seu partido detém a maioria". A CASA-CE considera que o Chefe do Executivo excedeu o âmbito das suas competências constitucionais, em conformidade com o artigo 115.º da CRA que diz "cumprir e fazer cumprir a Constituição da República de Angola e as leis do País", recordou Abel Chivukubvuku, que se encontrava ladeado dos seus principais colaboradores, nomeadamente André Mendes de Carvalho (Miau) e Manuel Fernandes, respectivamente.

Com base nestes argumentos, esta nova coligação constituída por quatro partidos políticos surgida há oito meses, anunciou que depositou no dia 4 de Dezembro de 2012, no Tribunal Constitucional (TC) um "requerimento para a fiscalização sucessiva de inconstitucionalidade orgânica e formal" com finalidade de decretar a nulidade do decreto presidencial n.º 48111 de 9 de Março, "por falta de cumprimentos e violação flagrante dos requisitos constituídos".

Atendo-se aos depoimentos de Abel Chivukubvuku, durante a concorrida conferência de imprensa, na qual participaram jornalistas nacionais e correspondentes estrangeiros, reconheceu que tendo em consideração a intenção, e uma vez consumada a extinção do actual Fundo Petrolífero, que o mesmo seja restituído "observando escrupulosamente os trâmites constitucionais consagrados". Segundo ainda a CASA-CE, após a reconstituição legal do Fundo Petrolífero, e em reconhecimento do propósito dele subjacente, esta coligação com oito deputados na Assembleia Nacional, exercerá as suas prerrogativas de iniciativa legislativa, para definir e regular as medidas de garantia para que o mesmo sirva "

efectivamente o propósito para o qual venha a ser recriado".

Abel Chivukuvuku anunciou que a CASA-CE remeterá em tempo oportuno ao Parlamento, um projecto de Lei para definição dos regulamentos, procedimentos, e normas referentes a tutela e gestão do eventual fundo. De acordo com o político, este projecto de Lei, assentará na atribuição à Assembleia Nacional de prerrogativas legais relativas à aprovação da indicação pelo titular da pasta do Poder Executivo, dos membros do Conselho da Administração desse Fundo. Esta norma, segundo Abel Chivukuvuku. "Visará evitar o excesso de nepotismo que tem actualmente caracterizado as nomeações a cargos de responsabilidade no aparelho do Estado".

Definirá, igualmente, um tecto monetário acima do qual todas as aplicações do Fundo Petrolífero, assim como há-de reafirmar no contexto deste mesmo Fundo, "o estrito e rigoroso respeito do artigo 21º nº 1 e 2 da Lei do Orçamento Geral de Estado", quanto ao modelo de transferência de receitas do Estado para o Fundo, "definindo a sua passagem com carácter obrigatório pela conta única do tesouro e devido registo contabilístico".

Sobre a criação do Fundo Petrolífero

Relativamente à criação do Fundo Petrolífero, segundo argumentos desta coligação, não se conhece qualquer lei de autorização legislativa que atribua ao Presidente da República competências para constituir tal Fundo. Adiantou que ainda que houvesse autorização legislativa concedida na lei do Orçamento Geral de Estado " não deixaria de se levantar algumas questões quanto à sua conformidade com base no artigo 170º da Constituição. Ainda com base na criação deste Fundo, a CASA-CE, num memorando distribuído à imprensa, no final do encontro, alega que vinte e um dias depois da sua criação foi objecto de alteração de vários artigos, através do decreto presidencial nº 57/11, de 30 de Março que procedeu alegadamente à alteração da finalidade do Fundo, atribuições do Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

O mesmo documento refere ainda que a 30 de Janeiro de 2012 o Estatuto do Fundo Petrolífero voltou a sofrer, alegadamente, alteração através do decreto presidencial nº 24/12, 22 de Agosto, relativamente aos artigos 5º, nº6 e 16º nºs 1,2 e 4, de uma outra deliberação também presidencial nº 48/11, de 9 de Março e aos artigos 14º nºs e 15º, nº 1, igualmente, decreto presidencial nº 57/11, de 30 de Março. O memorando elaborado pela CASA-CE diz também que existem formalmente constituídos em funcionamentos 12 fundos públicos, mas, segundo

esta emergente força política, todos eles foram criados por diplomas de diversa natureza, designadamente por lei da Assembleia Nacional (o Fundo Nacional de Desenvolvimento criado pela lei nº 9/96, de 29 de Setembro, decreto presidencial, decreto executivo e decreto executivo conjunto).

#### 4.4 CASA-CE pede extinção do Fundo Soberano

*Agora*

*08 De Dezembro de 2012*

A o falar em conferência de imprensa, Abel Chivukuvuku, líder da CASA-CE, justificou a petição com o facto de o Presidente da República, Eduardo dos Santos, não ter competências constitucionais para a criação de fundos, acto administrativo que é reservada apenas à Assembleia Nacional. Chivukuvuku esclareceu que o "Fundo Soberano de Angola, uma evolução do Fundo Petrolífero, com um investimento de cinco mil milhões de dólares de activos sob gestão, foi lançado a 17 de Outubro deste ano e tem como presidente Armando Manuel, assessor económico de José Eduardo dos Santos, e dois administradores, entre os quais José Filomeno dos Santos, seu filho". Apesar disso, Chivukuvuku reconhece a nobreza da ideia que norteou a criação do fundo, mas criticou a forma usada pelo Presidente, que no seu entender violou a Constituição da República. "O Chefe de Estado precisava de autorização da Assembleia Nacional para praticar tal acto, o que não aconteceu" A CASA-CE recomendou ao Executivo, que uma vez consumada a extinção do actual Fundo petrolífero, o mesmo seja reconstituído, observando escrupulosamente os trâmites constitucionais consagrados. Refira-se que a intenção do PR em constituir o referido Fundo foi pela primeira vez tornada público em 2008, mas a lei relativa à sua criação apenas foi aprovada em 2011. Na ocasião, o Chefe de Estado justificou que a iniciativa visava realizar investimentos no país e no estrangeiro, com parte das receitas provenientes do petróleo. O líder da CASA disse também que após a reconstituição legal do Fundo petrolífero, vai remeter em momento oportuno à Assembleia Nacional, um projecto de lei para a definição dos regulamentos, procedimentos e normas referentes à tutela e gestão do eventual Fundo. A atribuição à Assembleia Nacional de prerrogativas legais relativas à aprovação da indicação pelo titular do executivo, dos membros do Conselho de Administração desse fundo, a definição de um tecto monetário acima dita numa resposta favorável ao seu do qual todas as aplicações do requerimento, Abel Chivukuvuku fundo têm que ser previamente disse não haver muita esperança,



aprovadas e autorizadas pela Assembleia Nacional, mas o objectivo principal é ajudar a Assembleia Nacional, são alguns corrigir os males da maneira como o país está a ser governado

#### 4.5 Executivo estuda alterações estruturantes do novo sistema tributário

*O Independente*

*08 De Dezembro de 2012*

O Executivo angolano está a estudar as alterações estruturantes do novo sistema tributário, afirmou a secretária de Estado do Ministério das Finanças, Valentina Filipe. De acordo com a secretária, que falava na Segunda Conferência sobre "Reforma do Sistema Tributário presente e futuro", a discussão da configuração do futuro sistema tributário angolano passa pelas determinações existentes em matéria tributária na Constituição da República de Angola, como promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado. "A configuração do imposto do rendimento no futuro sistema tributário deverá considerar a necessidade de introdução de maior progressividade de uma carga fiscal adaptada à capacidade contributiva, separando-se atribuição dos rendimentos das pessoas singulares e colectivas, através de um sistema de tributação único sobre o rendimento, assim como a necessidade de distinguir claramente as soluções de tributação para as grandes empresas", sublinhou. Segundo a responsável, o futuro sistema tributário deverá acautelar algumas insuficiências já conhecidas como a coexistência de vários impostos sobre o rendimento, com diferentes regras de determinação da matéria colectável, liquidação, taxa e pagamento, que põem em causa a coerência, a unidade e a simplicidade do sistema. Para Valentina Filipe, a informalidade significativa da economia angolana é também um desafio substancial que afecta particularmente os pequenos negócios e que compromete a aplicação dos normativos tributários. "A redução da informalidade cumpre, de resto, objectivos mais vastos, nomeadamente de garantia de segurança laboral para os cidadãos envolvidos nestes pequenos negócios, maior justiça na distribuição da carga fiscal, e aumento da produtividade da economia angolana, garantindo condições equiparáveis para todos os empreendedores" disse.

#### 4.6 Um Achado Arqueológico na CASA de Abel?

*Jornal A Capital*

*08 de Dezembro de 2012*

Mais do que apresentar a estratégia do futuro daquela força política, a Convergência Ampla para a Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE) defende a impugnação do Fundo Soberano, criado recentemente, com o argumento de que o mesmo viola os princípios consagrados na Constituição. Para início de conversa, o mais jovem partido no firmamento político angolano depositou, nesta terça-feira, 04, no Tribunal Constitucional (TC) um requerimento para a fiscalização sucessiva de inconstitucionalidade orgânica e formal, visando decretar a nulidade do decreto presidencial (nº 48/11 de 9 de Março) por reconhecer "falta de cumprimento e violação flagrante dos requisitos constitucionais estabelecidos.

O seu presidente, Abel Chivukuvuku, que convidou a imprensa para colocá-la diante deste "achado político", reconhece o carácter nobre e positivo da constituição do Fundo, mas entende que a sua criação obedece alguns procedimentos legais, como é, por exemplo, o facto do Presidente da República, enquanto titular do poder Executivo, ter o dever de previamente requerer e obter a devida autorização da Assembleia Nacional. "Em nenhum momento", considera Chivukuvuku, "o Presidente da República de Angola solicitou ou obteve autorização legislativa por parte da Assembleia Nacional". O 'número um' da CASA-CE foi peremptório: "é organicamente inconstitucional". Mas, um pouco mais à frente da sua intervenção, sugeriu uma saída para aquilo que na sua visão pode conformar uma 'saída justa' para os visados na denúncia do partido que ficou em terceiro lugar nas eleições gerais de 31 de Agosto último: a extinção do Fundo Soberano ora criado e a sua reconstituição, mediante observação escrupulosa dos "trâmites constitucionais consagrados".

"Após a reconstituição legal do Fundo Petrolífero, e em reconhecimento do propósito patriótico dele subjacente, a CASA-GE exercerá as suas prerrogativas de iniciativa legislativa, para definir e regular as medidas de garantia para que o mesmo sirva, efectivamente, o propósito para o qual venha a ser recriado", referiu Chivukuvuku. O próximo passo dos "casacianos", ainda de acordo com o seu presidente, será remeter em tempo bom ao Parlamento um projecto de Lei para a definição dos regulamentos, procedimentos e normas referentes a tutela e gestão do eventual Fundo, que passa pela "atribuição à Assembleia Nacional de prerrogativas

legais relativas à aprovação da indicação pelo titular do poder executivo, dos membros do Conselho de Administração desse Fundo". Ao mesmo tempo, defendem, é pretensão da CASA-GE a definição de um tecto monetário acima do qual todas as aplicações do Fundo Petrolífero deverão ser, previamente, aprovadas e autorizadas pela Casa das Leis.

"Reafirmar no contexto do Fundo Petrolífero, o estrito e rigoroso respeito do Artigo 21 n.º 2 da Lei do Orçamento Geral do Estado, quanto ao modelo de transferência de receitas do Estado para o Fundo Petrolífero, definindo a sua passagem com carácter obrigatório pela conta única do tesouro e devido registo contabilístico", avança Chivukuvuku. A intenção da CASA-GE, além da reafirmação dos propósitos e objectivos inerentes à criação do Fundo, será a revisão e alteração da finalidade do órgão cujo objectivo é a realização de investimentos endógenos e exógenos com parte das receitas saídas das receitas do petróleo. O repto, porém, está lançado. Resta agora saber se as solicitações dos 'meninos da Cabral Moncada' conhecerá algum respaldo positivo das entidades visadas neste 'achado arqueológico' daquela coligação política do país. Abel Chivukuvuku mostra-se pouco esperançoso numa resposta favorável ao requerimento remetido pelo seu partido ao Tribunal Constitucional. Mas, seja como for, diz-se conformado com o sentimento do dever cumprido. Ou seja, "ajudara corrigir os males". Os Fundos Soberanos, como se sabe, são geralmente formados por países ricos em recursos naturais, como o petróleo, e têm como objectivo garantir rendimentos após o fim desses recursos, diversificando desta forma a economia. Em Angola, o Executivo compromete-se com a criação da instituição a promoção do desenvolvimento socioeconómico do país e, ao mesmo tempo, garantir a criação de um património para as futuras gerações, tendo investido, para o efeito, cinco mil milhões de dólares americanos, cujos planos de criação datam de há quatro anos, tendo sido aprovado pelo Parlamento em 2011. "Este Fundo foi criado de acordo com os critérios de referência e boas práticas de governação internacionais. Às actividades do Fundo guiam-se pelos princípios fundamentais da responsabilização e da transparência", defendeu Armando Manuel, o presidente do Conselho de Administração do Fundo Soberano de Angola, por altura da apresentação do referido organismo. Mas, entre a oposição, nem todos olham o Fundo sob um ponto de vista diametralmente diferente. Para aquilo que era encarado como um desafio para os economistas, a constituição do Fundo Soberano em Angola pode tornar-se, também, numa incómoda pedra no sapato do Executivo, agora que se fala da sua inconstitucionalidade.

## 4.7 Avanço da reforma fiscal

*Agora*

*08 De Dezembro de 2012*

O país desceu cinco lugares na lista anual de competitividade fiscal elaborada pela consultora Pricewaterhouse Coopers, ocupando a 1548 posição de um total de 185 países, de acordo com o relatório Paying Taxes 2013. O relatório, feito em parceria com o Banco Mundial (BM) e com a Internacional Finance Corporation, do mesmo grupo, considera que o sistema fiscal "continua a ser difícil" para as que as reformas em curso tornarão o sistema fiscal "mais simples e mais justo". O estudo utilizou três critérios, nomeadamente o número de pagamentos de impostos efectuados por uma empresa no decurso de um ano, horas gastas pela empresa no cumprimento das obrigações fiscais e, por último, a taxa total de tributação. Relativamente ao primeiro critério, o país apresenta um dos melhores resultados de África. No que respeita ao segundo, continuam a ser necessárias 282 horas para pagar os impostos, um valor que se mantém constante há oito anos, desde que o estudo começou a ser feito; e relativamente ao terceiro critério tudo se manteve igualmente na mesma, com a carga fiscal a atingir 53,2% dos lucros, a 138 posição mais elevada entre os 51 países africanos analisados. Opinião contrária revela que o sistema fiscal do país ainda é contraditório pois taxa o rendimento das empresas a 35% ao mesmo tempo que o Executivo promove o investimento privado. "Existe aqui uma contradição. Por um lado, existe uma lei dos anos 70 que estipula uma taxa alta como imposto industrial e, por outro lado, uma lei recente, a de incentivos fiscais e aduaneiros, que promove o investimento privado", afirmou o jurista Cristóvão Handa, realçando, porém, que a ausência de tribunais especializados em matéria fiscal é uma das lacunas do sistema fiscal. "A falta de tribunais fiscais obriga a que os processos sejam remetidos para os tribunais gerais provinciais, concretamente para a sala do Cível Administrativo do Tribunal Provincial ou para a Câmara do Cível Administrativo do Tribunal Supremo", lembrou. De acordo com a Secretária de Estado para a Reforma Tributária do Ministério das Finanças, Valentina Filipe, o direito fiscal é um ramo especial do Direito, tal como o Administrativo e o Penal, e assim faz todo o sentido que haja tribunais especializados em matéria fiscal para que os litígios sejam resolvidos por estas instâncias jurídicas e por juizes com formação na área. Uma das novidades da execução do PERT consiste na revisão do Código de Imposto Predial Urbano e na adopção de um critério diferenciador entre a tributação do património e do rendimento do património. "O imposto sobre o rendimento no futuro sistema tributário deverá considerar a

necessidade de introdução de maior progressividade da carga fiscal adaptada à capacidade contributiva e a necessidade de distinguir claramente as soluções de tributação para as micro e as grandes empresas", sublinhou. O futuro sistema tributário deverá acautelar algumas insuficiências já conhecidas como a coexistência de vários impostos sobre o rendimento, com diferentes regras de determinação da matéria colectável, liquidação, taxa e pagamento, que põem em causa a coerência, a unidade e a simplicidade do sistema. "A redução da informalidade ' cumpre, de resto, objectivos mais vastos, nomeadamente de garantia de segurança laboral para os cidadãos envolvidos nestes pequenos negócios, maior justiça na distribuição da carga fiscal e aumento da produtividade da economia, garantindo condições equiparáveis para todos os empresários" rematou.

#### 4.8 Política e Fundo Soberano

*O independente*

*08 De Dezembro de 2012*

A semana política agitou-se um pouco após o partido CASA-CE ter anunciado, em conferência de imprensa, que solicitou junto do Tribunal Constitucional uma declaração de inconstitucionalidade do Fundo Soberano. A notícia fez algum estrondo, mas nada que justificasse porque não há nada de extraordinário que o projecto político liderado por Abel Chivukuvuku faça uso de um direito que lhe cabe e decida partilhar o seu ponto de vista sobre questões de interesse público. Também não tem nada de estranho que a CASA-CE peça que se faça fiscalização sucessiva da constitucionalidade de uma lei, no caso concreto, do Decreto Presidencial nº 48/11 de 9 de Março, que cria Fundo Petrolífero de Angola, vulgo Fundo Soberano. Tudo podia ter corrido na santa paz, sem atritos ou atribulações, não fosse o partido de Chivukuvuku ter uma vez mais caído na tentação de enveredar pelo populismo e piorar as coisas quando decidiu fazer acusações contra o Presidente da República, algumas das quais tão graves que não leva-las a sério seria ainda mais ofensivo à constituição e aos princípios republicanos.

Qualquer uma das formações políticas que tenha representação parlamentar, e mesmo as que ficaram de fora por determinação da vontade popular, têm responsabilidades no processo de construção de uma sociedade angolana justa, democrática e, acima de tudo, respeitadora das leis. Por isso soa-nos a populismo que a CASA-CE venha evocar o voto dos eleitores como atestado de responsabilidade para requerer a declaração de inconstitucionalidade de uma lei, que por sinal persegue objectivos nobres e patrióticos como o admitiu. No te-se pois que o

presidente da CASA -CE começou por admitir ser "nobre, patriótico e positivo" o objectivo da criação do Fundo Soberano, tanto assim é que considerou, lá mais no fim da leitura, que no caso de prevalecer a hipotética declaração de nulidade por inconstitucionalidade orgânica, recomendaria ao Governo a "reconstituição do Fundo", mas dentro do que aquele partido entende serem os "trâmites constitucionais consagrados". A CASA-CE, aliás, qualquer formação política que se quer séria e responsável, deve ter cuidado com aquelas atitudes completamente evitáveis que ao terem só belisca a ideia de seriedade do assunto que se propõem abordar. Não nos parece que o Kremlin anda assim tão distraído ao ponto de descurar de um procedimento que é só mero formalismo, na medida em que podia fazer aprovar a lei sem qualquer dificuldade. Mas Chivukuvuku faria melhor se à cautela e sem "pisotear" (aí sim!), a "responsabilidade conferida pelos eleitores procurasse fazer melhor o seu trabalho em vez de incorrer no erro de ter tar agir em substituição do governo eleito. A declaração lida pelo líder da CASA -CE peca pela forma deselegante com que aborda um assunto cuja natureza obrigaria a que fosse esgrimido de maneira pedagógica, já que se trata de uma questão de «interesse soberano». A esse nível estamos todos proibidos de confundir conceitos elementares da ciência jurídica. A CASA-CE de Abel Chivukuvuku presta um bom serviço ao país quando levanta a necessidade de uma revisão dos pressupostos legais para a formação do Fundo Soberano, mas presta um péssimo serviço aos eleitores e ao país quando mistura política com questões de direito. É que, subjectivismos a parte, se for espremido o comunicado lido por Abel Epalanga Chivukuvuku, o que resta é apenas o reconhecimento pela CASA de que o Fundo Soberano é uma iniciativa positiva e patriótica e o desejo descarado desse partido de tomar para si eventuais louros da iniciativa legislativa presidencial. Em 2008, o Presidente da República falou pela primeira vez sobre a intenção de cria-lo com objectivo é promover o desenvolvimento económico e social do País e gerar património para as suas gerações futuras. Foi assim que, três anos depois, a Assembleia Nacional aprovou a proposta de lei que cria o Fundo Soberano, enquanto pessoa colectiva, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e com a finalidade de promover, fomentar e apoiar o investimento no desenvolvimento de projectos nos sectores da Energia e Águas e noutros sectores considerados estratégicos, incluindo, em particular, projectos de infraestruturas.

#### 4.9 Sistema tributário. Recomendada redução de impostos para promover pequenos negócios

*Jornal de Angola*

*08 de Dezembro de 2012*

Os participantes na Conferência Internacional sobre Tributação consideraram, em Luanda, que é necessário um regime simplificado de tributação dos pequenos negócios e a redução dos encargos fiscais em torno do seu funcionamento. As conclusões da reunião, organizada pelo Projecto Executivo para Reforma Tributária (PERT) e a Escola Nacional de Administração (ENAD), apontam para a necessidade de desburocratizar os processos e procedimentos de cobrança e pagamento de impostos, de forma a reduzir as horas perdidas pelos contribuintes para pagarem os encargos fiscais.

Os técnicos referem que o sistema simplificado de tributação dos pequenos negócios pode estimular a criação de micro, pequenas e médias empresas e servir de base para o financiamento do poder local, à semelhança do imposto "Simples Nacional" em vigor no Brasil. "É necessário empreender campanhas sobre cidadania fiscal, para que todos compreendam a necessidade de pagar os impostos, enquanto dever de cidadania", afirma o documento das conclusões. Os participantes defenderam um sistema de tributação do rendimento das pessoas singulares que obedeça a um equilíbrio entre as ideias de "progressividade" e de "proporcionalidade". Em mesa redonda, os participantes concluíram também ser essencial o alargamento dos serviços da Administração Tributária, com vista a efectivar o princípio da proximidade dos serviços públicos à população: "a concessão de benefícios fiscais no âmbito da tributação do rendimento, deve ser ponderada para que se criem os incentivos fiscais mais adequados à realidade de cada país". A reunião concluiu que "não existem sistemas universalmente justos e perfeitos", e que a justiça e perfeição de um determinado sistema tributário reside na capacidade da administração fiscal em geri-lo.

Actualmente, existe urna tendência mundial de prevalência da tributação indirecta (impostos sobre o consumo) sobre a tributação directa (imposto sobre o rendimento). A principal razão prende-se com o facto do imposto geral sobre o consumo ser mais regressivo e com efeitos imediatos a nível da receita. A Conferência Internacional sobre Tributação decorreu durante dois dias em Luanda, subordinada ao tema "Reforma do Sistema Tributário: presente e futuro" e está inserida no "Ciclo Anual de Conferências sobre Tributação". A reunião técnica

contou com a participação de peritos oriundos de Angola, África do Sul, Brasil, Cabo Verde e Portugal.

#### 4.10 CASA-CE e Abel exigem. Tribunal Constitucional Deve Ilegalizar Fundo Soberano dos Petróleos

*Folha 8*

*08 de Dezembro de 2012*

O líder da CASA-CE, Abel Chivukuvuku anunciou, em conferência de imprensa, ter a sua coligação dado, entrada no Tribunal Constitucional um requerimento para solicitar a inconstitucionalidade do Decreto presidencial n.º 4S111 de 9 de Março, que criou o Fundo Soberano do Petróleo, por violação do art.º 120.º da CRA (Constituição da República de Angola). Abel Chivukuvuku, justificou a sua acção com o facto de o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, não ter competências para a criação de fundos, que é reservada apenas à Assembleia Nacional, segundo o n.º 2 do art.º 165.º CRA (Constituição da República de Angola).

O Fundo Soberano de Angola, uma evolução do Fundo Petrolífero, com um investimento de cinco mil milhões de dólares de activos sob gestão, foi lançado a 17 de Outubro deste ano e tem como presidente Armando Manuel, assessor económico de José Eduardo dos Santos, e dois administradores, entre os quais José Filomeno dos Santos, filho do chefe de Estado. Mas, vinte e um (21) dias depois da sua criação foram alterados os seus artigos 1º, 7º, 13º, 14º, 15º, 20º, 25º, 26º, 28º, 29º e 38º através do Decreto Presidencial n.º 57111, de 30 de Março, procedendo à alteração da finalidade do Fundo, as atribuições do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Mas, não se ficou por aqui, pois a 30 de Janeiro de 2012 o Estatuto do Fundo Petrolífero voltou a sofrer alteração através de novo Decreto Presidencial, o n.º 24112, de 22 de Agosto, relativamente aos artigos 5º, n.º 6 e 16º n.ºs 1, 2 e 4 do Decreto Presidencial n.º 4S111, de 9 de Março e aos artigos 14º n.º 1 e 15º, n.º 1 do Decreto Presidencial n.º 57111, de 30 de Março. Relativamente à criação do Fundo Petrolífero colocam-se 3 (três) questões: a primeira tem a ver com a competência do órgão que o criou; a segunda, com a sua finalidade; e a terceira com a consignação de receitas do petróleo para o Fundo Petrolífero. Existem formalmente constituídos e em funcionamento 12 fundos públicos, porém todos eles foram criados por diplomas de diversa natureza, designadamente por lei da Assembleia Nacional (o

Fundo Nacional de Desenvolvimento criado pela Lei n.º 9/06, de 29 de Setembro), decreto presidencial, decreto, decreto executivo e decreto executivo conjunto.

Compulsada a ossatura jurídica angolana vigente, constata-se que não há base legal que sustente, pelo menos a constituição ou criação dos fundos públicos. Ademais, existe o Decreto n.º 5/96, de 26 de Janeiro que estabelece os princípios gerais de organização, gestão, controlo e prestação de contas dos Fundos Autónomos, o que não é a mesma coisa, porquanto este pode conformar-se nos parâmetros da autorização legislativa concedida ao titular do Poder Executivo para regulamentar o funcionamento, o controlo e a prestação de contas que devem reger os fundos autónomos, previstos no artigo 42.º da Lei n.º 15110, de 14 de Julho. Regulamentar o funcionamento do Fundo não é criar o Fundo. Regulamentar o Fundo pressupõe já a sua existência.

Com a aprovação e consequente entrada em vigor da Constituição da República de Angola em 03 de Fevereiro de 2010, após ter sido submetida à apreciação do Tribunal Constitucional, no âmbito dos poderes de fiscalização preventiva da Constituição conferidos a este órgão, pela sua lei orgânica, na secção N do capítulo III, referente à competência da Assembleia Nacional, atribui-se àquele órgão de soberania a reserva relativa de legislar sobre o regime geral das finanças públicas (alínea d) do n.º 1 do artigo 165.º e ainda para a definição do regime legislativo geral sobre todas as matérias não abrangidas no n.º 1 do artigo 165.º, salvo as reservadas pela Constituição ao Presidente da República (n.º 2 do artigo 165.º). Enquanto titular do Poder Executivo, ao Presidente da República foram atribuídas as competências estabelecidas no artigo 120.º, entretanto, nada consta relativamente à constituição ou criação de Fundos Públicos. O que significa dizer que não sendo competência do Presidente da República é, certamente, uma competência da Assembleia Nacional embora de reserva relativa.

Aliás, não é em vão que o artigo 21.º, alínea c) da Lei n.º 15110, de 14 de Julho acolhe o princípio da legalidade previsto no artigo 198.º da CRA, proibindo a inclusão na proposta orçamental, a criação ou extinção de fundos sem prévia autorização legal, significando que os fundos não podem constituir-se por acto do poder executivo - acto administrativo, mas, isto sim, com base na lei e, acrescente-se, salvo autorização da Assembleia Nacional a conceder mediante lei de autorização legislativa, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 166.º conjugado com a alínea c) do artigo 161, ambos da Constituição da República de Angola.

As leis de autorização legislativa devem sempre definir o seu objecto, o sentido, a extensão e a duração, sendo certo que caducam, caso outro prazo não tenha sido fixado, com o termo da legislatura e do mandato do Presidente da República, incluindo as autorizações legislativas concedidas na Lei do Orçamento Geral do Estado, salvo aquelas que incidam sobre matéria fiscal, pois neste caso, só caducam no termo do ano fiscal a que disserem respeito (art.º 170.º da CRA). Relativamente à criação do Fundo Petrolífero, não se conhece qualquer lei de autorização legislativa que atribua ao Presidente da República competências para constituir tal Fundo, pelo que não restam dúvidas sobre a sua inconstitucionalidade orgânica. Inconstitucionalidade Orgânica porque o Fundo Petrolífero foi criado por um órgão sem poderes para o efeito (o chefe do poder Executivo). Convém referir, que, por força do princípio da legalidade, as competências não se presumem. Ou se tem e exercem-se ou não se tem e, portanto, não se exercem.

Ainda que houvesse alguma autorização legislativa concedida na lei do Orçamento Geral do Estado, não deixaria de se levantar algumas inquietações quanto à sua conformidade, pois, o primeiro problema que se colocaria seria a delimitação temporal dessa autorização uma vez que o n.º 4 do artigo 170.º da CRA manda que se observem o disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do mesmo artigo, proibindo-se com isso, as autorizações ad eternum. A prática demonstra-nos que em Angola, as autorizações legislativas orçamentais não estabelecem o tempo da sua vigência, não definem o sentido nem a extensão.

Segundo Abel Chivukuvuku, o propósito que norteou a criação desse fundo "é nobre e positivo", no entanto, a ser sua pretensão criar o fundo, o Presidente da República, enquanto titular do poder executivo, deve, previamente, requerer e obter a devida autorização da Assembleia Nacional.

"Assim, consultada toda a legislação e requerimentos em vigor, a CASA-CE chegou à conclusão de que, em nenhum momento, o Presidente da República de Angola, nas vestes de titular do poder executivo, solicitou ou obteve autorização legislativa da parte da Assembleia Nacional", referiu Abel Chivukuvuku. A CASA-CE recomendou ao Governo que, "tendo em consideração a nobreza da intenção, uma vez consumada a extinção do actual Fundo Petrolífero, o mesmo seja reconstituído, observando escrupulosamente os trâmites constitucionais consagrados".

Em 2008, pela primeira vez, José Eduardo dos Santos falou sobre a pretensão de criar um Fundo Soberano, que tinha como objectivo realizar investimentos em

Angola e no estrangeiro com parte das receitas provenientes do petróleo, tendo a lei relativa à sua criação sido aprovada no parlamento em 2011. Aquela coligação eleitoral salienta que após a reconstituição legal do Fundo petrolífero, vai remeter "em momento oportuno" à Assembleia Nacional, um projecto de lei para a definição dos regulamentos, procedimentos e normas referentes à tutela e gestão do eventual Fundo.

A atribuição à Assembleia Nacional de prerrogativas legais relativas à aprovação da indicação pelo titular do executivo, dos membros do Conselho de Administração desse fundo, a definição de um teto monetário acima do qual todas as aplicações do fundo têm que ser previamente aprovadas e autorizadas pela Assembleia Nacional são alguns dos procedimentos legais a serem propostos pela CASA-CE. Questionado se o partido acredita numa resposta favorável ao seu requerimento, Abel Chivukuvuku disse que não há "muita esperança", mas o objectivo principal é ajudar a "corrigir os males" da maneira como o país está a ser governado.

#### 4.11 Conselho de Ministros prepara-se para aprovar OGE de 2013 e PIP

*O Independente*

*08 De Dezembro de 2012*

A proposta de OGE para 2013 será o prato quente da próxima sessão do Conselho de Ministros agendada para a próxima terça-feira, apurou uma fonte deste semanário, que adiantou ainda que dois dias depois de passar pelo órgão de consulta do Chefe de Estado, o documento será submetido ao crivo dos deputados. Na passada quinta-feira, 6, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou o Memorando sobre a conclusão da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2013 e respectivo PIP (Programa de Investimentos Públicos), e deliberou a favor da revisão dos regulamentos tanto da Lei Cambial, como da Lei dos Investimentos Privados, com o propósito de conferir maior eficácia às medidas para a 'desdolarização' da economia nacional. Durante a reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foram também aprovados o memorando dos Mercados Monetário, Cambial e das Contas Externas, e o balanço da programação macroeconómica executiva referente ao terceiro trimestre de 2012. A Equipa Económica do Executivo deu ainda «luz verde» aos relatórios de implementação do novo quadro operacional da política monetária referente ao I Semestre de 2012, e de Balanço do Programa da Reforma Tributária do terceiro trimestre, bem como o balanço do programa de pagamentos dos salários referentes ao quarto

trimestre do corrente ano. O órgão considerou importante que se continue com as medidas que estão a ser implementadas pelo BNA (Banco Nacional de Angola) na aplicação do novo quadro operacional da Política Monetária, visando a preservação do valor da moeda nacional. Neste sentido, indica o comunicado, foi aprovada a necessidade de se transitar do actual regime de fixação de objectivos de inflação para um regime de fixação de metas de inflação. A Equipa Económica do Executivo determinou que devem ser adoptadas medidas de simplificação dos processos de desalfandegamento de mercadorias no Porto de Luanda, de modo a evitar o congestionamento que se verifica por alturas do fim do ano. Durante a sessão, a Comissão Económica foi informada sobre o relatório de balanço do Programa de Reforma Tributária (pERI) referente ao 3º trimestre do ano 2012, tendo recomendado que para além das medidas em curso, que visam alargar a base tributária, devem ser implementadas acções de formação de contabilistas e de peritos contabilistas, com a finalidade de promover boas práticas de prestação de contas nas empresas, no âmbito do Plano Nacional de Formação de Quadros. A Comissão Económica foi igualmente informada sobre a preparação da elaboração da Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2013, que termina em Dezembro, no qual se espera uma especial atenção no aumento das verbas destinadas ao sector social. O comunicado do Secretariado do Conselho de Ministros também informa que a Comissão Económica aprovou as alterações introduzidas nos documentos da programação, tendo recomendado a sua apresentação e discussão na próxima sessão Ordinária do Conselho de Ministros, prevista para próxima terça-feira.

#### 4.12 Elaboração do OGE. Recomendada a participação dos cidadãos

*Jornal de Angola*

*11 de Dezembro de 2012*

Um seminário promovido pela ONG Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) recomendou, na cidade de Malange, a participação do cidadão na elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE). O evento, realizado no âmbito do projecto "Petróleo para o Bem Comum", financiado pela ONG Ajuda Popular da Noruega (APN), recomendou igualmente às administrações municipais de Malange para empenharem-se na melhoria dos níveis de organização e funcionamento dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social, com a finalidade de garantir a participação efectiva dos

cidadãos na elaboração do OGE. Os 24 participantes da sociedade civil e função pública concluíram que existe uma fraca divulgação sobre a importância da opinião dos cidadãos na elaboração e gestão do referido orçamento.

Constataram igualmente que a elaboração da proposta orçamental envolve os poderes executivo, legislativo e judicial, sendo o primeiro responsável pela coordenação do processo, através do Ministério.

#### 4.13 OGE 2013 privilegia sector social

*Continente*

*14 De Dezembro de 2012*

Sob orientação do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros apreciou e aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, tendo decidido o seu envio à Assembleia Nacional para aprovação. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 é um instrumento de planeamento de médio prazo, que visa a implementação, pelo Executivo, de um conjunto de políticas que assegurem a unidade nacional, a melhoria da qualidade de vida das populações, a inserção da juventude na vida activa do país, a melhoria do desempenho do sector empresarial público e o contínuo desenvolvimento do sector privado, refere o comunicado distribuído no final da reunião. Segundo o documento distribuído à imprensa a proposta Lei do OGE apreciada pelo órgão de consulta do PR mantém o compromisso do Executivo com as boas práticas de gestão fiscal, de maneira a assegurar a estabilidade e o crescimento sustentável da economia e prevê a afectação ao sector social de cerca de um terço dos recursos disponíveis, traduzindo assim o permanente engajamento do Executivo na melhoria das condições de vida do povo angolano. Carlos Alberto Lopes, ministro das Finanças, disse à imprensa no fim da sessão que a proposta assenta em pressupostos que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento. Explicou que o plano assume uma inflação de 9% ao ano e uma produção petrolífera à volta dos 973,5 milhões de barris de petróleo, ao preço de 96 dólares por barril e um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1%, sendo que o sector petrolífero concorre com 6,6%, e o não petrolífero com 7,3%. O governante revelou que o sector não petrolífero conta com 17%, os financiamentos internos com 15%, e cerca de 11% provirão do financiamento externo. O OGE para 2013 reserva uma verba correspondente a 33,3% do total para despesas do sector social, que corresponde à educação, saúde, ensino superior e protecção social. O ministro salientou que, no domínio da educação, a

proposta do OGE que sexta-feira será remetida à Assembleia Nacional reserva uma parte significativa da verba para concentrá-lo no ensino de base. Argumentou que o ensino de base deve concorrer com o nível de qualidade necessária para que as crianças tenham uma formação de base sólida até ao ensino superior.

#### 4.14 Executivo aprova proposta do OGE

*Angolense*

*14 De Dezembro 2012*

No final da reunião, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse à imprensa que a proposta do orçamento foi construída sobre pressupostos que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. O ministro explicou que o plano assume uma inflação de nove por cento ao ano e uma produção petrolífera de cerca de 973,5 milhões de barris de petróleo ao preço de 96 dólares (73,8 euros) por barril. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o governo angolano prevê ainda um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1 por cento, referiu o ministro. Carlos Alberto Lopes afirmou que o OGE prevê, no total, receitas e despesas na ordem dos 6,6 triliões de kwanzas, referindo que 50 por cento das receitas a arrecadar serão geradas pelo sector petrolífero. O sector não petrolífero vai gerar 17 por cento das receitas, os financiamentos internos 15 por cento e cerca de 11 por cento serão provenientes de financiamento externo. O ministro disse que o OGE dá prioridade à ampliação das infraestruturas económicas e sociais, por serem o suporte para o aumento da produção, o que vai proporcionar medidas de crescimento do emprego e do bem-estar das populações.

"A predominância dessas despesas, por natureza económica, dizem respeito ao Programa de Investimento Público (PIP), fixadas em 24 por cento da verba, as despesas com o pessoal, com 19,44 por cento, e a aquisição de bens e serviços, com 17,8 por cento da despesa total", indicou o ministro, citado pela Angop. Carlos Alberto Lopes disse que o OGE para 2013 prevê uma verba correspondente a 33,3 por cento do total para despesas no sector social, que corresponde a educação, saúde, ensino superior e assistência social. O ministro sublinhou que, no domínio de educação, a proposta do OGE, que na sexta-feira será remetida à Assembleia Nacional, reserva uma parte significativa da verba para o ensino de base. A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2013 foi aprovada esta terça-feira pelo Conselho de Ministros.

#### 4.15 OGE para 2013 aponta para crescimento de 7,1% e ligeiro aumento da produção petrolífera

*O País*

*14 de Dezembro de 2012*

Orçamento Geral do Estado para próximo ano (OGE/2013), aprovado terça-feira em Conselho de Ministros e que será hoje entregue na Assembleia Nacional, assenta em pressupostos que constam no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013- 2014. Esta é, para já, a sua principal novidade, pelo menos do que se pode saber a respeito das grandes linhas do documento apresentadas pelo ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes. Já desde Agosto deste ano que O País chama a atenção para o facto de que, até 2017, os orçamentos anuais serão enquadrados no plano de médio prazo traçado pelo Executivo para os próximos quatro anos, o que significa que passarão a estar ancorados num quadro fiscal de médio prazo, uma intenção comunicada pelas autoridades aos representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) com quem estabeleceram contactos no âmbito do relatório anual sobre a economia angolana elaborado pelo FMI ao abrigo do Artigo N de cooperação do Fundo com os seus Estados-membros. Deste modo, as grandes linhas e objectivos inscritos no OGE/2013 terão que ser apreciados à luz de um horizonte temporal mais dilatado. Carlos Alberto Lopes anunciou que, tendo em conta estes pressupostos, o crescimento estimado para a economia nacional, mais precisamente do Produto Interno Bruto (PIE) no próximo ano se situa em 7,1 %, abaixo do crescimento que deverá ser apurado no corrente ano (as últimas estimativas das autoridades apontam para 8,8%, 4 pontos percentuais abaixo do valor de 12,8% inscrito no quadro macroeconómico constante no OGE/2012). Estima-se que o sector petrolífero contribuirá com um crescimento de 6,6% para o crescimento global (a estimativa inscrita no OGE deste ano apontava para um crescimento de 13,4% do sector petrolífero, sendo que as estimativas mais recentes do Executivo apontam para um crescimento de 8,5% do sector petrolífero no corrente ano) e que o sector não petrolífero crescerá 7,3% (a previsão constante para o crescimento do sector não petrolífero no OGE do corrente ano era de 12,5% e as últimas previsões das autoridades apontam para que o crescimento venha a ser de 9%). De referir que a projecção governamental para o crescimento do PIE se situa acima das avançadas pelo FMI (5%), Economist Intelligence Unit/EIU (7%) e agência Moodys (6,7%). Particularmente interessante é a prudência revelada pelas autoridades relativamente à evolução da inflação. A meta definida para o aumento dos preços até Dezembro de 2012 é

de 9%, quando no final deste ano a inflação homóloga deverá cumprir o objectivo dos 10% fixados no OGE/2012 ou mesmo situar-se ligeiramente abaixo deste valor, mau grado a inversão de rota verifica em Outubro em Novembro, reflectindo claramente o efeito sazonal típico desta época do ano (invariavelmente marcada pela subida de preços). Aliás, não deixa de ser curioso que a estimativa do Executivo para o andamento dos preços no próximo ano se situe acima tanto da estimativa formulada pelo FMI (7,5%), como da avançada pelo Economist Intelligence Unit EIU (8,6%) e pela agência Moody's (7,5%). O preço médio fiscal do barril do petróleo subjacente ao OGE/2013 é fixado em USD 96, acima dos USD 77 apontados no OGE do corrente ano e também ligeiramente superior aos USD 95,37 inscritos no OGE/2011. Trata-se, em todo o caso, de uma projecção realista tendo em conta as estimativas formuladas para a procura petrolífera no próximo ano, tanto pela Opep como pela AIE (Agência Internacional de Energia) e levando ainda em consideração o valor médio do preço do barril de exportação ao longo do corrente ano, o qual se situa acima dos USD 110.

Prudência quanto ao aumento da produção petrolífera

Já o aumento previsto para a produção petrolífera, em termos de milhões de barris anuais, afigura-se marcado pela parcimónia. O site do Ministério das Finanças assinala que Carlos Alberto Lopes 'explicou que o Plano assume uma inflação de 9% ao ano e uma produção petrolífera a volta dos 673,5 milhões de barris de petróleo dia, ao preço médio de 96 dólares o barril'. O dia é referido por lapso, trata-se de um valor anual, mas que excede em apenas 1,6% a meta de produção subjacente ao OGE do corrente ano (662,7 milhões de barris anuais). Quer num caso quer noutra trata-se de valores que correspondem, 'grosso modo', à produção de cerca de 1,8 milhões de barris de petróleo dia (bpd), Haverá entretanto que te em conta as expectativas favoráveis associadas à entrada em funcionamento de novas explorações (é o caso do campo de Saturno). Por outro lado, a meta fixada à produção petrolífera até 2014 pelas autoridades ronda os dois milhões de barris diários (como damos nota nesta edição na secção Petróleo). Pelo que é possível que, mesmo com a adopção de um preço médio fiscal do barril subjacente ao OGE relativamente ambicioso, ainda sobre alguma folga do ponto de vista da receita caso não sobrevenha alguma surpresa negativa no plano da economia internacional. Do ponto de vista do contributo das diferentes 'origens' para a receita orçamental, o sector petrolífero contribuirá com 50% e o não petrolífero



com 17%. Em qualquer dos casos a contribuição é menor do que a prevista no OGE do ano em curso, o que, admite-se, será compensado pelo financiamento interno (15%) e pelo financiamento externo (11%). De realçar ainda o reforço apontado no domínio do Plano de Investimentos Público (PIP), que absorverá 24 % da despesa (na perspectiva da sua natureza económica) e a redução das despesas com pessoal, mantendo as despesas com bens e serviços uma relativa estabilidade comparativamente com os valores inscritos no OGE do corrente ano. Do ponto de vista da distribuição funcional da despesa, o realce vai para o ligeiro reforço do sector social (educação, saúde, ensino superior e a protecção social), que continua a absorver mais de 33% da despesa total, em linha com o rumo que vem sendo seguido nos últimos anos.

#### 4.16 Sector social tem um terço as verbas do OGE

*Jornal de Angola*  
12 De Dezembro de 2012

O Conselho de Ministros deu ontem luz verde ao Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e à proposta de Lei que aprova o OGE para 2013, que prevê despesas e receitas na ordem dos 6,6 triliões de kwanzas.

Daquela verba 33,3 por cento é reservado ao sector social. O montante proposto representa um aumento de cerca de 49 por cento em relação ao actual OGE. O órgão de consulta do Presidente da República determinou que os documentos sejam enviados à Assembleia Nacional, o que deve acontecer já na sexta-feira. O início das discussões em sessão plenária da Assembleia Nacional e nas comissões de especialidade é em Janeiro. As operações financeiras dos primeiros dois meses do novo ano fiscal são efectuadas com base no OGE de 2012, como estabelece a Lei de Alteração da Lei -quadro do Orçamento Geral do Estado para 2013, aprovada em Agosto no Parlamento por unanimidade. Em declarações à imprensa, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013- 2017 foi elaborado com base numa meta de inflação de 9 por cento ao ano, e uma produção petrolífera de 673,5 milhões de barris de petróleo, ao preço de 96 dólares o barril. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 estima um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1porcento, sendo que o sector petrolífero concorre com 6,6 por cento, e 5) não petrolífero com 7,3 por cento.

#### Petróleo dá metade da receita

Sobre a proposta de OGE para 2013, afirmou que 50 por cento das receitas a arrecadar advêm do sector petrolífero, 17 por cento do sector não petrolífero, 15 por cento a partir de financiamento interno e cerca de 11 por cento de financiamento externo. Carlos Alberto Lopes falou da prioridade dada à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção e da predominância do investimento público com 24,62 por cento, despesas com pessoal com 19,44 e aquisição de bens e serviços com 17,8 da despe a total. O ministro referiu que em termos de distribuição funcional e programática, o OGE para 2013 reserva cerca de um terço dos recursos disponíveis para despesas do sector social, designadamente educação, saúde, ensino superior e protecção social, o que reflecte o empenho do Executivo na melhoria das condições de vida do povo. Carlos Alberto Lopes disse estar a ser reservada "uma parte significativa do orçamento" para o ensino de base, que "deve ter o nível de qualidade necessário" para as crianças disporem de "uma formação sólida que lhes permita enfrentar com mais facilidade toda a cadeia do ensino até ao nível superior".

#### Transparência

A proposta de Lei que aprova o OGE para 20 13, declarou, segue à risca o estipulado na lei e respeita os princípios da transparência e da responsabilidade fiscal, atendendo que "a despesa total se limita à receita total", o que resulta num "equilíbrio perfeito". "A receita total equivale a cerca de 53,1 por cento do PIB e isso está alinhado com a Lei-quadro do orçamento Geral do Estado", disse. As necessidades de financiamentos, garantiu, vão ser atendidas sem recurso à emissão de moeda e "as receitas têm uma abrangência completa, pois incluem todas as receitas cuja titularidade é do Estado". O Conselho de Ministros também aprovou o Programa Nacional Estratégico para a Agua e deu parecer favorável às propostas de Lei de alteração Lei da Contratação Pública e ao Decreto Presidencial que formaliza a criação do Memorial Dr. António Agostinho Neto e aprova o seu Estatuto Orgânico.

#### Boa gestão da água

Promessa feita pelo Presidente José Eduardo dos Santos na campanha para as eleições de Agosto, a aprovação do Programa Nacional Estratégico para a Agua (2013/2017) vai permitir ao Executivo desenvolver acções que garantem li gestão sustentável e articulada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do país. O programa persegue também a melhoria do saneamento básico e do abastecimento

de água, o fomento da actividade agrícola e piscatória nas águas interiores, o desenvolvimento do potencial turístico associado aos recursos hídricos, bem como a redução da dependência energética de fontes não renováveis, privilegiando a produção de energia eléctrica de origem hídrica.

#### Protocolo de Kyoto

O comunicado do Conselho de Ministros salienta que, com a execução das acções constantes no programa nacional, "Angola procura atingir os objectivos contidos no programa das Nações Unidas para o desenvolvimento do milénio e na estratégia nacional" de aplicação da convenção quadro da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as Alterações Climáticas e do Protocolo de Kyoto, em execução até 2020, conforme decisão saída da cimeira da ONU, no Qatar.

#### Memorial tem estatuto

O Decreto Presidencial que formaliza a criação do Memorial Dr. António Agostinho Neto e aprova o seu estatuto orgânico estabelece a autonomia administrativa, financeira e patrimonial "da instituição vocacionada para a salvaguarda da memória do primeiro Presidente da República de Angola", Agostinho Neto e "a preservação, perpetuação e investigação da sua vida e obra". O Memorial, salienta o comunicado, organiza-se sob a forma de instituto público e vai funcionar sob a tutela do titular do poder Executivo e a superintendência da Casa Civil do Presidente da República, tendo como órgãos sociais um conselho superior presidido pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal.

#### Regras na contratação pública

O Conselho de Ministros debruçou-se também sobre a proposta de lei de alteração da Lei da contratação pública. O comunicado refere que a Lei de alteração da Lei nº 20/10, de 7 de Setembro, a ser remetida à Assembleia Nacional, tem como finalidade "aperfeiçoar o processo de contratação pública e aumentar o rigor nos procedimentos a observar pelas entidades públicas contratantes". O documento sublinha que, com a presente revisão, se pretende redefinir as competências para a nomeação das comissões de avaliação e instituir um modelo administrativo de constituição e designação de serviços técnicos especializados em procedimentos de contratação pública, entidades que apoiam o processo de contratação em todos os níveis.

## 4.17 Consolidação orçamental de 2011 permite algum relaxamento em 2012

*Novo Jornal*

*14 De Dezembro de 2012*

O Governo Angolano encerrou as contas de 2011 com um superávit orçamental de 8.8 mil milhões de dólares, o equivalente a 8.7% do PIB. Ainda assim, inferior ao estimado pelo FMI na sua consulta ao país no âmbito do artigo IV (10.2%). Os dados preliminares do Banco Nacional de Angola apontam para um grau de execução das receitas superior ao orçamento inicial, resultado que provém de uma colecta de impostos petrolíferos superior ao esperado. A contenção é notória do lado da despesa, cuja realização se encontra 25% abaixo do valor estimado pelo governo para o final do ano. As despesas de capital são a principal rubrica que espelha a consolidação orçamental efectuada pelo governo, enquanto que; por outrolado, a rubrica de transferências correntes (inclui essencialmente subsídios a combustíveis e prestações sociais) ultrapassou os montantes antecipados. De acordo com os critérios das economias desenvolvidas, este seria um bom resultado, mas Angola necessita de investimento em infra-estruturas várias. Mais do que consolidação fiscal, a baixa execução das despesas de capital é sinal de falta de capacidade de implementação de projectos. Em 2012, prevê-se um aumento da receita, principalmente proveniente do esforço de ampliação da base tributária - em 2011, foi aprovada legislação com este propósito, nomeadamente relacionada com impostos sobre o rendimento singular e colectivo - assim como um aumento da despesa, sobretudo de capital, orçamentada em 20,103 milhões de dólares, quase o triplo das despesas de capital executadas em 2011. Por seu turno, o FMI recomenda algum controlo com os gastos com subsídios aos combustíveis, que actualmente desviam recursos de projectos sociais e de infra-estruturas. A execução orçamental relativa ao primeiro trimestre de 2012 aponta para a obtenção de um superávit de 704.9 milhões de dólares. No entanto, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, as receitas petrolíferas diminuíram em cerca de 1 mil milhão de dólares, o que poderá vir a constituir um factor desfavorável ao investimento. Por seu turno, a rubrica Outras Receitas aumentou substancialmente em termos de montante, assim como em percentagem do total de receitas, beneficiando da progressiva diversificação da economia angolana e consequente alargamento da base tributária a outros sectores para além da indústria petrolífera. No entanto, as receitas petrolíferas continuam a ter um peso muito

significativo no total de receitas, de pouco mais de 2/3 no primeiro trimestre, com o governo a pretender que este diminua para 57.5% até ao final do ano.

#### 4.18 OGE para 2,013 cresce 50%

*Expansão*

*14 De Dezembro 2012*

A proposta foi apresentada esta semana na Assembleia Nacional, aguardando data para discussão.

o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado é de 7,1%, sendo que o sector petrolífero concorre com 6,6%, e o não petrolífero com 7,3%. As ampliações das infra-estruturas económicas e sociais destacam-se entre as despesas. "A predominância dessas despesas, por natureza económica, diz respeito ao Programa de Investimento Público (PIP), fixadas em 24% da verba, às despesas com o pessoal, com 19,44%, e à aquisição de bens e serviços, com 17,8% da despesa total", explicou o governante. O documento reserva uma verba correspondente a 33,3% do total para despesas do sector social, que corresponde a educação, saúde, ensino superior e a protecção social, reservando uma parte significativa para o ensino de base, segundo o ministro. O documento foi remetido à Assembleia da República, aguardando data para discussão. O Conselho de Ministros aprovou no dia 11 de Dezembro a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) que prevê receitas na ordem dos 6,6 biliões Kz e despesas no mesmo valor, registando um crescimento de 46,7% comparativamente ao OGE do ano passado que foi de 4,5 biliões Kz. O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, explicou que o documento foi elaborado com base ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, perspectivando uma inflação de 9% ao ano e com o preço do barril de petróleo em 96 USD. Por natureza económica, o sector petrolífero deve assegurar 50% das despesas, o sector não petrolífero 17%, enquanto os financiamentos internos e externos garantem, respectivamente, cerca de 15% e 11 %. Para o economista José Cerqueira, a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2013, que prevê despesas de 6,6 triliões, mais 2.18 triliões em relação ao ano passado, tem o seu crescimento fundamentado na proposta de despesas públicas referentes ao ano de 2013. Acredita que este aumento tem igualmente que ver com o Programa de Investimentos Públicos (PIP), no qual se está a prestar uma atenção especial à reabilitação das infra-estruturas. Na sua opinião, o alargamento da base tributária, com a extensão do pagamento de impostos a muitas empresas que

deixavam de cumprir com as suas obrigações fiscais esteja igualmente no aumento do valor da proposta do OGE para 2013, que foi remetido à Assembleia Nacional para aprovação. Em declarações ao Expansão, o economista referiu que o aumento de receitas na proposta do OGE para 2012 deve prestar maior atenção àqueles sectores que têm merecido pouca atenção do Estado e reforçar os outros organismos, nomeadamente a educação e saúde. Defende que urge reforçar os programas de combate à fome, à pobreza, de promoção do comércio rural, de água para todos e reforçar os poderes das Administrações Municipais para que disponham de maior autonomia. Julgo também que o Governo deveria retirar os subsídios aos combustíveis para atribuí-los aos outros sectores. Em relação ao PIP, por exemplo, deve haver uma maior fiscalização dos projectos, uma vez que tem havido uma incapacidade do Executivo de realizar as obras planificadas num determinado ano. Como consequência, a maioria das obras transita para o ano seguinte.

#### 4.19 O OGE da prova dos nove

*O Independente*

*15 De Dezembro de 2012*

Quatro meses depois começam a fazer-se sentir os efeitos adversos das manobras de diversão levadas a cabo por alguns dos candidatos derrotados nas eleições gerais de 31 de Agosto. O atraso na elaboração e aprovação do OGE para 2013 é provavelmente até aqui a mais importante consequência da-quele comportamento, por muitos considerado irresponsável, de partidos como a UNITA, CASA-CE e PRS, que em vez de vestirem a camisola do fair play preferiram encetar por expedientes dilatatórios só para embaciar a vitória do MPLA. Contas feitas, as instituições do país tiveram a sua actividade suspensa em razão de um expediente pouco ortodox, apesar de desencadeado a coberto da legislação em vigor. Desde as ameaças de boicote das eleições aos pedidos de impugnação sem sustentação política e jurídica atendível, levou a que se despoletasse um expediente de contencioso eleitoral que acabou adiando o funcionamento normal de algumas instituições democráticas. Desde logo a investidura do Presidente da República que acabou por acontecer no dia 26 de Setembro, quase um mês depois do acto eleitoral. Consequentemente a formação do governo foi feita dois dias depois e somente a 2 de Outubro é que o Executivo tomou posse. Tal situação condicionou por exemplo a aprovação e execução de programas do Executivo, que constam no caderno eleitoral. Seria bem possível que caso o processo eleitoral tivesse um desfecho verdadeiramente democrático, sem manobras de

diversão dos candidatos vencidos, o actual governo teria condições para apresentar pelo menos em Novembro a proposta de OGE o que ajudaria a economizar um mês de discussões aos vários níveis da Assembleia Nacional. Voltando ao OGE para 2013 e já agora o Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, convém realçar que, como medida de precaução, a Assembleia Nacional aprovou uma lei que altera pontualmente a Lei Quadro do OGE, de maneira a permitir que as operações financeiras dos primeiros dois meses do novo ano fiscal possam ser efectuadas com base no OGE de 2012, atendendo que, devido às eleições, seria impossível submeter a tempo a proposta de Lei de OGE. Voltando as contas. Seria bem possível que caso processo eleitoral tivesse um desfecho verdadeiramente democrático, sem manobras de diversão dos candidatos vencidos, o actual governo teria condições para apresentar pelo menos em Novembro a proposta de OGE o que ajudaria a economizar um mês de discussões aos vários níveis da Assembleia Nacional. Segundo fontes independentes, o adiamento da plenária que estava marcada para o dia 13, aquela que era suposto será última sessão do ano, deveu-se justamente ao facto de as bancadas parlamentares terem preferido ganhar tempo a estudar a proposta de OGE de 2013 para que tenham condições de aprovar um orçamento do Estado imaculado. As nossas fontes também nos adiantaram que, diferente dos anos anteriores, alguns partidos com representação parlamentar estão apostados em queimar as pestanas e 'dissecar' literalmente a proposta de OGE do Executivo. Diz-se inclusive que algumas dessas siglas políticas já se adiantaram em contactos para uma "consultoria externa", numa atitude que, por um lado, demonstra uma preocupação especial em pôr a prova as capacidades do Executivo, por outro, demonstra total falta de confiança nos seus.

#### **4.20 Executivo fez chegar a proposta de OGE e aguarda convocatória do órgão legislativo**

*O Independente*

*15 De Dezembro de 2012*

O Conselho de Ministros deu entrada sexta-feira aos dispositivos electrónicos onde constam o Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e proposta de Lei que aprova o OGE para 2013, que prevê despesas e receitas na ordem dos 6,6 triliões de kwanzas, sendo 33,3 por cento deste montante reservado para o sector social. Após a entrega dos documentos, o Executivo aguarda até Janeiro quando os deputados retomarem às plenárias, para

explicações e eventuais ajustamentos, num processo que deve levar pelo menos 45 dias, até que seja aprovado pela Assembleia Nacional. O montante proposto representa um aumento de cerca de 49 por cento comparado com a cifra do actual OGE, comporta 4,4 triliões de kwanzas. A proposta prevê 50 por cento das receitas a arrecadar advêm do sector petrolífero, 17 por cento do sector não petrolífero, 15 por cento a partir de financiamento interno, e cerca de 11 % de financiamento externo. Segundo o ministério das Finanças a prioridade que é dada para a ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção. O ministro realçou a predominância do investimento público com 24,62%, despesas com pessoal com 19,44%, e aquisição de bens e serviços com 17,8% da despesa total. Quanto ao sector social, em termos de distribuição funcional e programática, o OGE para 2013 vai reservar cerca de um terço dos recursos disponíveis para despesas do sector social, designadamente a educação, saúde, ensino superior e protecção social, o que reflete engajamento do Executivo na melhoria das condições de vida do povo angolano. A proposta de Lei que aprova o OGE para 2013 segue a risca o estipulado na lei e respeita os princípios da transparência e da responsabilidade fiscal, atendendo que a despesa total limita-se à receita total, o que resulta num "equilíbrio perfeito". Outro dado relevante avançado pelo Minfin é a garantia de que as necessidades de financiamentos vão ser atendidas "sem recurso a emissão de moeda", e realçou que "as receitas têm uma abrangência completa, pois elas incluem todas as receitas cuja titularidade é do Estado". No seu Plano Nacional de Desenvolvimento, o Executivo prevê o crescimento do Produto Interno Bruto na ordem dos 7,1 por cento, com uma meta de inflação de 9,0 por cento. O plano foi elaborado tendo como referência uma produção petrolífera de 673,5 milhões de barris de petróleo, ao preço de 96 dólares o barril. Esse instrumento de planeamento de médio prazo visa a implementação pelo Executivo de um conjunto de políticas que concorrem para a garantia da unidade nacional, a melhoria da qualidade de vida das populações e a inserção da juventude na vida activa do país, entre outros objetivos. Prevê também um aumento de 6,6 por cento das receitas do sector petrolífero e 7,3 por cento do sector não petrolífero. Namesmasessão em que o CM deu luz verde a proposta de OGE para 2013, também aprovou o Programa Nacional Estratégico para a Água, e deu parecer favorável à propostas de Lei de alteração Lei da Contratação Pública e ao Decreto Presidencial que formaliza a criação do Memorial Dr. António Agostinho Neto e a prova o seu Estatuto Orgânico.

## 4.21 OGE 2013 avaliado em 6,6triliões de Kwanzas

*Semanário Factual*  
15 De Dezembro

O Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2013 está avaliado em 6,6 triliões de Kwanzas, um incremento substancial em comparação ao orçamento de 2012, que se situou em torno dos 4,5 triliões de Kwanzas. O Executivo estima que a produção de petróleo deverá rondar os 673,5 milhões de barris a um preço médio de 96 dólares o barril, o que representa uma posição prudencial para acautelar as oscilações no preço do petróleo que, nesta altura, se encontra cotado acima dos 100 dólares. Segundo o ministro das Finanças, Carlos Lopes, o OGE para 2013 reserva cerca de um terço dos recursos disponíveis para despesas do sector social, designadamente educação, saúde, ensino superior e protecção social, o que reflecte sobre o empenho do Executivo na melhoria das condições de vida do povo. Adianta que o sector social absorve cerca de 33,3 por cento do orçamento, sendo que o valor proposto corresponde a um aumento de cerca de 49 por cento em comparação ao orçamento do exercício em curso. O OGE/2013 estabelece uma meta de inflação de 09 por cento, contra os actuais 10 por cento. As perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) são de 7,1 por cento, em que o sector petrolífero deverá crescer 6,6 por cento e o não petrolífero 7,3 por cento. O sector petrolífero deverá contribuir com 50 por cento das receitas, enquanto o sector não petrolífero vai contribuir com 17 por cento; os financiamentos externos devem representar 11 por cento e os internos 15 por cento. Carlos Alberto Lopes afirmou, esta semana, que a prioridade dada à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção e da predominância do investimento público representa cerca de 24,62 por cento das despesas, mas as despesas com pessoal correspondem a 19,44 por cento e a aquisição de bens e serviços representam 17,8 por cento. Salienta-se que o OGE para 2013 se encontra ajustado ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que é um instrumento de planeamento de médio-prazo, que visa a implementação, pelo Executivo, de um conjunto de políticas que assegurem a unidade nacional, a melhoria da qualidade de vida das populações, a inserção da juventude na vida activa do País, a melhoria do desempenho do sector empresarial público e o contínuo desenvolvimento do sector privado. A proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado apreciada e aprovada pelo Conselho de Ministros mantém o compromisso do Executivo com as boas práticas de gestão fiscal, de maneira a

assegurar a estabilidade e o crescimento sustentável da economia e prevê a afectação ao sector social de cerca de um terço dos recursos disponíveis, traduzindo, assim, o permanente engajamento do Executivo na melhoria das condições de vida do povo angolano.

## 4.22 Prevê aumento de gastos públicos

*Jornal Agora*  
15 de Dezembro de 2012

A médio prazo, a subida da fasquia reflecte a intenção das autoridades de reforçar os mecanismos de protecção dos gastos públicos prioritários e da volatilidade das receitas petrolíferas. Da verba, 33,3% é reservada ao sector social, montante proposto que representa um aumento de cerca de 49% em relação ao actual OGE. As operações financeiras dos primeiros dois meses do novo ano fiscal são efectuadas com base no OGE de 2012, como estabelece a Lei de Alteração da Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado para 2013, aprovada em Agosto pelo Parlamento. O Ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, afirmou que o PND 2013-2017 foi elaborado com base numa meta de inflação de 9% por ano, e uma produção petrolífera de 673,5 milhões de barris de petróleo, ao preço de 96 dólares o barril, com um crescimento estimado do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1%, sendo que o sector petrolífero concorre com 6,6%, e o não petrolífero com 7,3%.

### Receitas

Sobre a proposta de OGE para 2013, afirmou que 50% das receitas a arrecadar advêm do sector petrolífero, 17% do não petrolífero, 15% a partir de financiamento interno e cerca de 11 % de financiamento externo. Falou, por outro lado, da prioridade dada à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção e da predominância do investimento público com 24,62%, despesas com pessoal com 19,44 e aquisição de bens e serviços com 17,8 da despesa total. O governante referiu, ainda, que em termos de distribuição funcional e programática, o OGE 2013 reserva cerca de um terço dos recursos disponíveis para despesas do sector social, designadamente educação, saúde, ensino superior e protecção social, o que reflecte o empenho do Executivo na melhoria das condições de vida do povo. Revelou que estará a ser reservada "uma parte significativa do orçamento" para o ensino de base, que "deve ter o nível de qualidade necessário" para as crianças disporem de "uma formação sólida que lhes permita enfrentar com mais facilidade toda a cadeia

do ensino até ao nível superior". Todavia, o aumento esperado das receitas fiscais não petrolíferas resultante das reformas realizadas no plano da administração fiscal, não compensará, na totalidade, o declínio das receitas petrolíferas decorrente da evolução do preço do petróleo e das projecções existentes para a produção.

#### Gestão

A proposta de Lei que aprova ( OGE para 2013 segue à risca (estipulado na lei e respeita o: princípios da transparência e de responsabilidade fiscal, atendem do que "a despesa total está limitada à receita total", o que resulta num "equilíbrio perfeito". "A receita total equivale, cerca de 53,1% do PIB e isso está alinhado com a Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado", garantiu, acrescentando que as necessidades de financiamento serão atendidas sem recurso à emissão de moeda, e "as receitas têm uma abrangência completa, pois incluem todas as receitas cuja titularidade é do Estado".

#### Contratação

O órgão colegial debruçou-se também sobre a proposta de lei de alteração da Lei da Contratação Pública. A Lei de alteração da Lei nº 20/10, de 7 de Setembro, a ser remetida à Assembleia Nacional, tem como finalidade "aperfeiçoar o processo de contratação pública e aumentar o rigor nos procedimentos a observar pelas entidades públicas contratantes". Com a presente revisão pretende-se redefinir as competências para a nomeação das comissões de avaliação e instituir um modelo administrativo de constituição e designação de serviços técnicos especializados em procedimentos de contratação pública, entidades que apoiam o processo de contratação a todos os níveis.

### 4.23 Executivo entrega proposta de OGE ao Parlamento

*Jornal de Angola*  
15 De Dezembro de 2012

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, que prevê receitas e despesas na ordem de 6,6 triliões de kwanzas, foi ontem oficialmente entregue pelo executivo à Assembleia Nacional para discussão e aprovação.

O documento foi entregue pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, na presença dos ministros dos Assuntos Parlamentares,

Rosa Micoló, e das Finanças, Carlos Alberto Lopes. O ministro das Finanças, no final da cerimónia, que decorreu na Assembleia Nacional, referiu que o OGE para 2013 "cumprirá com os pressupostos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que estão no programa de governação do MPLA", que venceu as eleições gerais. O Plano Nacional, afirmou, prevê um crescimento da economia no próximo ano na ordem de 7,1 por cento e uma taxa de inflação de apenas um dígito, podendo situar-se no limite dos 9 por cento. O ministro das Finanças disse prever que as reservas internacionais líquidas do país venham a ter um peso relativo de cerca de 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e que a taxa de câmbio seja flutuante, mas estável e em média situar-se à volta dos 96 kwanzas por dólar. Em relação à despesa total do principal instrumento de gestão económica e financeira do Estado, a prioridade vai para o sector social, com 33,5 por cento. A Administração Pública tem 23 por cento e os sectores da Defesa e Económico, cerca de 18 por cento. O ministro lembrou que o OGE privilegia o Programa de Recenseamento Geral da População e da Habitação em curso, cuja fase preparatória começou há dois anos. Este levantamento, referiu, está avaliado em cerca de quatro mil milhões de kwanzas. Além do programa do recenseamento da população, realçou, existem outras acções em curso afectas ao Instituto Nacional de Estatística que têm o objectivo de criar condições condignas do ponto de vista de instalações em várias províncias.

#### Subvenção dos combustíveis

Carlos Alberto Lopes disse que o Executivo vai, no decurso da execução do OGE, analisar a necessidade ou não de se ajustarem os preços dos combustíveis. É imprescindível, salientou, a monitorização da forma como o consumo de combustível é feito para poder ter ganhos significativos. O OGE, referiu, prevê um défice de cerca de 3,4 por cento do PIB, que vai ser financiado pela mobilização de reservas dos exercícios anteriores e da contratação de financiamentos no mercado interno e do financiamento do mercado externo.

#### Discussão abrangente

O presidente da 5ª comissão de especialidade de Economia e Finanças da Assembleia Nacional garantiu que o Parlamento vai apreciar o OGE para 2013 para ser aprovado até 15 de Fevereiro. Manuel Nunes Júnior sublinhou que o documento, "por conter opções de política económica que vão tocar a vida das empresas, famílias e do próprio Estado, deve ser apreciado com muito rigor, objectividade e abrangência". O processo de apreciação e aprovação do documento, disse, deve envolver os parceiros

sociais e várias comissões especializadas da Assembleia Nacional. O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional garantiu o envolvimento nas discussões de representantes da sociedade civil, associações profissionais, empresariais e estudantes.

#### Mundial de hóquei

Carlos Alberto Lopes afirmou que OGE para 2013 tem verbas para financiar a realização do Campeonato Mundial de Hóquei em Patins, que se realiza no próximo ano, nas cidades de Luanda, Namibe e Malange. O Executivo, para garantir a realização do evento, está a financiar a construção de pavilhões naquelas cidades. As obras destes empreendimentos, realçou, decorrem normalmente e os pavilhões estão à disposição das autoridades desportivas com muita antecedência.

#### Debate sobre o género

A vice-presidente da Assembleia Nacional, Joana Lina, disse ontem que o Parlamento pretende integrar a perspectiva de género na discussão do Orçamento Geral do Estado e nas políticas públicas, como forma de melhor compreender as relações entre homens e mulheres na sociedade. Joana Lina falava na abertura do seminário sobre "Orçamento de Género" e disse que há toda a conveniência em começar a pensar num melhor entrosamento entre as políticas de género e as disponibilidades orçamentais, para assegurar as necessidades e interesses dos indivíduos de diferentes grupos sociais. Não se trata de aprovar ou fazer aprovar orçamentos exclusivamente para mulheres ou para homens, disse Joana Lina. "É preciso atender as necessidades, direitos e obrigações específicas de homens e mulheres na análise e elaboração de orçamentos públicos. Julgamos que só assim estamos em condições e assegurar o respeito dos direitos das mulheres e a igualdade de género", acrescentou. Além de tomar o orçamento sensível ao género, Joana Lina considera importante haver fiscalização do seu exercício, para assegurar o cumprimento efectivo dos compromissos assumidos pelo Estado no âmbito da Organização das Nações Unidas, União Africana e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. A vice-presidente da Assembleia Nacional lembrou que o Orçamento Geral do Estado, submetido a aprovação parlamentar, é o mais importante instrumento político do Executivo, e um claro indicador económico do compromisso dos poderes públicos para com a sociedade.

#### Reduzir a desigualdade

Para a coordenadora residente das Nações Unidas, Maria Ribeiro, um orçamento na perspectiva de género é um importante mecanismo para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e para a monitorização dos fundos públicos destinados aos programas que mais afetam as mulheres ligados à saúde reprodutiva, educação e combate à pobreza. A nível global, acrescentou, essa questão assume hoje um papel imprescindível no seguimento do desenvolvimento humano dos países e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Maria Ribeiro disse que Angola pode atingir esses objetivos no âmbito da promoção da mulher na vida pública, saúde materna e infantil e da educação, apesar de existirem ainda grandes desafios pela frente e ganhos alcançados que precisam de ser consolidados. A importância do seminário foi destacada na sessão de abertura pelo facto de acontecer numa altura em que os deputados se preparam para análise e aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2013. O seminário, que decorreu sobre tema "Orçamento de Género", foi promovido pela Rede Mulher Angola, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e em parceria com o Grupo de Mulheres Parlamentares e o Ministério da Família e Pro-moção da Mulher.

#### 4.24 Fundo soberano anuncia investimentos

*Jornal de Angola*

*20 De Dezembro de 2012*

FSDEA promete revelar ao público todos os factos que forem relevantes

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) anunciou ontem, em Luanda, que no primeiro trimestre de 2013 vai publicar a sua política de Investimento, depois de aprovada pelo executivo.

A informação vem publicada num documento a que o Jornal de Angola teve acesso, em que o Fundo dá conta "das principais metas que se compromete alcançar no decurso de 2013 e 2014", na verdade, a sua agenda para a totalidade do próximo ano e parte do ano seguinte. O FSDEA indicou que, no segundo trimestre do próximo ano, publica a sua Carta Social, um documento que aborda "uma série de grandes desafios sociais enfrentados pelos angolanos" e nomeará auditores independentes reconhecidos internacionalmente. No terceiro trimestre, o Fundo promete apresentar as suas actualizações semestrais, onde se incluem comentários dos membros executivos quanto à carteira de investimento. No

primeiro trimestre de 2014 o FSDEA apresenta o seu relatório anual auditado e a primeira classificação pelo Índice de Transparência Linaburg-Maduell, que é o rating de transparência dos fundos soberanos. Além dessas metas, o FSDEA assumiu o compromisso de fornecer actualizações regulares aos mercados internacionais e ao público angolano quanto a factos relevantes como grandes investimentos, selecção de consultores externos "e todos os desenvolvimentos dignos de menção". O presidente do Conselho de Administração da FSDEA, Armando Manuel, declarou a respeito que a agenda da instituição persegue o princípio da "total transparência" e da "responsabilidade perante o povo angolano". "Numa demonstração do nosso empenho na total transparência e responsabilidade perante o povo angolano, o FSDEA tem o prazer de confirmar um calendário de metas de divulgação de referência", declarou Armando Manuel. O presidente do Conselho de Administração do FSDEA considerou que "a transparência deve ser um dos principais alicerces do FSDEA" e que o Fundo "adoptou uma abordagem sólida e transparente quanto às divulgações e à adesão a princípios de governação institucionalmente aceites". Armando Manuel concluiu que "o nível de conhecimento e informação que o FSDEA se compromete a divulgar publicamente permitirá ao povo angolano monitorizar o progresso do Fundo na promoção do desenvolvimento socioeconómico de Angola e na criação de riqueza para o seu futuro".

#### 4.25 Dos Santos não teve "autorização" da Assembleia Nacional

*Angolense*

*21 De dezembro de 2012*

O Governo lançou no ano que termina o Fundo Soberano de Angola (FSDEA), um novo fundo soberano de investimento com 5 mil milhões de dólares de activos sob sua gestão. O Presidente do Conselho de Administração do FSDEA é Armando Manuel, coadjuvado por José Filomeno de Sousa dos Santos "Zenu", filho do Presidente da República e Augusto Miguel Évora Gonçalves, para além de um conselho consultivo independente, que inclui os ministros das Finanças, da Economia, dos Assuntos Parlamentares e o governador do Banco Nacional de Angola (BNA). O principal enfoque do fundo, segundo o seu presidente será o desenvolvimento de infraestruturas, mas também deverá olhar para o sector hoteleiro que nos últimos tempos tem tido um crescimento exponencial. "Numa fase primária deverá ter uma política bastante providencial, sendo

que os investimentos em infraestruturas constituem o cerne daquilo que será a acção do fundo", disse, adiantando que "como qualquer outra instituição deveremos ressaltar a nossa responsabilidade social e, naquilo que são as nossas acções sociais, deveremos olhar para a oportunidade de promover negócios". Armando Manuel, que é igualmente assessor económico do Presidente da República, explicou tratar-se da versão do fundo petrolífero que evoluiu para o Soberano Angolano, criado com os critérios de boas práticas de governação internacional. Sustentou que o FSDEA guia-se pelos princípios da responsabilização e transparências. O responsável frisou que, nos últimos dez anos, se registou crescimento significativo em alguns países da África subsariana, como reflexo do potencial de uma demanda que os países desta região têm estado a efectuar, a par de Angola. Quanto aos mecanismos adoptados para a condução dos investimentos, o PCA do Fundo Soberano de Angola, Armando Manuel, esclareceu que "o fundo é uma instituição de poupança que procurará assegurar que os rendimentos provenientes de recursos naturais beneficiem não apenas a geração presente mas as gerações futuras e, na busca deste objectivo, é necessário que estes recursos sejam investidos em segmentos rentáveis, quer isso dizer que o fundo procurará identificar oportunidades de negócios rentáveis e é nestas oportunidades que há-de investir", disse. Destacou ainda que a instituição irá adoptar, em matéria de publicação dos seus gastos, os procedimentos conformados com os princípios de Santiago, que estabelecem as melhores práticas de gestão e "certamente olharemos nestas práticas e também olharemos aquilo que são práticas aceites no regimento nacional por se tratar de uma instituição nacional e, certamente a publicação e o mecanismo de publicação das transacções e de todo o conteúdo operacional do fundo há-de obedecer a estes dois instrumentos", referiu. Criado na inconstitucionalidade A CASA-CE, liderada por Abel Chivukuvuku é terceira força mais votada nas eleições gerais de Agosto passado, anunciou no passado dia 04 ter requerido ao TC que apreciasse a validade do decreto do Presidente José Eduardo dos Santos, que considera inconstitucional. Em causa está a falta de autorização legislativa para José Eduardo dos Santos, titular do poder executivo, criar um fundo público. Sobre a matéria, o Tribunal Constitucional notificou à direcção da CASA-C E sobre a admissibilidade do requerimento que a coligação submeteu ao órgão de justiça. No despacho recaído sobre o requerimento da CASA-CE, processo nº307- B/12 de 7 de Dezembro, não só o tribunal confirma a legitimidade da coligação de levantar o problema, como também faz menção ao facto do diploma ser perfeitamente fiscalizável. O requerimento de



impugnação da CASA-C E está assim admitido e a tramitar nos termos da lei do processo constitucional. O despacho é assinado pelo juiz-conselho Presidente, Rui Ferreira. A CASA-C E pediu ao TC a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade de três decretos destaque para o nº48/11, através do qual o Presidente da República autocrizou o Fundo Petrolífero. Até ao fecho desta edição, aguardava-se com expectativa, a pronúncia da decisão final do Tribunal.

#### 4.26 OGE 2013 dá primazia ao sector social

*Angolense*

*21 De Dezembro de 2012*

O Governo entregou à Assembleia Nacional, na sexta-feira passada, 14, a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013. O OGE para 2013 prevê no total receitas e despesas na ordem de 6,6 triliões de Kwanzas, sendo que 50 por cento das receitas a arrecadar serão geradas pelo sector petrolífero, o sector não petrolífero vai gerar 17 por cento das receitas, os financiamentos internos 15 por cento e cerca de 11 por cento serão provenientes do financiamento externo. O Orçamento Geral do Estado dá prioridade a ampliação das infra-estruturas económicas e sociais, por serem o suporte para o aumento da produção, o que vai proporcionar medidas de crescimento do emprego e do bem-estar das populações, de acordo com o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes : O mesmo prevê ainda uma verba correspondente a 33, 3 por cento do total, para despesas no sector social, que corresponde a educação, saúde, ensino superior e assistência social. Aparece de seguida as despesas com os sectores de defesa e económico com sensivelmente, 18 por cento. O ministro das Finanças Carlos Lopes disse que a proposta do OGE para o próximo ano prevê que as reservas internacionais líquidas venham a ter um peso relativo de cerca de 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto à taxa de câmbio, prosseguiu o governante, deverá ser flutuante mas estável e, em média, deverá situar-se em 96 kwanzas por cada dólar norte-americano. "Em função disso, o OGE em termos de despesas poderá situar-se à volta dos 6,6 triliões de kwanzas, que do ponto de vista de relação com o PIB representa cerca de 55,5 por cento", frisou. Ao responder a questão sobre a possibilidade da proposta do OGE prever a redução na subvenção dos preços dos combustíveis, afirmou que o governo vai neste aspecto privilegiar um controlo mais efectivo sobre os consumos. "No decurso da execução do OGE, veremos sobre a necessidade ou não de se ajustar os preços, mas em princípio o que

fica assente é que vamos monitorar melhor a forma como o consumo de combustíveis vai ser feito". O governante informou que relativamente ao saldo primário, a proposta do OGE prevê um défice de cerca de 3,4% do valor do PIB, que deverá ser financiado por via da mobilização de reservas dos exercícios anteriores e da contratação do financiamento no mercado interno e externo. O plano do orçamento assume uma inflação de nove por cento ao ano e uma produção petrolífera de cerca de 973,5 milhões de barris de petróleo ao preço de 96 dólares por barril. O Orçamento Geral de Estado é um instrumento de gestão que contém a previsão das receitas e despesas públicas, para um período de um ano. A proposta será discutida pelos deputados em Janeiro para sua aprovação ou reajustes e posterior aprovação.

#### 4.27 Sector da Energia e Aguas terá orçamento de 334 biliões de Kz

*Agora*

*22 De Dezembro de 2012*

O Ministério da Energia e Aguas (MINEA) prevê receber, em 2013, cerca de 334 biliões de kwanzas do Plano Nacional e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para a materialização dos programas e outras estratégias prioritárias do sector. O anúncio foi feito nesta quinta-feira, pelo Ministro da Energia e Águas, durante o seu discurso de final de ano, tendo sublinhado que com base nos programas e prioridades traçadas pelo sector, está em fase de aprovação o Plano Nacional e o OGE, prevê para 2013, de cerca de 334 biliões de kwanzas. João Baptista Borges disse que o montante representa um aumento de cerca de 170% em relação a 2012, facto que demonstra a prioridade que o Executivo e o Presidente da República, Eduardo dos Santos, atribuem ao MINEA. O governante referiu ainda que do referido montante cerca de 227 biliões serão utilizados em projectos do sector eléctrico, com incidência para a construção dos aproveitamentos hidreléctricos de Capanda 11, Laúca e Central de Ciclo Combinado do Soyo. Outros 107 biliões serão canalizados para os projectos do sector das Aguas, com destaque para as estações do Bita e Qui longa Grande, bem como e projectos de reabilitação dos Sistemas de água das capitais provinciais e de 120 municípios. Constatou, por outro lado, que os sectores das Águas e Energia necessitam de ganhar auto sustentabilidade de forma a reduzem as suas dependências do OGE, principalmente nas questões inerentes aos custos operacionais.

## 4.28 Te admite que PR não tem competência para criar Fundo Soberano

*Agora*

*22 De Dezembro de 2012*

De acordo com o documento que serviu de notificação à Coligação proponente, o titular do Executivo apenas tem competência para gerir fundos públicos e não criá-los. O despacho refere que processo foi autuado com o número 307 -8/12 de 7 de Dezembro e confirma a legitimidade da Coligação de levantar o problema, como também faz menção ao facto do diploma exarado pelo Presidente da República com o fim de criar o Fundo Soberano ser perfeitamente fiscalizável. A CASA-CE pediu ao TC a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade de três decretos presidenciais, com particular destaque para o no048/11, através do qual o Presidente da República criou sem autorização da Assembleia Nacional, o Fundo Petrolífero, com um valor global de 5 milhões de dólares americanos. A CASA alegou que a Constituição de Angola não confere competências para o Presidente da República e titular do Executivo criar Fundos Públicos, podendo apenas exercer funções administrativas, a menos que seja autorizado pela Assembleia Nacional. No requerimento refere o ponto nº 21º que "os deputados à Assembleia Nacional da 2ª legislatura, durante o exercício do seu mandato, não emitiram, em momento algum, autorizações legislativas para o Presidente da República e titular do poder executivo legislar em matéria de criação do Fundo Petrolífero"... Acrescenta que também não existe legislação infraconstitucional que, em concreto, atribui ao Presidente da República esse poder. Fontes afectas à direcção da Coligação consideraram que a admissibilidade do referido pedido é um importante passo no prosseguimento deste processo que envolve milhares de milhões de dólares, dinheiros públicos do petróleo. Fonte contactada pelo AGORA informou que internamente o Tribunal Constitucional, terá já dado os passos subsequentes, com a nomeação de um Juiz-relator, cuja missão será de apreciar o processo e produzir um projecto de acórdão que deverá ser submetido a apreciação em plenária pelos demais juizes do Tribunal Constitucional. Abel Chivukuvuku, apesar de considerar o Fundo Soberano como um importante instrumento para solução dos problemas, entende que a forma da sua criação está eivada de vício e por isso deve ser impugnado, devendo o projecto de lei sobre a criação desse fundo ser submetido à Assembleia Nacional para a sua, apreciação e autorização, ou seja, voltar a estaca zero. "O Fundo tem propósitos nobres como em qualquer parte do mundo onde ele já existe, como

é o caso da Noruega, não fossem os vícios legais, estruturais e carga de nepotismo a ele subjacente pelo que urge corrigir".

## 4.29 Deputados discutem finanças públicas nas jornadas parlamentares em Janeiro

*Jornal de Angola*

*24 de Dezembro de 2012*

Orçamento Geral do Estado deve ser aprovado pela Assembleia Nacional. O líder da bancada parlamentar do MPLA na Assembleia Nacional, Virgílio de Fontes Pereira, anunciou, para Janeiro, a realização das "jornadas parlamentares da IIIª legislatura", dedicadas à abordagem de matérias ligadas às finanças públicas.

O deputado, que falava à imprensa no final de um encontro entre deputados do MPLA na sede do grupo parlamentar do partido, disse que o objectivo é fazer coincidir as jornadas com o ambiente de discussão do Orçamento Geral do Estado (OGE) do próximo ano. Virgílio de Fontes Pereira disse que as jornadas podem produzir contribuições para enriquecer as discussões sobre a OGE para 2013, que, excepcionalmente por causa das eleições gerais de 31 de Agosto, entra em vigor no mesmo ano em que deve ser aprovado, em 2013. A Lei do Orçamento estabelece que a OGE, que recomenda uma previsão de receitas e despesas em igual montante em kwanzas, deve ser aprovado até Dezembro do ano anterior para entrar em vigor no primeiro dia de Janeiro até 31 de Dezembro. O parlamentar indicou que a aprovação do a OGE deve contar com o empenho de todos os deputados, por considerar um instrumento fundamental para a realização do plano do Executivo.

### Proposta no Parlamento

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, que prevê receitas e despesas na ordem de 6,6 triliões de kwanzas, foi oficialmente entregue pelo Executivo à Assembleia Nacional para discussão e aprovação. O documento foi entregue pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, na presença dos ministros dos Assuntos Parlamentares, Rosa Micoló, e das Finanças, Carlos Alberto Lopes. O ministro das Finanças, no final da cerimónia, que decorreu na Assembleia Nacional, referiu que a OGE para 2013 "cumprirá com os pressupostos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que estão no programa

de governação do MPLA", que venceu as eleições gerais. O Plano Nacional, afirmou, prevê um crescimento da economia no próximo ano na ordem de 7,1 por cento e uma taxa de inflação de apenas um dígito, podendo situar-se no limite dos 9 por cento. O ministro das Finanças disse prever que as reservas internacionais líquidas do país venham a ter um peso relativo de cerca de 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e que a taxa de câmbio seja flutuante, mas estável e em média situar-se à volta dos 96 kwanzas por dólar. Em relação à despesa total do principal instrumento de gestão económica e financeira do Estado, a prioridade vai para o sector social, com 33,5 por cento. A Administração Pública tem 23 por cento e os sectores da Defesa e Económico, cerca de 18 por cento. O ministro lembrou que a OGE privilegia o Programa de Recenseamento Geral da População e da Habitação em curso, cuja fase preparatória começou há dois anos.

#### 4.30 Executivo aprova Plano de Caixa para Janeiro

*Jornal de Angola*

*28 de Dezembro de 2012*

Garantida execução regular do orçamento em todas as categorias de despesas

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou ontem o plano de caixa para Janeiro de 2013, que integra receitas na ordem dos 298,9 mil milhões de kwanzas e despesas no valor de 192 mil e 570 milhões. A Equipa Económica, reunida em sessão extraordinária, a última deste ano, sob presidência do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, aprovou um plano superavitário que, na ausência do OGE de 2013, garante o pagamento das despesas com bens e serviços, com a função pública, com o serviço da dívida e com as despesas de capital. O ministro das Finanças garantiu que não se vão registar "problemas de execução orçamental para todas as categorias de despesas". O ministro Carlos Alberto Lopes declarou que, no cômputo geral da despesa constante do plano de caixa, a componente de vencimentos dos funcionários públicos absorve 43 por cento. A aprovação do Plano de Caixa para Janeiro de 2013 resulta do facto de em meados deste ano ter entrado em vigor uma Lei que altera a Lei do Orçamento Geral do Estado e devido às alterações introduzidas o Presidente da República remete a proposta final do Orçamento Geral do Estado à Assembleia Nacional até ao dia 31 de Outubro em ano normal e até 15 de Dezembro em ano de Eleições Gerais. Por força desta alteração, em 2013 a Assembleia Nacional tem até ao dia 15 de Fevereiro

de votar a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado. Nos casos em que a Assembleia Nacional não vota ou por qualquer razão não aprova a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado reconduz-se o orçamento do ano anterior até a sua aprovação final e vigoram as regras duodecimais sobre a gestão orçamental. Na reunião, além do Vice-Presidente da República, participaram o secretário do Presidente da República para as questões Económicas, os ministros das Finanças, do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, do Comércio, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e o governador do Banco Nacional de Angola.

Presidente cria Comissão

O Presidente José Eduardo dos Santos criou ontem, por despacho, uma comissão multidisciplinar para relançar a actividade turística e acompanhar concretamente a entrada e saída de cruzeiros internacionais que pretendam escalar os portos de Angola, designadamente os do Lobito e do Namibe. Um comunicado dos órgãos auxiliares do Presidente da República refere que a comissão, entre outras atribuições, tem de definir o quadro legal para a recepção, acompanhamento, roteiro cultural, assistência médica e de segurança dos participantes nos cruzeiros internacionais, bem como garantir a recepção regular de cidadãos que pretendam visitar o país. A comissão, coordenada pelo ministro da Hotelaria e Turismo, salienta o documento, é constituída pelos ministros das Relações Exteriores, da Defesa, do Interior, da Saúde, da Cultura e da Administração do Território, pelo Comandante Geral da Polícia Nacional, bem como pelos directores dos Serviços de Imigração e Estrangeiros e dos Serviços de Informação e Segurança do Estado. A Comissão, diz o comunicado, "tem como suporte um grupo técnico formado por representantes das entidades citadas". O coordenador da comissão, refere o texto, tem até 30 dias para submeter ao Presidente da República o cronograma de actividades e 90 para submeter o relatório final dos trabalhos efectuados.

### 4.31 UNITA defende OGE equilibrado no sector social

*Novo Jornal*

*28 De Dezembro de 2012*

A UNITA DEFENDE o equilíbrio nas rubricas sociais relativamente ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, que deverá ser aprovado pelo parlamento na primeira quinzena de Janeiro. "Nós defendemos um OGE equilibrado e que beneficie os angolanos, porque toda a acção é bem-vinda, se visar os interesses nacionais", disse o deputado. Em declarações ao Novo Jornal, o líder do grupo parlamentar do galo negro, Raul Danda, disse que o ano parlamentar que está prestes a terminar ficou marcado pela aprovação da lei orgânica sobre as eleições gerais e que foi violada muitas vezes pelo Executivo. Na opinião do deputado, um país desenvolve-se quando os seus cidadãos têm boa saúde e para que isso aconteça esta rubrica tem de ter uma boa fatia do OGE. "Nos hospitais de Angola existe a falta medicamentos, não existem médicos, nem tão pouco enfermeiros. Existem poucos profissionais desta área e que não têm um salário condigno", lamentou. Danda adiantou, por outro lado, que o seu partido bateu-se sempre pela defesa da democracia e dos direitos humanos em Angola.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Angola melhora posição na lista da Transparência Internacional

*Jornal de Angola*

*06 de Dezembro de 2012*

Angola subiu 11 lugares na lista da organização não governamental Transparência Internacional sobre corrupção apenas num ano. Portugal perdeu um lugar porque a crise financeira e social fez aumentar a corrupção naquele país da Zona Euro. A Venezuela e Paraguai são os países mais corruptos da América Latina, enquanto Chile e Uruguai se mantêm entre os mais transparentes, aponta o relatório publicado pela ONG com sede na Alemanha. A edição de 2012 do já tradicional Índice de Percepção da Corrupção oferece um "ranking" regional com poucas variações na comparação com os relatórios dos últimos dois anos, mas faz uma advertência: "a América Latina é a região do mundo mais violenta, onde a desigualdade é maior", assegurou o director da Transparência Internacional para as Américas, Alejandro Salas.

Na escala global, Somália, Coreia do Norte, Afeganistão, Sudão e Myanmar são os países mais corruptos. Dinamarca, Finlândia, Nova Zelândia, Suécia e Singapura, os menos castigados por este tipo de prática. A Transparência Internacional, referência global na análise da corrupção, adverte no seu relatório que só um terço dos 176 países passou no exame. A condenação da corrupção ganha terreno em todo o mundo. "Após um ano durante o qual a atenção esteve virada para a corrupção, esperamos que os governos adotem uma postura mais firme contra o abuso de poder. Os resultados do TPI demonstram que as sociedades continuam a pagar o alto custo que representa a corrupção", afirmou em comunicado a presidente da Transparência Internacional, Huguette Labelle. Paulo Morais, vice-presidente da Transparência e Internacional em Portugal, considera que "os investidores e observadores estrangeiros que compõem o índice de percepção da corrupção continuam a não ver progressos visíveis em Portugal. A tendência de estagnação - e até de retrocesso - é a imagem de marca do nosso país no combate à corrupção e isso tem reflexos negativos na nossa capacidade de atrair investimento estrangeiro que nos ajude a sair da crise".

Ao contrário, em Angola o investimento estrangeiro aumenta diariamente. Angola melhorou 11 lugares na lista da Transparência Internacional, fruto das medidas tomadas contra esquemas de corrupção montados durante os anos de guerra, devido ao enfraquecimento da autoridade do Estado. Entre os países da CPLP, Cabo Verde melhorou dois lugares, Timor-Leste 30 lugares, Moçambique piorou três lugares, São Tomé e Príncipe melhorou 28 lugares, Guiné-Bissau melhorou quatro e o Brasil melhorou quatro lugares.

Os países "mais limpos" são a Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia. A Transparência Internacional justifica porque: "estas sociedades estão apoiadas por um nível de acesso a sistemas de informação e em regras claras que regem o comportamento dos agentes em cargos públicos".

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Chuvas reprovam mediocridade das obras habitacionais do Governo

*Folha 8*

*01 De Dezembro de 2012*

As chuvas que se abatem um pouco pelo interior da província do Namibe, depois de longo período de estiagem, chumbaram as construções de infra-estruturas sociais, erguidas no âmbito do programa de investimentos públicos, por falta de qualidade e falta de responsabilidade, ficando o seu custo real aquém do valor cobrado pelas empreitadas. Outrora, falar das obras descartáveis nesta província, era entendido como sendo crime contra a segurança do estado e profanação dos supostos esforços do executivo e as ameaças processuais aos profissionais da comunicação social no Namibe. A este respeito, era o prato de cada dia Mas hoje, e porque a mentira tem pernas curtas, são os próprios governantes, que honestamente reconhecem haver lacunas na fiscalização das obras construídas, com objectivo do bem-estar da população. Portanto, o Estado angolano pagou ao longo dos anos, gato por lebre, apesar de avultadas somas em dinheiro gastos nestas obras, cujo os governadores gestores, alguns deles encontram-se nas províncias nortenhas do país, exercendo os mesmos cargos e se calhar dentro desta política de cabra cega, provavelmente estejam a construir o mesmo tipo de obras, já que os afiliados empreiteiros, também seguiram com os governantes na conhecida política de colagem. As cicatrizes hoje são visíveis e as consequências dramatizam a insegurança dos quadros que ao ficarem sem tecto por força da inspecção natural de chuvas e ventos, as chapas de zinco não pouparam os beneficiários destas obras. Há relatos de ferimentos e muitas crianças ficaram por alguns dias sem irem às aulas por desabamento dos tectos das escolas recentemente construídas pelo governo da província As obras construídas nas comunas do Caitou, Lola, localidade de Kapangombe, comuna do Munhino, todas do Município da Bibala, são as que mais sofreram, com casas sociais dos quadros, escolas e postos de saúde sem o tecto, por não terem resistido. Alguns cidadãos explicaram nos locais de sinistro o que se passou" Depois de 15 minutos de chuvas, vimos que o nosso tecto já estava no ar, com o medo abandonei alguns filhos e tentei correr para a casa da vizinha, mas em vão, porque a casa dela também acabou por

ficar sem o tecto. Nisto, ganhei um ferimento no braço, devido a chapa que ao cair, roçou-me no braço, fui ao hospital e graças à Deus já estou bem e houve pessoas que tiveram que ser evacuadas para o Hospital central do Lubango ", esclareceu urna das sinistradas. A vice-governadora do Namibe, Maria dos Anjos Mahove, no contacto com a população sinistrada nestas áreas, reconheceu a existência de falta de qualidade nas obras construídas com intenção de ajudar resolver os problemas da população e sugeriu que a fiscalização das obras passasse a ser mais activa para se evitar que ventos e chuvas reprovem as obras do Estado. "Sim, houve alguns erros, algumas imperfeições nas construções. Agora, preciso que se reforce a fiscalização. As próximas obras a serem erguidas, terão que observar todos os pressupostos técnicos, a posição dos ventos e outros itens, por formas a que não voltemos a ter prejuízos desta natureza", reagiu a governante, com o semblante de tristeza, olhando para os petizes que ficaram ao relento. As infra-estruturas da fazenda agrícola dos serviços prisionais localizados ao longo da margem do rio Munhino, na comuna com o mesmo nome não foram poupadas, incluindo casernas dos reclusos e de agentes, que ficaram sem tecto e 14 toneladas de milho produzido naquela unidade prisional ficaram submersas. O desabamento do tecto destas infra-estruturas da unidade prisional aconteceu sob o olhar do administrador do Município da Bibala, Pedro António Mussungu que naquela altura, procedia no local a visita de campo as áreas agrícola. O mais grave, aconteceu na onde quatro membros de uma família, depois de terem sofrido descarga eléctrica e transportados em tipoia ao posto médico do Munhino, por autóctones voluntários, lhes foram negados a assistência. "Senhor jornalista, como pode ver, esta velha foi atingida pelo relâmpago ontem, e sofreu um grande ferimento desde o peito até as pernas, os três filhos também. Até hoje, não foi recebida no posto médico para o tratamento, a enfermeira do Munhino disse que este caso deve ser tratado nos quimbandas e nós não temos outra possibilidade, estamos a meter raízes e folhas nas feridas, não sei se isso vai mesmo dar certo", lamentou um dos sobrinhos da vítima com as lágrimas no rosto. O caso está a gerar protestos dos habitantes que dizem que há muito vêem reclamando pela má prestação dos serviços de saúde na sede da comuna do Munhino, sob o olhar silencioso de quem de direito que tarda tomar medidas que se impõem. Em tomo das obras destruídas pelas chuvas, muitos rebuscam o história do passado colonial que apesar das chuvas, ventos, bombas das guerras e mesmo passados mais de cem anos, as residências, construídas no tempo colonial, ainda mantêm-se intactas para a vergonha da governação angolana e do no os dias. Fontes próximas do gabi- nete do novo

inquilino do palácio governamental do Namibe, admitiram haver poucas possibilidades de sobreviver ao cargo de Director das obras públicas, o engenheiro Carlos de Sá que exerce esta função desde o jempo dos governadores cessantes, Salomão Xirimbirnbi, Boavida Neto e Cândida Celeste da Silva e supostamente detentor de urna empresa de construção civil, nas próximas remodelações, cujo a tempo onde graça de 100 dias dados pelo actual governador Isaac dos Anjos, está na sua fase derradeira. Durante a era da governação de Boavida eto, hoje, inquilino do Palácio do Bié, a província do Namibe já chegou a construir escolas, postos médicos e residências para quadros do Estado, com o material precário "adobes", e fazendo dos alunos, força de trabalho barata. Boavida eto, chegou a implementar o famigerado sábedo vermelho, prática típica das sociedades marxistas- leninistas, obrigando os alunos dos vários níveis do ensino primário e secundário a venerar, sem que para o efeito, se tornasse público os valores reembolsados pelo Estado, na construção destas infra-estruturas que estiveram sob alçada de anónimos construtores. Hoje, o barato continua a custar caro, pois a reabilitação continua, aconselha a construção de novas infra-estruturas nestes locais com material moderno, que seja ele bloco de cimento ou tijolo. O pior de tudo é que nem o executivo central, nem o fiscalizador partido no poder e governo disseram algo aos angolanos. A verdade demora, mas chega, as chuvas e o vento são a prova real daquilo que a inspecção e fiscalização não fizeram ou encobriram durante as obras descartáveis, há muito denunciadas nesta província, no quadro do controlo social. Pergunta-se ao executivo aquém se responsabilizar os danos causados aos angolanos?

## 6.2 Centralidades. Primeiras casas da Lunda-Sul quase prontas

*Jornal de Angola*  
07 de Dezembro de 2012

Metade das 200 casas em construção em cada uma das centralidades de Dala, Mucinda e Cacolo estão prontas dentro de pouco tempo, disse ontem aos jornalistas o vice-governador da Lunda-Sul para o sector técnico e infra-estruturas. António Teixeira, que afirmou ter recebido garantias nesse sentido dos empreiteiros, referiu estar satisfeito com o empenho que eles têm demonstrado e que as novas centralidades vão proporcionar aos futuros moradores padrões de vida dignos graças aos equipamentos e infra-estruturas sociais modernos de que dispõem.

## Reservas fundiárias

Os trabalhos de desminagem realizados nos últimos três meses na província da Lunda-Sul permitiram a remoção de mais de cem minas anti-pessoal e uma anti-tanque nas reservas fundiárias situadas ao longo da via Saurimo Muconda, anunciou ontem em Saurimo o Instituto Provincial de Desminagem (IPD). De acordo com o oficial de operação Salvador Colo, diminuíram as mortes por acidente com engenhos explosivos na província, graças à colaboração da população, ao acatamento de normas de segurança e ao reforço da sensibilização.

## 6.3 Centenas de casas estão construídas na nova centralidade de Quilemba

*Jornal de Angola*  
08 de Dezembro de 2012

A nova cidade do Lubango começa a ser visível na centralidade da Quilemba com a conclusão de 350 casas habitações e concluídas as infra-estruturas para mais 11 mil moradias. As obras empregam 600 jovens formados nos institutos politécnicos. Um técnico explicou que o projecto habitacional tem edifícios de dois a cinco andares e moradias. A centralidade ocupa uma área de 1.081 hectares.

Estão em construção edifícios destinados a serviços básicos como a saúde, escolas, creches, espaços de lazer e recreio. Tem infra-estruturas para água e luz, além de avenidas com duas faixas de rodagens. A centralidade da Quilemba, localizada a norte da cidade do Lubango, corresponde a um projecto global com novas centralidades em reservas fundiárias de 19.141 hectares na Eywa e Mutundo.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, visitou as obras e disse que os prazos previstos para entrega das casas vão ser cumpridos: "penso que dentro de pouco tempo temos o problema habitacional no Lubango resolvido". E informou que as acções em curso nas novas centralidades da Quilemba e da Eywa estão no bom caminho. João Marcelino Tyippinge reafirmou que os benefícios são muitos para quem está à espera de casa: "as pessoas que vivem em casas precárias devem também aguardar mais um pouco porque tudo está a ser feito para serem realojados em casas condignas". O governador disse que "é preciso reorganizar os bairros, acabar com os problemas de engarrafamentos na cidade e tornar o Lubango numa boa cidade, mais acolhedora e boa para viver com condições de saúde, água, energia e habitação".

O Governo Provincial tenciona, com as reservas fundiárias e a criação de novas centralidades, aumentar a capacidade de acolher mais famílias. O Lubango possui actualmente um milhão e meio de habitantes e as novas centralidades estão projectadas para igual número de pessoas. As novas urbanizações visam a extensão da cidade, elevar a sua capacidade de acolher mais gente, colocar à disposição dos moradores os principais serviços básicos e retirar pessoas das áreas consideradas de risco como margem dos rios, encostas, zonas de drenagem das águas das chuvas.

Na centralidade da Quilemba podem ser alojadas mais de 700 mil pessoas. Vai ser criada uma avenida estruturante que liga Quilemba à centralidade da Eywa num percurso de 36 quilómetros. Outra inovação do programa é a construção da linha-férrea urbana ao lado das avenidas estruturantes. A rede energia eléctrica e a água são fornecidas a partir da barragem da Tundavala. Nos arredores da centralidade da Quilemba estão a funcionar escolas e o mercado informal do Mutundo. Para a centralidade da Eywa estão igualmente previstos 700 mil habitantes. Um técnico diz que "há possibilidades destes números serem atingidos a curto e médio prazo com a distribuição de 11.700 lotes de mil metros quadrados para a auto-construção dirigida.

## 6.4 Vila Chinesa de “patas para o ar”

*Continente*

*14 De Dezembro de 2012*

Com 195 apartamentos do tipo T2 E T3, o condomínio, inaugurado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a 11 de Novembro de 2000, tem sofrido nos últimos tempos mudanças radicais na sua estrutura arquitectónica, fruto das diversas obras de ampliação efectuada pelos condóminos. As edificações aí efectuadas são de todos os níveis, desde anexos aos grandes prédios, substituindo as vivendas de origem. Os moradores, questionados sobre a autoridade que licencia as empreitadas por eles levadas a cabo, responderam que não necessitam de autorização para tal. Um dos residentes que confirmou estar também a erguer um primeiro andar em substituição da residência inicial do projecto, confessou que é deveras preocupante o cenário que o condomínio apresenta, pois segundo o mesmo, esta atitude pode acarretar riscos futuros por não se fazer um estudo técnico prévio para se concluir se o terreno tem ou não condições para receber edifícios daquela natureza. Outra questão que preocupa os habitantes é a apropriação dos espaços comuns. Os inquilinos daquela zona habitacional em pleno desrespeito às normas que regem o

condomínio a dado momento começaram a fazer ocupação dos espaços comuns, fazendo construção de restaurantes e outros empreendimentos para fins próprios. "Quando viemos morar cá em 2001, havia aqui muitas árvores e outras por nós plantadas, entretanto, os oportunistas cortaram a maioria delas", disse a nossa fonte, preferindo o anonimato. Contactado pelo CONTINENTE, o administrador municipal de Viana, Zeca Moreno, que também é morador da referida área residencial, disse que, apesar de o mesmo estar situado no município de que é gestor não é da responsabilidade do seu pelouro o licenciamento das obras, pois ela tem, a gestão do Banco de Comércio e Indústria- Imobiliária (BCI-Imobiliária). "O condomínio é propriedade do Instituto Nacional de Habitação, e passou a gestão ao BCI-Imobiliária, portanto se há obras ou outros problemas isto é da inteira responsabilidade dos gestores, nós não podemos fazer nada. Também não concordo que se altera a estrutura arquitectónica mas, não há o que fazer", disse Zena Moreno. Rufino Neto, coordenador da Comissão de Moradores do condomínio disse que tem assistido a mudanças drásticas mas, lamenta o facto da entidade gestora ter retirado do local o único funcionário que tinha algum poder de decisão, deixando desta forma o complexo habitacional ao mais profundo abandono. "Temos neste momento que apelar a sensibilidade dos moradores no sentido de se inverter este quadro cada vez mais preocupante, temos que nos organizar para tratar das questões que a nós preocupa como é o caso do lixo, dos entulhos das obras inacabadas, sucatas nos espaços comuns e outros", sublinhou. A nossa reportagem tentou contactar o director do Instituto Nacional da Habitação, tanto pessoalmente nas suas instalações na Rua 1º Congresso do MPLA, assim como por telefone, mas este preferiu fechar-se em copas, como se tivesse alguma culpa no cartório, tendo orientado a sua secretária a informar que o assunto é da responsabilidade do Governo da Província de Luanda, instituição que também remeteu-se a um silêncio sepulcral. De recordar que a Vila Chinesa ocupa uma área de 1344 quilómetros quadrados e residem mais de 106 mil habitantes, ente políticos, jornalistas e empresários.

## 6.5 Funcionários do Ministério aos Petróleos agastados com a Sonip

*Continente*

*14 De Dezembro de 2012*

Uma onda de descontentamento se apoderou, nos últimos dias, no seio dos funcionários do Ministério dos Petróleos, que há dez anos, vêm sendo descontados nos seus ordenados no sentido de



pagarem a compra de residências no projecto habitacional Cajueiros. Segundo apurou este jornal, a Sonip, empresa ligada à petrolífera angolana, Sonangol, que tem a responsabilidade de tratar do assunto, terá decidido que os trabalhadores em causa deverão beneficiar das respectivas residências na Centralidade do Kilamba. Estes, por sua vez, recusam-se, alegadamente, porque pagaram para a aquisição de vivendas e não apartamentos. O assunto está a colocar estes trabalhadores com os nervos à flor da pele, falando-se mesmo numa provável ocupação à força das residências do Projecto Cajueiros. Consta que a Presidente da Comissão Executiva (PCE) da Sonip, Armanda Van-Dúnem, é quem está a embarçar as coisas, supostamente, porque quer colocar familiares seus e pessoas amigas nas habitações do Projecto Cajueiros, em detrimento dos funcionários que vêm efectuando os respectivos pagamentos, há mais de dez anos. "Ela diz que todos têm de ir para a Centralidade do Kilamba, e quem não estiver de acordo vai queixar-se onde quiser", disse uma fonte sob o anonimato. Igual à si mesma: Quem também está agastado com a Sonip, são os funcionários desta empresa imobiliária que também haviam sido humilhados pela PCE, depois de terem pedido explicações sobre o processo de compra de residências. Tal como haviam veiculado aos meios de comunicação social, trata-se do grupo de funcionários que teriam efectuado o pagamento do equivalente a 15% do valor de imóveis de tipologia T3 no Condomínio Villas de Luanda, mas que por razões não justificadas, as casas foram entregues a outras pessoas alheias à empresa. Na reunião, Armanda Van-Dúnem informou aos trabalhadores que iriam receber imóveis de tipologia T2 no lugar das T3. Estes por sua vez revelaram-se insatisfeitos, tendo a responsável reagido que se não quisessem poderiam optar pelo modelo T3 localizadas no bairro Zango, em Viana ou em Cacucaco. Armanda alegou que não há nada a fazer porque as casas não são dos trabalhadores. A reacção da mesma gerou críticas por considerarem não ser uma atitude digna vinda de uma executiva. As partes acabariam por encerrar a reunião sem consenso. A referida reunião foi antecedida de uma outra ocorrida no dia 03 de Outubro de 2012, no 7º Andar do Edifício Sede da Sonangol, EP convocada por Eleutério Gonçalves António Gomes, chefe de departamento pós-venda da direcção comercial.

## 6.6 Secretário de Estado faz avaliação positiva

*Jornal de Angola*

14 De Dezembro de 2012

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, considerou positiva a construção de 200 fogos habitacionais nos municípios do interior da província, bem como as urbanizações de Chibodo I e II. Ontem, no final da sua visita aos municípios de Buco-Zau e Belize, Joaquim Silvestre disse ter gostado do que viu, mas deixou uma recomendação ao governo local no sentido de manter encontros regulares com os fiscais de obras e as empresas envolvidas na construção de novas urbanizações, para que cumpram com os prazos estabelecidos. Os atrasos que constatou nalgumas obras, segundo Joaquim Silvestre, têm a ver sobretudo com as infra-estruturas básicas, como água canalizada, electricidade e arruamentos das urbanizações. O secretário de Estado da Habitação avaliou o grau de execução dos projectos do sector naquela província. Joaquim Silvestre, além de reunir com elementos do Governo Provincial para análise estratégias para o relançamento do sub-programa de autoconstrução dirigida, visitou projectos em alguns municípios. O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, visita a seguir Benguela com o mesmo objectivo.

## 6.7 Requalificação do Sambizanga e Cazenga em curso

*O Independente*

15 De Dezembro de 2012

O programa de requalificação do Sambizanga, em curso desde Novembro de 2011, entrou esta semana na fase final de instalação das infra-estruturas técnicas, constatou uma reportagem deste jornal no local. Trata-se da construção das redes de esgotos, viária, eléctrica, água canalizada, telecomunicações, estações de tratamento de águas residuais e subestações eléctricas. Decorre também um censo populacional e habitacional das zonas do Mota, Lixeira e Candeeiros. A fase seguinte consubstanciará na construção dos equipamentos sociais como escolas, centros de saúde e esquadra de polícia, depois de se ter feito um referendo popular onde se definiu o tipo de infra-estruturas sociais a serem construídas no local. "Penso que nesta matéria estamos num bom caminho, visto que os resultados da consulta popular foram já remetidos aos projectistas, estando na sua fase conclusiva", explicou uma fonte da Comissão Administrativa Municipal de

Luanda. Quanto à transferência das duas mil famílias residentes no Sambizanga para outras zonas da capital, para permitir a edificação dos equipamentos sociais, a fonte disse estar prevista para os meses de Abril ou Maio de 2013. Para a construção de infra-estruturas, segundo dados do gabinete técnico da CAML, foram identificados cinco zonas especiais com uma área total de aproximadamente 10 mil hectares. Tais zonas estão localizadas na parte norte da cidade capital, adjacente ao distrito do Miramar e a sul do Porto de Luanda, e são delimitadas por uma rede de vias estruturantes que se encontram em fase de reabilitação. O projecto de requalificação do Sambizanga visa a edificação de residências do tipo T2, T3 e T 4 e está virado à promoção da habitação social que se desenvolverá em residências de primeiro piso e em edifícios de até quatro andares. Actualmente, as zonas estão ocupadas com construções informais implantadas de forma desorganizada devido à ausência de estradas apropriadas e à falta de Infra-estruturas sociais adequadas para qualquer urbanização. Por outro lado, o coordenador do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e do Sambizanga, Bento Soyto, considerou de positiva a implementação da primeira fase da empreitada, uma vez terem sido criadas as suas infra-estruturas técnicas. O responsável referiu que até agora o balanço é positivo porque as obras prosseguem, estando neste momento no Cazenga a ser erguidos oito edifícios com 16 apartamentos cada. Acrescentou que para o Sambizanga as residências começam a ser erguidas nos próximos dias, já que estão praticamente concluídas as obras das suas infra-estruturas. Destacou a interacção com os moradores através do site do gabinete e do facebook para a recolha de contribuições para a implementação do plano director das áreas como um avanço do projecto. A interacção com o público começou em Março deste ano e vai até dia 27 de Maio, podendo participar a sociedade civil e instituições, cujos resultados serão divulgados a 28 de Maio num encontro de balanço para apresentar a visão estratégica do projecto. As contribuições podem ser feitas através das páginas [www.facebook.com/luandanorte](http://www.facebook.com/luandanorte) e [www.facebook.com/sambizangacazengaerangel](http://www.facebook.com/sambizangacazengaerangel). No distrito do Sambizanga, a primeira fase de reconversão abrange mais de 20 hectares, enquanto no município do Cazenga são 50 hectares. A reconversão do Sambizanga e do Cazenga prevê a construção de uma estação de tratamento de águas residuais e outra de tratamento de água potável, incluindo reservatórios de água. Quando terminar a primeira fase as duas áreas reconvertidas vão beneficiar cerca de 24 mil pessoas com a construção de dois mil fogos em cada zona. Na próxima semana está previsto uma conferência que vai abordar o tema, no Palácio dos Congressos.

## 6.8 Secretário de Estado insatisfeito com obras

*Jornal de Angola*

16 De Dezembro de 2012

O secretário de Estado da Habitação lamentou, em Benguela, que as 50 casas sociais em construção na Ganda sejam de má qualidade. Joaquim Silvestre António, que começou ontem mesmo uma visita a Benguela, pediu ao Governo Provincial que responsabilize os empreiteiros a quem foram adjudicadas as obras de construção e reabilitação de infra-estruturas sociais. O Governo Provincial, afirmou o secretário de Estado da Habitação, deve reunir com empreiteiros, sobretudo com os que estão a construir casas sociais. Joaquim Silvestre António também referiu a importância de haver mais e melhor fiscalização nas obras em curso.

## 6.9 Governo realoja famílias

*Jornal de Angola*

18 De Dezembro 2012

Um total de 270 famílias que viviam há sete anos em tendas e casas de chapa, no Golfe II, distrito urbano do Kilamba Kiaxi, junto à antiga Igreja Maná, em Luanda, recebeu no sábado casas evolutivas do tipo T-3, localizadas no Zango, no município de Viana. A transferência envolveu funcionários das administrações do Kilamba Kiaxi e de Viana, sob a orientação do vice-governador provincial para a área técnica e infra-estruturas, António Resende. Dezenas de camiões e autocarros transportaram os pertences dos moradores e os seus respectivos proprietários. Ao administrador da comuna do Zango, Manuel Bernardo, coube a entrega da primeira chave à cidadã Dina Adriano Kalembe, que manifestou o seu contentamento. De acordo com o director provincial da Comunicação Social, Carlos Gonçalves, este é um presente de Natal que o Executivo oferece a esta população carenciada. Em breve, vai proceder-se ao realojamento no bairro do Zango dos moradores da Ilha e de outras partes de Luanda, que vivem há muitos anos em tendas. "Estão já a ser feitos os registos e a conclusão das obras das casas para estas famílias, preocupação do Executivo angolano" disse. Carlos Gonçalves acrescentou que as 270 famílias realojadas eram provenientes dos bairros Camama, Havemos de Voltar, Neves Bendinha, Golfe, Palanca e Vila Estoril, no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, instaladas, em 2007, em tendas pelo governo, em consequência do desabamento das suas casas pelas chuvas. As habitações estavam construídas em zonas de risco, sobretudo em linhas de água e monta.

## 6.10 Habitações sociais construídas no país com o recurso a soluções inovadoras

*Jornal de Angola*

18 De Dezembro 2012

Apresentado às autoridades modelo de construção com estrutura em aço sociais vai dinamizar o Programa Habitacional.

Eugénio Correia falava numa cerimónia de apresentação, pela empresa Multiframe, de um sistema de construção com recurso a soluções inovadoras, pela via de estruturas metálicas de aço galvanizado, método que garante montagem rápida, fácil e precisa, permitindo a redução do tempo de construção. Em declarações à comunicação social, o director do Instituto Nacional da Habitação informou que a casa modelo que esteve em exposição e os preços de uma moradia feita à base dessa tecnologia estão enquadrados no programa habitacional levado a cabo pelo Executivo. O responsável técnico pelo projecto, José Manuel, disse que as principais características da utilização do aço como opção construtiva são a rapidez da obra e o alívio nas fundações, devido à redução de peso. As estruturas de aço devem ser levadas em conta como mais uma alternativa na elaboração de todo o tipo de projectos de construção civil, uma vez que a rapidez de construção e a segurança que oferece são altamente vantajosas, além do baixo custo. José Manuel acrescentou que este modelo de construção obedece a rigorosos padrões de controlo de qualidade, que vão desde a matéria-prima ao acabamento: "trata-se de uma nova tendência de modernização na construção civil". O responsável técnico pelo projecto informou que o processo de construção começa com a planta do imóvel, que é inserido num software próprio, onde são feitos todos os cálculos para a produção da estrutura da casa. A tecnologia, acrescentou, produz as estruturas de aço, de acordo com a planta do imóvel.

## 6.11 Requalificação das cidades vai começar

*Jornal de Angola*

20 De Dezembro de 2012

A segunda fase das obras de requalificação das cidades do Sumbe, Porto Amboim e da Gabela, na província do Kwanza-Sul, já contam com verbas destinadas para o seu início, depois da interrupção durante a crise económica e financeira internacional entre 2008 e 2010. O anúncio foi feito pelo vice-

governador para a área técnica, António da Gama Teixeira, durante um encontro com os membros do conselho de auscultação e concertação social e com a juventude e mulheres do Sumbe. A empreitada da requalificação das cidades do Sumbe, Porto Amboim e Gabela, compreende as acções de drenagem e redes técnicas, criando condições favoráveis para o saneamento básico. O governador Eusébio de Brito Teixeira, que presidiu à reunião, considerou que com a verba disponibilizada estão lançadas as bases para uma intervenção que acabe "com o quadro desolador que apresentam as cidades do Sumbe, Porto Amboim e

Gabela". Eusébio de Brito Teixeira informou que os vários sectores da província intervenientes nas obras devem fazer a reavaliação do projecto, para se definirem as modalidades que possam tomar a empreitada exequível. O impacto da crise financeira internacional, cujos reflexos se fizeram sentir no país, não permitiu prosseguir com as obras. Com a nomeação da nova equipa do governo no Kwanza-Sul, foi remetida ao Chefe do Executivo um memorando sobre a realidade da situação e os constrangimentos da paralisação.

## 6.12 Desalojados que viviam nos centros receberam casas no bairro Onahuma

*Jornal de Angola*

21 De Dezembro de 2012

o drama de centenas de famílias que viviam em tendas chegou ao fim o governo da província entregou 800 casas às famílias desalojadas pelas inundações dos últimos três anos que viviam em tendas e centros de acolhimento nos bairros da Caxila e Onahuma, arredores da cidade de Ondjiva.

Nos dois bairros vão ser erguidas mais de quatro mil casas para alojar os sinistrados das cheias. As habitações que estão prontas foram erguidas numa zona urbanizada e dispõem de água, energia e serviços de saneamento. Nas urbanizações foram construídas escolas, postos de saúde e instalações policiais. Ao entregar as casas, o governador provincial do Cunene, António Didalelwa, sublinhou que "o drama de centenas de famílias que viviam em condições precárias nos últimos três anos chegou ao fim". Com a entrega das casas, referiu, foi possível atender todas as pessoas que viviam em dois centros de acolhimento, existindo apenas um número reduzido num centro. "Estas famílias viviam até gora em condições precárias, em centros de acolhimento e tendas, mas agora têm boas condições nos novos bairros criados para as alojar". António Didalelwa

explicou esta é sétima fase da entrega das casas e que proximamente vão ser abrangidas as famílias acolhidas no centro Naipalala. As casas entregues aos sinistrados das chuvas possuem uma sala comum, dois quartos, cozinha e quarto de banho. Augusta Cambinda é um dos contemplados e ficou feliz por ter casa própria, depois de três anos a viver numa tenda. Moisés Kaunawoye, outro beneficiado, disse ao *Jornal de Angola*, que a casa foi a melhor prenda que recebeu na vida: "recebi esta casa e hoje mesmo vou mudar da tenda para a minha nova casa", afirmou lembrando os três anos que passou na tenda um espaço muito apertado e com muito calor. Moisés António viveu numa tenda durante três anos: "agora tenho uma casa com todas as condições, até me custa a acreditar, mas eu sempre confiei no governo, sabia que este dia ia chegar".

### 6.13 Preços agradam ao sector do Urbanismo e Habitação

*Jornal de Angola*

21 De Dezembro de 2012

Com a reconstrução do país são várias as empresas nacionais e internacionais a investir na construção civil. Uma dessas empresas, de direito angolano, apresentou à imprensa um projecto de construção de casas sociais no município de Belas, Luanda, que mereceu o elogio do director do Instituto Nacional de Habitação. Eugénio Correia, que assistiu à apresentação do projecto feita com recurso ao sistema áudio visual, realçou o facto dos preços das casas sociais, cerca de cinco milhões de kwanzas, se enquadrarem nos que está previsto pelo sector do Urbanismo e Habitação. "Visitei as casas modelos, com 75 e 100 metros quadrados, cujas plantas podem ser alteradas de acordo com o cliente", referiu e declarou que "este projecto pode estender-se a outras províncias por ser simples, rápido, com sistema informatizado" e poder "resolver o défice habitacional". Em todos os municípios do país, lembrou, estão a ser construídas casas sociais, bem como infra-estruturas e os Governos Províncias continuarem abertos a empreiteiros com capacidade e dispostos a participarem, de modo sério e por concurso público, em projectos inseridos no programa de reconstrução nacional. Toda a iniciativa privada, garantiu, é bem-vinda desde que cumpra à risca as cláusulas contratuais. O sistema, confirmou o *Jornal de Angola*, é automatizado e permite produzir perfis de aço e moldes metálicos que podem ser padronizados para a produção em larga escala. José Manuel, ligado ao projecto da Multiframe Construção, afirmou na apresentação do projecto que "a construção industrializada é uma opção rápida e

competitiva tanto para satisfazer as exigências individuais, instalações comerciais ou casas de elevado padrão, como projectos desenvolvidos para o segmento de habitação de rendas baixas". "Este tipo de construção segue rigorosos padrões do controlo de qualidade, desde a matéria-prima aos acabamentos", disse e sublinhou: "Trata-se de uma nova tendência de modernização na construção". Entre as vantagens de utilização do aço na construção habitacional, referiu, destacam-se a rapidez na montagem, a diminuição de transtornos na obra, a resistência e durabilidade do material e o potencial de reciclagem. As principais características da utilização do aço na construção, declarou, são a rapidez da obra e o alívio nas fundações devido à redução de peso e à melhor distribuição dos esforços. "Existem vantagens técnicas, económicas e ambientais neste tipo de material, em relação a outros como tijolos, madeiras, vigas e pilares", afirmou. Quanto à eventualidade do aço limitar as capacidades de construção, garantiu que não por a sua força permitir projectar casas com grandes espaços abertos. "Com uma estrutura de aço, as paredes permanecem rectas e niveladas e podem ser complementadas com qualquer material usado tradicionalmente", afirmou. A estrutura de aço, disse, é recomendada pelo Instituto de Habitação Saudável a proprietários ambientalmente conscientes que procuram uma boa qualidade do ar interior.

#### Tecnologia avançada

Frank Weitsz, ligado ao ramo de construção civil, declarou que "a tecnologia de estruturas metálicas de aço galvanizado é conhecida e utilizada em mercados internacionais" por permitir a redução do tempo de construção a baixo custo. Além disso, referiu, garante a qualidade e a segurança de qualquer outra construção. Na África do Sul e em países da América, salientou, há bairros sociais com este tipo de casas. Carlos Senra, engenheiro da empresa angolana de construção civil Ouro Negro, Projecto e Planificação, corroborou a opinião e disse que "as vantagens de uma estrutura em aço leve deve-se à sua resistência". "A casa toma-se numa estrutura flexível, adaptando-se às variações do terreno, não abre fissuras nas paredes, nem corre o risco de queda de colunas ou de placas durante um terramoto", salientou. Os materiais utilizados na construção de estruturas metálicas em aço galvanizado, referiu, são mais baratos dos que se usam na construção convencional e é essa característica que toma esta solução economicamente acessível e competitiva.

#### Autoridades tradicionais

As autoridades tradicionais que assistiram à apresentação do projecto encorajaram os

responsáveis da construtora a concretizarem o projecto. "Acabámos de ver uma boa coisa' que o Estado deve apoiar", disse soba João Domingos. O soba condenou o comportamento "de muitas empresas de construção civil que não cumprem as cláusulas contratuais com o Estado". "Estamos a reconstruir o país e por isso é bom que cada um faça a sua parte como deve ser. Devemos trabalhar todos juntos para o bem do nosso país", disse.

## 6.14 Peleja pelas casas no Bié

*Agora*

*22 De Dezembro de 2012*

Por causa da morosidade na distribuição de casas erguidas pela empreiteira Caluxade, onde como se comenta se cruzam interesses do antido chefe da CSS/FAA, os pensionistas querem a todo o custo tomá-las de assalto. De acordo com as nossas fontes, o condomínio "Wadeziwa", há muito foi erguido e não se justifica que até agora as casas sociais ainda estejam desocupadas. Referente ao condomínio residencial, com nome de "WADEZIWA". O episódio remota de 2011, com a construção do referido condomínio com 100 casas destinadas aos pensionistas da CSS/FAA, cujo investimento estava a cargo daquela instituição como dono da obra, tendo à testa o brigadeiro Lucas, Director de Investimentos da CSS/FAA enquanto a construtora Caluchade era, dirigida pelo engenheiro Karapeta, de nacionalidade portuguesa. No decorrer do tempo, devido a demora na conclusão da obra, com o propósito de se acelerar; uma delegação de alto nível do, Ministério da Defesa, encabeçada pelo seu titular, Cândido Van-Dúnem, deslocou-se a cidade do Kuito, onde procedeu a inauguração simbólica do condomínio, em Novembro de 2011, tendo distribuído na ocasião 10 casas aos pensionistas e viúvas, com a garantia de se concluir a distribuição das moradias no primeiro trimestre de 2012. Alimentado de esperanças, aqueles homens que deram o melhor de si, em prol da pátria, em Novembro último, foram convidados pelo Direcção Provincial da CSS/FAA, a se fazerem presentes naquele complexo, para a sua reinaguração pelo Governador Provincial, Álvaro de Boavida Neto. Para espanto dos beneficiários e suas famílias, quando tudo indicava que no dia seguinte lhes seriam entregues as respectivas chaves, uma vez que estes têm em mãos os contratos rubricados, eis que ate a presente data nem água vem, nem água vai. Segundo um beneficiário que nos solicitou anonimato, estes, Ministério da Defesa e o empreiteiro sublinhou aquele oficial suas casas, onde pretendiam co-superior na reforma. Paulino Molã Ofeca, outro beneficiário confidenciou-nos, que fruto do atraso que na entrega da rente ao acabamento. chaves,

algumas residências conheceram já acção dos amigos ves que o empreiteiro entende do alheio, que levaram consigo não entregar, por não lhe ter alguns electrodomésticos, como sido pago na totalidade, nós, fogões, televisores plasmas, geem virtude de cada um de nós leiras entre outros. O condomínio foi erguido par não se resolva com brevidade, beneficiar mutilados de guerra, vamos arrombar as portas e oficiais no activo, viúva, e trabalhadores civis da Delegação Provincial da CSS/FAA. Colocarmos outras fechaduras.

## 6.15 Novas habitações sociais

*Jornal de Angola*

*24 de Dezembro de 2012*

As obras de construção de 200 fogos habitacionais no município do Cuimba (Zaire), decorrem a bom ritmo, garantiu o director provincial do Urbanismo e Ambiente. Cláudio Fortunato, que falava à RNA, garantiu que já foram concluídas 30 casas. No município de Camacupa, província do Bié, estão em construção 100 casas do tipo T3, que após a sua conclusão vão permitir à população realizar o sonho da casa própria, informou a ad- ministradora de Camacupa, ontem à Rádio Nacional. Alcida de Jesus Camatel, disse que o próximo passo é trabalhar na criação da comissão municipal da habitação social.

## 6.16 Arrendamento de habitações com novas regras aprovadas

*Jornal de Angola*

*25 De Dezembro de 2012*

o ministro do Urbanismo, José Silva, garantiu ontem, em Luanda, que as habitações sob a gestão da empresa Sonip vão, a partir de Janeiro do próximo ano, ser ar- rendadas em duas modalidades.

"Estas medidas assentam no arrendamento e na renda resolúvel das habitações", referiu o ministro, acrescentando que "as preocupações do Presidente da República com esta problemática vão ao encontro das inquietações das populações que precisam de urna habitação condigna". José Silva reconheceu que dados os condicionalismos e modalidades de acesso, então existentes, a população sentiu que o sonho de ter casa própria estava cada vez mais difícil de atingir, pelo que medidas foram tomadas no sentido da viabilização do acesso às habitações construídas nas novas central idades. "As habitações construídas em todas as províncias devem ser comercializadas em coordenação com o Fundo de Fomento Habitacional e os governos provinciais", realçou o ministro José

Silva. o processo de comercialização dos fogos habitacionais, através da renda resolúvel, sugeriu o ministro, deve ser desencadeado em estreita coordenação com os órgãos da administração local, sem que haja uma intervenção directa. No âmbito do programa de construção de 200 fogos por cada município, referiu, está contratada a execução de 120 mil casas sociais e 44.700 de rendas em todas as províncias do país. "Adicionalmente está em curso o programa de construção de 200 fogos por cada município, o que perfaz 25.400 casas, num programa que deve estender-se até 20 14", frisou. O ministro José Silva empossou, ontem, directores nacionais, adjuntos e chefes de departamentos. "O Ministério é novo. Temos bons quadros, logo podemos fazer melhor, porque a população espera muito de nós", disse José Silva.

### 6.17 Habitação

*Novo Jornal*

*28 De dezembro de 2012*

A centralidade do Kilamba continua envolta em muitos problemas. Parece aquela árvore que nasceu e cresce torta. Continua a existir uma dificuldade enorme para as pessoas acederem as moradias. Os critérios e preços da SONIP continuam confusos e ninguém percebe bem às quantas andamos. As pessoas que obtiveram os ditos apartamentos, supostamente são pessoas que até aqui não beneficiaram de uma moradia do Estado e por isso estavam proibidos de os arrendar. Não é o que sucede e como se não bastasse os anúncios de arrendamento estão publicados nas páginas do Jornal de Angola. Afinal é ou não permitido arrendar essas casas?

### 6.18 Casas na cidade do Kilamba a 30.000 Usd

*Folha 8*

*29 De Dezembro de 2012*

A respeito da fantástica façanha do Executivo no que toca à grandiosidade do projecto da cidade do Kilamba, já dissemos aqui no nosso Folhinha o que tínhamos para dizer, isto é, o lado pequenino da "coisa" a infantilidade do raciocínio e o absurdo da pretensão de associar esta empreitada à luta contra a pobreza, o que também foi dito, é verdade, mas em surdina e por via de uma data de eufemismos e figuras de estilo, por alguns órgãos de imprensa menos submissos. Para não ferir o Soba Grande, Nguxito. Contudo, aparentemente, tudo parece estar como a Ngaxi do Paulo Flores, "Carroceria tá bala,

mas o motor baba óleo" O motor, é pôr o projecto nas mãos dos 'motoristas' quer dizer, dos ocupantes dos apartamentos, e por ora estão esses senhores a inventar meios de chamar gente para a agora denominada "Kila City"! Mas a esse respeito, também, os nossos Sherlock Holmes fizeram a sua façanha, conseguiram saber que haveria lugar para os mais pobrezinhos no faraónico projecto, casas como esta que se vê na fotografia aqui ao lado, que eles podem construir nos terrenos situados nas cercanias da cidade do Kilambaa, no âmbito de um outro grandioso projecto, que já tem nome, "Os musseques do Zedú"!

### 6.19 Apenas 45 pessoas vivem na Cidade do Kilamba

*Continente*

*28 De Dezembro de 2012*

Os luandenses estão descontentes com os preços das casas na nova cidade do Kilamba. O projecto, financiado pela linha de crédito chinesa, está a ser edificado para reduzir o défice habitacional que afecta a maioria da população angolana. Infelizmente, na prática não se faz sentir esse desiderato. Os nossos interlocutores sugeriram que como alternativa de poder facilitar a vida dos jovens, deveria haver o método de arrendamento das casas na ordem dos 10 mil Kwanzas, isto é, para facilitar a problemática habitacional por parte de muitos jovens que pretendem concretizar o sonho da casa própria. Argumentaram que muitos deles não têm emprego. Os poucos que têm ganham salário abaixo de 60 mil Kwanzas, o que não chega para fazer face às necessidades mensais. O processo de comercialização dos primeiros três mil apartamentos com preços que vão dos 120 a 200 mil dólares, está à quem das possibilidades da classe média para qual está direccionado o projecto. Desilusão, descontentamento e surpresa, foram os denominadores comuns para quem tem o sonho da casa própria, abordados por este jornal.

Preços aos olhos da cara

Para além das novas Centralidades do Kilamba e do Cacucaco, a compra de terreno ou arrendamento de uma casa na cidade capital tem sido uma dor de cabeça para muitos jovens. José Carlos reconheceu que não está fácil, para uma pessoa sem emprego ou que trabalha informalmente, alugar uma casa na cidade de Luanda ou de uma outra província, ou até mesmo nos bairros periféricos, onde uma casa com um quarto e uma sala, por exemplo, é arrendada a cinco mil Kwanzas por mês. "Na cidade, um apartamento de dois quartos, uma sala, cozinha e

quarto de banho pode custar o equivalente a 600 dólares americanos por mês, com a agravante de que o interessado tem de pagar, no mínimo, seis meses adiantados", disse. Ezequiel Rodrigues, proprietário de uma loja de especialidade, disse que ainda encontra alguma dificuldade na aquisição do material de construção para vender, devido aos elevados preços dos fretes a partir do estrangeiro. "Muito material é adquirido no estrangeiro e os custos de transporte não são baixos, por isso é que os materiais de construção custam caro". José Camota queria comprar ferros, mas desistiu por causa dos preços. "Estão muito caros. Vou ver se os consigo no mercado da Alemanha", disse, ao mesmo Sapalo e Abel João resmungavam ao verem os preços estampados nas latas de tinta de vinte litros. "A única fonte de receita para um cidadão comum é o salário. Se não for compatível fica muito difícil alugar uma casa e muito mais comprar material de construção", disse Francisco Albino, que em companhia da esposa pretendia comprar chapas de zinco. Francisco Neto, arquitecto e especialista em urbanismo e construção civil, disse que o mercado vai ficar mais competitivo à medida que surgirem indústrias de material de construção nas províncias. "Os preços de alguns produtos e materiais de construção só poderão baixar caso haja mais fábricas. Por enquanto é mesmo difícil", salientou. A tardia aplicação da Lei do Regime Geral dos Créditos, por alguns bancos comerciais, apresenta-se como o principal empecilho para o sucesso das vendas das habitações da centralidade do Kilamba, segundo o responsável do Delta Imobiliária, Paulo Cascão. Sublinha a importância desta lei, porque permitirá aos bancos comerciais que se comprometeram na cedência de crédito, definam as taxas dos créditos habitacionais, um acto que vai impulsionar a venda dos fogos habitacionais. A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza. O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado.

## 6.20 Lei vai resolver o problema do crédito habitacional

*Continente*

*28 De Dezembro de 2012*

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse em Dezembro último, que é intenção do Executivo aprovar a Lei da Alienação Fiduciária para resolver a problemática do crédito à habitação. Enfatizou na ocasião que a medida gizada, a princípio, enquadra-se no Programa Nacional de Habitação, além de garantir que a Lei da Alienação Fiduciária facilita a entrada de capitais externos para financiar a compra de habitação, bem como desobrigar o Estado de grandes volumes de subvenções aos financiamentos. Por outro lado, quando implementada, a referida lei vai permitir a arrecadação de mais impostos, fortalecer o crédito imobiliário e incentivar o aumento da indústria nacional ligada ao sector imobiliário. O ministro acredita que a lei irá conferir mais garantias nas operações imobiliárias, diminuir de forma drástica o incumprimento e aumentar a concorrência entre os bancos e a consequente redução dos juros. Localizada há 20 quilómetros do centro de Luanda, a cidade do Kilamba está a ser desenvolvida em três fases e prevê a construção num total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza. O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado.

## 6.21 Agora é a vez da renda resolúvel...

*Novo Jornal*

*28 De dezembro de 2012*

O PROCESSO DE REABERTURA da venda das casas do Kilamba acontece na segunda quinzena de Janeiro de 2013, com a extensão da renda resolúvel como suporte para a aquisição dos apartamentos. Fazendo fé nas palavras do ministro do Urbanismo e Habitação, estão criadas as condições para que a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) avance com o processo já no começo do ano. "A partir de Janeiro será feita a generalização da renda resolúvel e

os cidadãos vão ter a oportunidade de adquirir as suas casas de forma diferenciada no tempo", disse José da Silva, à margem da cerimónia de cumprimentos de fim de ano do seu ministério. A venda dos apartamentos não será a única via a ser utilizada para os interessados, estando também prevista "a implementação da figura do arrendamento". De acordo com o responsável pelo Urbanismo e Habitação "os cidadãos terão que manifestar a sua intenção de compra ou arrendamento à SONIP que na altura certa irá divulgar os procedimentos a serem seguidos pelos interessados". Por explicar, permanecem ainda algumas dúvidas de como vai funcionar o financiamento para a compra ou arrendamento dos referidos apartamentos. Cidadãos ouvidos pelo Novo Jornal manifestaram a sua inquietação, apesar de louvarem a possibilidade da reabertura das vendas já em Janeiro. "Fala-se em renda resolúvel e já em Janeiro, isso é bom. Mas como é que coisas vão ser? Vamos à SONIP e depois, quem for aprovado faz o contrato e recebe as chaves para pagar durante um certo tempo ou ainda vai ter que negociar com algum banco. Ou vai ser como quando nos inscrevemos no ano passado lá no Kilamba e até agora ninguém diz nada?", questiona um dos nossos interlocutores. Os preços dos apartamentos também entram nas preocupações dos cidadãos. "Será que também vão baixar os preços como aconteceu nos prédios do Zango ou da Filda onde a SONIP baixou para 80 mil dólares aos seus trabalhadores?" As inquietações talvez desapareçam quando acontecer o anúncio oficial da reabertura da venda dos apartamentos do Kilamba, que conta também com casas de "baixa renda" no valor de 60 mil dólares. O Kilamba é só a ponta do "iceberg", que tem a SONIP como "carro chefe" de todas as centralidades em construção no país, embora não se descarte a possibilidade da entrada de outras imobiliárias neste negócio. "A SONIP tem sido a empresa que tem gerido este processo e vai continuar a desempenhar as suas funções. Mas também está-se a reflectir a possibilidade de introdução de outras imobiliárias, embora a gestão continue sob a responsabilidade da SONIP", esclareceu o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva. O método deverá ser "generalizado para as outras centralidades em construção" como as de Cacucaco e Kapari, em Luanda e Bengo. Todas as iniciativas estão enquadradas no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação que contempla ainda 120 mil casas sociais e 44700 casas de renda média distribuídas por todas as províncias do país. A esses números juntam-se 200 fogos por cada município, num "programa que deverá estender-se até ao ano de 2014", segundo José da Silva. A auto-construção dirigida também entra nas contas do "ambicioso" programa de construção habitacional, onde assume "cerca de 70 por cento das

construções previstas". "Não pode, nem deve constituir tabu por parte, das instituições do Estado com responsabilidades para o efeito, a comercialização de terrenos legalmente constituídos aos cidadãos, cabendo ao Estado a responsabilidade de ordenar, acompanhar e providenciar a infraestrutura destes espaços, bem como da construção das moradias por parte da população em respeito ao conceito de auto-construção dirigida", prometeu José da Silva.

## 6.22 Novos bairros com falta de espaços verde

*Jornal de Angola*  
30 de Dezembro

o director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) do Cunene pediu ontem às administrações municipais que criem zonas verdes nos projectos habitacionais em construção para reporem a vegetação devastada pelas obras. Abel Zamba referiu que o IDF está preocupado por os projectos de construção das casas da juventude e dos cem fogos habitacionais não serem acompanhados de plantação de árvores. O IDF dispõe nos viveiros de mais de dez mil plantas de diferentes espécies, principalmente acácias rubras, moringas, mangueiras e goiabeiras, mas, lamentou, nenhuma administração municipal o contactou.

### Situação na fronteira

O responsável do IDF também deplorou "a devastação desenfreada da vegetação ao longo da fronteira com a Namíbia, entre os marcos três e 35". A flora na província, advertiu, desaparece aos poucos e vamos entrar numa situação alarmante, sobretudo nos marcos fronteiriços com a Namíbia, nos municípios de Namacunde e de Ombadja, onde angolanos e namibianos devastam extensas zonas para o fabrico de carvão, madeira, lenha e construção. Não temos meios, confessou, para fazer face a esta situação, apesar de contarmos muitas vezes com o apoio da Polícia de Guarda Fronteira que impede vários abates de árvores feitas muitas vezes a coberto da noite.



## 6.23 Benguela e Lobito transformadas em metrópoles

*Jornal de Angola*  
30 De Dezembro

As cidades de Benguela e do Lobito vão ser transformadas em regiões metropolitanas, passando a ser a segunda maior aglomeração urbana do país, anunciou na sexta-feira o vice-governador de Benguela para o sector Económico e Produtivo, Agostinho Felizardo. O desenvolvimento da província, a longo prazo, assenta em cinco eixos estratégicos. Entre eles, apontou a utilização do Porto do Lobito, do Aeroporto Internacional da Catumbela e dos Caminhos de-Ferro de Benguela como meios para a afirmação da vocação da província como plataforma de internacionalização. Outros eixos. Estratégicos assentam no incremento da indústria pesada, com a construção naval, metalúrgica, cimentos e refinaria de petróleo, e da indústria ligeira, voltada para os mercados do Sul e países vizinhos, os transportes e atividades logísticas, além da recuperação do potencial agropecuário e crescimento das agroindústrias e do sector das pescas. De acordo com o governador em exercício, a orientação no sentido de o Pólo Industrial da Catumbela estar principalmente voltado para a exportação, privilegiando a agroindústria, os derivados de pesca, do petróleo e gás, constitui outra das estratégias a longo prazo, a par do sector do turismo. O aproveitamento racional dos recursos humanos e a promoção de um crescimento sustentado da província constituem as condições indispensáveis para um assegurar efetivo da participação de Benguela na competitividade e no desenvolvimento equilibrado do território, salientou Agostinho Felizardo.

O Governo Provincial de Benguela, frisou, vai continuar a trabalhar para o reforço da confiança depositada pelos eleitores, melhorando a transparência, a divulgação dos actos administrativos, o diálogo participativo e o controlo. "Em 2013, continuaremos a privilegiar uma maior inclusão de representantes dos distintos extractos da sociedade nos actos de decisão", referiu, acrescentando que o plano provincial de desenvolvimento 2013-2017 é um importante instrumento de integração e valorização do potencial de cada região e do reforço da economia nacional.

## 7. TERRA

### 7.1 Manifestação contra venda de terra a tugas

*Angolense*

*01 De Dezembro de 2012*

Nos últimos dias, o município de Cacuo tem sido palco de demolições de residenciais e disputa de terrenos entre moradores, empresas e alegados funcionários da administração local, os quais, sempre que questionados por populares sobre tal atitude, argumentam que o fazem em nome da edilidade. Há dias, moradores do bairro Musseque Sequele, zona adstrita ao município de Cacuo, manifestaram-se defronte àquela administração, exigindo esclarecimento por parte da actual administradora, Rosa Janota, sobre expropriação e venda de terrenos, a um português, por supostos fiscais, que, segundo disseram, o fazem a mando das autoridades locais, apurou o Semanário Angolense. Para os manifestantes, a presença nas imediações da Administração Municipal do Cacuo teve como finalidade exigir à administradora, Rosa Janota, explicações sobre as razões que estão por detrás da venda e das demolições de casas, assim como das expropriações de terrenos por uma empresa lusa. «Tudo começou em 2004, quando o governo estava a construir a autoestrada. Então, fomos retirados do local em que nos encontrávamos e transferidos para outro lado da via e, em 2007, já depois de terminada a obra, encaminharam-nos novamente para o antigo lugar», desabafou uma popular. Outro munícipe disse não compreender a atitude de muitos funcionários e, também, militares, que vão em nome do Estado para demolir casas e receber terrenos. «Fomos informados, pelos responsáveis do gabinete jurídico da Administração Municipal de Cacuo e da Comissão de Moradores do bairro, identificados como João Gamba e Kufuna, que uma parte do bairro Musseque Kabele foi vendido a uma suposta empresa, identificada como 'SALEMAR', denunciaram.

Administradora municipal

«O terreno é pertença da em- presa BEMPOSTA»

Segundo os nossos interlocutores, a «SALEMAR» alega que comprou a zona ao Estado, por 500 mil dólares, por isso, nada podem fazer sobre a situação, que já resultou numa centena de desabrigados. A «SALEMAR», lamentam, na pessoa do seu director, um cidadão de nacionalidade portuguesa, não teve pejo em demolir mais de duzentas residências

construídas com sacrifício de muitas famílias que viviam na localidade há mas de dez anos ali. Acrescentaram que a área está localizada nas proximidades da autoestrada Cacuo/Vial Benfica, daí que as terras sejam motivo de litígio entre alegados moradores, garimpeiros de terrenos e de indivíduos que se fazem passar por fiscais. Interpelada pelo SA, Rosa Janota afirmou que os populares alegam que o espaço em litígio é da ANDA, quando, «na verdade, o terreno é propriedade de uma empresa, a «BEMPOSTA», que há três anos tem negociado com os moradores que aí vivem aí. Na altura, nem eu era administradora de Cacuo», «O terreno tem um dono. Vocês sabem quais são as ocupações nas reservas fundiárias, as pessoas estão a ocupar, e esse terreno já tinha licença. Há terrenos sobre os quais já havia direito de superfície, como o dessa empresa 'BEMPOSTA', explicou. Afirmou que administração está negociar, tanto com essa empresa como com os moradores para que a BEMPOSTA indenize os lesados e a administração procure um outro local para transferir os cidadãos.

Rosa Janota desconhece caso «SALEMAR»

«Agora, estamos a ouvir que vieram fazer manifestações, mas eles sabem a situação que estamos a viver. E a administração já ajudou muito nas negociações, só que, até hoje, não se encontra uma solução», lamentou. Rosa Janota revelou que a «BEMPOSTA» vai disponibilizar 600 mil dólares para indemnizar todos os cidadãos que lá estão, tendo a administração já procurado outro terreno para reassentar a população. «Afim de contas, qual é a manifestação, por que não continuaram? Porque não estavam esclarecidos», frisou. Entretanto, disse, desconhecer o caso «SALEMAR» e que o único dossier que domina é da «BEMPOSTA.» «Nós só estamos a trabalhar com a 'BEMPOSTA', a empresa que tem negociação entre a administração e os populares, das outras não temos conhecimento», informou. Alegou que não estão a despejar as pessoas, mas, sim, a transferi-las. Questionada por este jornal sobre qual seria o local de transferência, Rosa Janota disse: «meu camarada, eu não vou prestar informações ao telefone, se quiser vir a Cacuo, melhor».

### 7.2 UGP USURPA Terreno de "SEU" Efectivo

*Folha 8*

*01 De Dezembro de 2012*

Os familiares de Jamba Francisco, soldado da Unidade de Guarda Presidencial (UGP) temem pela

vida do mesmo por, já ter sido preso e ameaçado ser expulso da Corporação por rejeitar ceder a "sua" parcela de terra sita na zona do Benfica, a referida Unidade. O mesmo adquiriu a referida parcela ao cidadão Gaspar Damião Lourenço que seguindo os pressu postos legais, conseguiu obter toda documentação que lhe outorga: "dono e senhor" do respectivo imóvel, no Benfica, junto ao Centro da UGP. Importa lembrar, aquando da venda do terreno, Gaspar Lourenço cedeu toda documentação ao comprador, Jamba Francisco, este, imbuído pelo sonho da casa própria, decidiu iniciar as obras, mas a referida iniciativa não foi bem vista aos olhos de alguns "chefes" da UGP que, destruíram os muros da residência de um quarto e sala sem "aviso prévio e sem indemnização alegando ainda o terreno não pertencer ao nosso irmão e que vão recebê-lo", contou um familiar. Fazendo fé as informações prestadas a nossa redacção, o desejo de usurpar o imóvel de Jamba Francisco, soldado da UGP, não é da Direcção a todo nível mas, de um grupo de comandantes: "gananciosos soberbos e amantes de si mesmos, não respeitam coisas alheias como se só eles têm família para sustentar", disseram. Os mesmos que acorreram ao nosso jornal citaram nomes de vários comandantes que apresentaremos a público na próxima edição em que os mesmos serão contactados a abordar o assunto.

### 7.3 Projecto terra do futuro entrega mais 17 fazenda

*Semanário Económico*  
06 Dezembro 2012

Implantado no município da Kibala, Kwanza Sul, o projecto "Terra do Futuro" começa a distinguir-se como exemplo de crescimento e sustentabilidade. O terceiro aniversário da sua existência, foram distribuídas mais 17 fazendas, totalizando 26. O projecto foi criado com o objectivo de distribuir parcelas de terras e incrementar a produção agrícola. Da área total de 20 mil hectares, 1,3 mil estão já ocupados com sementeiras de milho e feijão. Desde o seu lançamento muitos milhões de dólares já foram investidos, com resultados notáveis. Paracomemorar o aniversário do projecto, a direcção do Terra do Futuro sorteou mais 17 fazendas entre os alunos, numa cerimónia assistida pelo governador Eusébio Teixeira de Brito, pelo presidente do conselho de administração do projecto, Manuel João, e pelo responsável máximo do BDA, o banco financiador, Paixão Franco. Os 17 jovens que receberam igual número de fazendas foram seleccionados de um grupo de mais de 50 nomes e doravante terão pela frente uma aérea de cultivo de 250 hectares, onde

serão plantadas diversas culturas. Além da terra para o cultivo, os beneficiários receberam também um tractor, uma residência do tipo T3 e uma carrinha.

### 7.4 Cidadão questiona decisão do Tribunal Provincial de Luanda

*Agora*  
15 de Dezembro 2012

A sentença resulta do litígio de titularidade do imóvel entre Daniel Maiala e Sidónia Kenga, no processo nº 0246/06-E2, em que o primeiro diz ser o legítimo proprietário e ter toda a documentação que comprova o arrendamento e até o contrato de compra e venda datado de 1992, comprovativo que a vencedora da causa, em nenhum momento apresentou, nem mesmo quando foi solicitado pela Direcção Provincial da Habitação de Luanda. O perdedor da causa, que nesta altura diz-se injustiçado, acredita que se trata de burla arquitectada pelo Chefe do Gabinete Jurídico da Comissão Nacional P/Venda do Património Habitacional do Estado, David Andala de Oliveira em conluio com Sidónia Kenga, acusando-o mesmo de ter recebido favores desta. "Esta senhora vive praticamente deste tipo de negócios de burlar as pessoas. Mas tudo começou quando David Andala teve contacto com a Ficha Técnica para a Avaliação do Imóvel. Passou os meus dados para um documento a favorecer Sidónia Kenga, por isso, é que estou a dizer que este homem arquitectou a fraude", sustentou Daniel Maiala. Acredita mesmo que não é possível que um tribunal credível pronuncie uma sentença a favor de Sidónia Kenga, quando na verdade nunca foram tidas em conta as suas alegações. " Não sou o primeiro, a ser enganado pelos dois, porque a mim disseram que os documentos que eu tenho foram forjados no Palanca e o que neste momento exijo é que este par de malfeitores mostre onde fui buscar estes documentos", desabafou, acrescentando que, em nenhum momento o Governo Provincial autorizou a venda da residência através da Comissão, mas foi o David que passou os documentos para beneficiar esta senhora. Há 33 anos a residir no imóvel, Daniel Maiala lembrou que a disputa já leva algum tempo, mas desta vez, a sorte fugiu-lhe, porque houve perícia da parte de quem forjou os documentos de Sidónia Kenga e induziu o Tribunal em erro. "Os dois me disseram que vou ficar cansado porque ninguém abrirá as portas para atender as minhas reclamações. Em função disto decidi não sair do local até que seja revista a minha situação", sublinhou, adiantando também que a família é constituída por 14 elementos, entre filhos e netos, vivendo neste momento no passeio da casa em condições sub-humanas. Mas no

meio de tanta confusão, uma coisa garantiu, sem medo de errar, são os interesses comerciais de Sidónia Kenga que motivaram a disputa. "O Tribunal Provincial de Luanda determinou o encerramento da casa e todas as áreas que a ela pertencem, mas Sidónia Kenga não perdeu tempo, rompeu os selos colocados pela Justiça e fez do quintal um local para negócios" A documentação a que o AGORA teve acesso faz levantar sérias dúvidas, quanto ao processo de alienação a que o mesmo imóvel foi objecto. Por exemplo o termo de quitação emitido pelo Estado em posse de Daniel Maiala, refere que a então Comissão Nacional Para Venda do Património do Estado recebeu deste o valor de 399 mil e novecentos kwanzas, correspondentes ao custo da casa na altura, tendo dado como vendida. Porém o imbróglho é que a aludida vencedora da causa reclama igualmente ter adquirido a mesma casa ao mesmo organismo, e no mesmo ano (1993). Em sua defesa, David Andala argumentou, no contacto telefónico que o AGORA manteve com ele, que não se trata de burla e nem mesmo terá participado na venda do imóvel em referência por não ser a pessoa autorizada a fazê-lo. "Acompanhei o caso. O problema é que Daniel Maiala é um leigo em processos que transitam em julgamento. É do conhecimento de todos que os litígios de 1992, envolvendo cidadãos nacionais devem ser resolvidos em Tribunal e foi o que aconteceu", defendeu.

## 7.5 Projecto Baía inicia comercialização de primeiros lotes

*O País*

*14 De Dezembro 2012*

Oitenta lotes de terreno de diversas dimensões já estão disponíveis para a comercialização' dirigida a investidores imobiliários e demais interessados' revelou em Luanda, o administrador da Sociedade Baía de Luanda, Miguel Carneiro. O gestor, que falava à margem da cerimónia de apresentação do Projecto Baía, que visa promover o desenvolvimento imobiliário, referiu que 'estes lotes, que variam de área entre 2.500 m<sup>2</sup> e 50.000 m<sup>2</sup>, vão ser entregues infraestruturados e com plano de massa e volumetria próprios'. Miguel Carneiro adiantou ainda que 'a sociedade Baía está a trabalhar com diversos parceiros, nomeadamente a Impulso, uma empresa espanhola de engenharia de referência internacional, no sentido de tornar atractivo o Projecto Baía de Luanda'. Sobre os valores que o projecto comporta, Miguel Carneiro disse' que o investimento de obras públicas ascende a Kz 36 mil milhões. 'O investimento na obra privada vai depender de cada

um dos promotores. Cada um dos promotores terá a oportunidade de desenvolver a sua solução construtiva de arquitectónica e de engenharia, por exemplo, com a Impulso ou com uma outra empresa de engenharia, a Coba ou outra empresa do mercado e, naturalmente' isto depois terá impacto no custo final de cada um dos projectos e no projecto no seu conjunto', reiteriu. Quanto ao financiamento do projecto o nosso interlocutor indicou que 'neste momento o Projecto Baía de Luanda já é fruto de um sindicato bancário. Envolve seis bancos angolanos na sua vertente' financeira, naturalmente dentro das soluções de negócio que a sociedade Baía está a oferecer no mercado; está a oferecer desde o projecto Greenfield, que é apenas o lote de terreno infraestruturado com plano de massas e com volumetrias pré-aprovadas, até ao final da cadeia de valor. A sociedade Baía pode naturalmente construir um fato à medida para o cliente, entregar um projecto chave na mão e ir um bocadinho além, trabalhando com parceiros no sector da mediação imobiliária para depois comercializar os espaços', sublinhou. Miguel Carneiro adiantou ainda que as parcelas de terreno começam a ser infraestruturadas em Janeiro e sê-le-ão sequencialmente ao longo de 2013. 'Há um cronograma sequencial, que está programado' já está fechado e que vai ser seguido no ano 2013 em função do posicionamento do lote que for adquirido pelo investidor, o investidor terá a opção de enquadrá-lo. São 80 lotes nesta fase. A segunda fase, estamos a falar da parcela 5 e 6, vai ser lançada a partir de 2014/2015', indicou. No que se refere à preparação dos terrenos, o gestor do projecto Baía anunciou que os mesmos deverão ser entregues já com todas as infraestruturas. 'A sociedade Baía de Luanda vai entregar os lotes infra-estruturados. Estamos a falar das redes de esgoto, redes eléctricas, redes de telecomunicações, naturalmente também já foram iniciados há 4 meses atrás os ensaios de solos com empresas de referência internacional, temos estado a trabalhar com empresas de engenharia, como a Impulso, portanto não acreditamos que haja problemas de maior, vai ser meramente uma questão de optimização financeira por parte do promotor". Em relação ao impacto que o projecto vai produzir na população, Miguel Carneiro, disse que 'o Projecto Baía de Luanda vai ser, como sempre foi, um projecto que não colide com a vida quotidiana das pessoas. Podemos recordar-nos que a Nova Marginal foi requalificada enquanto havia uma antiga marginal. Esse será sempre o preceito respeitado no Projecto Baía de Luanda'. A uma pergunta sobre se não haverá uma colisão com a estética actual, o gestor salientou que 'o Projecto Baía foi concebido no âmbito do Plano Director de Luanda. Não só foi submetido no seu conceito, enquadramento e objectivo ao Executivo, como também teve o empenho de todas

as instituições que trabalham no aspecto urbanístico da cidade de Luanda: GPL, Instituto de Planeamento e Gestão Urbana, portanto, respeitou todos os preceitos urbanísticos'. Miguel Carneiro disse ainda que as questões ambientais estão salvaguardadas no projecto, adiantando que 'as águas da Baía de Luanda estão hoje com 'uma qualidade só vista há mais de um século atrás, nós hoje já tivemos de regresso à baía golfinhos e patos brancos-e naturalmente contamos com parceiros como a Impulso que vão apoiar estes aspectos'

#### Projecto único

O presidente e CEO da Impulso, uma empresa de engenharia que está a trabalhar no Projecto Baía, considerou que se trata de um projecto único. Francisco Cuervo Ania referiu que 'estamos muitos orgulhosos de colaborar e participar neste projecto. É um projecto único no continente africano enunca se fez nada igual na Europa, em concreto no meu país, em Espanha'. Para Francisco Cuervo Ania estáse em presença de 'um projecto integrado com a cidade e com o meio ambiente e muito tecnológico. Este é um projecto onde se aplicam tecnologias de última geração em desenvolvimento de infraestruturas e desenvolvimento habitacional. Diria que este é um projecto de referência mundial e que o povo angolano deve estar orgulhoso porque vai mudar a fisionomia da cidade e que também vai mudar a percepção internacional desta capital e deste país'.

## 7.6 Governo criou novo método de registo para realojamento

*Jornal de Angola*

*20 De Dezembro de 2012*

O vice-governador provincial de Luanda para a Area Técnica e Infra- Estruturas, António Resende, anunciou no bairro do Zango, município de Viana, que o Programa Provincial de Habitação Social (PPHS) está a ser executado de "forma diferente". No encontro que serviu para informar os órgãos do Estado sobre o andamento do Cadastro Técnico Multifinalitário para a Qualificação e Requalificação Urbana de Luanda, António Resende disse que o governo da província está a seguir os procedimentos regulares. "Com o sistema técnico multifinalitário para a qualificação e requalificação urbana de Luanda e concessão do direito de superfície, o processo está a ser executado de forma diferente, criando-se um programa totalmente informatizado, com todos os sistemas de segurança modernos", esclareceu. As pessoas, segundo o dirigente, "vão ser identificadas e cadastradas, vão ter uma fotografia digitalizada, um sistema biométrico e todos que os forem

identificados e realojados como sinistradas terão um documento que não lhes permite nem arrendar nem vender as casas", assegurou. Segundo o responsável, o direito de superfície determina que os realojados são impedidos de vender e arrendar as residências, durante um certo período. "Nós estamos a prever no mínimo dez anos. Se o Estado aperceber-se que algum morador fez esta transacção, deve confiscar a casa, porque esta pessoa não precisa do imóvel", explicou. António Resende esclareceu na ocasião que os cidadãos afectados pelas obras devem cumprir uma série de pressupostos. O vice-governador conversou com as pessoas que vivem em tendas, sublinhando que o seu realojamento está garantido. "O governo está a trabalhar para que a qualquer momento se realize o realojamento das pessoas que realmente necessitam destas casas", garantiu.

## 7.7 Moradores dos prédios sul-africanos exigem exoneração da administradora

*Continente*

*28 De Dezembro de 2012*

Em causa estão as casas do Zango 3 onde seriam transferidos no dia 28 do mês passado. Mas, acontece que as residências não oferecem as condições desejadas pelos moradores, pelo que as rejeitaram categoricamente. Agastada com atitude dos moradores, a administradora municipal do Rangel, Maria Clementina Gomes da Silva, disse aos moradores, alto e bom som que " caso não aceitarem as casas que estamos a oferecer no Zango 3, então que estes edifícios desabem e vocês que morram", preferiu a responsável. Em função das palavras da dirigente, os moradores em causa consideram a governante, como sendo pessoa sem espírito de servir a população. "Como é possível uma governante, sendo pastor do povo, faz estas declarações?", interrogaram-se, tendo rogado a quem de direito no sentido de rever as políticas de nomeação de certos responsáveis que podem exercer cargos públicos. De acordo com os munícipes, o secretário de Estado de Urbanismo e Construção, garantiu que dentro em breve os afectados poderão ser transferidos para o Zango em condições aceitáveis. Os habitantes lembraram que desde a sua nomeação que a administradora Maria da Silva, se dirige para as comunidades usando ofensas sem ter em conta que a sua existência como governante depende deste mesmo povo que ela despreza, considerando a atitude não ser peculiar para uma servidora do Estado.

Este grupo de jovens juntam-se a outros nove que foram os primeiros a beneficiar de terra no projecto, provenientes de vários pontos do país. Ao todo, foram distribuídas já 26 fazendas. Grande parte dos jovens enquadrados no projecto Terra do Futuro têm formação em agronomia, outros não, mas isso não factor impeditivo, pois antes da entrega das terras recebem formação sobre agricultura. É o caso de Adélia Mendes Wete Bongo, uma jovem natural do Uíge, formada em gestão, que agora é fazendeira. "Foi um desafio lançado por algumas pessoas da família e aceitei. Estou pronta para dar o meu contributo no combate à fome e à pobreza", disse. Aos 23 anos de idade, Contreiras Rui é um dos jovens que agora se muda da cidade para o campo, onde vai cultivar bens alimentares. Coordenador da fazenda com número 14, o jovem disse estar disposto a dar tudo de si para que nos próximos anos o projecto Terra do Futuro seja uma referência na produção agrícola do país. "Estou feliz por ser um dos contemplados e tudo farei para que este projecto seja uma referência", prometeu. Estima -se que, até 2014, a área cultivável venha a estar preenchida, mas tudo depende dos resultados actuais e da flexibilidade do banco credor, o BDA que, segundo o PCA do projecto, não poupa esforços no apoio ao sector agrícola. O valor total do projecto Terra do Futuro é de 80 milhões de dólares. O projecto está preparado para o cultivo de cereais, arroz, legumes, frutas e reserva ainda uma área para a pastorícia. A implantação do projecto, na localidade do Gango, comuna de Cariango, município da Kibala, foi uma decisão que teve em conta as condições de irrigação. Além de ser uma zona plana, a localidade está nas margens do rio Gango, capaz de garantir a irrigação dos campos cultivados em tempo de estiagem. "A agricultura é uma actividade de risco e precisamos de meios alternativos para fazer face a estiagem", disse, PCA da Terra do Futuro. Manuel João apontou a localização do projecto como sendo uma vantagem para o escoamento dos produtos. Da Kibala é possível escoar os produtos para às províncias de Malanje, passando pelo Mussende, Sumbe, a capital provincial, Huambo e Luanda, o maior mercado consumidor.

#### Governador incentiva projecto

a sua visita ao projecto, o governador Eusébio Teixeira de Brito manifestou disponibilidade do seu executivo em apoiar no que for necessário. O presidente do conselho de administração do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Paixão Franco, disse que tudo fará para a aprovação, o mais breve possível, de um seguro agrícola. O responsável disse mesmo que a instituição que dirige vai avançar com uma proposta ao Governo, sem, no entanto,

entrar em pormenores quanto a datas. "Estamos a preparar um documento para entregar aos órgãos responsáveis pela aprovação", disse Paixão Franco, avançando esta possibilidade quando confrontado sobre a necessidade de os agricultores serem protegidos os créditos de que beneficiam, pois a actividade é de risco o ano agrícola passado, o país registou uma estiagem que devastou várias culturas, fundamentalmente de cereais e os agricultores ficaram sem solução para reembolsar o empréstimo bancário.

#### Outros projectos

Para a diversificação da economia nacional, o governo angolano apostou fortemente na agricultura através da reativação de vários projectos agrícolas. Um dele é o das Gangelas, no município da Chibia, província da Huíla. Em pleno funcionamento, com os seus mil e 200 hectares aráveis, o perímetro pode produzir 48 mil toneladas/ano de produtos agrícolas diversos de forma intensiva. a presentecampanha previa -se colher 940 toneladas de produtos diversos . Existem ainda outros projectos, nomeadamente, da Matala, na Huíla, Caxito Rega, no Bengo, e Pungo Andongo, em Malanje. O objectivo é baixar a importação de produtos do campo e criar autosuficiência alimentar.

## 7.8 Requalificação da Baía em fase de edificação imobiliária

*Jornal O País*

*07 de Dezembro 2012*

Trata-se de espaço: para os quais se propõe um programa urbanístico que sirva as famílias, empresas e a cidade capital, cujos projectos propostos baseiam-se em princípios comuns ligados a modernidade arquitectónica e a beleza natural. O administrador da Sociedade Baía de Luanda, gestora do empreendimento, Miguel Carneiro, fez saber que as áreas, localizadas na Ilha do Cabo, são divididas em parcelas A, B e C e totalizam 39 mil hectares. A parcela A, segundo o responsável encontra-se no extremo norte da Avenida 4 de Fevereiro, junto ao Porto de Luanda, correspondendo a uma área de nove hectares, que avança para dentro da Baía, no alinhamento da Praça 17 de Setembro, onde será desenvolvido um pólo urbano que se antevê de eleição para o estabelecimento do novo centro de negócios da cidade.

O espaço B, com três hectares, está implantado na primeira linha de água entre a Avenida Dr. Agostinho Neto e a entrada da Ilha do Cabo. Trata-se de um lugar destinado a assegurar a continuidade com o

renovado espaço público da marginal. Tal zona, de acordo com o responsável apresenta acessos rodoviários para a Avenida 4 de Fevereiro, Chicala e Ilha do Cabo, enquanto o espaço C, com 27 hectares, deverá ser transformado numa zona especial de habitação e serviços. Após requalificação parcial, a Baía de Luanda foi aberta ao público em Agosto, reflectindo uma imagem da modernidade. Iniciado em 2009, o seu projecto de requalificação está avaliado em 36 mil milhões de kwanzas.

## 7.9 Efeitos da estiagem e a disputa de terras

*Novo Jornal*

*14 De Dezembro de 2012*

OS EFEITOS da falta de chuva que se registou na região deixou, cada vez mais, apressivos e desesperados os camponeses. As autoridades governamentais estavam cientes desta realidade e não escondiam a sua pretensão de, a qualquer momento, virem a lançar um apelo de emergência. " Enquanto a situação da falta de chuva prevalecia nesta região, as autoridades do sector da agricultura estimavam que mais de 400 hectares de terra trabalhada não teriam rendimento. Na realidade, são muitas as famílias camponesas em Cabala e Bom Jesus que partilhavam o mesmo desespero. A presente, época agrícola nesta localidade já não está ameaçada porque as chuvas começaram a cair. Para contornar o cenário da crise de chuva, várias cerimónias tradicionais de evocação aos espíritos dos antepassados foram promovidas um pouco por toda a área do município de Icolo e Bengo, onde as autoridades tradicionais clamavam pela chuva. No Cabala e Bom Jesus já caiu alguma quantidade de chuva nos últimos dias, o cenário galvanizou as famílias camponesas na região. Durante o período da estiagem os camponeses da Localidade de Cabala concentraram-se nas margens do rio Kwanza. As áreas de cultivo não foram suficientes para todos. "Pessoas com muito dinheiro vindos de Luanda começaram a desalojar-nos das nossas terras ao longo do rio, foi uma luta titânica", observou o velho Gaspar Domingos. Para este camponês, os responsáveis da agricultura na região não ajudaram os camponeses afectados. "Foram os próprios responsáveis da agricultura que colaboraram com esta gente", acusou. António João receia que eles já não deixem as terras que ocuparam. "Os nossos bisavôs e avós nos deixaram aqui, não admitimos que estranhos, com a ajuda das autoridades competentes, invadam as nossas terras", queixa-se o camponês. A situação da localidade-da Cade Bom Jesus. Aqui, durante a estiagem, os camponeses perderam parcelas consideráveis das suas terras. "Nós temos essas terras

para praticar agricultura, mas eles ocupam-nas para o turismo", queixa-se o agricultor Ramos António, que viu serem-lhe subtraídos cerca de quatro hectares, nas margens do rio. "Vou guerrear até que eles devolvam as minhas terras, deixadas pelos nossos antepassados", decide. A batalha do velho António Ramos é também a do seu vizinho José Sebastião, que perdeu três hectares. "Os tipos não têm queda para a agricultura, mas nós trabalhamos a terra para sustentar a nossa vida e o resto vendemos", justificou.

## 7.10 Governo realoja famílias

*Jornal de Angola*

*18 De Dezembro 2012*

Um total de 270 famílias que viviam há sete anos em tendas e casas de chapa, no Golfe II, distrito urbano do Kilamba Kiaxi, junto à antiga Igreja Maná, em Luanda, recebeu no sábado casas evolutivas do tipo T-3, localizadas no Zango, no município de Viana. A transferência envolveu funcionários das administrações do Kilamba Kiaxi e de Viana, sob a orientação do vice-governador provincial para a área técnica e infra-estruturas, António Resende. Dezenas de camiões e autocarros transportaram os pertences dos moradores e os seus respectivos proprietários. Ao administrador da comuna do Zango, Manuel Bernardo, coube a entrega da primeira chave à cidadã Dina Adriano Kalembe, que manifestou o seu contentamento. De acordo com o director provincial da Comunicação Social, Carlos Gonçalves, este é um presente de Natal que o Executivo oferece a esta população carenciada. Em breve, vai proceder-se ao realojamento no bairro do Zango dos moradores da Ilha e de outras partes de Luanda, que vivem há muitos anos em tendas. "Estão já a ser feitos os registos e a conclusão das obras das casas para estas famílias, preocupação do Executivo angolano" disse. Carlos Gonçalves acrescentou que as 270 famílias realojadas eram provenientes dos bairros Camama, Havemos de Voltar, Neves Bendinha, Golfe, Palanca e Vila Estoril, no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, instaladas, em 2007, em tendas pelo governo, em consequência do desabamento das suas casas pelas chuvas. As habitações estavam construídas em zonas de risco, sobretudo em linhas de água e monta.

## 7.11 Novo processo de cadastramento trava intentos de oportunistas

*Continente*

*21 De Dezembro 2012*

o vice-governador da província de Luanda para a área técnica e infra-estruturas, António Resende, anunciou nesta terça-feira, no bairro do Zango, município de Viana, que o Programa Provincial de Habitação Social (PPHS), está a ser executado de forma diferente. No encontro que serviu para informar aos órgãos públicos do Estado sobre o Cadastro Técnico multifinalitário para qualificação urbana de Luanda, António Resende informou que o Governo da província está a usar no Programa Provincial de Habitação Social um novo processo de cadastramento. "Com o sistema Técnico multifinalitário para qualificação urbana de Luanda e concessão do direito de superfície, o processo está a ser executado de uma forma diferente, criando-se um programa totalmente informatizado, com todos os sistemas de segurança modernos", esclareceu. As pessoas, segundo o governante, "vão ser identificadas e cadastradas, vão ter uma fotografia digitalizada, um sistema biométrico e todos que forem identificadas e realojadas como sinistradas terão um documento que não lhes permite nem arrendar nem vender as casas", asseverou. De acordo com o responsável, o direito de superfície espelha que eles (relojados) são impedidos de vender e arrendar as residências, durante um certo período, "nós estamos a prever no mínimo dez anos. Se o Estado perceber que algum morador fez esta transacção, deve confiscar a casa, porque esta pessoa não precisa do imóvel". No caso do cidadão afectado pelas obras, eles devem receber uma documentação flexível onde vão cumprir uma série de pressupostos implementados a nível da província de Luanda, esclareceu. Na ocasião, apelou à população das tendas para que aguarde, pois o governo da província tem a incumbência de realoja-los agora, e está-se a trabalhar para que a qualquer momento se realize o realojamento das pessoas que realmente necessitam destas casas.

## 7.12 Desalojados que viviam nos centros receberam casas no bairro Onahuma

*Jornal de Angola*

*21 De Dezembro de 2012*

O drama de centenas de famílias que viviam em tendas chegou ao fim o governo da província entregou 800 casas às famílias desalojadas pelas

inundações dos últimos três anos que viviam em tendas e centros de acolhimento nos bairros da Caxila e Onahuma, arredores da cidade de Ondjiva.

Nos dois bairros vão ser erguidas mais de quatro mil casas para alojar os sinistrados das cheias. As habitações que estão prontas foram erguidas numa zona urbanizada e dispõem de água, energia e serviços de saneamento. Nas urbanizações foram construídas escolas, postos de saúde e instalações policiais. Ao entregar as casas, o governador provincial do Cunene, António Didalelwa, sublinhou que "o drama de centenas de famílias que viviam em condições precárias nos últimos três anos chegou ao fim". Com a entrega das casas, referiu, foi possível atender todas as pessoas que viviam em dois centros de acolhimento, existindo apenas um número reduzido num centro. "Estas famílias viviam até gora em condições precárias, em centros de acolhimento e tendas, mas agora têm boas condições nos novos bairros criados para as alojar". António Didalelwa explicou esta é sétima fase da entrega das casas e que proximamente vão ser abrangidas as famílias acolhidas no centro Naipalala. As casas entregues aos sinistrados das chuvas possuem uma sala comum, dois quartos, cozinha e quarto de banho. Augusta Cambinda é um dos contemplados e ficou feliz por ter casa própria, depois de três anos a viver numa tenda. Moisés Kaunawoye, outro beneficiado, disse ao *Jornal de Angola*, que a casa foi a melhor prenda que recebeu na vida: "recebi esta casa e hoje mesmo vou mudar da tenda para a minha nova casa", afirmou lembrando os três anos que passou na tenda um espaço muito apertado e com muito calor. Moisés António viveu numa tenda durante três anos: "agora tenho uma casa com todas as condições, até me custa a acreditar, mas eu sempre confiei no governo, sabia que este dia ia chegar".

## 7.13 Invasores ocupam e espancam proprietários de terrenos em Viana

*Continente*

*28 De dezembro de 2012*

A título de exemplos temos os casos dos cidadãos Bernardo Lourenço, 53 anos, capitão-de-fragata da Marinha de Guerra de Angola, também chefe adjunto da repartição de saúde da mesma instituição, e Victor Fortes, 59 anos, consultor de tecnologia de informação e comunicação, que recentemente foram vítimas de agressão física e tentativa de assassinato por um grupo de indivíduos que pretendiam apossar-se de uma quinta alíguas no município de Viana, de quem são proprietários há bastante tempo. Tudo



começou no passado dia 28 de Agosto do corrente ano, após Bernardo Lourenço e Victor Fortes tomarem conhecimento que às 20 horas do dia anterior, a propriedade dos mesmos e mais quatro quintas vizinhas tinham sido vandalizadas com derrube das vedações. Preocupados com a gravidade do assunto, os dois cidadãos acorreram para o local acompanhados de uma equipa da TPA, para proceder então a reportagem dos acontecimentos que ocorreram no dia anterior. Mas antes, Bernardo Lourenço e Victor Fortes terão participado o caso à uma das unidades da Polícia de Viana, mas esta não compareceu no local. Enquanto isso, quando os repórteres recolhiam as imagens e faziam o registo dos relatos de alguns populares, naquele mesmo instante foram surpreendidos pelo grupo invasor que era composto de vinte elementos e se faziam transportar numa carrinha Mitsubishi. Alguns deles estavam armados e partiram logo para agressão servindo-se de paus, blocos e outros objectos, tendo violentamente espancado os proprietários da referida quinta, e os dois repórteres também não foram poupados. A agressão foi bastante brutal, o que lhes causou ferimentos profundos. As viaturas que traziam e o da TPA também foram danificadas, segundo informam os lesados no documento que enviaram à Procuradoria-Geral da República e ao Tribunal Supremo, pedindo auxílio de auto protecção. Entretanto, alguns dias depois da ocorrência dos factos, a Polícia conseguiu deter cerca de 17 elementos pertencentes a referida quadrilha de malfeitores. Mas estes constituíram dois advogados que, passados quarenta dias após terem sido detidos, grande parte deles foram postos em liberdade. As vítimas dizem mesmo que os seus trabalhadores e moradores da quinta terão recebido ameaças afim de abandonarem o lugar, alegadamente por um suposto dono estar a precisar do espaço.

Grupos utilizam o mesmo modo de agir

Uma outra vítima que também está a passar pelas mesmas peripécias protagonizados por esses grupos de malfeitores é Domingos António, 70 anos, antigo Veterano da Pátria. É proprietário de uma parcela de terreno com uma área de dois hectares, desde 1977, no município de Viana. O espaço está inscrito na direcção provincial do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Luanda e Pescas, sob o nº 2588/84, onde desenvolvia actividades agrícolas. Com uma história semelhante a outras pessoas, Domingos António também foi surpreendido no passado dia 24 de Julho por um grupo organizado munido de vários instrumentos que demoliu o muro circundante do seu terreno. Os ditos malfeitores pretendiam retalhar e vender os respectivos talhões do terreno. Participando o caso a unidade do

Comando Provincial da Polícia de Luanda, foi orientado a apresentar-se na Divisão de Viana, ao comandante Tito que por sua vez, ordenou o seu sub-comandante, Mateus Lobo e mais três agentes a se deslocaram ao local. Chegados no local, já lá se encontravam dois pedreiros que erguiam uma casa de um quarto e sala. Foram imediatamente interceptados e apreendidos os materiais pelos agentes, minutos depois apareceram os supostos proprietários da referida obra que foram de igual modo detidos. Mas como já estavam convictos que num instante seriam socorridos pelos seus companheiros, não tardou o grupo foi ao local num total de sessenta elementos e procedeu como têm feito, partindo para a agressão. Entretanto, Domingos António vê a sua integridade física ameaçada assim como dos seus colaboradores e familiares, porque nem mesmo se pode deslocar para o seu terreno porque os tais que se intitulam como proprietários do espaço vigiam-no a par e passo. Segundo a denúncia de alguns populares que têm vindo a presenciar a actuação destes grupos organizados, muitas vezes liderados por pessoas influentes nos círculos de funcionários das administrações municipais e da Polícia Nacional. Estes se reúnem em vários lugares onde traçam os seus planos e depois partem para as acções. Para isso, os líderes comunicam aos grupos de assalto que são transportados em viaturas híaces e carrinhas e antes de actuarem se concentram em locais próprios munindo-se com marretas, picaretas, enxadas, catanas e põem em prática as suas acções.

## 7.14 Pobres e desalojados manifestam-se diante do GPL

*Folha 8*

*29 De Dezembro de 2012*

Por falta de condições físicas, espirituais e materiais, os mesmos não festejaram o Natal e cansados das falsas promessas dos "nossos governantes", centenas de populares, acorreram diante do GPL no dia 24 de Dezembro de 2012, para reivindicar um direito constitucionalmente consagrado, mas não cumprido, pelo governo deste MPIA; o direito a habitação. Os referidos autóctones despejados das "suas" residências no Kilamba Kiaxi, apareceram, na companhia das esposas e filhos menores de idade, levando consigo painéis, colchões, mexericos e outros equipamentos domésticos, que ainda lhes resta. Com os rostos inchados de tanto chorar, os cidadãos não acreditavam que um governo que age contra o povo, pudesse ter ganho as eleições de Agosto 2012. "Não vou sair daqui, trouxe comigo o meu fogareiro, colchão e vou dormir e cozinhar mesmo aqui defronte do GPL", disse ao F8, dona Luísa.

Visivelmente enfurecido estava o jovem Mauro, alegando "já não ter palavras para classificar este governo que nos deixa debaixo do sol e chuva durante vários anos". Estes cidadãos são oriundos de inúmeros pontos do Distrito do Kilamba Kiaxi e viram as suas casas desabar, face a força, quer do martelo demolidor do GPL, como das águas das chuvas que varreram várias localidades de Luanda, tais como, Cacuaco, Sambizanga e Cazenga. Naquela época, o governo, colocou-os, dizendo ser uma situação provisória, a viver, na Escola Permanente do Golfe TI, próximo à então Igreja Maná, actual Josafat. "Nós estamos naquele sítio a viver mal, mas outros, e isso nos irrita, já lhes deram casas no Zango 4, enquanto nós, continuamos aqui abandonados", gritavam. Neste grupo, os mais sacrificados, são os jovens que dormem por baixo de sacos já rotos e as mulheres no interior das salas da Escola Permanente. Para muitos a situação pode estar quase a melhorar caso o governo "seja mesmo uma pessoa de bem e cumpra o que nos prometeu no dia 24 de Dezembro do corrente de que, nos tirará daqui o mais rápido possível". Para veracidade dos factos o F8 envidou esforço em contactar o administrador do Distrito do Kilamba Kiaxi, José Correia, mas não obteve sucesso, pois "o camarada administrador não tem tempo para falar", mas infelizmente, para o povo que ele diz governar, também não tem tempo de trabalhar, talvez por incompetência, mas aí a culpa, até já não é dele, mas de quem o nomeou.

de construção que vão erguer edifícios. No acto de formalização da entrega das reservas, o governador provincial, Norberto dos Santos "Kuata Kanawa", manifestou satisfação pelo trabalho.

## 7.15 Reservas fundiárias desminadas

*Jornal de Angola*  
29 De Dezembro de 2012

As reservas fundiárias das localidades da Carreira de Tiro 3 e de Cangambo, desminadas durante este ano pelo Instituto Nacional de Desminagem (INAD) e pela 5ª Brigada de Desminagem das Forças Armadas Angolanas, foram entregues ao Governo Provincial de Malange.

Segundo apurou a Angop, o INAD procedeu à limpeza da reserva fundiária da Carreira de Tiro 3 num perímetro de 13 quilómetros e 460 metros, enquanto a brigada das FAA desminou 2.000.120 metros quadrados na reserva fundiária de Cangambo. Nas duas reservas, fundiárias, as empresas de desminagem, que usaram métodos manuais e mecânicos, recolheram 17.561 engenhos não detonados, entre minas anti-tanque e pessoal, munições diversas, granadas, entre outro material bélico.

A desminagem destas duas áreas permite a circulação de pessoas e mercadorias e a segurança das empresas

## 7.16 Empresário e invasores “lutam” por um terreno em Cacuaco

*Continente*

*21 De Dezembro 2012*

O brilho das chapas, que aumentam com os raios solares, assemelhando-se a uma imensa luz de prata, chama a atenção a qualquer indivíduo que circule pela auto-estrada Cacuaco/ Viana. Estes pequenos bairros surgiram, ao que consta, em consequência de ocupações ilegais, que acontecem sobretudo nas zonas da periferia de Luanda. Na maior parte dos casos, os seus protagonistas têm conhecimento de que os espaços que ocupam são reservas do Estado, pertença de algum organismo ou pessoa singular, mas partem para a ocupação ilegal, erguendo os seus casebres nos quais se alojam com as respectivas famílias. Quando aparecem os donos dos terrenos, os invasores exigem, geralmente, como indemnização, uma casa ou outra parcela de terra. Uma das cenas do género ocorreu, recentemente, com o proprietário da empresa Salemah, cujo terreno de 40 hectares, situado junto a auto-estrada, em Cacuaco, foi estritamente invadido pelos populares. O mesmo diz que adquiriu a referida parcela há dois anos, e tendo seguido todos os pressupostos legais possui toda a documentação que atesta a titularidade do espaço, onde pretende implementar alguns projectos. Apesar disso, os ocupantes se recusam a deixar o local, alegando terem adquirido às mãos de fiscais da administração municipal de Cacuaco. Na sequência da resistência apresentada pelos invasores o empresário foi obrigado a fazer um cadastramento das cubatas aí erguidas, tendo depois proposto a divisão do referido espaço. Contrariamente ao que se esperava, antes mesmo de se ter feito a divisão do terreno, o homem encontrou, semanas depois outras cubatas para além das já cadastradas, tendo ficado com os nervos à flor da pele e compreendido que estava, afinal, diante de grupos de oportunistas que aspiravam tirar algum benefício à sua custa. Perante tal situação, recorreu ao departamento da Fiscalização de Cacuaco, pedindo auxílio para repelir os invasores. "Mas esta não se prontificou no momento", informou o nosso interlocutor. No entanto, uma das formas que encontrou para impedir a permanência dos ocupantes no seu terreno foi a de contratar forças particulares que tratou de derrubar coercivamente todos os casebres daqueles que não constavam do registo que efectuara inicialmente. Revoltados por verem as suas casas destruídas, os invasores jogaram pedras e criaram distúrbios ao trânsito na estrada como forma de protesto. Uns ainda diziam que o homem que os vendeu as parcelas de terra, vendeu também ao empresário. Mas ninguém ousou mostrar documentos, que

confirmassem a compra dos respectivos pedaços de terra. Este jornal tentou contactar a administradora de Cacuaco, Rosa João Janota, mas não foi possível porque a mesma se encontrava ausente.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Operadora Vista Provoca Lixeira No Rangel

*Sociedade*

*01 De Dezembro de 2012*

Cerca de seis meses depois de distribuir depósitos de lixo no bairro da Terra Nova, a empresa de saneamento Vista manifestou-se incapaz de manter o modelo. Deixou de recolher o lixo, como inicialmente, causando um ambiente nauseabundo, agravada pelas chuvas que, desde o princípio do mês de Novembro, caem com certa intensidade na capital do País. Desta feita, cada morador procura tratar/desfazer-se do contentor que tem na porta, sendo que, segundo apurou o Folha 8, grande parte arrastou-os para outras partes. Portanto, trata-se de um cenário desagradável e perigoso que, segundo fonte da empresa, resulta de duas situações. A intransitabilidade de grande parte das ruas e os atrasados no pagamento das prestações das empresas por parte do Governo Provincial de Luanda. O Folha 8 apurou, no entanto, que, recentemente, as partes reuniram no sentido de ultrapassar a questão do pagamento que deverá concorrer para maior empenho das operadoras. "É verdade que as ruas estão alagadas, mas os carros passam, só não arriscamos porque existe a desmotivação devido ao pagamento", explicou um dos trabalhadores da referida empresa.

### 8.2 Melhoria passa pela consciencialização dos munícipes

*Novo Jornal*

*07 De Dezembro de 2012*

A ADMINISTRADORA do distrito urbano do Sambizanga reconheceu haver enormes dificuldades no saneamento básico na zona, mas garantiu que tudo passa pela consciencialização dos munícipes. Mara Baptista disse que, no âmbito da requalificação das vias de Luanda, as estradas do distrito que dirige estão a merecer várias intervenções para oferecer maior dignidade aos moradores do Sambizanga. "Estão a ser feitos pequenos trabalhos 'paliativos nas vias principais e secundárias. Fazemos a sucção das águas com camiões, desassoreamento de alguns colectores em abatimento, sensibilização dos munícipes. Estas obras são bastante profundas, pois também estamos a colocar postes de iluminação pública, nova rede de esgotos, o que leva à morosidade na solução do problema", frisou a

responsável acrescentando já foram reabilitadas algumas vias, como a rua Francisco Sã de Miranda. "As demais receberão obras nos próximos tempos. Vamos resolver os problemas de forma célere", assegurou. Mara Baptista esclareceu que tem recebido várias reclamações dos moradores sobre a morosidade na resolução dos problemas que mais os têm atormentado. A Odebretch é a empresa responsável pela requalificação dos troços em referência e vai reabilitar ainda as vias Gil Vicente e a Guerra Junqueiro. "Com ou sem as chuvas, haverá trabalho, pois precisamos resolver os problemas de saneamento básico das vias. Com esta chuva que se tem abatido sobre Luanda, nos últimos dias, não temos como parar as obras", avançou. De referir que ao nível da administração foram feitas várias reuniões de rotina com os representantes das comissões de moradores de bairros para identificar as áreas com maiores problemas nesta época do ano.

### 8.3 Ministério do Ambiente multa empresas por terem violado as normas ambientais

*Jornal de Angola*

*13 De Dezembro de 2012*

O Ministério do Ambiente multou na quarta-feira, em Luanda, em milhões de kwanzas, as empresas de saneamento básico Recolix, Kiaxi Wast, Rangel e Vista Waste por incumprimento do decreto presidencial sobre a gestão de resíduos e normas ambientais. A multa foi aplicada por técnicos dos Serviços de Fiscalização do Ministério do Ambiente que passaram, na quarta-feira, por cinco das 20 empresas de limpeza e saneamento sedeadas em Luanda, em que constatarem contínuas falhas que põem em risco a saúde pública devido à contaminação das águas e do solo. A equipa de fiscais, liderada pelo inspector-adjunto dos Serviços de Fiscalização, Kayosso Cunha, notificou e aplicou uma multa de 10 milhões de kwanzas à empresa Recolix e cinco milhões à Rangel, Vista Waste e Kiaxi Wast. As multas, de acordo com o inspector, devem ser pagas num período de 15 dias e, em caso de incumprimento, o Ministério do Ambiente vai recorrer ao tribunal. "Essas empresas têm estado a contaminar o solo e a água, não possuem locais próprios para o depósito do lixo. Algumas, além de contaminarem o solo e a água, não apresentam condições adequadas de trabalho nas suas infra-estruturas", disse Kayosso Cunha, que revelou haver também empresas de limpeza e saneamento básico que não possuem licença ambiental. O responsável garantiu que o trabalho de fiscalização vai ser extensivo a todas as empresas de saneamento básico

que operam em Luanda. Kayosso Cunha criticou a atitude de algumas empresas de saneamento básico que, embora recebam dinheiro do Estado, não fazem o seu trabalho como deve ser, sobretudo em Luanda, onde certas áreas de depósito estão em más condições, colocando a saúde dos cidadãos em risco. "Para pôr ordem no sistema de saneamento da cidade de Luanda, acções de fiscalização e aplicação de multas vão continuar", garantiu o funcionário do Ministério do Ambiente. Das empresas visitadas quarta-feira, pela equipa dos Serviços de Fiscalização, a única que passou no teste foi a Envirobac, embora tivesse recebido algumas advertências para melhorar o trabalho que volta a ser fiscalizado em Janeiro do próximo ano.

## 8.4 Toma lá lixo e dá cá o dinheiro

*O País*

*14 De Dezembro 2012*

As operadoras de limpeza que actuam na cidade de Luanda começaram a receber esta semana os pagamentos referentes a alguns meses de trabalho que efectuaram na cidade capital. A informação avançada inicialmente por uma fonte deste jornal foi confirmada à comunicação social pelo coordenador da Comissão de Gestão da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (Elisal), Lúcio Martins. Os últimos pagamentos recebidos pelas operadoras de limpeza, segundo informações apuradas por O País, ocorreram em Julho do presente ano, concretamente há sensivelmente cinco meses. Mas, Lúcio Martins garantiu esta semana que o atraso registou-se "por razões alheias", o que fez com que "houvesse alguns acumulados". "Vamos resolver primeiro o problema dos acumulados, para que depois entremos numa regularidade de limpeza diária e especial para o período que vamos viver", disse ainda o responsável. Os atrasos verificados nos pagamentos dos meses de Agosto, Setembro e Outubro fizeram com que algumas empresas do ramo trabalhassem a meio gás, resultando disto enormes quantidades de lixo que já se acumulam em algumas parcelas da cidade capital. "A última vez que muitas delas receberam dinheiro proveniente do Governo Provincial de Luanda foi em Julho último", contou um empresário. Muitas empresas ficaram com as frotas e o pessoal estacionado no terreno. Uma situação que se poderia agravar nesta altura do ano em que o pico de produção de lixo, por causa da quadra festiva atinge quantidades consideráveis. O País apurou que empresas como a Vista, Envirobac, Solisac, Kiaxi Waste e outras estavam, até esta semana, a realizar os seus trabalhos de forma intermitente, ao passo que outras terão mesmo encerrado temporariamente as portas. Consta que a Vista terá parado dois dias, igual

período que se terá verificado em relação à Solisac. A situação mais grave observou-se na Kiaxi Waste, uma das maiores operadoras do sector, com cerca de 700 trabalhadores, que nos últimos dias esteve paralisada. Já os funcionários da Envirobac pensavam recorrer nos últimos dias aos escritórios da TV Zimbo para denunciarem alguns incumprimentos que estão a ocorrer na empresa. Mas que também eram resultado da falta de pagamentos do próprio Governo Provincial de Luanda. "As contas das empresas de limpeza têm sido regularizadas aos poucos. Nunca houve um único pagamento a 100 por cento", contou outro empresário do ramo. Dívida histórica No final do ano passado tinha sido criado um grupo de trabalho por despacho presidencial, coordenado pelo ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, que tinha como atribuição criar condições para a liquidação de 30 ou 40 por cento da dívida até ao final do ano. O referido grupo devia analisar o sistema de fiscalização da execução de cada contrato envolvendo as administrações municipais, sistema de pagamento das operadoras e emulação entre empresas e municípios. O ministro das Finanças foi coadjuvado pela secretaria de Estado do Tesouro, o vice-ministro da Administração do Território para os Órgãos da Administração Local, Cernildo Paca, e o então vice-governador de Luanda, Miguel Catraio. Na altura em que Bento Bento foi nomeado governador da província de Luanda, esta instituição devia cerca de 90 milhões de dólares às empresas de limpeza. Apesar das promessas feitas num encontro com estas, a dívida abrange a maioria das firmas que actuam em Luanda. Entre as principais empresas de limpeza constam a Soproenge (que actua na área 1, no Kilamba Kiaxi), Rangol (área H 1, no Sambízanga), Triambiente (B, Rangell), Kiaxi Waste (E 2, Kilamba Kiaxi), ERSol (L 2, Samba), Vista Waste (U, Samba, Ilha de Luanda, Av. Van-Dúnem "Loy", Deolinda Rodrigues e Brasil). Acredita-se que a dívida abranja igualmente operadoras como a Zoomilion (D3, Cazenga), SGO (oi, Viana), Envirobac (C, Maianga), Mesan Cleaning (FI, Cacucaco), Solisac (D2, Cazenga), Engevia (m, Cazenga), Ecoenge (H2, Sambízanga) e a Solimpel (D2, Viana). "Mesmo assim têm entrado outras empresas", contou um empresário que esteve presente no encontro desta semana entre as empresas de limpeza e o Ministério do Ambiente.

### Multa antes do pagamento

As empresas de saneamento Recolix, Kiaxi Waste, Rangol e Vista Waste receberam ontem, quinta-feira, multas entre os cinco milhões a 10 milhões de Kwanzas aplicadas pelo Ministério do Ambiente, por desrespeito ao Decreto Presidencial em vigor sobre gestão de resíduos e as normas ambientais, depois das várias advertências e sensibilizações feitas. Técnicos

de fiscalização do Ministério do Ambiente passaram de empresa em empresa, onde puderam constatar contínuas "falhas" previamente registadas, sendo que algumas perigam a saúde pública, contaminação das águas e do solo. A equipa de trabalho encabeçada pelo inspector-adjunto dos serviços de fiscalização do Ministério do Ambiente' Kayosso Cunha, notificou e aplicou uma multa de 10 milhões de kwanzas à empresa Recolix, enquanto a Rangol, Vista Waste e Kiaxi Wast terão de pagar cinco milhões de kwanzas cada. As multas aplicadas, de acordo com o inspector, deverão ser pagas num período de 15 dias, e em caso de incumprimento recorrer-se-á aos tribunais, órgãos competentes que, além de lhes acrescer a multa, caso venham a falhar com o veredicto do tribunal, serão obrigadas a suspender a sua actividade até estabelecerem a legalidade. "Essas empresas têm estado a contaminar o solo, não possuem locais próprios para o depósito do lixo, muitas nem sequer trataram da licença ambiental, outras, para além de contaminarem o solo e a água, não apresentam condições adequadas de trabalho nas suas infra-estruturas", justificou o inspector. A equipa de trabalho vai continuar com as averiguações em outras empresas de saneamento que operam na cidade de Luanda, num total de 20 de direito angolano mas, na sua maioria, dirigidas por cidadãos estrangeiros, como portugueses. Ainda de acordo com Kayosso Cunha, em declarações à Angop, no decorrer dos trabalhos, muitas são as empresas que, mesmo o Estado pagando para este trabalho, não têm feito o seu trabalho como é devido, sobretudo na capital dos pais, onde muitas delas tomam certas áreas de depósito em péssimas condições, colocando a saúde dos cidadãos em risco. Assim, para "pôr" ordem no sistema de saneamento da cidade de Luanda, acções do género vão tinar caso se continuem a registar os mesmos casos. Estas foram as primeiras notificações e multas aplicadas pelo Ministério do Ambiente, cujos montantes vão para os cofres do Estado angolano. "Pedimos às empresas no sentido de cumprirem com o que está legislado para que não corram riscos de género. O que queremos é um ambiente sadio para todos, assim como a protecção do próprio ambiente", solicitou Kayosso Cunha. Entre as empresas de saneamento visitadas, a Envirobac mostrou o seu bom exemplo em termo de saneamento' mesmo não estando isenta de algumas advertências, que deverão ser revistas até Janeiro de 2013.

## 8.5 Carta aberta ao governador de Luanda

*Angolense*

*14 De dezembro de 2012*

Cordiais Saudações

Antes de mais gostaríamos saudar vossa excelência e sua equipa de trabalho. Somos moradores do município de Viana, Km-9B, na zona do "Papa Simão". Sabemos que vossa excelência, senhor governador defendeu em tempos a necessidade por uma Luanda mais limpa e, sobretudo, empresas sérias e as que não prestassem um bom serviço seriam afastadas. Esta é a doença que carregamos de um tempo a esta parte, ou seja, para situar melhor o nosso problema, residimos propriamente por detrás do quintão do Embaixador Ambrósio Lucoki, nesta zona do Papa Simão, aliás, o próprio Embaixador tem sido vítima desta empresa. Excelência, esta empresa ao invés de retirar tão-somente o lixo também leva consigo terra talvez para facturar mais junto da ELISAL ou do Governo. Ao invés de colocar contentores porque a zona é bastante crítica em lixo, particularmente, a rua que separa a quinta do embaixador e outras residências (esta rua liga até ao centro emissor da Rádio Nacional passando pelo colégio Além Mar). Como dizíamos, antes esta rua era transitável mas hoje a circulação faz-se de forma deficitária - a rua foi engolida pelo lixo. A rua era plana, sem buraco mas hoje a empresa encarregue de retirar os resíduos sólidos (a Engevia) vem quando quer. Resultado: o lixo invade a rua e o que é mais grave também escava a rua, levando deste modo o lixo e terra juntamente. Por causa deste péssimo trabalho, a rua se transformou em lagoa produzindo moscas, mosquitos e o mau cheiro principalmente, nesta época chuvosa. A nossa saúde está em risco, senhor governador. Esta empresa deve ser responsabilizada, porque parte das paredes da quinta do Embaixador já caíram e continuarão a cair se algo não for feito. Os carros da ELISAL também passam por aí mas ninguém se preocupa em remover o lixo. Recentemente, um vizinho e pessoas ligadas ao embaixador compraram entulho para se acabar com o rio que a empresa Enjovia criou, porque ela não aceita colocar contentores, o entulho como dizíamos é levado cada vez que esta empresa decide retirar o lixo. Queremos ver a rua livre de lixo em toda sua extensão e na pior das hipóteses que se coloquem contentores. Ao invés de resolver o problema de lixo, a Engevia é um problema para nós, senhor governador. Queremos que se abra um inquérito sobre esta empresa, porque os factos falam por si, porque se há empresa que deve ser punida é a Engevia, que parece ter pouca experiência

neste ramo. Ajude-nos, senhor governador! Os moradores

## 8.6 Cortes de energia diminuem em Luanda

*Jornal de Angola*  
14 De Dezembro de 2012

Albufeiras estão a atingir o nível desejado e fazem aumentar a o chefe do gabinete de comunicação e imagem da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL), Carlos Gil, disse ontem em Luanda, que existe uma diminuição significativa nos cortes de energia em Luanda. A subida do nível da água na albufeira de Cambambe fez com que fosse possível aumentar a produção de energia e diminuir as restrições aos clientes em algumas zonas da cidade de Luanda.

Acrescentou que a albufeira ainda não atingiu os níveis de água desejados para que tudo volte à normalidade. "Podemos dizer que melhorou o fornecimento da energia eléctrica aos nossos clientes de forma significativa em várias nas áreas da cidade", frisou o chefe do gabinete de comunicação e imagem da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda. Carlos Gil informou que as restrições nada tinham a ver com a produção de energia no sistema térmico, mas sim no sistema hídrico. Os clientes servidos pelo sistema hídrico sofreram as restrições, porque as zonas sob jurisdição da Empresa de Distribuição de Energia que dependem dos sistemas térmicos têm o fornecimento da energia normal. "É claro que ainda há áreas onde vão existir interrupções mas isso tem a ver com avarias na rede. Essas devem ser notificadas através do nosso serviço de atendimento ao público, que os consumidores podem contactar através dos nossos números telefónicos", esclareceu Carlos Gil. Para melhor atender os consumidores durante o período das festas, a EDEL reforçou o número dos técnicos para atenderem às anomalias que possam surgir na rede eléctrica. O chefe do gabinete de comunicação e imagem da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda, afirmou que foram criadas brigadas especiais para reforçar as equipas de trabalho. Esses técnicos vão ser uma mas valia pelo facto de prestarem um serviço permanente, mesmo nos feriados e fins-de-semana. "Até agora os nossos operacionais só realizavam trabalho diurno mas com a entrada deste novo pessoal os serviços nocturnos vão ser atendidos prontamente", garantiu.

Alertas vão continuar

A Empresa de Distribuição de Energia de Luanda garante que vai continuar a alertar para os riscos de cortes de energia provocados por empresas de construção civil ou de recolha de resíduos sólidos. Em notas de esclarecimento que tem tornado públicas e em declarações à imprensa, os técnicos da EDEL não se têm inibido de exortar as empresas que efectuem obras na via pública a solicitarem os seus préstimos para obter informações sobre o cadastro da rede. O chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem da empresa pública de distribuição de energia à capital refere que, de uma forma geral, não tem sido prática, mas reconhece a existência de empresas que consultam os cadastros e inclusive recebem acompanhamento de técnicos a EDEL. "Sempre que solicitado, temos dado o nosso contributo, até porque é do nosso interesse evitar danos nas instalações", disse.

## 8.7 Operadoras de lixo com contas

*Agora*  
15 Dezembro de 2012

O Governo Provincial de Luanda já começou a efectuar o pagamento de atrasados às operadoras de recolha de lixo e saneamento básico. A informação foi confirmada esta semana pelo coordenador da comissão de gestão da Elisal, Lúcio Martins. "Por razões alheias verificaram-se atrasos no processo das verbas para o pagamento do sistema de limpeza, isso fez com que houvesse alguns acumulados, vamos resolver primeiro o problema dos acumulados, para que depois entremos numa regularidade de limpeza diária e especial para o período que vamos viver", disse. Segundo ainda o responsável, para que a cidade ficasse limpa, houve o empenho do Executivo Central e do Governador de Luanda que conseguiram desbloquear as verbas, parte das quais já está em posse da Elisal. NovosPT Entretanto, catorze postos de transformação de energia eléctrica, vulgo PT, vão entrar em funcionamento brevemente na capital do país. A informação foi prestada quarta-feira, 12/12, pelo director provincial da comunicação social, Carlos Gonçalves, na última reunião extraordinária do governo provincial de Luanda. "Dos catorze referenciados destacam-se os dois postos do Rangel, que estão já cem por cento recuperados e que deverão estar em funcionamento o mais rapidamente possível, destacam-se ainda dois em Belas, três em Cacucaco e três no Cazengo com a sua execução em mais de 80 por cento concluída e com cem por cento da execução financeira já cumprida", esclareceu.

## 8.8 Recolha de lixo com mais turnos

*Jornal de Angola*  
20 De Dezembro de 2012

A empresa de recolha de resíduos sólidos responsável pela limpeza do distrito urbano da Maianga, Luanda, criou um turno de trabalho específico para a actual época de festas, disse à Angop o seu director de operações. O novo turno, afirmou, funciona entre as 16h00 e as 20h00 e o seguinte até às 7h00 "para manter os níveis de limpeza aceitáveis". Joaquim Nandela referiu, na ocasião, que também que há equipas permanentes nos mercados, estabelecimentos comerciais, valas de drenagem e paragens de táxis para a recolha dos resíduos sólidos ser mais rápida.

## 8.9 Ministério do Ambiente

*Continente*  
21 De Dezembro 2012

Foi com todo agrado que os cidadãos de Luanda receberam a notícia que empresas de limpeza foram multadas por mau manuseamento dos resíduos sólidos em todos recantos da cidade e periferia, pois o modo como elas trabalham é tão tradicional que colocam em causa a saúde dos seus funcionários e de uma forma geral o ambiente circundante, pois fazem dos carros que transportam lixo, o próprio lixo, porque na via pública não é possível um automóvel segui-los. Agora a entidade que as tutela, deveria apanhar o embalo para, também exigir que na periferia recolham as sucatas que parecem flores nas lixeiras, o que elas se negam fazer, porque alegam ser responsabilidade doutros organismos. Logo há uma pergunta que necessita resposta: As sukatas nas lixeiras não fazem parte do pacote de recolha?

## 8.10 GPL só paga metade da dívida do lixo

*O País*  
21 De Dezembro 2012

O Governo Provincial de Luanda, através da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), efectuou apenas o pagamento de metade das dívidas contraídas às firmas que tratam da limpeza da cidade capital. De acordo com informações apuradas por este jornal, a comissão de Gestão da Elisal, coordenada por Lúcio de Amaral, pagou nas duas últimas semanas apenas facturas referentes aos meses de Julho, Agosto e parte do mês de Setembro de 2012. Lúcio Martin disse na semana passada que as dívidas ocorreram por "razões alheias, o que fez com que houvesse os acumulados". Já sob o fecho desta

edição, O País apurou que o pagamento só teve lugar graças ao esforço empreendido pela própria equipa de Bento Bento. Apesar de supotamente ainda não terem recebido da parte do Ministério das Finanças, recorreu-se a outras fontes dentro do próprio Governo Provincial de Luanda para se honrar este compromisso que já se arrasta há algum tempo. "Podemos mesmo dizer que ele (Bento Bento) estará com as pernas cortadas, à semelhança de outros gestores orçamentais", contou uma fonte deste jornal. Até à última reunião ocorrida na semana passada, em que várias empresas de limpeza da cidade capital haviam sido multadas pelo Ministério do Ambiente, muitas delas não tinham ainda recebido os pagamentos referentes aos meses de Julho e Novembro deste ano. O pelouro encabeçado por Fátima Jardim multou as empresas Recolix, Kiaxi Waste, Rangol e Vista com valores entre os cinco a 10 milhões de Kwanzas, por desrespeito ao Decreto Presidencial em vigor sobre a gestão de resíduos e as normas ambientais, depois de várias advertências e sensibilizações. As multas resultaram das contínuas falhas previamente registadas, sendo que algumas perigam a saúde pública, contaminação das águas e do solo. Um dos multados, que finalmente recebeu parte do pagamento, contou a este jornal que os representantes do Governo Provincial de Luanda prometeram pagar o resto dos valores, que compreende parte de Setembro e os meses de Outubro e Novembro até ao final do ano em curso.

"Vamos esperar porque já aguardamos por muito tempo", contou a fonte, alertando que "não se sabe se alguns receberam a totalidade dos pagamentos, porque desta vez houve muito secretismo até mesmo entre nós os responsáveis e proprietários das empresas. Talvez para que a informação não chegasse aos vossos ouvidos, mas acredito que no geral ninguém recebeu tudo". O referido pagamento, segundo apurámos, permitiu que algumas das principais empresas de limpeza retomassem as suas actividades nesta época em que se atinge o pico na produção de lixo na cidade capital. O regresso aconteceu também depois de honrarem os compromissos salariais com os seus trabalhadores, tendo em conta que algumas delas encontravam-se já com alguns meses atrasados por falta de pagamentos do Governo Provincial de Luanda. Os últimos pagamentos aconteceram em Junho deste ano, razão pela qual tinham ficado com as frotas e o pessoal estacionado nos seus estaleiros. Até na última semana, de acordo com informações avançadas por este semanário, empresas como a Vista, Envirobac, Solisac e Kiaxi Waste realizavam os seus trabalhos de forma intermitente, ao passo que outras tinham mesmo paralisado, por completo, as suas actividades. À semelhança dos anos anteriores, o Governo Provincial de Luanda nunca honrou na totalidade os



compromissos que tem com as empresas de limpeza. Este facto fez com que no final do ano passado o Presidente da República constituísse um grupo de trabalho coordenado pelo ministro das Finanças' Carlos Alberto Lopes, que tinha como atribuição criar condições para a liquidação de 30 ou 40 por cento da dívida até ao final de 2011. O grupo integrava igualmente a secretária de Estado do Tesouro, o vice-ministro da Administração do Território para os Órgãos da Administração Local, Cremildo Paca, e o então vice-governador de Luanda, Miguel Catraio. Quando chegou ao Governo Provincial de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento herdou uma dívida de cerca de 90 milhões de dólares norte-americanos para com as empresas de limpeza. Actuam em Luanda as empresas Soproenge, Kiaxi Waste, Rangol, Triambiente, VISTA Waste, Zoomillion, SGO, Envirobac, Mesan Cleaning, Solisac, Engevia, Ecoenge, Solimpel, entre outras.

### 8.11 Lixo no Cazenga pode levar ao encerramento de armazéns

*Agora*

*22 De Dezembro de 2012*

O Administrador Municipal do Cazenga, Victor Narciso, disse esta quinta-feira, que a falta de colaboração dos comerciantes nas acções de limpeza e saneamento básico pode levar ao encerramento dos armazéns no Hoji ya Henda nos próximos dias. Falando à imprensa no final da visita aos estabelecimentos comerciais da comuna do Hoji ya Henda, o responsável mostrou-se descontente pela falta de cooperação dos comerciantes na limpeza do saneamento básico e proibição dos vendedores ambulantes na zona onde funcionam. Tany Narciso disse que na rua do Funchal e arredores existe água e lixo, porque os comerciantes continuam a facilitar os vendedores ambulantes na comercialização dos produtos defronte aos armazéns. De acordo com o edil do Sambizanga, em função disso, os comerciantes que não colaborarem na limpeza nem na preservação da boa imagem da zona serão penalizados, incluindo mesmo o encerramento do seu negócio. "Vamos encerrar os armazéns e só serão abertas quando entenderem participar e acabar com o lixo e tornar a área limpa", alertou "Tany" Narciso. A venda ambulante nos passeios e ruas prejudica a livre circulação de viaturas e peões.

### 8.12 Nunca se falou tanto em energia

*Folha 8*

*22 De Dezembro de 2012*

No dia 10 de Dezembro, finalmente apercebi-me que era o dia do MPLA. De manhã até a noite, a notícia só foi energia e águas e as potencialidades das barragens e outras maquinas, um projecto que seguramente nos arrasta com muito blá-blá, até as vésperas de 2017 e só em plena campanha eleitoral, será inaugurado. Como o meu povo é tapanho, de manhã até a noite como eu, com a diferença de eu não admitir o termo burro, lá vamos mais uma vez aplaudir e votar "o MPLA é Capaz". As barragens de Kapanda, de não sei mais o quê, finalmente são gigantes adormecidos que têm a capacidade de alimentar em energia todo o mundo, ou seja os 20 milhões que parecemos ser. O que faltou afinal? - Nada. Apenas o prazer de fazer sofrer. A CASA-CE através da sua bancada parlamentar havia interpelado ou melhor solicitado a presença do Ministro do Pelouro para os devidos esclarecimentos, bem como tinha solicitado uma visita de inspecção no gozo das prerrogativas que cabem aos deputados. Uma rejeição peremptória, foi feita, espécie de: calem as vossas bocas, quem manda em Angola somos nós, o glorioso MPLA. Hoje quase em todo o lado, se acendem as lâmpadas e as crianças já não assustam o pai que antigamente assustado com o flagelo da luz, acompanhava a filhote no célebre grito "LUGI". O MPLA exibiu imagens de visitas guiadas aos locais supostos de produzir energia para toda a gente. Ao invés de permitir a visita dos deputados da CASA-CE, como solicitado, respondem andando, ou seja apresentando o trabalho que está a ser mal feito só porque não querem dar o braço a torcer pela máfia de todos os tempos. Estamos no fim do ano e deixemo-nos por aqui pois o tempo do balanço vai xegando, hoje e amanhã.

### 8.13 Bento Bento considera positivo trabalho das operadoras do lixo

*Jornal de Angola*

*27 De Dezembro de 2012*

Governador de Luanda realizou encontro com empresas do ramo o governador de Luanda, Bento Bento, considerou, ontem, positivo o trabalho realizado pelas operadoras de limpeza. "O balanço do trabalho realizado pelas operadoras de limpeza, nestes últimos dias, é positivo, os municípios e distritos que compõem a província de Luanda, apresentaram-se limpas, a limpeza foi eficiente", disse. Bento Bento fez esta declaração à imprensa depois de ter mantido um encontro com os

responsáveis das 14 empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos, nas instalações da Elisal, num momento em que se produz muito lixo na capital, devido à quadra festiva. Bento Bento reconheceu que houve algumas deficiências, mas considerou que de um modo geral as operadoras tiveram um desempenho acima da média e "aproveito o facto para felicitar todas as operadoras", acrescentou. Bento Bento anunciou que nos próximos dias, as operadoras vão trabalhar num novo modelo de recolha de lixo: "cada operadora trabalha em zonas territoriais mais pequenas, em vez de trabalhar em zonas muito grandes, porque acaba por realizar um trabalho com deficiência". Quanto ao pagamento da dívida às operadoras, frisou o governador, "o Ministério das Finanças está a trabalhar para pagar, porque se deve a uma falha que ocorreu nos serviços". Antes do encontro, Bento Bento visitou as instalações da Elisal, passou pela área administrativa, a oficina de carros e o posto médico.

Nos últimos anos, o desenvolvimento e a adopção de um modelo económico baseado na produção e consumo em grande escala no país deu origem a um aumento considerável da quantidade de lixo que fazemos, sobretudo em Luanda. Em cada dia que passa, os luandenses produzem mais lixo, tanto em casa como fora dela. Um lixo que tem consequências para a saúde pública, mas podia gerar riqueza se fosse reciclado. Até lá, tem como destino final o Aterro Sanitário de Luanda, um local que passa despercebido e que muitos supõem tratar-se apenas de uma "lixreira grande". Projectado para trabalhar 23 anos, tem 200 hectares de terra, dos quais 15 já foram utilizados. O tempo de vida previsto por altura da sua criação, há cinco anos, foi calculado com base numa estimativa de deposição diária de 2.500 toneladas de lixo. No entanto, com o decorrer do tempo de exploração, a quantidade de resíduos foi aumentando muito mais do que o previsto e ronda, actualmente, as 6.500 toneladas. Se esta tendência se mantiver, tempo de vida útil do aterro corre risco de ficar reduzido a 15 anos.

## 8.14 Operadoras de Luanda garantem saneamento básico condigno

*Novo Jornal*

*28 De dezembro de 2012*

EM CADA MUNICÍPIO e distrito de Luanda encontram-se distribuídas as várias empresas que compõem o mosaico de instituições que garantem a recolha de lixo, à semelhança do que acontece nos anos anteriores. O relógio registava 9h00 da manhã quando a nossa reportagem decidiu efectuar uma ronda pela cidade de Luanda - periferia e zonas

urbanas - para constatar in loco a situação de saneamento básico. O objectivo principal desta campanha é reduzir a concentração de resíduos sólidos produzidos pela população e vendedores ambulantes, antes durante e depois da época festiva. O nosso giro começou na Rotunda da Boavista, no distrito urbano de Mara Baptista, administradora do Sambizanga, onde observámos a presença dos "homens da vassoura" com um traje amarelo e vermelho, entre baldes, contentores e pás a garantir uma época de Natal sem lixo. Trata-se dos trabalhadores da Rangol- empresa de recolha de resíduos nesta jurisdição. A temperatura que a cidade luandina registava durante as primeiras horas desta terça-feira era alta, convidando a procurar sombras para descansar o corpo, mas mesmo assim os trabalhadores não abrandaram para oferecer um ar fresco e saudável aos se encontravam naquela zona. A jornada de campo começou às 6h00 da manhã e culminou às 13h00. Notou-se, por um lado, o crescimento da cultura de deposição de resíduos sólidos nos locais próprios por parte da população e, por outro, apanhámos em flagrante uma moradora a depositar os resíduos no chão, bem ao lado do contentor de lixo, quando está em curso uma campanha de sensibilização dos luandenses para porem fim a estas práticas, que acabam por ter impacto negativo em todos os cidadãos. Só no distrito do Sambizanga, foram mobilizados cerca de 350 homens para garantir a limpeza da área. Carros e pessoal de manutenção, electricistas, mecânicos, tractores, compactadores e pneus de socorros e um camião de combustível fizeram ainda parte do dispositivo mobilizado para garantir uma cidade limpa.

### NATAL MAIS EMPOBRECIDO

O director geral da Rangol disse que este ano a concentração de resíduos sólidos nas ruas não foi violento, devido às várias campanhas de sensibilização que têm vindo a realizar para consciencializar a população a depositar o lixo nos locais e horários próprios. João Montez referiu que as pessoas continuam com a mesma atitude em despejar o lixo ao lado do contentor, quando o mesmo ainda se encontra vazio e, muitas vezes, misturam o lixo normal com entulho, dando assim muito trabalho aos seus homens. Relativamente à educação da população, o responsável salientou que há muito a fazer no sentido de sensibilizar os jovens e adultos. "Estamos a trabalhar para dar maior dignidade aos luandenses sem dificuldade. Se existisse um pouco mais de colaboração entre as empresas de recolha e a população em geral, não teríamos tanto trabalho como o que temos vindo a enfrentar. A produção de resíduos sólidos nesta altura' é três vezes superior ao

que é produzido em períodos normais", frisou, acrescentando que esta época natalícia parece ser mais pobre, pois a cidade encontra-se com menos lixo, quando comparado com anos anteriores. De acordo com aquele director geral, a área mais crítica é a zona do S. Paulo, pois de maneira emergente e para complementar o trabalho de recolha normal a empresa teve de reforçar o pessoal devido ao número elevado de casas comerciais e à concentração de vendedores ambulantes. João Montez apelou igualmente à população a colaborar na deposição do lixo em locais e horários próprios para facilitar o trabalho de quem tem a tarefa de garantir a limpeza pública. As principais áreas de acção foram e continuarão a ser a Avenida Brasil, Combatentes, Alameda, Cônego Manuel das Neves, Ndunduma, Miramar, Comandante Valódia e, nas zonas periféricas, o ex-Roque Santeiro e a Rotunda da Boavista.

### 8.15 Prestação de serviços de operadoras de lixo falha no período de Natal

*O País*

*28 De Dezembro de 2012*

A prestação de serviços de recolha de lixo por parte de algumas empresas contratadas pelo Governo de Luanda decaiu de forma considerável em comparação com o período da quadra festiva dos anos passados, considerou esta semana o secretário geral da Rede Ambiental Maiombe, Rafael Neto. Em entrevista à Angop, no quadro da campanha "Natal Ecológico" lançada recentemente pelo Ministério do Ambiente, Rafael Neto lamentou o facto de se notar diversos amontoados de lixo, sobretudo em áreas onde há muito não se registava tanto resíduo. Sem apontar o dedo, adiantou que tal facto se deve ao atraso salarial em algumas empresas de saneamento e recolha de lixo, além da insuficiência de mais meios de trabalho. "Acredito que tal situação já está ser ultrapassada e a questão da recolha devida dos resíduos só poderá estar concertada nos finais de Janeiro de 2013", considerou o ambientalista. Mesmo com as deficiências registadas, enalteceu o empenho dos trabalhadores de certas empresas que saíram as ruas em pleno dia de natal, para a redução dos focos de lixo das principais artérias da cidade de Luanda e arredores. Envolvidos na campanha "Natal Ecológico", que vai decorrer até os primeiros dias do mês de Janeiro de 2013, em parceria com o Ministério do Ambiente, trabalharam ontem, quinta-feira, 27, no município de Cacucaco, onde será também feita a demonstração de recolha selectiva dos resíduos. Para esta actividade, de acordo, com

Rafael Neto, foram mobilizados 200 jovens de diversas associações ambientais e da sociedade civil local, que em conjunto vão empenhar-se na sensibilização da população no que diz respeito a recolha e deposição de lixo, Actividades de género decorreram nos municípios de Cazenga, no Kilamba Kixi, na centralidade do Kilamba, Nova Vida, Zango e no Largo da Família. De referir que a Rede Ambiental Maiombe destacou uma brigada de 50 jovens na Ilha de Mussulo, onde, com o apoio da sua administração comunal e da empresa de recolha de lixo "Elísal", operam na manutenção das praias e não só. Desta feita, Rafael Neto solicitou uma maior colaboração da população no sentido de facilitarem o trabalho de recolha, assim como fiscalização por parte dos especialistas do Ministério.

### 8.16 Qualidade do serviço de recolha de lixo diminuiu durante a celebração do Natal

*Jornal de Angola*

*29 De Dezembro de 2012*

Campanha ambiental continua em execução na cidade de Luanda

A prestação de serviço das empresas de recolha de lixo em Luanda durante o Natal decaiu em comparação com anos anteriores, disse à Angop o secretário-geral da rede ambiental Maiombe. Rafael Neto, ouvido por aquela agência de notícias sobre a campanha "Natal Ecológico" promovida pelo Ministério do Ambiente em parceria com a Rede Maiombe, lamentou "os amontoados de lixo, sobretudo em áreas onde há muito não se registava tanto resíduo sólido". O ecologista admitiu que a situação se deva a atrasos salariais que, referiu, se verificam em algumas empresas de saneamento e recolha de lixo e "à insuficiência de meios de trabalho". O dirigente da Maiombe afirmou que pensa que a situação dos salários em atraso já está ultrapassada e que "a recolha dos resíduos vai ser mais eficiente no final Janeiro". Apesar das deficiências registadas na recolha de lixo em Luanda, enalteceu "o empenho dos trabalhadores de certas empresas" que trabalharam no dia de Natal "nas principais artérias da cidade e arredores". No âmbito do "Natal Ecológico", que termina na primeira semana de Janeiro, foi feita no Cacucaco uma demonstração de recolha selectiva de resíduos sólidos, na qual participaram 200 jovens do município, alguns deles pertencentes a associações ambientais. Actividades do género decorreram nos municípios de Cazenga e Kilamba Kixi, nas centralidades do Kilamba e Nova Vida, no bairro

social Zango e no Largo da Família. Uma brigada de 50 jovens da Maiombe, com o apoio da administração comunal e da empresa de recolha de lixo Elisal, fazem no Mussulo trabalhos de manutenção das praias. Cerca de 500 toneladas de lixo são produzidas diariamente no município do Cazenga, Luanda, disse à imprensa a chefe do Departamento de Gestão do Ministério do Ambiente. Joana Bernardo salientou a importância das pessoas refletirem sobre os perigos que o lixo representa para a saúde pública, principalmente nas zonas de maior produção de resíduos sólidos. O lixo, advertiu, mata e não se deve conviver com ele. Falar do lixo, referiu, é falar também de águas residuais, de onde advêm doenças que afectam a saúde das pessoas. Joana Bernardo pediu aos parceiros sociais que sensibilizem os munícipes sobre os perigos do mau acondicionamento do lixo, principalmente nesta época festiva, em que a sua produção é maior.

fiscalização vai ser extensivo a todas as empresas de saneamento básico que operam em Luanda. Kayosso Cunha criticou a atitude de algumas empresas de saneamento básico que, embora recebam dinheiro do Estado, não fazem o seu trabalho como deve ser, sobretudo em Luanda, onde certas áreas de depósito estão em más condições, colocando a saúde dos cidadãos em risco. "Para pôr ordem no sistema de saneamento da cidade de Luanda, acções de fiscalização e aplicação de multas vão continuar", garantiu o funcionário do Ministério do Ambiente. Das empresas visitadas quarta-feira, pela equipa dos Serviços de Fiscalização, a única que passou no teste foi a Envirobac, embora tivesse recebido algumas advertências para melhorar o trabalho que volta a ser fiscalizado em Janeiro do próximo ano.

### **8.17 Ministério do Ambiente multa empresas por terem violado as normas ambientais**

*Jornal de Angola*

*13 De Dezembro de 2012*

Inspectores fazem vistoria às unidades de limpeza e saneamento básico O Ministério do Ambiente multou na quarta-feira, em Luanda, em milhões de kwanzas, as em- presas de saneamento básico Recolix, Kiaxi Wast, Rangol e Vista Waste por incumprimento do decreto presidencial sobre a gestão de resíduos e normas ambientais. A multa foi aplicada por técnicos dos Serviços de Fiscalização do Ministério do Ambiente que passaram, na quarta-feira, por cinco das 20 empresas de limpeza e saneamento sedeadas em Luanda, em que constataram contínuas falhas que põem em risco a saúde pública devido à contaminação das águas e do solo. A equipa de fiscais, liderada pelo inspector-adjunto dos Serviços de Fiscalização, Kayosso Cunha, notificou e aplicou uma multa de 10 milhões de kwanzas à empresa Recolix e cinco milhões à Rangol, Vista Waste e Kiaxi Wast. As multas, de acordo com o inspector, devem ser pagas num período de 15 dias e, em caso de incumprimento, o Ministério do Ambiente vai recorrer ao tribunal. "Essas empresas têm estado a contaminar o solo e a água, não possuem locais próprios para o depósito do lixo. Algumas, além de contaminarem o solo e a água, não apresentam condições adequadas de trabalho nas suas infra-estruturas", disse Kayosso Cunha, que revelou haver também empresas de limpeza e saneamento básico que não possuem licença ambiental. O responsável garantiu que o trabalho de

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Deputada pede maior divulgação da lei contra violência doméstica

*O Independente*

*08 De Dezembro de 2012*

A deputada Amélia Calumbo Quintas lança um repto aos órgãos de comunicação social para que divulguem mais a lei contra a violência doméstica, denunciando os comportamentos que afectam a sociedade. A parlamentar considera que os casos de violência doméstica têm vindo a aumentar de forma assustadora, destruindo milhares de famílias no país. Amélia Calumbo aponta a existência de comportamentos de falta de respeito que se regista entre adultos e crianças nos chafarizes, nas manivelas, pontos de água, lojas, cantinas e outros locais públicos. Essas faltas de respeito, afirma, são motivadas pela ausência de amor ao próximo e ao uso excessivo de álcool, chegando muitos casos a resultar em brigas, ferimentos e até mesmo em mortes, tendo ainda defendido a necessidade de se resgatar os valores morais e cívicos que se perderam com a guerra civil.

### 9.2 Campanha de desarmamento encerra este ano

*Jornal de Angola*

*09 de Dezembro de 2012*

O segundo comandante da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, admitiu ontem, em Luanda, que o processo de desarmamento da população civil em posse ilegal de armas de fogo pode terminar ainda este ano, quatro anos depois desde o seu início, em Maio de 2008. Mas o aumento de crimes com recurso à mão armada aconselha a que a campanha seja prolongada. "A campanha de desarmamento da população civil termina este ano, uma vez que foi concebido inicialmente para dois anos. O processo foi prorrogado para mais dois anos em 2010. Vamos avaliar se estão reunidas as condições para encerrar de facto a campanha", disse o comissário chefe Paulo de Almeida em entrevista ao Jornal de Angola.

O também coordenador da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil em Posse Ilegal de Armas disse ao Jornal de Angola que a comissão vai pronunciar-se em breve sobre a viabilidade do encerramento da campanha. Paulo de Almeida, que

considerou positivo o balanço da campanha, reconheceu que nos dois últimos anos o processo não atingiu a meta que se esperava. O comandante da Polícia disse que "razões subjectivas não permitiram que houvesse uma certa dinamização da campanha. Atingimos a cifra de quase 85 mil armas recolhidas".

O coordenador da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil em Posse Ilegal de Armas garantiu que a comissão continua a recolher armas em posse ilegal de cidadãos, na forma da entrega voluntária e na forma de recolha coerciva. "Temos registado que muitos cidadãos ainda entregam voluntariamente as suas armas. Outras armas são recolhidas nas nossas operações policiais, principalmente nas mãos da população civil, sobretudo nas mãos dos delinquentes", disse o segundo comandante da Polícia Nacional. O comandante Paulo de Almeida admitiu que os departamentos interministeriais que fazem parte da Comissão de Desarmamento da População Civil "não levaram muito em conta o espírito da campanha".

A Comissão Nacional de Desarmamento da População Civil não é um órgão da Polícia, mas em determinado momento sentimos que se atribuiu responsabilidade total à Polícia Nacional", disse. O comissário chefe da Polícia Nacional referiu que a Polícia Nacional cumpriu aquilo que lhe competia dentro do processo, mas há outras obrigações de vários sectores por serem cumpridas e isso faz com que não haja uma frente única de acção para levar avante o processo de desarmamento da população.

#### Combate ao crime

Paulo de Almeida defendeu a dinamização do processo de desarmamento da população pelo facto dos níveis actuais de criminalidade no país exigir uma outra postura: "hoje a proliferação de armas veio aumentar a criminalidade no país e isto está a preocupar a Polícia Nacional". E prosseguiu: "houve um momento em que a campanha estava dinâmica e os índices de posse de armas nas mãos dos cidadãos diminuiu. Era difícil ouvir falar de acções realizadas com recurso à mão armada. Hoje, está a voltar a situação, o que nos leva a concluir que há ainda muitas armas em posse de cidadãos ou em circuitos que a Polícia precisa determinar".

#### Voto pela manutenção

Para Paulo de Almeida, a comissão técnica entende que a campanha deve prosseguir, "porque não foram cumpridos os objectivos fundamentais", acrescentando que um dos propósitos básicos era o "desarmamento das mentes". O comandante da Polícia Nacional defendeu um trabalho "intensivo,

mobilizador e sensibilizador" no sentido despertar a consciência das pessoas para a necessidade de entregarem as armas em sua posse. O comandante disse ser "impossível ter a ideia de quantas armas estão ainda em posse ilegal dos cidadãos, o que faz com que a Polícia Nacional actue em função de estimativas". Para tal, acrescentou que a Comissão Nacional de Desarmamento da População Civil solicitou ao Centro de Estudos Estratégico para fazer sondagens para determinar o número de armas que possam ainda estar em posse ilegal dos cidadãos e as localidades com maior incidência.

#### Balanço

o balanço feito até aqui, a província de Luanda é das que mais armas recolheu, fruto da densidade populacional, informou Paulo de Almeida. O comissário chefe apelou aos cidadãos que ainda estão em posse ilegal de armas a fazerem a entrega, porque pode pôr em perigo vidas e famílias, propiciando o financiamento da criminalidade.

Em Angola, o processo de desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas de fogo começou em Maio de 2008 e compreende quatro fases: organização e sensibilização, entrega voluntária, recolha coerciva e de controlo. Actualmente, segundo a Polícia Nacional, regista-se uma coexistência das quatro fases. A Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil, que integra vários departamentos ministeriais, foi criada por Decreto Presidencial, com objectivo de reduzir a proliferação de armas ligeiras e de pequeno porte, sobretudo aquelas obtidas de forma ilícita pela população civil durante a guerra.

### 9.3 Aniversário da declaração dos direitos humanos. Parlamento lança campanha contra violência sexual

*Jornal de Angola*

*10 de Dezembro de 2012*

A Assembleia Nacional faz hoje o lançamento da campanha sobre o tema "Tolerância zero contra a violência sexual baseada no género", com o objectivo de contribuir para a promoção e protecção dos direitos humanos. A campanha resulta de uma promoção conjunta dos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos e da Família e Promoção da Mulher, em colaboração com o governo da província de Luanda. O acto oficial de lançamento da campanha, organizado pelos deputados da 10.ª Comissão de Especialidade da Assembleia Nacional

encarregue dos Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos, conta com a presença do presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos. Uma nota da Assembleia Nacional refere que as actividades em alusão ao 64.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos realizam-se sob o lema "Todos devem ser ouvidos: este é o teu direito - a minha voz conta". O deputado da 10.ª comissão Sebastião André disse que todos os cidadãos têm os mesmos direitos justificando o lançamento da campanha como contributo à sensibilização para ajudar a elevar a consciência da sociedade. No âmbito do 64.º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, que se comemora hoje, os Vida, à penitenciária de Viana e ao Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Jensen. Durante a acta comemorativo do 64.º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos são lidas mensagens do presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, do ministro da Justiça e Direitos Humanos, Rui Mangureira, da representante das Nações Unidas e da presidente da comissão parlamentar de especialidade dos Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos, Genoveva Lino.

#### Direitos humanos

O Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de Dezembro, foi consagrado em 1948 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, a seguir à aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por ser o primeiro documento internacional que afirma a universalidade dos direitos fundamentais e a igualdade entre todos os seres humanos. A declaração é considerada um marco para a protecção e respeito dos direitos fundamentais do homem. A comemoração da data tem como objectivo alertar os governantes de todo o Mundo para o cumprimento da Declaração Universal. Tem ainda como objectivo assegurar a igualdade de todos os cidadãos, o direito a uma vida digna, ao trabalho, à segurança, à saúde e à educação, ao respeito pela diversidade e pela dignidade de todas as pessoas. A declaração nasceu em resposta à barbárie praticada pelo nazismo contra judeus, comunistas, ciganos e homossexuais e também às bombas atómicas lançadas pelos Estados Unidos sobre Hiroshima e Nagasaki (Japão), matando milhares de civis. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

## Compromisso africano

Em África, a antiga Organização da Unidade Africana (OUA) proclamou em 1981 a Carta Africana de Direitos Humanos e de Povos, que reconhecia princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e adicionava outros que tradicionalmente tinham sido negados aos africanos, como o direito de livre determinação ou o dever dos Estados de eliminar todas as formas de exploração económica estrangeira. A União Africana, que nasceu da OUA, subscreveu todos os compromissos nesta matéria.

### 9.4 Polícia admite prorrogação devido a aumento da criminalidade

*Novo Jornal*

*14 De Dezembro de 2012*

A CAMPANHA de desarmamento da população civil em curso no país, que deveria terminar no final deste ano, poderá ser prorrogada devido ao aumento dos crimes à mão armada, segundo anunciou o segundo comandante da Polícia Nacional, Paulo de Almeida. A campanha de recolha de armas de fogo arrancou em Maio de 2008 e foi prorrogada por mais dois anos em finais de 2010. Segundo Paulo de Almeida, que é o coordenador da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil em Posse Ilegal de Armas, a decisão sobre um eventual segundo prolongamento da campanha será tomada nos próximos dias. Paulo de Almeida fez um balanço positivo da campanha, mas reconheceu que nos dois últimos anos o processo não atingiu a meta que se esperava. Aquele oficial apontou "razões subjectivas" para a falta de dinamismo na campanha de recolha até agora de quase 85 mil armas, admitindo que os departamentos interministeriais que integram a Comissão de Desarmamento da População Civil "não levaram muito em conta o espírito da campanha". "Temos registado que muitos cidadãos ainda entregam voluntariamente as suas armas. Outras armas são recolhidas nas nossas operações policiais, principalmente nas mãos da população civil, sobretudo nas mãos dos delinquentes", destacou. Quanto à eventual prorrogação da campanha, Paulo de Almeida reconhece que o actual nível de criminalidade a justifica. "Hoje, a proliferação de armas veio aumentar a criminalidade no país e isto está a preocupar a Polícia Nacional Houve um momento em que a campanha estava dinâmica e os índices de posse de armas nas mãos dos cidadãos diminuiu", frisou. "Era difícil ouvir falar de acções realizadas com recurso à mão armada. Hoje, está a voltar a situação, o que nos leva a concluir que há

ainda muitas armas em posse de -cidadãos ou em circuitos que a Polícia precisa determinar", venceu. Aquele oficial acrescentou ser "impossível ter a ideia de quantas armas estão ainda em posse ilegal dos cidadãos", o que faz com que a Polícia Nacional "actue em função de estimativas". O processo de desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas de fogo começou em Maio de 2008 e compreendeu quatro fases: organização e sensibilização, entrega voluntária, recolha coerciva e de controlo.

### 9.5 Cidadãos queixam-se de excessos da Polícia Nacional

*O País*

*14 De Dezembro 2012*

Um agente da Polícia Nacional (PN), identificado por José Morais, colocado no Comando Municipal dos Luchazes (Moxico), é acusado de ter assassinado um jovem de 36 anos, Alfredo Mbango, em Kangamba, sede do município dos Luchazes, informou a O PAÍ, esta semana, o advogado dos familiares da vítima, Salvador Freire dos Santos. Segundo a fonte, tudo aconteceu quando o falecido, que era empregado de uma empresa de construção civil, se encontrava a conversar com um outro cidadão, Abílio Leonardo, de quem o malogrado havia recebido um telemóvel para reparar. Repentinamente' o acusado intrometeu-se na conversa de ambos, amena por sinal, e não requeria qualquer intervenção policial. Inconformado, atendendo às declarações da fonte, que reportava dados de um relatório em sua posse proveniente da PN do Moxico, o agente em causa sacou do seu revólver de tipo Sterling e disparou três tiros, dois quais atingiram mortalmente José Morais na região abdominal, e o terceiro feriu Abílio Leonardo na perna direita, mas sem gravidade. O malogrado, que era natural do Luvuei, município das Bundas, e pedreiro de profissão, estava naquela circunscrição havia já algum tempo' deixa viúva e quatro órfãos. Após este acontecimento, o autor do crime foi detido e encontra-se sob custódia das autoridades policiais no Lwena, capital da província, para se dar seguimento ao processo do crime de que é acusado. Quanto ao outro cidadão baleado, segundo o jurista Salvador Freire está a recuperar satisfatoriamente e já está fora do perigo. Disse desconhecer se o telemóvel que originou esta situação já estava em posse do proprietário, ou seja, Abílio Leonardo. Na região Leste, que engloba as províncias da Lundas Sul, Lunda norte e Moxico, segundo o advogado da Associação Mãos livres, a repressão policial contra cidadãos tem estado a repercutir-se em actos de violência e até mesmo em mortes, socorrendo-se de informações periódicas fornecidas pelos seus

representantes regionais. "Pelo volume de informações que temos vindo a receber periodicamente, a situação começa a ser preocupante, na medida em que há casos que terminam em mortes, sobretudo aqueles que ocorrem nas zonas de produção diamantífera", deplorou a fonte, para quem a situação só poderá ser ultrapassada com a realização de seminários sobre direitos humanos no seio da corporação. Aliás, a instituição que dirige já tem estado a realizar seminários do género nalgumas províncias, e a tendência é a de abranger todas, mas os poucos recursos financeiros disponíveis por esta associação, que se dedica à defesa dos direitos humanos e cidadania, "faz com que não se realize em todo o território, mas esse propósito será lançado quando houver esta disponibilidade financeira", garante.

E em Luanda?

Na capital do país, um subinspector da PN, Faustino Bernardo, ex-chefe do posto policial da denominada "Casa Azul", adstrita à Esquadra 40, no Bairro Sapú, no Kilamba Kiaxi (KK), foi acusado pelo cidadão Arnílcar Vítor Domingos, de o ter espancado violentamente sem qualquer motivo, tendo-lhe feito ainda dois disparos de pistola, sem que no entanto fosse atingido. O acto ocorreu no mesmo Bairro onde está localizada a unidade policial. Segundo contou ainda-Salvador Freire, não tendo alcançado o seu intento, o oficial subalterno da Polícia agrediu a vítima com duas coronhadas na cabeça, tendo-lhe causado um ferimento de seis centímetros. Após a feitura de exames forenses no Laboratório Central de Criminalística (LCC), que concluiu ter havido fortes indícios de tentativa de morte, o caso foi encaminhado à Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), na qual foi instruído um processo sob o número 14793/2012-02. Passados trinta dias, o acusado ainda não foi ouvido, situação que está a preocupar a vítima, segundo a fonte. Violação sexual a menores E como se não bastasse este sombrio quadro, "pintado" por dois agentes ao serviço da Polícia Nacional, mais um terceiro, desta vez, um superintendente conhecido por Joaquim Larissa, funcionando no Gabinete de Educação Moral e Cívica (GEMe), do Comando Geral da Polícia Nacional (CGPN), foi denunciado por uma menor de 12 anos, de a ter abusado sexualmente de Junho a Outubro do ano em curso. Segundo informações avançadas a O País pela fonte, o aludido, ao que consta, um reincidente deste caso contra a mesma família, todas as vezes que abusava da rapariga ameaçava-a de morte caso denunciasse aos familiares ou às autoridades. Cansada de tal situação, em Outubro, a abusada venceu o medo e rompeu o silêncio tendo explicado o sucedido aos familiares.

Desapontados, estes denunciaram o caso às autoridades policiais, fizeram-se os exames médicos no LCC e concluiu-se que a mesma foi estuprada. Após a abertura do processo-crime na DPIC, concluiu-se que parte da documentação apresentada no acto da queixa está extraviada: falta a cédula pessoal da menor, os resultados dos exames, ressaltando-se ainda a existência de uma suposta informação forjada por terceiros que alega os familiares terem retirado a queixa. Segundo a fonte, citando familiares da rapariga, esta é a terceira vez que Joaquim Larissa é denunciado na prática deste sórdido crime. O primeiro caso terá ocorrido em 1985, altura em que terá violado um membro desta mesma família, de que resultou o nascimento de uma filha a quem foi dado o nome de Matilde Jorge Marissa. Em 2008, Larissa repetiu a mesma situação contra um outro membro da mesma família. Diante desta ocorrência, o caso foi resolvido pacífica e extrajudicialmente, tendo sido perdoado. E desta vez o acusado fez o que menos se esperava: abusou sexualmente do mais novo membro desta família. Todas as tentativas para ouvir os envolvidos foram goradas. Quanto ao caso do Moxico, O PAÍS procurou contactar o porta-voz da Polícia Nacional' comissário Carmo Neto, para mais pormenores, mais sem sucesso. Enviamos uma mensagem por via do seu contacto telefónico, mas também não obtivemos resposta.

## 9.6 Desarmamento da população civil está longe de garantir tranquilidade

*Jornal Agora*

*15 De Dezembro de 2012*

Os resultados apresentados na segunda-feira pela Comissão Interministerial para o Desarmamento da População Civil e posse Ilegal de Armas de Fogo (CIDPCPIAF), cujo mandato termina no final deste ano, indicam que há ainda um número considerável de armamento fora do controlo das autoridades, que são geralmente utilizadas por marginais para cometimento de crimes de vária natureza. De acordo com o balanço, até a entrada deste mês, tinham sido recolhidas mais de 85 mil armas de fogo de diversos tipos e marcas bem como várias toneladas de munições e até granadas explosivas. Estes números levaram o Comandante da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, a aconselhar que o processo de desarmamento da população em posse ilegal de armas de fogo seja prolongado devido ao aumento vertiginoso de crimes com recurso à arma. "A campanha de desarmamento da população civil termina este ano, uma vez que foi concebido



inicialmente para Paulo de Almeida coordenador da Comissão de desarmamento dois anos. O processo foi prorrogado para mais dois anos em 2010. Vamos avaliar se estão reunidas as condições para encerrar de facto a campanha", disse Paulo de Almeida, que prometeu pronunciar-se em breve sobre a viabilidade ou não do encerramento da campanha. Aquele oficial considerou positivo, o balanço da campanha, mas reconheceu igualmente que nos dois últimos anos o processo não atingiu a meta que se esperava. Sem entrar em pormenores, Paulo de Almeida que coordenou a CIDPCPIAF, disse também que houve razões subjectivas que não permitiram a dinamização da campanha, embora se tenha atingido a cifra de 85 mil armas recolhidas. A empreitada iniciada em 2008, compreendia duas fases: a primeira era a da entrega voluntária e a segunda, a fase coerciva. Cada uma delas tinha uma duração de dois anos, entretanto nem numa nem noutra foram alcançados os desideratos preconizados. O Comandante referiu que "há ainda cidadãos a entregarem voluntariamente as suas armas. Outras armas são recolhidas nas nossas operações policiais, principalmente nas mãos da população civil, sobretudo nas mãos dos delinquentes".

## 9.7 Violência no lar com menos casos

*Jornal de Angola*

*15 De Dezembro de 2012*

A direcção provincial da Família e Promoção da Mulher na Lunda-Sul registou, entre os meses de Janeiro e Novembro, 248 casos de violência doméstica, menos 118 que durante o mesmo período do ano do ano passado, disse ontem ao Jornal Angola a directora do pelouro. Maria Ulumbo referiu que as campanhas de divulgação da Lei contra a violência e as palestras sobre competências familiares nas comunidades permitiram a redução de crime desta natureza, e apontou os casos de fuga à paternidade, abandono do lar, privação de bens e ofensas corporais, como as de maior incidência, que têm sido encaminhadas para a Procuradoria-Geral da República. Ao fazer o balanço das acções efectuadas ao longo do ano, a directora considerou-o positivo, uma vez que foi possível desencadear acções em zonas de difícil acesso, para poder levar a mensagem às comunidades, através de acções de sensibilização nos mercados. Para o próximo ano, está prevista a criação de um núcleo para o reforço da divulgação da Lei contra a violência doméstica, a formação de técnicos em matérias relacionadas com as competências familiares e justiça, trabalho com as instituições públicas, criação de um centro para acolher as vítimas e um largo para actividades recreativas. Para reduzir o índice do desemprego feminino, a direcção planeou a abertura de um centro

de formação profissional para cursos de culinária, corte e costura.

## 9.8 Oposição alarmada com aumento de crimes

*Semanário Factual*

*15 De Dezembro de 2012*

Partidos políticos na Oposição, com ou sem assento no Parlamento, estão apreensivos com o aumento assustador de crimes na capital do País, tomou conhecimento, esta semana, o Factual. A Oposição espera que a Polícia Nacional tome medidas drásticas para travar este fenómeno que ameaça as comunidades. "O Executivo, através da Polícia nacional, tem papel preponderante para reduzir esses crimes", afirmou ao Factual o antigo deputado pela bancada da FNLA, Ngola Kabangu. A opinião de Ngola Kabangu é partilhada pelo porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, que defende uma intervenção com urgência. "Os angolanos querem sossego. A polícia deve trabalhar para travar este mal", acrescentou. O líder religioso, Andrade Neto Kiala, diz que os criminosos não querem saber de quem quer que seja. "Eles, quando actuam, não há dirigente do MPLA, da UNITA, da CASA-CE, da FNLA, todos são vítimas", argumentou. Um dos vice-presidentes da CASA-CE, Manuel Fernandes, apela à Polícia nacional para que colabore com a população, a fim de se desmantelar redes criminosas. A campanha de desarmamento da população civil em curso em Angola, que deveria terminar no final do ano, poderá ser prorrogada, devido ao aumento dos crimes à mão armada, anunciou o segundo-comandante da Polícia Nacional. A campanha de recolha de armas de fogo arrancou em Maio de 2008 e foi prorrogada por mais dois anos em finais de 2010. Paulo de Almeida, que é também coordenador da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil em Posse ilegal de Armas, afirmou que a decisão sobre um eventual segundo prolongamento da campanha será tomada nos próximos dias. Paulo de Almeida fez um balanço positivo da campanha, mas reconheceu que, nos dois últimos anos, o processo não atingiu a meta que se esperava. Aquele oficial apontou "razões subjectivas" para a falta de dinamismo na campanha de recolha até agora de quase 85 mil armas, admitindo que os departamentos interministeriais que integram a Comissão de Desarmamento da População Civil "não tenham levado muito em conta o espírito da campanha". "Temos registado que muitos cidadãos ainda entregam voluntariamente as suas armas. Outras armas são recolhidas nas nossas operações policiais, principalmente nas mãos da população civil,

sobretudo nas mãos dos delinquentes", destacou. Quanto à eventual prorrogação da campanha, Paulo de Almeida reconhece que o actual nível de criminalidade a justifica. "Hoje, a proliferação de armas veio aumentar a criminalidade no País e isto está a preocupar a Polícia acional. Houve um momento em que a capanha estava dinâmica e os índices de posse de armas nas mãos dos cidadãos diminuiu", frisou. "Era difícil ouvir falar de acções realizadas com recurso à mão armada. Hoje, está a voltar a situação, o que nos leva a concluir que há ainda muitas armas em posse de cidadãos ou em circuitos que a Polícia precisa de determinar "vencu. Aquele oficial acrescentou ser "impossível ter a ideia de quantas armas estão ainda em posse ilegal dos cidadãos", o que faz que a Polícia acional "actue em função de estimativas. O processo de desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas de fogo começou em Maio de 2008 e compreendeu quatro fases: organização e sensibilização, entrega voluntária, recolha coerciva e de controlo.

## 9.9 Polícia prende 29 criminosos e 46.089 gramas de drogas

*Angolense*

*14 De dezembro de 2012*

Dos 29 detidos, cinco são jovens, dos vinte aos 31 anos de idade que se dedicavam ao roubo de viaturas top de gama, cujas senhoras eram as principais vítimas. Os roubos aconteciam às vezes no momento em que as vítimas estacionavam ou entravam em uma igreja e fazendo-se passar por crentes e, fundamentalmente, no acto das orações os marginais roubavam as pastas e acabavam por realizar as suas acções. Seis meses depois da sua viatura de marca Hyundai i20 ter sido roubada em pleno dia de culto, no recinto de uma igreja, quando se deu por ela, a sua carteira tinha sido retirada. Dez minutos depois dirigira-se para o parque da igreja e não encontrou a viatura, foi então que pediu o auxílio da polícia. O facto aconteceu por volta das 10 horas, no bairro do Talatona. Esta é apenas a história de uma cidadã que tinha sido vítima de roubo de roubo.

Estudante universitário roubava para sustentar os estudos

Já por seu turno, a proprietária do carro de marca Kia Sportage, Josefa Teixeira, foi surpreendida dentro com um aperto ao pescoço e, sem reagir, entregou a chave da viatura e ficou na posse dos marginais. Uma semana depois os mesmos são presos e um deles foi reconhecido pela proprietária da viatura. O estudante universitário do curso de engenharia, Manuel Domingo, de 29 anos, que roubava carros apenas em

mulheres contou ao jornal Angolense que "roubei o carro para poder sustentar os meus estudos, sou professor do ensino de base, como já estou em pausa pedagógica, não tinha ocupação, então entrei no mundo do crime, mas sem intenção de matar, apenas assaltar as mulheres", justificou. Sobre a forma como perpretava as suas acções, Manuel Domingos disse: "Eu seguia até onde elas iam sentar e no momento da oração aproveitava para roubar a pasta e tirava a chave", disse, acrescentando que; "dessa maneira tinha aces- so ao carro e assim era a minha vida no mundo do crime, já roubei mais de cinco carros e todos em mulheres". O seu comparsa, que nega envolvimento no crime, refere que não sabia que os carros vendidos eram roubados. "Já fazia a venda de alguns carros em muitos amigos" e confessa não saber de como estava enganado pela primeira vez neste tipo de crime. "Trabalho no governo e nunca tive problemas com a polícia, espero ser reconhecido como inocente", pediu. "O Manuel, disse que o carro estava legal e que precisava vender urgentemente e, por isso, arranjei um cliente mas afinal a polícia estava a procurar o carro e fui encontrado com o senhor a quem foi vendido. O carro é de marca Kia Sportage e foi vendido no valor de 25 mil dólares", confessou. Alberto Santos, de 20 anos, entrou no mundo do crime há mais de cinco anos e disse ter já deixado dessa prática, mas depois de a sua família o ter mandado para a província de Malanje, decidiu voltar ao crime. "Eu entrei no mundo do crime porque não tinha como sustentar-me, a minha mãe morreu e, por isso roubo, as viaturas que roubei seriam vendidas pelo primo do meu amigo, mas, infelizmente, não conseguimos concluir este negócio". Acrescentou que, nunca tinha roubado carros e que aquela tinha sido a primeira acção do género. "Antes roubava motos, o carro que roubei era de uma senhora e quando a vi fui ter com ela. Simulamos que estávamos a ajudá-la a estacionar e com a ajuda do meu amigo a ameaçamos e ela deu logo a chave do carro. Eu não sei conduzir, o meu amigo levou o carro até ao bairro do Palanca, onde já tinnamos contacto com um amigo que é proprietário de uma Stand de carros e que seria a pessoa ideal para vender o carro", contou. O proprietário da Stand, Paulo Celestino, de 31 anos declarou-se inocente. "Eu não tenho nada a ver com este roubo, o meu primo foi a pessoa que indicou este carro para mim na minha Stand, eu vendo carros legais, por isso, sou inocente. Tive que mandar vender o meu terreno para pagar uma fiança e sair da cadeia, se os meus clientes souberem que estou preso já não mais me vão confiar", desabafou. Da última operação policial de fim-de-semana não é tudo. Elisabeth, uma cidadã de 34 anos, foi encontrada com droga cuja proveniência é o Brasil. A cidadã em causa foi detida no aeroporto internacional de Luanda. "Aceitei este

tipo de trabalho porque não tinha mais aonde tirar dinheiro, fui para o Brasil fazer tratamento da cabeça e fui convidada para trazer alguns quilos de droga no país, garantiram-me dois mil e quinhentos dólares pelo amigo do jovem de origem nigeriana" e acrescenta. "Queria ter mais dinheiro, a droga introduzia na vagina e, para não cair tive que usar uma cueca apertada e, sobretudo, para não ser descoberta ao chegar no nosso aeroporto, mas deram-me conta porque o cartucho estava a me ferir e, por outro lado, andava com as pernas abertas e fazia caminhadas lentas", disse. Já Aninha Afonso, que disse ter recebido o convite de uma amiga para ir ao Brasil a busca de mercadorias para comercializar em Angola, confessou ter andado na inocência. "A minha amiga não me tinha dito que era para transportar droga do Brasil para Angola mas como a quantidade que me iriam oferecer não dava para negar, então, arrisquei a minha vida trazendo a droga, o dinheiro só iria receber cá em Angola", contou. O mesmo se passou com António Mbimbi, que foi encontrado com mais de dez cápsulas de drogas em sua posse no aeroporto internacional de Luanda, quando este embarcava para o Brasil, "Eu ia para o Brasil quando a polícia com a ajuda de um jovem que me conhecia fui encontrado fora do recinto, eu não poderia ficar dentro porque esperava pelo anúncio da hora de partida, sabia que estava a ser seguido, por isso, não podia estar na sala de embarque", explicou.

## 9.10 Oposição alarmada com o aumento de crimes

*Semanário Factual*  
15 De dezembro

Partidos políticos na Oposição, com ou sem assento no Parlamento, estão apreensivos com o aumento assustador de crimes na capital do País, tomou conhecimento, esta semana, o Factual. A Oposição espera que a Polícia Nacional tome medidas drásticas para travar este fenómeno que ameaça as comunidades. "O Executivo, através da Polícia acional, tem papel preponderante para reduzir esses crimes", afirmou ao Factual o antigo deputado pela bancada da FNLA, Ngola Kabangu. A opinião de Ngola Kabangu é partilhada pelo porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, que defende uma intervenção com urgência. "Os angolanos querem sossego. A polícia deve trabalhar para travar este mal", acrescentou. O líder religioso, Andrade eto Kiala, diz que os cnrrunosos não querem saber de quem quer que seja. "Eles, quando actuam, não há dirigente do MPLA, da UNITA, da CASA-CE, da FNLA, todos são vítimas", argumentou. Um dos vice-presidentes da CASA-CE, Manuel Fernandes,

apela à Polícia acional para que colabore com a população, a fim de se dismantelar redes Criminosas. A campanha de desarmamento da população civil em curso em Angola, que deveria terminar no final do ano, poderá ser prorrogada, devido ao aumento dos crimes à mão armada, anunciou o segundo-comandante da Polícia Nacional. A campanha de recolha de armas de fogo arrancou em Maio de 2008 e foi prorrogada por mais dois anos em finais de 2010. Paulo de Almeida, que é também coordenador da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil em Posse Ilegal de Armas, afirmou que a decisão sobre um eventual segundo prolongamento da campanha será tomada nos próximos dias. Paulo de Almeida fez um balanço positivo da campanha, mas reconheceu que, nos dois últimos anos, o processo não atingiu a meta que se esperava. Aquele oficial apontou "razões subjectivas" para a falta de dinamismo na campanha de recolha até agora de quase 85 mil armas, admitindo que os departamentos inter-ministeriais que integram a Comissão de Desarmamento da População Civil "não tenham levado muito em conta o espírito da campanha". "Temos registado que muitos cidadãos ainda entregam voluntariamente as suas armas. Outras armas são recolhidas nas nossas operações policiais, principalmente nas mãos da população civil, sobretudo nas mãos dos delinquentes", destacou. Quanto à eventual prorrogação da campanha, Paulo de Almeida reconhece que o actual nível de criminalidade a justifica. "Hoje, a proliferação de armas veio aumentar a criminalidade no País e isto está a preocupar a Polícia acional. Houve um momento em que a campanha estava dinâmica e os índices de posse de armas nas mãos dos cidadãos diminuiu", frisou. "Era difícil ouvir falar de acções realizadas com recurso à mão armada. Hoje, está a voltar a situação, o que nos leva a concluir que há ainda muitas armas em posse de cidadãos ou em circuitos que a Polícia precisa de determinar", venceu. Aquele oficial acrescentou ser "impossível ter a ideia de quantas armas estão ainda em posse ilegal dos cidadãos", o que faz que a Polícia Nacional "actue em função de estimativas". O processo de desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas de fogo começou em Maio de 2008 e compreendeu quatro fases: organização e sensibilização, entrega voluntária, recolha coerciva e de controlo.

## 9.11 Polícia prende marginais

*Jornal de Angola*  
16 De Dezembro de 2012

A direcção de Investigação Criminal (DPC) em Cabinda apresentou membros de dois grupos de marginais que praticavam homicídios, roubos e

violações de menores nos bairros periféricos da cidade. O director provincial do sector, superintendente chefe Oliveira da Silva, que fez a apresentação dos marginais e dos bens recuperados, salientou que os grupos "Sambizanga" e "Patrick Squad" foram desmantelados em operações policiais desenvolvidas durante duas semanas nos bairros da cidade de Cabinda. O oficial da Polícia Nacional frisou que o grupo "Sambizanga" era liderado por um cidadão da República Democrática do Congo, identificado por Katompa Kambonza, e actuava nos bairros 4 de Fevereiro, Amílcar Cabral, Povo Grande e Simulambuco. o responsável pelo sector de Investigação Criminal em Cabinda sublinhou que "o chefe do grupo é altamente perigoso e autor de muitos crimes, entre os quais homicídios voluntários, roubos em moradias e em estabelecimentos públicos na província". Oliveira da Silva referiu que a detenção dos marginais e a apreensão do produto dos roubos são resultados de operações efectuadas entre os dias 1 e 11 deste mês, que permitiram a detenção de 21 indivíduos e esclarecimento de 15 casos. Durante as operações realizadas foram apreendidos vários bens, entre eletrodomésticos, equipamentos informáticos e motorizadas. O director provincial de Investigação Criminal alertou a população para estar vigilante e pediu para que todos colaborem com a Polícia Nacional na denúncia dos marginais.

## 9.12 Número de crimes i diminuiu este ano

*Jornal de Angola*  
28 de Dezembro de 2012

A Polícia Nacional registou durante os dias 24 e 25 de Dezembro 140 crimes, menos seis que no mesmo período do ano passado. Destes crimes, contam-se seis homicídios voluntários, dois homicídios frustrados, 16 roubos e a detenção de dois cidadãos por posse ilegal de arma de fogo. A Polícia de Transito registou no, Natal 11 06 acidentes de viação que resultaramem21 mortes e 81 feridos. Os Serviços de Bombeiros ocorreram a quatro afogamentos em tanques de água, nas províncias de Luanda, Malange e Kwanza-Sul. Em Cabinda e Zaire, os agentes dos Serviços de Migração e Estrangeiros surpreenderam 30 estrangeiros que entravam ilegalmente no território nacional. Em conferência de imprensa o Segundo Comandante da Polícia Nacional, Comissário chefe Paulo Gaspar de Almeida, referiu que as acções de combate ao crime tiveram a participação de agentes dos vários ramos. Para a quadra festiva de 2012, o Comando-Geral da Polícia Nacional mobilizou 83 mil efectivos em todo o país, para assegurar um Natal mais seguro e calmo. "Para

os dias 30 e 31 de Dezembro a Polícia Nacional aconselha a todos organizadores de festas de réveillon a terem a autorização das administrações municipais e das unidades policiais locais".

O comissário-chefe Paulo de Almeida agradeceu "a disponibilidade e sacrifício mostrados durante esta operação pelos agentes da Polícia Nacional" e pediu aos órgãos de informação para colaborarem "nesta tarefa de garantir a segurança e a tranquilidade que é de todos nós enquanto cidadãos".

## 9.13 Criminalidade em Luanda em alta

*Novo Jornal*  
28 De dezembro de 2012

OUTRO DOS FACTOS que marcou o ano de 2012 foi o aumento da criminalidade na capital. Há mais de um ano que as reclamações sobre o aumento da criminalidade em Luanda têm aumentado por parte dos munícipes da cidade, que dizem não sentir a presença dos efectivos, chefiados pela comandante de Luanda, Elizabeth Ranque Frank. Depois da tomada de posse como primeiro Presidente eleito democraticamente, José Eduardo dos Santos deu um ultimato aos órgãos de Investigação Criminal em Luanda para que fizessem um trabalho aturado sobre o aumento da criminalidade, mas até hoje os resultados não são palpáveis. As reclamações continuam e o sentimento de insegurança continua a perseguir os luandenses. As pessoas afirmam que a criminalidade em Luanda aumentou depois da suspensão e detenção do efectivo da investigação criminal de Luanda, que, segundo alegam, eram quem controlava a criminalidade na capital. Os crimes que Lideram a Lista são os passionais, assaltos, agressões e lutas com garrafas.

## 9.14 Polícia detém mais de 150 indivíduos em 48 horas

*Novo Jornal*  
28 De dezembro de 2012

DURANTE a operação realizada pelo Comando Provincial de Luanda, nos dias 20 e 21 de Dezembro, foram detidos 155 cidadãos, por suspeita de estarem envolvidos na prática de diversos crimes. Muitos foram detidos em flagrante delito por crimes de violação, ofensas corporais, roubos e consumo de droga. A polícia apresentou ainda nove pistolas do tipo AKM, seis viaturas, entre estas, dois camiões, sete motorizadas e 150 quilos de liamba. A operação ocorreu em todo o território de Luanda. Segundo a corporação, o objectivo da operação policial foi

reduzir os índices de criminalidade na capital, esclarecer crimes ainda não esclarecidos, bem como aumentar os níveis de sentimento de segurança dos cidadãos. Uma das preocupações do efectivo da investigação criminal de Luanda, neste momento, é o roubo de camiões. Durante a apresentação, foram exibidas duas viaturas pesadas e os autores confessos do roubo. O motorista de um dos camiões confessou à imprensa o crime. "É a primeira vez que isso acontece comigo. Acho que foi o demónio que entrou na minha cabeça. Eu sabia do negócio que os meus colegas faziam, só depois é que vi o mal que estávamos a fazer. Estou muito arrependido do que fiz", repetiu o homem, de 35 anos. Questionado sobre qual o destino que pretendiam dar ao camião, o motorista respondeu que a intenção deles era vender o veículo. "Nós queríamos vender o camião, já tínhamos comprador. Fomos detidos no momento em que o meu colega fechava o negócio. Não sabíamos que o homem com quem o meu colega negociava era agente da investigação criminal. Ele apareceu com o dinheiro no local combinado", relatou, acrescentando que o objectivo era vender o camião por 35 mil dólares. Novamente questionado há quanto tempo é que trabalha na empresa, respondeu que há dois anos. "Ouero pedir perdão a todos os meus colegas e ao meu chefe. Me perdoem, não foi minha intenção magoar a todos". Também foi apresentado David Manuel, acusado de ter violado uma menor, de 12 anos. O jovem, de 28 anos, confessou o crime. "Estava bêbado, não sabia o que fazia. Só no dia seguinte é que me apercebi do erro que cometi, mas o mal já está feito. Apenas devo pedir desculpas à menina e à sua família", disse. O acusado contou ainda que esteve preso na Comarca de Luanda, durante sete meses por roubo de uma viatura. "Saí da cadeia há um mês. Já tinha prometido a mim mesmo que deixaria o mundo do crime, mas os meus amigos me deram bebida e cá estou novamente sem saber o que fazer. Não sei se um dia vou voltar a sair da cadeia, o pior já está feito". Questionado se durante o tempo em que esteve na cadeia se tinha contacto com os seus amigos, o jovem respondeu que não. "Nos primeiros dias que sai da cadeia, só ficava em casa, porque não sabia onde é que tinha que os encontrar. Foram eles que foram a minha casa à minha procura. Saí de casa e comecei a dormir na casa de um deles, onde a gente programava onde iríamos actuar. Quando cometíamos crimes num bairro, íamos para outro. Era sempre assim". O Novo Jornal perguntou aos seus postos marginais se antes de serem apresentados à imprensa tinham sido ouvidos pelo procurador. Todos eles responderam que não.

## 9.15 Violência física sobre menores origina queixas no Kwanza-Sul

*Jornal de Angola*  
30 de Dezembro

Os serviços provinciais do Instituto Nacional da Criança (INAC) no Kwanza-Sul registaram, este ano, 25 casos de violação dos direitos da criança, com maior realce para a violência física. O chefe provincial dos Serviços do Instituto Nacional da Criança, David Domingos, disse, durante os cumprimentos de fim de ano, que houve dois casos de maior realce que mereceram acompanhamento especial da instituição, um por violação sexual de uma menor de 8 anos de idade, protagonizada por um dos familiares de 40 anos, e outro por abandono de infante, por uma cidadã na cidade do Sumbe. Em 2012, à luz das orientações da direcção-geral do INAC, referiu, foi elaborado um memorando sobre a caracterização da situação nutricional das crianças, que permitiu a deslocação de uma equipa conjunta do INAC e Unicef, que realizou um diagnóstico sobre a protecção da criança em todos os municípios da província.

Foram realizados várias actividades de sensibilização, destacando-se o encontro com agentes das unidades adstritas ao Comando Provincial da Polícia Nacional. No domínio da articulação das acções a favor da criança, em parceria com o centro médico Óptica Sá, por intermédio do INAC, 10 crianças de famílias vulneráveis da periferia da cidade do Sumbe receberam tratamento gratuito. Acções do género vão continuar em zonas rurais. Ainda este ano, foi possível o tratamento de 15 crianças com fenda labial do Hospital Central.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Fome aperta em três municípios do Cunene

*Agora*

*01 De Dezembro de 2012*

A fome foi oficialmente declarada em três municípios do Cunene. Tratam-se dos municípios de Namacunde, Kwanyama e Ombandja, regiões citadas pelo director provincial em exercício do Ministério da Assistência e Reinserção Social, como sendo os mais afectados pela penúria alimentar causada pela prolongada estiagem. Para acudir a situação, 161 toneladas de produtos diversos chegaram no princípio da semana à província. O facto foi revelado a reportor do AGORA pelo responsável provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Mateus Ndulipukio. Na ocasião, disse que o seu organismo começou já a assistir algumas famílias carenciadas. "Há um tempo para cá, assistimos os grupos vulneráveis com os nossos apoios habituais" - disse. Ndulipiko informou terem chegado à província alguns meios alimentares consubstanciados em arroz, óleo alimentar, peixe em conserva e sal, num total de 161 toneladas. "Há igualmente fome nos municípios de Cahama e Cuvelar, revelou preocupado o responsável.

### 10.2 Chuvas intensas na Huíla põem em risco populações

*Jornal de Angola*

*01 de Dezembro de 2012*

As intensas chuvas que se abatem nos últimos dias sobre a província da Huíla estão a pôr em risco a vida de centenas de pessoas que residem em zonas de risco, como margens de rios, linhas eléctricas de alta tensão e encostas de montanhas. O facto está a preocupar os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, que já começaram a sensibilizar as populações no sentido de abandonarem os locais de risco. O porta-voz em exercício do comando provincial de Bombeiros na Huíla, Manuel de Castro, adiantou que mais de 600 mil pessoas vivem em situação de risco nos 14 municípios, com maior realce para

Lubango.

De acordo com Manuel de Castro, existe um programa do Governo Provincial que consiste na

concessão de terrenos nas novas urbanizações às pessoas que residem em zonas de risco, de modo a prevenir situações catastróficas. Nos últimos anos, beneficiaram de parcelas pessoas que viviam ao longo das margens do Rio Mukuke, próximo da linha do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM), na cidade do Lubango.

Quanto aos outros 13 municípios da província, o porta-voz da Protecção Civil e Bombeiros afirmou que também existem programas de cedência de terrenos em zonas preparadas, para acomodar as populações que vivem em zonas de risco. A prevenção e assistência pontual às pessoas vítimas de calamidades naturais, sinistralidade rodoviária e incêndios constituem alguns dos principais desafios dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros na Huíla.

Manuel de Castro, que falava em alusão a mais um aniversário da corporação, garantiu que os serviços estão a ser modernizados. O Executivo angolano está a fazer um investimento em meios modernos, assim como na formação dos membros da corporação, no sentido de darem resposta imediata às situações que forem surgindo. Actualmente, os Serviços de Bombeiros na província estão apetrechados com viaturas de extinção de incêndios, sistemas de salvamento aquático, ambulâncias para socorrer os sinistrados, entre outros equipamentos, frisou.

### 10.3 Ministra do Ambiente está preocupada com o impacto das emissões de carbono

*Jornal de Angola*

*05 De Dezembro de 2012*

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, participou em Doha na reunião da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente, no quadro das alterações climáticas e da procura de fontes de financiamento para a mitigação e adaptação ao aquecimento global. Os ministros africanos do Ambiente reiteraram a necessidade de atenuar os impactos negativos no continente provocados pela emissão do carbono e a sua capacidade em atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O encontro decorreu à margem da Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP-18) e da Conferência das Partes do Protocolo de Kyoto (CMP-8). África tem grandes dificuldades para aplicar um Plano de Acção para a Educação Ambiental e a Formação nos sistemas de ensino e no plano informal. A reunião de Doha teve a presença de 17 mil delegados provenientes de 200 países e

termina esta sexta-feira. Num encontro em Luanda com o ministro para África dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Mark Simmonds, em que o tema principal foi a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP18), a ministra Fátima Jardim garantiu que Angola vai apresentar uma "posição firme" sobre os temas em debate. "Temos a posição nacional, mas não podemos deixar de nos inserir no contexto do continente", referiu. E sublinhou: "estamos preparados para mostrar ao mundo que Angola é um país a crescer com sustentabilidade e também com os compromissos globais assumidos".

Fátima Jardim garante que "Doha vai confirmar e validar as decisões saídas da reunião realizada nos finais do ano passado, em Durban", para atingir as metas mundiais de redução de emissões. A ministra do Ambiente pediu aos países que causaram as alterações climáticas "que não apresentem justificações e que é preciso lutar contra a crise climática". Especialistas antevêem dificuldades para chegar a um acordo em Doha, uma vez que os acordos são fechados. Como todos os países precisam de aceitar o mesmo plano, o progresso é muito difícil. As discussões entraram ontem na sua fase decisiva ainda num clima de incertezas quanto ao principal objectivo do encontro: estabelecer uma extensão do Protocolo de Kyoto, o único acordo internacional de protecção climática em vigor.

O panorama geral das negociações foi resumido pela secretária executiva, Christiana Figueres. Apesar de iniciar o seu balanço da primeira semana da convenção de maneira optimista, ela admitiu que muita coisa vai ficar de fora. "O que vier de Doha não reflecte ambição de que precisamos", resumiu Christiana Figueres sobre as negociações, que envolvem quase 200 países. No encontro do ano passado, em Durban, África do Sul, os países "concordaram em concordar" com a criação de um pacto global de redução de emissões, que englobava países ricos e pobres. O acordo apenas começa a ser definido em 2015, para entrar em vigor até 2020.

Para não deixar o mundo sem nenhuma meta de redução de emissões de gases do efeito estufa, as partes optaram pelo prolongamento do Protocolo de Kyoto, que oficialmente deixa de valer no próximo dia 31 de Dezembro. Além de decidir até quando a extensão do acordo vai valer, se até 2017 ou até 2020, ficou para este encontro de Doha a definição do quanto vai ser reduzido nas emissões. A União Europeia e a Austrália, responsáveis por 15 por cento das emissões globais de carbono, concordaram em participar com acções concretas de redução de emissões.

Na sua criação, em 1997, o protocolo comprometeu as nações desenvolvidas a reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2 por cento, entre 2008 e 2012, em comparação aos níveis de 1990. Mas os EUA, país dos que mais contribui para a produção de gases com efeito de estufa, não ratificaram o pacto. Nações em desenvolvimento como China, Índia e Brasil, que hoje respondem por boa parte das emissões mundiais, não tinham metas imediatas.

## 10.4 Benguela. Vítimas da seca recebem apoios

*Jornal de Angola*  
02 de Dezembro 2012

O programa de emergência do Executivo vai acudir 1.100 pessoas assoladas pela seca no ano transacto no município da Ganda, província de Benguela, que recebem produtos alimentares a partir da próxima semana.

Em declarações à Angop, o responsável pela área da Assistência e Reinserção Social na Ganda, Paulino Jacinto, disse que, para o efeito, a administração municipal local já recebeu uma tonelada e meia de arroz, 241 caixas de óleo alimentar, 1.980 quilogramas de sal e 277 caixas de conservas. Ainda assim, Paulino Jacinto considerou insuficientes as quantidades para apoiar as pessoas afectadas, cuja recepção estabelece um plano de distribuição que dá prioridade às crianças órfãs, idosos, pessoas com deficiência física e viúvas. Os bens vão ser distribuídos nas comunas da Chikuma, Casseque, Ebanga, Babaera e na própria sede municipal.

Paulino Jacinto referiu que a seca afectou todas as comunidades do município e, por isso, foi criada uma comissão encarregue de acompanhar o processo de distribuição, integrada pela comissão representantes do movimento associativo de camponeses e MINARS, Polícia, regedoria e serviços de segurança.

## 10.5 Protecção Civil aposta nas tecnologias

*Jornal de Angola*  
03 de Dezembro de 2012

As autoridades da província do Cunene vão apostar na formação técnica e recurso às novas tecnologias para dar resposta às solicitações em calamidades naturais, já que a província tem sido das mais afectadas por catástrofes naturais. De acordo com o delegado provincial do Ministério do Interior no Cunene em exercício, Carlos Gomes Major, que

prestou a informação, a formação é a base para construção de um efectivo moderno, coeso, disciplinado, organizado e capaz de dar resposta aos desafios."A formação e actualização do homem constitui a condição fundamental, tendo em conta as exigências do desenvolvimento tecnológico da ciência e das próprias inovações nos serviços de protecção civil e bombeiros", referiu.

O também chefe dos serviços prisionais no Cunene apelou aos efectivos dos serviços de protecção civil e bombeiros no sentido de manterem a organização e a disciplina, do ponto de vista da uniformização e extinção de incêndios, entre outros serviços afectos ao órgão do Interior, de modo a impedir as catástrofes.

A província do Cunene tem sido das mais fustigadas pela chuva. Recentemente, o secretário de Estado do Interior para a Protecção Civil e Bombeiros, Eugénio Laborinho, afirmou que a Comissão Nacional de Protecção Civil vai potenciar os órgãos locais com vista a dar resposta às calamidades provocadas pelas alterações climáticas. No ano passado, uma comissão liderada por Eugénio Laborinho foi ao Cunene prestar a solidariedade do Executivo às vítimas das cheias.

"A nossa deslocação aqui serve para gizar planos no sentido de potenciar os órgãos locais da província. Este ano, está a chover muito em todo o país, coisa com que não contávamos e que tem muito a ver com as alterações climáticas a nível do mundo, e Angola não está isenta destas situações", disse, na altura, secretário de Estado. Eugénio Laborinho adiantou que a sua área vai apostar mais nas questões de prevenção, educação das populações em deixar de viver em áreas vulneráveis e de risco, propensas a desastres.

O delegado provincial do Ministério do Interior no Cunene em exercício exortou igualmente os efectivos no sentido de aproveitarem todos os conhecimentos adquiridos, "seguros de que em cada missão para a qual forem chamados a prestar serviço o vão fazer com mestria e profissionalismo. No dia em que se comemorou mais um aniversário dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Carlos Gomes Major falou ainda da necessidade de se desenvolverem esforços para aplicar o plano de contingência para a prevenção das catástrofes naturais.

## 10.6 Huíla. Governo local apela famílias desalojadas pelas chuvas

*Jornal de Angola*

*03 de Dezembro de 2012*

Materiais de construção e bens alimentares foram entregues no sábado a 30 famílias residentes no bairro da Chavola, Lubango, afectadas pelas últimas chuvas que caíram sobre a região. A entrega dos produtos foi feita pelo governador em exercício da província da Huíla, Sérgio da Cunha Velho, e enquadra-se na estratégia do Governo Provincial em acudir as famílias afectadas pelas calamidades naturais em toda a extensão da província.

Entres os bens distribuídos pela Comissão Provincial da Huíla de Protecção Civil e Bombeiros estão 600 chapas de zinco, 600 balões de fardo, cobertores, utensílios de cozinha, arroz, fuba de milho e massa alimentar. A directora provincial da Assistência e Reinserção Social, Catarina Manuel, disse à imprensa que o Governo da Huíla está atento à situação aflitiva por que passam as vítimas das chuvas, daí ter acudido de emergência as 30 famílias.

Apesar de não revelar o número de outras famílias nessas condições, a directora Catarina Manuel assegurou que acções do género vão ser feitas, este mês, nos municípios de Quilengues, Cuvango e Chipindo e, posteriormente, noutros municípios.

## 10.7 Angola eleita presidente do fórum

*Jornal de Angola*

*03 de Dezembro de 2012*

Angola foi eleito, pela segunda vez, presidente do Fórum Global das Autoridades Nacionais Designadas e presidente do Fórum Africano das Autoridades Nacionais Designadas, durante a conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (COP-18). O coordenador da Autoridade Nacional Designada, Giza Gaspar Martins, assume a presidência dos órgãos pelo período de um ano. Em declarações ao canal televisivo da COP-18, adiantou que a eleição de Angola surge em reconhecimento dos esforços empreendidos pelo Executivo para fazer face às alterações climáticas. Giza Gaspar explicou que Angola está num caminho irreversível, tendo em vista o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável e, nos últimos dez anos, incrementou o programa de reconstrução das infra-estruturas sociais e económicas destruídas durante um longo período de guerra.



Esta obra, salientou, foi possível graças à paz que, pela primeira vez na sua história, deu oportunidade para explorar o seu potencial de maneira sustentável. "Entre os objectivos para o desenvolvimento sustentável em Angola está a promoção de políticas de adaptação às alterações climáticas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa, para se garantir sustentabilidade na preservação da biodiversidade e ecossistema", esclareceu. Giza Gaspar frisou que para se fazer face ao aquecimento global, o Executivo traçou o Plano Estratégico Nacional para as Alterações Climáticas e o Plano Nacional de Adaptação. A Autoridade Nacional Designada da República de Angola foi criada a 13 de Janeiro de 2010, como instrumento que permite ao país aceder aos mecanismos e oportunidades abertos pelo mercado de carbono. Compete à Autoridade Nacional Designada aprovar e validar as actividades de projectos consideradas elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. A Autoridade Nacional Designada também tem a competência de harmonizar os projectos do MDL com as políticas sectoriais, verificar e certificar as reduções de emissões de gases com efeito de estufa e as remoções de dióxido de carbono, entre outras actividades.

## 10.8 Ambiente. Ministério faz consulta à sociedade

*Jornal de Angola*  
05 de Dezembro de 2012

O Ministério do Ambiente, em parceria com o Conselho Nacional de Carregadores do Ministério dos Transportes, lançou ontem uma consulta pública para a elaboração de um estudo sobre o impacto ambiental da construção do porto seco no município Soyo. A consulta pública pretende obter dados para uma análise quantitativa e qualitativa dos parâmetros ambientais que permitam ao Ministério do Ambiente ter condições para licenciar ou não o projecto de construção do porto.

O procedimento é uma exigência da legislação ambiental aos projectos que, pela sua natureza, dimensão ou localização, possam causar impacto significativo no ambiente. Nelma Silva, responsável municipal do sector do ambiente, disse que a consulta pública serve também para conseguir contribuições e opiniões da população do Soyo. O responsável da área de estudo e projectos do Conselho Nacional e de Carregadores afirmou que o porto seco garante um serviço de qualidade de armazenagem e de mobilização de contentores de carga com destino a outras áreas do Soyo.

O porto seco vai receber contentores do Porto do Kuanda e de outras localidades que fazem parte da rede nacional de logística, como Malange e Luau. "Há perspectivas de se movimentar mais carga através da linha férrea, uma via bastante vantajosa", disse José Costa. O administrador municipal, Manuel António, considerou que o projecto impulsiona o desenvolvimento.

## 10.9 Chuvas destroem casas no Bengo e desalojam centenas de famílias

*Jornal de Angola*  
05 de Dezembro de 2012

As fortes chuvas que se abateram nos últimos tempos sobre a província do Bengo provocaram a destruição de 353 casas e desalojaram centenas de famílias. A informação foi dada à imprensa pelo comandante provincial dos Bombeiros do Bengo, Mateus Júlio Manuel Vunda, no âmbito das comemorações de mais um aniversário da corporação.

Além das casas, as chuvas, acompanhadas de fortes ventos e granizo, derrubaram árvores, destruíram instituições públicas, infra-estruturas sociais, tomaram as vias de acesso intransitáveis e inundaram campos agrícolas. Os municípios mais afectados, segundo o comandante da corporação, são Dande, Dembos, Bula Atumba, Nambuagongo e Pango Aluquem, zonas que compreendem o triângulo agrícola e que registam grandes chuvas.

Mateus Vunda disse que, de Janeiro a Novembro, os Bombeiros registaram na região 68 ocorrências, mais 11 em relação a igual período do ano passado, das quais 39 incêndios. A região do Dande lidera a lista com 34 incêndios, 25 afogamentos e 12 encarceramentos em viaturas acidentadas.

Mateus Vunda realçou que a maior parte dos incêndios foram causados por curtos circuitos, fogo posto e negligencia. O comandante informou que desde Janeiro se registaram 35 afogamentos, tendo o município do Dande totalizado 14 nos rios, nove nas praias da Barra do Dande e Panguila, um no Ambriz e seis na vala de irrigação do Caxito. Desde Janeiro, o comando provincial dos Bombeiros realizou 45 inspecções e aconselhamentos para evitar acidentes por afogamentos e incêndios.

No leque de acções constam também 26 campanhas de sensibilização aos banhistas e turistas nas zonas do Ambriz, Barra do Dande, Vala de irrigação do Caxito e ao longo do rio Dande. Mateus Vunda garantiu que foram feitos estudos nos seis municípios para criar quartéis municipais.

## 10.10 Chuvas provocam danos na via do Cuito ao Andulo

*Jornal de Angola*

06 de Dezembro de 2012

As fortes chuvas que se abatem sobre a província do Bié estão a degradar a estrada que liga o Cuito ao Andulo, causando danos incalculáveis às viaturas, apurou o Jornal de Angola. Automobilistas contactados pela nossa reportagem estão preocupados com as chuvas que se abatem diariamente na região, uma situação que pode provocar a interdição da via. Bartolomeu Londaca, funcionário público, disse que se a chuva continuar com a mesma intensidade, a circulação rodoviária pode ser interrompida nos próximos dias.

Isaac Chandenguele, taxista que percorre diariamente a estrada entre o Cuito e o Andulo, afirmou que está em péssimo estado, devido às chuvas. Por isso, sugere uma intervenção urgente. Maurício Rodrigues, taxista que circula na mesma rota, realçou que o estado em que se encontra a Estrada Nacional 140 é crítico: "a estrada está danificada e muitos taxistas já estão a pensar não fazer mais viagens neste troço", disse à nossa reportagem. A Estrada Nacional 140, que liga a cidade do Cuito ao Andulo, está a ser reabilitada desde 2010 numa extensão de 130 quilómetros. As obras têm sofrido várias interrupções, o que cria embaraços à circulação rodoviária. A ligação entre Cunhinga e Rio Mbuim está em péssimo estado. Até ao momento, apenas 23 quilómetros foram asfaltados. Apesar do mau estado da via, o movimento de viaturas continua a ser acentuado. A Estrada Nacional 140 permite a ligação entre as províncias do Bié, Huambo, Kwanza-Sul e Malange.

## 10.11 Onde anda a “comissão da chuva”?

*Novo Jornal*

07 De Dezembro 2012

NO MÊS PASSADO, o Governo Provincial de Luanda (GPL) criou uma comissão multisectorial, para avaliar os prejuízos causados pela chuva que tem assolado a região e encontrar formas de minimizar os estragos causados. A comissão é composta e encabeçada pelo corpo de bombeiros, por membros do governo provincial e ainda por empresas de limpeza e saneamento básico. Os técnicos, de acordo com o Governo da Província de Luanda, têm a missão de avaliar os danos causados e, no terreno, limpar o lixo que as chuvas arrastam e retirar água do interior de residências afectadas, geralmente em

zonas de risco (localizadas junto a valas de drenagem). As equipas, segundo o executivo, têm ainda a missão de desobstruir as ruas mais afectadas. Porém, munícipes da periferia dizem ainda não ter sentido o trabalho da recém-criada comissão, dadas as dificuldades que vivem nos seus bairros. Importa referir que a nossa reportagem constatou que algumas obras de restauro que estavam a ser efectuadas nalgumas ruas de Luanda, no âmbito do programa de reabilitação das vias secundárias e terdárias, se encontram paralisadas e sem qualquer explicação, o que tem deixado ainda mais desesperados os populares. Palanca, Viana, Rangel Rocha Pinto, Samba, Mártires de Kifangondo, Cassenda, Sagrada Esperança e Neves Bendinhá, são alguns dos bairros e municípios que viram as suas obras encalhadas. Enquanto os Luandenses choram com as consequências das chuvas, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (Inamet) antevê mais cargas de água para os próximos dias, o que, para muitos cidadãos, augura mais sofrimento para a população.

## 10.12 Seca no Huambo e Bié. UE mantém apoio à população afectada

*Jornal de Angola*

07 de Dezembro de 2012

O chefe da Delegação da União Europeia em Angola, Javier Puyol, avalia hoje e amanhã as necessidades da população afectada pela seca nas províncias do Huambo e Bié. A visita enquadra-se na missão do Serviço de Ajuda Humanitária e Protecção Civil da União Europeia (ECHO), que está a apoiar o Executivo e as comunidades afectadas pela seca, para melhorar a segurança alimentar e responder à má nutrição.

Após uma visita ao terreno, em Agosto passado, a ECHO avaliou a situação e aprovou uma intervenção de quatro milhões de euros nas províncias mais afectadas pela estiagem. Durante a visita, estão previstos, entre outras actividades, encontros com os governadores e autoridades provinciais e locais, activistas e comunidades afectadas pela seca, para uma auscultação das necessidades locais.

Também vão ser visitados projectos apoiados pelas Organizações Não Governamentais "Visão Mundial", "Africacare", e "People in Need", e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que juntamente com o Executivo estão a trabalhar na emergência alimentar causada pela estiagem. Aproveitando a visita ao Bié, Javier Puyol vai avaliar o andamento do programa de desminagem. A União Europeia está a financiar com

20 milhões de euros o programa de desminagem, dos quais três milhões estão a ser utilizados nas acções de remoção de minas na província. Este programa é desenvolvido pela ONG internacional "The Halo", e tem como objectivo o apoio às comunidades mais afectadas pelas minas e outros engenhos explosivos, desenvolvendo acções conjugadas e abrangentes de desminagem humanitária. A União Europeia é actualmente o maior doador a fundo perdido de Angola e desenvolve com o Executivo um programa de cooperação plurianual (2008-2013) ao abrigo do 10º Fundo Europeu para o Desenvolvimento e do Orçamento da Comissão Europeia, num total de mais de 250 milhões de euros.

### 10.13 Falta de esgotos contribui para a deterioração das estradas

*Novo Jornal*

*07 De Dezembro de 2012*

BURACOS nas vias, ruas alagadas e intransitáveis, bem como a ausência de saneamento básico, completam o cenário no Sambizanga. Nos edifícios, o panorama não foge à regra, pondo em causa a saúde pública. Os moradores da rua Comandante Valódia, nos arredores da Escola do 10 Ciclo do Ensino Secundário nº 1125, bem ao lado do edifício onde funcionavam as instalações do Ministério da Comunicação Social, lamentam o estado degradante que as ruas apresentam. Para quem vem da Mutamba em direcção ao S. Paulo, a zona baptizada como "Feira Ngoma" é também usada como uma via alternativa para se chegar, com maior rapidez, aos distritos do Rangel, Sambizanga e ao município do Cazenga. O excesso de lama e os buracos, bem como as águas estagnadas, fustigam os candongueiros e os passageiros que tentem aventurar-se por aqueles caminhos. Apesar de ser um problema antigo, de acordo com os moradores entrevistados por este jornal, nos últimos dias, chuvosos, a zona apresenta maiores dificuldades para o trânsito. Paulo da Costa, estudante universitário, lembra que em cada estrada e zona de Luanda há sempre um buraco. Mas, apesar disso, não se nota a presença das empresas de manutenção das estradas a taparem os buracos. O estudante acrescenta que na via em referência existem prédios ao lado de quantidades elevadas de resíduos sólidos, complicando gravemente a saúde pública dos moradores e demais transeuntes. "Não seria assim em plena cidade capital, pois se há muitos problemas que aqui não são resolvidos, nas periferias jamais se resolvem", referiu, acreditando que, com a contribuição dos moradores e a insistência nas reclamações junto da administração, os problemas serão resolvidos. Quem não deixou de dar uma

palavra fui o taxista Júlio da Silva (Dadá), que começou a trabalhar recentemente na zona, ao garantir que o dinheiro que tem sido cobrado para a taxa de circulação é muito alto e o estado das estradas não o justifica. Dadá reconheceu também que pouco se tem feito, no que se refere à qualidade de vida e na melhoria do bem-estar social dos cidadãos. Por outro lado, Donga Simão, morador do Cazenga e funcionário de uma empresa naquele município, foi-nos dizendo que esta zona regista uma ligeira melhoria, mas apenas uma estrada foi reabilitada e está já bloqueada. "As demais vias estão lastimáveis. Gostaríamos de ver a presença da administradora Mara Baptista para solucionar o problema", afirmou, acrescentando que mesmo sem as chuvas já havia problemas de esgotos. Desde a Avenida Brasil até ao início da rua dos Combatentes, foi feita uma intervenção de reabilitação, mas a partir da escola 147 para diante, ao Senado da Câmara, a estrada está péssima porque não sofreu qualquer melhoria, o que vai contribuir para que a via reparada se deteriore de forma rápida.

### 10.14 Ainda a chuva em Luanda

*Folha 8*

*08 De Dezembro de 2012*

O Vice-governador para a área técnica do Governo Provincial de Luanda foi aos locais mais críticos constatar aquilo que os moradores conhecem há décadas. O Zango, é um dos muitos maus exemplos de uma centralidade implantada para as populações viverem, onde cerca de vinte casas construídas num declive vão ter que ir abaixo, em consequência destas chuvadas. Ora aqui temos mais um exemplo a juntar a tantas obras concluídas à pressa e no afã de poderem ser inauguradas em tempo que permita propaganda eficaz do regime. Construíram-se casas "à toa" sem garantir a segurança dos moradores. E o dinheiro dos contribuintes foi delapidado e desbaratado para construir casebres que pudessem servir de moradia e agora também irá servir para destruir as mesmas casas, sem a responsabilização de quem as mandou erguer naquele sítio. E assim vai a Gestão Urbana da capital Angolana sob a orientação do Chefe do Executivo que quer inaugurar e inaugurar vezes sem conta, sem atender à qualidade das obras e sem as mesmas satisfazerem as necessidades de habitação dos Angolanos. Como canta um músico Angolano, isto está malé, malé!

## 10.15 As costas largas da chuva

*Folha 8*

*08 de Dezembro de 2012*

A chuva este ano veio cedo e destapou muita careca, a pontos de ter suscitado comentários que pouco o nada tinham a ver com a sua persistente e pertinente descoberta das mesmas. Aqui vai uma dessas críticas, pescada no facebook. «As nossas críticas contra o grupinho que desgoverna Angola, encabeçado pelo Sr. JES, são um acto de coragem e patriotismo impar. E verdade que a chuva é obra da natureza. Mas também é verdade que já houve tempo, possibilidades e oportunidade de transformarem Luanda numa verdadeira cidade, evitando o que vimos na semana passada ata nas barbas do palácio e no interior do BNA, para além de mais ... Não seria esse o momento para homens como o Dr. Bornito de Sousa e outros, que têm fingido defender o indefensável, aproveitarem para DEMITIR-SE) E com coragem admitir que estão fartos de ser mal dirigido e obrigados a se comportarem como crianças Por amor de Angola e pela vossa honra, precisa de reconsiderar muita maldade que defendeu ate aqui no facebook' Coragem Sr. Dr., DE UM PASSO EM FRENTE uma vez Estou ansioso na vossa reacção Sr. Ministro Sérgio Conceição. Inês Prata, Ana Margoso, Julumba Julumba Adão. Incitar o Dr. Bornito de Sousa a demissionar por causa da chuva? Não haverá motivos muito mais graves do que esse?

## 10.16 Dombe Grande. Todos furiosos

*Jornal A Capital*

*08 de Dezembro de 2012*

Fernando Monteiro, agricultor, tem razões mais do que suficientes para fazer contas à vida. Assustado com as cheias no rio Copo rolo, diz estar a rever de forma bem «mais dramática» um filme vivido em 2010. «Queremos uma intervenção responsável, feita por Engenheiros dignos dessa designação, não por nós, camponeses e agricultores ou sobas», apelou. Nando Monteiro diz que a sua fazenda deixou de agricultar 500 hectares, agora transformados em terrenos arenosos, o que representa perdas de enormes quantidades de tomate, repolho e pimento. «Mesmo sem tecnologia naquele tempo, conseguíamos desviar rios e fazer barragens e pontes. Onde estão os Engenheiros formados fora do país?», questionou o homem do campo.

Convicto de que o camponês gosta de trabalhar, disse que não pretende voltar a ver o Governo a fazer doações de alimentos, tal como acontecia no passado para esquecer. Visivelmente agastado, o agricultor

lamenta o facto de nem mesmo a Direcção da Agricultura tem dados concretos sobre os prejuízos causados pelas cheias ao longo deste ano. «Não quero imaginar o que será em Fevereiro e em Março», salientou, pouco antes de ter aventado a hipótese do fim da actividade agrícola no maior pólo de produção de tomate do país.

Joaquim Kativa, outro agricultor, começa por explicar que viu partir 30 hectares, tendo perdido tomate, pimento e repolho. «Só fiz a primeira apanha, uma vez que houve deficiência e um mau trabalho em 2010. O cenário repete-se, apesar de terem sido alertados os que lá estiveram, entre eles dirigentes», apontou. Sem muitos comentários, Eduar-do Major refere que, ao contrário dos discursos quase que ensurdecedores de há pouco tempo, o «mais importante não está a se resolver, os problemas do povo». Ele conta que perdeu, para além do tomate, pimento, repolho e milho, motores arrastados pela fúria das águas. «Foi tudo brincadeira de mau gosto», atira.

## 10.17 A quem interessa o trabalho paliativo

*Jornal A Capital*

*08 de Dezembro de 2012*

Estamos em 2012, ano de avisos à navegação. Um camião e um caterpillar são vistos a realizar trabalhos no terreno, após um levantamento feito por agricultores e o vice-governador Henrique Calengue. «Não sei de que empresa são os tais meios, não tinham timbres. Até pareceu um biscate», informa Nando Monteiro, que diz não perceber as razões que levaram o Governo a dar «nega» ao empresário - cujo nome preferiu não avançar - que se propôs levar a cabo uma acção digna de realce.

Aqui chegado, quis saber quanto recebeu esta empresa «fantasma» que nada fez e, mais grave ainda, ofuscou a firma com pessoal e meios para minimizar. «Foi ignorada porque não tinha comissão neste negócio?», voltou a questionar, para mais adiante avisar que não quer ser obrigado a perder a confiança no Governo que constituiu a sua aposta em Agosto deste ano.

Alvo de muitas críticas, Eng. Henrique Calengue afirmou que as alegações de empresa «fantasma» surgem de sectores bem identificados, normalmente movidos pelo espírito de má fé. «Não houve qualquer intervenção à jusante do rio. Houve, isto sim, uma tentativa dentro dos esforços do Governo Provincial, que agora está a ser mal interpretada-justificou.

O governante aproveitou a ocasião para esclarecer que a operação de emergência a que se referiu, marcada para o 1º trimestre de 2013, antes da definitiva, prevê 500 metros de diques de protecção a jusante do Coporolo. «Estamos a falar num valor que pode chegar a 5 milhões de dólares», informou o vice-governador para a área Técnica e de Infra-estruturas, certo de que a emergência atingirá 10% dos 38 em falta.

No cômputo geral (Coporolo, Cavaco e Catumbela), este programa absorveu já USD 150 milhões, valor que permitiu chegar a 62 por cento, contando com a colocação de diques de protecção ao longo das margens e o desassoreamento. «Há, como indicam os números, uma atenção especial da parte das autoridades», finalizou.

## 10.18 Controlo das mudanças climáticas mais eficaz com apoio internacional

*Jornal de Angola*

*23 De Dezembro de 2012*

O Executivo de Angola trabalha em parceria com a Alemanha, Africa do Sul, Botswana, Zâmbia e Namíbia, para instalar no país um centro de investigação científica e serviços contra as alterações climáticas e do solo, anunciou em Luanda a ministra da Ciência e Tecnologia, Maria Cândida Teixeira. Segundo Maria Cândida Teixeira, que falava à imprensa, o Executivo pretende igualmente criar em Angola um centro científico, para ser gerido pela Universidade Agostinho Neto, em parceria com a Universidade de New Castle (Inglaterra) e pelo Instituto Planeta Terra, sedado em Londres (Inglaterra). A ministra da Ciência e Tecnologia destacou o aumento dos níveis de investigação científica nas universidades e outras instituições, bem como o desenvolvimento da interacção entre estas e o sector privado no domínio da pesquisa. Maria Cândida Teixeira indicou que o país, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, integrou este ano o grupo técnico da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que preparou uma proposta de um plano de acção que visa estimular a inserção de mulheres nas diversas actividades relacionadas com a ciência, engenharia e tecnologia nos Estados membros da associação regional.

## 10.19 Fortes chuvas anunciam boas colheitas

*Jornal de Angola*

*09 de Dezembro de 2012*

As Intensas chuvas que se abatem sobre os municípios da província do Kwanza-Sul prometem ótimas colheitas no ano agrícola 2012/2013, revelou o director provincial da Agricultura, Pedro Lambuazau. Em declarações ao Jornal de Angola, informou que estão disponíveis 100 toneladas de semente de milho, cinco de feijão, cinco de massambala e cinco de massango.

Na campanha estão envolvidas 199.704 famílias, filiadas na União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA) e apoiadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA), disse Pedro Lambuazau. Para esta campanha a província tem mais 15 tractores que vieram reforçar a capacidade da Empresa de Mecanização Agrícola, Mecanagro, na preparação dos terrenos para o cultivo.

"Neste ano agrícola temos preparados 556.214 hectares do sector camponês e 49.764 hectares do ramo empresarial", disse o director da Agricultura, acrescentando que para o Kwanza-Sul foram enviadas 300 toneladas de adubo, 150 toneladas de sulfato de amónio, 400 charruas e três mil catanas. Dos 3.172 agricultores registados na província do Kwanza-Sul, apenas 1.110 exercem com regularidade a sua actividade.

O director Pedro Luambuazau está preocupado com as dificuldades de escoamento da produção para os grandes centros devido à falta de transporte: "as famílias camponesas, para escoar a sua produção para Luanda ou outros mercados alugam viaturas, o que é bastante oneroso". Reconheceu que, apesar da criação, o ano passado, de um entreposto comercial na Gabela, o aluguer de viaturas ainda prevalece, especialmente para os agricultores que têm as suas propriedades em áreas longínquas. Em consequência da prolongada seca que afectou a província o ano passado, os camponeses enfrentam sérias dificuldades para pagar o crédito agrícola, segundo o director provincial da agricultura, que garante medidas para se reverter o quadro.

## 10.20 Chuvas fazem estragos na Huíla

*Novo Jornal*

*14 Dezembro 2012*

AS CHUVAS que se abateram nos últimos dois meses na província da HUÍLA provocaram o desalojamento de 1.314 pessoas e o desabamento de 219 residências nos municípios de Cacula, Quilengues, Caconda, Matala e Lubango, informou o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Emanuel Castro. Os estragos atingiram maiores proporções em algumas localidades do interior, como em Ouilengues, onde 195 casas desabaram e igual número de famílias ficaram desalojadas, seguido pelo município do Lubango, com 14 residências destruídas e o município da Matala, com quatro casas caídas e a morte de dois menores por descargas eléctricas. Emanuel Castro, apesar de reconhecer o infortúnio, esclareceu que a situação está sob controlo dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, que contam no seu efectivo com, 246 homens e meios técnicos para contrapor qualquer eventualidade decorrente das fortes chuvas registadas nos últimos dias na província da Huíla. ' A diminuição de zonas em situação de risco na cidade do Lubango, muito por força do programa de requalificação da capital da Huíla, iniciado em 2010 pelo anterior governador, Isaac dos Anjos, e que tem garantias de continuidade do actual gestor, João Marcelino Tchippingui, terá contribuído para o efeito, sugeriu Emanuel Castro. A situação das chuvas e seus efeitos nefastos sobre a população esteve no centro de um encontro, que juntou na sede do governo local a subcomissão provincial intersectorial de protecção civil. A reunião serviu para avaliar a realidade actual e traçar estratégias de apoio às famílias afectadas, sobretudo pelas inundações, que varreram algumas localidades do interior da província da Huíla.

## 10.21 Fornecimento de energia vai melhorar mas desafogo mesmo só depois de 2017

*Agora*

*15 De Dezembro de 2012*

O que é necessário, como nos asseguraram, é que chova e muito lá mais para o interior, e acreditam que até Abril, "com as chuvas mil" a situação conhecerá profundas melhorias. Só no período de estiagem, perderam-se cerca de 10 metros de altura na albufeira, a contar da parte superior da barragem, o que significa a escassez de milhões de litros de água. Não lembrava ao diabo na "flor" dos meus entas e

picos anos, sair as 4h30 de uma redacção depois do desgaste do fecho da edição, e numa sexta-feira, pelas 5 horas, entrar numa viatura para fazer uma longa viagem, mesmo não indo ao volante, que me levou primeiro a Laúca e depois a Capanda, em Malange, num périplo de quase 400 quilómetros que no dia seguinte terminou em Cambambe, no Alto Dondo, Província do Kwanza Norte. Mas o convite do Ministério, formulado com alguma antecedência por via do Mariano de Almeida, justificava. E as expectativas não foram goradas, quando já a saída de Viana, no local de concentração, reví antigos colegas de profissão, mas também quadros do Sector da Energia e Águas, como o engenheiro Marinho, Director Geral da ENE, com quem faz muitos anos não convivía, nem de perto nem de longe. O objectivo, como foi amplamente divulgado ao longo da semana, era o conhecimento dos esforços que têm sido realizados pelo Executivo no domínio da geração da energia hídrica, para debelar quer a crise que se vive, quer para aumento da oferta por via da construção de novos centros ao longo do rio (Médio) Kwanza, como está a decorrer na região de Laúca, ou da capacidade onde já existem empreendimentos, como é o caso de Cambambe. Sem mais delongas, o que se viu foi que, efectivamente, há muito trabalho realizado e muito mais pela frente para que, pelo menos lá para 2017, ou seja daqui há cinco anos, possamos conhecer algum desafogo. Por enquanto, como disse meio a brincar meio a sério o Reginaldo Silva, nem que importássemos o "mijo" de todos os chineses depois de uma boa bebedeira de cerveja, não há muito que fazer, pelo menos no que toca as barragens, porque o que Capanda -como principal unidade reguladora do caudal do rio Kwanza, o maior do país, com 960 quilómetros de extensão, que depois abastece Cambambe - necessita mesmo, é que chova muito lá para o interior, para que a albufeira consiga atingir os níveis anteriores (950). Ou seja: bem para uns, desgraça para outros, aqueles que, regra geral, veem as suas culturas e casas arrastadas pelas torrentes de água, que na nossa ânsia e egoísmo de cidadãos, não são tidos nem achados. "Queremos é luz" - gritamos com a boca toda aberta. E em Malange, a chuva causa sempre arrepios, porque é sempre acompanhada de trovões e relâmpagos. A mim por exemplo, que vi com esses olhos que a terra há-de comer um dia (e que não seja para já) lá no bairro da Maxinde, um raio cortar uma cubata ao meio, deixando para trás um cheiro extremamente forte de enxofre ou pólvora, e avultados danos materiais para os humildes ocupantes do casebre. "É feitiço" - gritaram em uníssono os vizinhos. Mas não era... Integrando uma longa caravana encabeçada pelo Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, calcorreamos a estrada primeiro de ligação ao Bengo, que apresenta já

profundos sinais de desgaste, e depois em direcção a Capanda, num saudável e bem sinalizado tapete - que necessita apenas de mais vinte quilómetros para término da empreitada - que nos conduziu ao estaleiro e depois à zona onde decorrem os trabalhos de escavação à céu aberto, da encosta do morro rochoso onde será erguida a barragem do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca. Os trabalhos avançam num ritmo acelerado e segundo Elias Daniel, engenheiro angolano director do projecto, o volume de escavação executado já atingiu os 77.910,5 m<sup>3</sup> de matéria rochosa depositada no leito do rio, para desvio e construção da barragem. Laúca está a jusante de Capanda e faz parte da revisão dos estudos da cascata do Médio Kwanza, feito já no período colonial, a que seguirá Caculo Cabassa, que entrará em execução já no próximo ano. A meta é que estes centros de produção tenham, até 2017, capacidade instalada para geração de 5000 MW, de uma estimativa de 6200 e forneçam energia para o norte e para o centro do país, beneficiando mais de 8 milhões de famílias. O Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca terá capacidade para gerar 2.067 MW de energia, ou seja, quatro vezes mais do que Capanda. O projecto será executado num prazo de cinco anos e oito meses, e pode gerar 3.500 Oportunidades de trabalho directas, segundo os responsáveis pela implementação da obra. A primeira fase da construção foi iniciada em Julho e deverá estar concluída em Fevereiro de 2014. Neste momento decorrem os trabalhos de desvio do leito do rio, acção que compreende a escavação de dois túneis na margem direita.

#### A desolação em Capanda

A etapa seguinte da visita do grupo foi a vila de Capanda. E vieram-nos recordações de uma fase Longínqua de realização dos primeiros estudos e implantação de estaleiros, na sequência de aturadas negociações com o Brasil e a então União Soviética dirigidas pelo falecido Ministro Pedro de Castro Van-Dúnem "L. oy". A sua construção esteve sempre rodeada de grande polémica, porque incluindo o Banco Mundial, grande parte das instituições achava que não era investimento necessário naquela altura, justificação baseada no baixo consumo, principalmente de Luanda. Com vários constrangimentos e condicionada também pelos ataques e ocupação de forças da UNITA, o investimento acabou por justificar a sua importância, até porque, com o crescimento dos principais centros de consumo, acabou até por ser ultrapassada. A barragem tem 110 metros de altura, o equivalente a um edifício de 36 andares. Com duas turbinas que geravam 260 MW forneceu inicialmente energia para a região norte. Na segunda fase do projecto, com

mais duas turbinas, passou a gerar 520 MW. Além da própria obra, o grande desafio foi construí-la num período em que o conflito armado conheceu intensificação. E com saudade recordamo-nos de uma das muitas vítimas, o nosso amigo piloto Franco, desaparecido até hoje quando fazia a ligação entre Luanda e Capanda. Apesar de continuar a manter a sua beleza, ornamentada agora com o renascer da vegetação verde que regressou com as chuvas, como resultado da estiagem e consequente falta de água na albufeira e de uma intervenção de emergência na barragem, está a produzir apenas 85 megawatts dos 120 possíveis, o que representa 17% da capacidade. No local, o engenheiro Eurico Ferreira, Director Geral do Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza, um quadro antigo do sector que conhecemos como Director Regional da ENE em Benguela, acompanhado de um grupo de técnicos da nova geração, mostrou-nos o quadro desolador provocado pela estiagem. De acordo com explicações dadas e pelo que foi visualizado mesmo apesar de estar a chover no interior, o reservatório (albufeira) ainda está no seu nível mais baixo. Só nesse período perderam-se cerca de 10 metros de altura a contar da parte superior da barragem, o que significa a escassez de milhões de litros. As contas por lá fazem-se por níveis e para estar cheio, o reservatório necessita de encher até aos 950. A perspectiva é animadora e o Ministro recebeu garantias de que a geração de energia poderá conhecer melhorias ainda antes da quadra festiva, porque apesar da pouca água que vai chegando, há de facto alguma subida no caudal e a todos os níveis tudo está operacional para que se reponham os níveis de produção de energia, num processo gradual e seguro. O que é necessário, como nos asseguraram, é que chova e muito lá mais para o interior, e acreditam que até Abril, "com as chuvas mil" a situação conhecerá profundas melhorias. Construção de Cambambe 2 Situada a 200 quilómetros de Luanda, Cambambe é o último aproveitamento hidroeléctrico do rio Kwanza, antes da foz na Barra do Kwanza. Inaugurada a 6 de Outubro de 1960 pelo então Presidente da República Portuguesa, Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz, Cambambe começou a ser construída em 1958. Em 2009 começou a ser alvo de profunda reabilitação, cujos trabalhos deverão estar concluídos ainda este ano, garantindo-se uma geração de 180 MW. Cambambe é gerida pela ENE e guiados por uma "peça" da sua própria história, o engenheiro Ferreirinha Borges, fomos informados e confirmamos numa longa e pormenorizada visita, que decorrem trabalhos de alteamento da barragem em mais 30 metros, que elevará a geração da central 1 em 80 MW adicionais mas também a construção de uma segunda central, que produzira mais 700 MW. A perspectiva é que em 2015, quando todas as obras

estejam concluídas, Cambambe terá capacidade para gerar .960 MW de energia, interligada aos sistemas norte e centro. A grande vantagem desse aproveitamento, é que beneficiará as albufeiras de Capanda e Laúca, incrementando a geração de energia. Para além da visualização das obras de alteamento da barragem, o grupo de visitantes percorreu demoradamente casas de máquinas, novos túneis e áreas à superfície de construção de Cambambe 2. A conclusão a que se pode chegar é que, o Executivo está efectivamente a trabalhar para satisfação das necessidades de consumo, quer com sistemas hidroeléctricos quer de geração térmica, não só para o principal centro de consumo que é Luanda, mas, igualmente para outras regiões do país, como foi recentemente o caso do Gove, no Huambo, onde foi instalada uma central hidroeléctrica com três turbinas, com capacidade total para gerar 60 MW. Esse trabalho tem sido complementado com a instalação de linhas de transmissão e distribuição que permitirá contemplar quase todo o país. Aliás, segundo o Ministro João Baptista Borges, estes três projectos visitados avaliados em vários biliões de dólares, sustentarão o crescimento das necessidades energéticas do país, reunindo mais de 5 mil MW de potência. É, como refere a própria propaganda promocional do Executivo: "o país está a crescer". Neste momento, há disponibilidade para 1200 MW de capacidade, indicadores que apontam para o dobro do que havia em 2002. Por outro lado, há uma geração de quadros novos que está a ser formado para garantir o normal funcionamento desses centros que têm sido, importantes centros de formação para outros que estão em fase de construção, como por exemplo Laúca. Igualmente par técnicos estrangeiros, como vimos na escavação dos túneis de Cambambe 2, os mesmos que depois farão o mesmo trabalho nessa empreitada.

## 10.22 Ainda falta muita água

*Semanário Angolense*  
15 De dezembro de 2012

Embora já tenha começado a chover com alguma intensidade, a barragem de Capanda necessita ainda de muita água para voltar a atingir o nível normal da sua produção de energia, que é de 520 megawatts. «Não é com uma semana de chuvas que se eleva o nível da albufeira de Capanda», disse à imprensa o engenheiro Manuel Quintino, director nacional dos recursos hídricos, para adiantar que só se deverá chegar ao normal dentro de cinco meses, caso a natureza não pregue nenhuma partida. Ou seja, é preciso que continue a chover. A albufeira de Capanda tem uma área de 172 quilómetros quadrados, estando coberta neste momento em

pouco mais de um terço da sua capacidade, devido à estiagem que «assolou» o país, tendo isto influenciado grandemente a sua produção. Contudo, ao que soube o *Semanário Angolense* durante a visita de uma delegação ministerial do sector, na semana passada, as últimas chuvas que se abateram sobre a região permitiram um ligeiro aumento do nível da água na albufeira da represa, o que possibilitou alguma recuperação na produção de energia eléctrica, embora não o seja já nas quantidades ideais. Segundo a nossa fonte, a situação agora é bem melhor do que há algumas semanas atrás, pelo que é possível que boa parte da cidade de Luanda consiga estabilizar-se em termos de recebimento de energia eléctrica nessa quadra festiva, sendo esta, aliás, uma das grandes preocupações do momento. O chefe de operação da barragem, Félix Carvalho, garantiu (que «Capanda» vai passar a produzir, dentro de dias, entre 315 e 330 megawatts de energia, contra os actuais 285 megawatts. O «operativo» do aproveitamento hidroeléctrico malangino disse ainda que se vai adoptar uma estratégia de gestão da água da albufeira, cujo nível tem estado a subir à razão de um metro a cada três ou quatro dias, para a produção de mais energia. «Neste momento, temos a al- bufeira com um nível de 927,33 metros e esperamos ter, entre os dias 20 e 22 de Dezembro, 932 metros, um número que nos vai servir para aumentar a produção energética», assegurou Félix Carvalho. Informou ainda que é necessário que a água na alburfeira atinja os 950 metros para que as quatro turbinas tenham condições de trabalhar na capacidade máxima, para que possam produzir 130 megawatts cada uma. Iniciada em 1984, a construção da central hidroeléctrica de Capanda demorou perto de 20 anos, devido às paralisações decorrentes do conflito armado que o país viveu até 2002. Sob responsabilidade do Gamek (Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza) foi construída por um consórcio liderado pela empresa russa Technopro-moexport, com o concurso dos brasileiros da Odebrecht, no que seria o seu primeiro grande projecto em Angola.

## 10.23 Polícias angolana e namibiana vão efectuar patrulhamento conjunto

*Seminário Angolense*  
15 De Dezembro 2012

A 7ª reunião do Comité Técnico entre a porvincia do Namibe e a Região do Cunene/Namibia, cujo objectivo foi balancear as actividades desenvolvidas desde a 6ª reunião realizada na cidade de Opuwo, Região do Ku- nene República da Namíbia, procedeu à avaliação da situação de segurança ao longo da



fronteira comum com aquele país vizinho, onde as relações da boa vizinha tem proporcionado um ambiente favorável à vida das comunidades residentes ao longo da fronteira em ambas as partes. O governador do Namibe, Isaac Francisco Maria dos Anjos, que fez as honras da casa, depois de ter visitado demorada mente os postos fronteiriços da Garota Nova e do Montenegro, município do Tombwa, além de ter agradecido o empenho do seu homólogo namibiano, Ioshua Hoebeb, pela forma como tem correspondido na solução dos problemas da população na região Kunene, defendeu a necessidade de se traçar e imprimir uma nova dinâmica que permita prevenir e combater os crimes transfronteiriços, com realce para os crimes de furto e roubo de viaturas, gado, imigração ilegal, tráfico ilícito de drogas, armas de fogo e pedras preciosas. A criação de estratégia que permita aos turistas viajarem e desfrutarem à vontade das belezas naturais que encantam a província e diminuir a carga psicológica de acompanhamento, foram, entre outras, as preocupações manifestadas pelo governador do Namibe. Isaac dos Anjos em jeito de resposta ao caso de falta de condições de trabalho e acomodação do efectivo em serviço na fronteira com a Namíbia, assegurou que consta no programa de investimentos públicos, prescritos para o ano económico 2013 a melhoria das condições e acomodação das forças policiais destacadas ao longo da fronteira com a Republica da Namíbia. O comissário António Pedro Kandela, delegado do Ministério do Interior, comandante provincial da Polícia Nacional do Namibe e nas vestes de presidente do Comité Técnico, e o comissário Mandume Filimone Paulus Shifonono, comandante da Região do Kunene/Namibia, renovaram o compromisso de tudo fazer a bem das comunidades que vivem ao longo da fronteira comum e dos dois países irmãos.

#### Sem actos ilícitos

Quanto ao balanço das actividades desenvolvidas desde a 6ª reunião até a presente data, constatou-se que, relativamente ao furto e roubo de viaturas, durante o período em balanço, não se registou qualquer caso do género, fruto do empenho e entrega dos efectivos de ambos os países, mas, recomendou-se aos órgãos de especialidade que continuem a realizar troca de informações de interesse policial neste domínio. Quanto ao furto e roubo de gado, a reunião manifestou a sua satisfação, por não ter tomado conhecimento de ocorrência de crimes desta natureza. Porém, constitui preocupação a saída de gado no território angolano para a República da Namíbia, de forma ilegal, a partir das fronteiras do Monte Negro e Tchavaia/Iona, tendo-se recomendado a colocação de especialistas de

veterinária a fim de fiscalizar e regular o exercício desta actividade. No domínio da imigração ilegal, a reunião concluiu igualmente que não se registou nenhum caso, contudo, recomendou aos respectivos especialistas que prossigam com o trabalho de sensibilização dos cidadãos residentes ao longo da fronteira comum, com vista ao desencorajamento deste fenómeno. Sobre o Tráfico Ilícito de drogas, pedras preciosas e armas de fogo, não se tomou conhecimento de qualquer caso do género que merecesse intervenção policial, contudo, foi recomendado aos órgãos de Investigação Criminal e Guarda de Fronteira de Angola e a Namíbia que mantenham a troca de informações neste domínio. O Comité constatou, com preocupação, o movimento significativo de cidadãos de ambos os países ao longo da fronteira fluvial do Monte Negro, tendo recomendado ao Serviço de Migração e Estrangeiros que coloque especialistas na referida área para regular a actividade, tendo de igual modo aprovado um passe de travessia, que deverá ser implementado. O comité técnico concluiu que não se registou nenhum caso de violação de fronteiras, com excepção na Tchavaia, onde não existem autoridades policiais de nenhum dos países, tendo para o efeito recomendado que se proceda a estudos que visem suprir a situação com a colocação de efectivos da Polícia de Guarda Fronteiras de ambos países, com vista a inviabilizar entradas e saídas de cidadãos estrangeiros. O abate clandestino de árvores mereceu igualmente tratamento neste fórum, apesar de não se ter registado qualquer caso concreto, recomendando o Comité Técnico aos órgãos intervenientes que prossigam com os programas de sensibilização à população, com vista a preservar a arborização ao longo da fronteira comum. Constatou-se que, devido à ausência de entidades aduaneiras, nestas localidades, não se efectua comércio de grande monta ou seja, não se procede ao comércio transfronteiriço em grande escala, por falta de entidades aduaneiras em ambas partes, primando as comunidades pelo comércio de subsistência. O Comité Técnico manifestou a sua satisfação pelas boas relações de cooperação existentes entre ambas as partes, tendo recomendado a realização de patrulhamentos conjuntos ao longo da fronteira comum, em função da aproximação da Quadra Festiva (o Natal e a passagem do ano de 2012/2013). O furto e roubo de viaturas, de gado, implementação de guias de circulação de gado, o tráfico ilícito de drogas e pedras preciosas, o tráfico de armas de fogo, imigração ilegal, implementação de cartões de residentes ao longo da fronteira, a manutenção da inviolabilidade da fronteira estatal, fuga e contrabando de mercadorias, a caça furtiva, comércio transfronteiriço e a cooperação policial ao longo da fronteira, foram os pontos mais candentes.

## 10.24 Efectivos reforçam acções contra desastres naturais

*Jornal de Angola*

18 De Dezembro 2012

O secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, incentivou, em Benguela, os efectivos a fortalecerem a capacidade de resposta das acções preventivas de desastres e catástrofes naturais. Eugénio Laborinho disse aos jornalista, no final de um seminário regional, que a Comissão Nacional de Protecção Civil está cada vez mais empenhada no estabelecimento do sistema de protecção, cujas acções estão essencialmente viradas para os municípios, comunas e aldeias. Ao discursar na cerimónia de encerramento do seminário regional sobre o fortalecimento das capacidades das comissões provinciais e municipais de protecção civil, o secretário de Estado disse que a reunião permitira consolidar as capacidades de prevenir riscos.

### Preparação

Os efectivos, anunciou, vão renovar as competências na análise de risco e transmitir uma série de conhecimentos às populações de forma a estarem preparadas para lidar desastres. As mudanças climáticas que se registam no planeta, referiu, têm provocado o aumento de desastres naturais, que "atingem em especial as populações mais carentes" que face "ao grande crescimento urbano" procuram "localidades mais vulneráveis" para a construção de casas, o que as expõe aos efeitos das calamidades naturais. No seminário participaram 50 efectivos do Ministério do Interior e administradores municipais das províncias de Malange, Moxico, Lunda-Norte e Lunda-Sul. O Ministério do Interior tem reforçado as acções de formação dos efectivos do Corpo Nacional de Bombeiros para estarem à altura dos desafios de protecção civil.

## 10.25 Chuva seca depósito de água

*Folha 8*

22 De Dezembro de 2012

Correria para marcação de lugar privilegiado, em longas bichas são de exercício de aquecimento das mães e jovens em bairros periféricos da capital. Lutam para conseguirem água para o consumo doméstico. O sacrilégio em questão ocorre por a chuva que ultimamente caiu sobre Luanda ter inviabilizado o acesso das cisternas às fontes de abastecimento do precioso líquido. As chuvas causaram lama suficiente para obstaculizar a movimentação das cisternas abastecedoras dos

tanques de água dos quintais dos moradores dos bairros, acabado com a banga dos munícipes com reservatórios de 10, 12 e até mesmo 25 mil litros.

Sequencialmente, os moradores que há dias sentiam vaidosos porque não precisavam de comprar água em bidons de 25 litros tiveram de fazer a marcha atrás. Para conseguirem acarretar água de consumo doméstico passaram madrugar para serem primeiros nas toneiras tais como os outros moradores. Em resmungos a clientela que padece vítima da escassez de cisternas de água dizem mal do sofrimento que experimentam em mês que o Povo gosta de ver passar sem se estressar para unicamente limitar-se a desejar e a agradecer votos de Festas Felizes! É caso para se dizer que os habitantes de Luanda não têm razões para gostar da chuva que sempre que se abate sobre a capital desestabiliza moral, psicológica, material e financeiramente os seus habitantes que fazem trinta por uma linha para conduzir em terreno encharcado e enlameado. Provoca o aumento do preços dos transportes e, agora, provoca seca.

## 10.26 Controlo das mudanças climáticas mais eficaz com apoio internacional

*Jornal de Angola*

23 De Dezembro de 2012

O Executivo de Angola trabalha em parceria com a Alemanha, África do Sul, Botswana, Zâmbia e Namíbia, para instalar no país um centro de investigação científica e serviços contra as alterações climáticas e do solo, anunciou em Luanda a ministra da Ciência e Tecnologia, Maria Cândida Teixeira. Segundo Maria Cândida Teixeira, que falava à imprensa, o Executivo pretende igualmente criar em Angola um centro científico, para ser gerido pela Universidade Agostinho Neto, em parceria com a Universidade de New Castle (Inglaterra) e pelo Instituto Planeta Terra, sedado em Londres (Inglaterra). A ministra da Ciência e Tecnologia destacou o aumento dos níveis de investigação científica nas universidades e outras instituições, bem como o desenvolvimento da interacção entre estas e o sector privado no domínio da pesquisa. Maria Cândida Teixeira indicou que o país, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, integrou este ano o grupo técnico da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que preparou uma proposta de um plano de acção que visa estimular a inserção de mulheres nas diversas actividades relacionadas com a ciência, engenharia e tecnologia nos Estados membros da associação regional.

## 10.27 Luanda trava ameaças de inundação

*Jornal de Angola*

*31 de dezembro de 2012*

Os luandenses que vivem junto à lagoa de São Pedro, no Cazenga, sentem-se agora aliviados, já que a vala do Suroca, recentemente reabilitada, vai impedir que a água invada as casas. Antes das obras, quando chegava o período das chuvas os moradores eram obrigados a abandonar as suas casas, temendo que a água da lagoa de São Pedro transbordasse. Nas áreas contíguas, a maior parte das moradias acabava por ser inundada, pelo que a existência de um canal era inevitável. Hoje, o cenário é diferente. As crianças brincam no espaço antes inundado. A vala de drenagem do Suroca, cuja reabilitação arrancou em 2007, tem como objectivo melhorar o saneamento básico do Cazenga, Lixeira, Boavista e Sambizanga. A vala tem quatro metros de profundidade, está entre a Avenida Ngola Kiluange e a via expressa Luanda/Kifangondo. Começa na Lagoa de São Pedro e termina na Lagoa Velha, também conhecida por Suroca Velha, nas imediações da Cadeia Central de Luanda, no Sambizanga. Estruturas de betão Outra vala de drenagem concluída é a do Rio Seco, na Maianga, que recebeu redes de protecção, pintura e substituição de manilhas.

Uma nova vala de drenagem subterrânea para o escoamento das águas pluviais do bairro Benfica, ao longo da estrada do Futungo, foi construída para garantir a longevidade da via e o saneamento básico da zona. A estrutura de betão corta a via que liga o Futungo ao Benfica e tem um diâmetro entre os quatro e seis metros e uma profundidade de 3,8 metros, desembocando no Oceano Atlântico. A vala faz parte de um programa de reabilitação e ampliação da via que liga Luanda às províncias do Centro e Sul do país. Em 2012, a vala do Cariango também foi alvo de recuperação, para a qual foi necessária a demolição de moradias e de estabelecimentos comerciais nas zonas do Tala Hady e do Cavalo Branco. Com o trabalho de engenharia executado, parte do problema que surge na época das chuvas fica resolvido no Tala Hady. A estrutura de betão, com três quilómetros de extensão, vai levar as águas do Cazenga até à vala de Senado da Câmara, ligação que deu origem ao "rio Cambamba" que termina no Oceano Atlântico, na zona do Benfica.

Senado da Câmara A vala de Senado da Câmara está em recuperação, mas o trabalho está paralisado há já algum tempo na zona que separa o Cassequel do Buraco do bairro Havemos de Voltar, também conhecido por Bairro Malangino. A vala de Senado

da Câmara é um canal importante pela sua extensão e pela quantidade de água que recebe dos bairros Rangel, Marçal, Nelito Soares, Vila Alice, Calemba, Cassequel, Havemos de Voltar, Mártires de Kifangondo e do Aeroporto 4 de Fevereiro. Apesar de ainda estar em execução, a vala da Senado da Câmara já funciona, evacuando as águas residuais. Na zona da Samba estão concluídas sete valas que transportam as águas pluviais e residuais, desde o Prenda ao Rocha Pinto para o mar. Há quatro anos, durante a época das chuvas, a circulação ficava cortada, em consequência do volume de terra arrastada pelas enxurradas. Em Novembro último, o vice-governador de Luanda para Área Técnica, António Resende, anunciou a construção de valas de drenagem no distrito urbano do Rangel. António Resende anunciou ainda a criação de uma bacia provisória de retenção de água no Zango.

